

“

ESTUDOS DA
ARGUMENTAÇÃO
SOB DIFERENTES
PERSPECTIVAS
DE ANÁLISE

”

ORGANIZADORES

Alex Sandra da Silva Moura
Ana Maria de Carvalho
Edmar Peixoto de Lima
Samuel Alves Monteiro



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sertão Pernambucano

“

ESTUDOS DA
ARGUMENTAÇÃO
SOB DIFERENTES
PERSPECTIVAS
DE ANÁLISE

”

ORGANIZADORES

Alex Sandra da Silva Moura

Ana Maria de Carvalho

Edmar Peixoto de Lima

Samuel Alves Monteiro



**INSTITUTO
FEDERAL**

Sertão Pernambucano

E-BOOK

Alex Sandra da Silva Moura
Ana Maria de Carvalho
Edmar Peixoto de Lima
Samuel Alves Monteiro
(Organizadores)

ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Alex Sandra da Silva Moura
Ana Maria de Amorim Viana
Ana Maria de Carvalho
Ana Selia Rodrigues Novaes
Cristiano Dias da Silva
Edilaine Pereira de Sousa
Edmar Peixoto de Lima
Elbiane Leal Novaes de Carvalho Lima
Hellen Brasileiro de Oliveira
José Juvêncio Neto de Souza
Joseilda Alves de Oliveira
Kelli Roberta de Souza Soares Luz Gomes
Maria Aparecida de Sá Martins Menezes
Maria Betânia Araújo Rodrigues
Maria Eridan da Silva Santos
Maria Marli Melo Neto
Maria Patrícia Lourenço Barros
Michele Rufino da Silva
Orlando Silva de Oliveira
Paulo Garcez Leães
Pedro Fernando dos Santos
Renata Lourdes Linhares Severiano
Roberta Guimarães de Godoy e Vasconcelos
Romana de Fátima Macedo Gomes
Samuel Alves Monteiro
Sebastião Francisco de Almeida Filho
Wesley Rodrigues Dutra

Petrolina
IF Sertão-PE
2021

ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS DE ANÁLISE
Alex Sandra da Silva Moura, ... [et al.]

©2021 TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Os conteúdos dos textos são de inteira responsabilidade dos autores.

Maria Leopoldina Veras Camelo

Reitora

Maria do Socorro Tavares Cavalcanti

Pró-reitoria de Ensino

Francisco Kelsen de Oliveira

Pró-reitoria de Pesquisa Inovação e Pós-graduação

Vitor Prates Lorenzo

Pró-reitoria de Extensão e Cultura

Jean Carlos Coelho de Alencar

Pró-reitoria de Orçamento e Administração

Alexandre Roberto de Souza Correia

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

Comissão Editorial

Mironaldo Borges de Araújo Filho

Ana Maria de Amorim Viana

Naira Michelle Alves Pereira

Ficha catalográfica

E82

Estudo da argumentação sob diferentes perspectivas de análise/Alex Sandra da Silva Moura...[et al.]
(Orgs.). – Petrolina: IF Sertão-PE, 2021.
213p.

Vários autores

ISBN: 978-65-89380-03-0

1 Argumentação. 2. Ethos. 3. Gêneros discursivos. I. Moura, Alex Sandra da Silva. II. Carvalho, Ana Maria de. III. Lima, Edmar Peixoto de. IV. Monteiro, Samuel Alves.

CDD 410

Ficha Catalográfica Elaborada pela Bibliotecária Naira Michelle Alves Pereira CRB 4/1891

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....

O ETHOS E O AUDITÓRIO.....

ETHOS DA PERSONAGEM FEMININA NO GÊNERO CONTO DE NELSON RODRIGUES.....

Edilaine Pereira de Sousa

Sebastião Francisco de Almeida Filho

A “VOZ” DO SURDO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI.....

Joseilda Alves de Oliveira

Maria Patrícia Lourenço Barros

ETHOS DE IRACEMA: UMA ANÁLISE ARGUMENTATIVA.....

Ana Selia Rodrigues Novaes

Maria Aparecida de Sá Martins Menezes

ESTEREÓTIPO E ETHOS DISCURSIVO: A (DES)CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CLERO NO AUTO DA COMPADECIDA.....

Elbiane Leal Novaes de Carvalho Lima

Kelli Roberta de Souza Soares Luz Gomes

A POLÊMICA GERADA EM TORNO DO ETHOS (DES)CONSTRUÍDO DE TABATA AMARAL APÓS VOTAÇÃO A FAVOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....

Michele Rufino da Silva

Orlando Silva de Oliveira

ANÁLISE DO ETHOS E DO AUDITÓRIO NO DISCURSO DE ASSIS CHATEAUBRIAND COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA.....

Paulo Garcez Leães

Renata Lourdes Linhares Severiano

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A NOÇÃO DE AUDITÓRIO.....

Edmar Peixoto de Lima

José Juvêncio Neto de Souza

Maria Betânia Araújo Rodrigues

TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS EM DIVERSOS GÊNEROS DISCURSIVOS.....

AS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS E A CONSTRUÇÃO DO ETHOS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO JUDICIAL CONDENATÓRIO DE FREI CANECA.....

Alex Sandra da Silva Moura

Samuel Alves Monteiro

**“BANDIDO DE NASCIMENTO?”: TESES E TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS
NA PERSPECTIVA JURÍDICA SOBRE O CANGACEIRO LAMPIÃO.....**

Maria Marli Melo Neto
Wesley Rodrigues Dutra

**TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS NO PARECER MÉDICO-LEGAL DO CASO
PIERRE RIVIÈRE.....**

Ana Maria de Carvalho
Maria Eridan da Silva Santos

**AS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS NO DISCURSO SOBRE A POBREZA DE
CRISTO: UMA ANÁLISE DA OBRA *O NOME DA ROSA*.....**

Cristiano Dias da Silva
Pedro Fernando dos Santos

**UMA ANÁLISE DAS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS NO DOCUMENTÁRIO
EL ODIÓ - A SUA PRODUÇÃO ATRAVÉS DA DESLEGITIMIZAÇÃO DA
POLÍTICA BRASILEIRA.....**

Hellen Brasileiro de Oliveira
Roberta Guimarães de Godoy e Vasconcelos

ARGUMENTAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER EM ARTIGO DE OPINIÃO.....

Romana de Fátima Macedo Gomes
Ana Maria de Amorim Viana

SOBRE OS AUTORES.....

APRESENTAÇÃO

Argumentar é uma atividade verbal na qual o orador, ao fazer uso da palavra, pretende, de algum modo, influenciar o auditório, recorrendo, para isso, à interação da imagem de si e das teses e argumentos mobilizados nos discursos. Sob esse viés, torna-se fundamental compreender a noção de *ethos* presente em diferentes materialidades textuais, bem como, assimilar a importância que o auditório adquire na produção dos discursos e na forma como as técnicas argumentativas são acionadas no texto para cumprir o seu propósito comunicativo.

Com a finalidade de fomentar contribuições na área da Argumentação, oferecemos ao público a presente obra, cujo objetivo consiste em outorgar visibilidade à interface dos estudos da Argumentação com outras áreas do conhecimento, assim como, estimular novas possibilidades investigativas no devir. Os textos selecionados para compor o *E-book* são resultados das aulas ministradas na disciplina “Discurso e Argumentação”, no ano de 2019, no Curso de Doutorado Interinstitucional em Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), resultante de um convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE).

Assim, a presente coletânea agrupa 13 capítulos, distribuídos em duas partes, organizados por afinidades de categorias teóricas. A primeira parte intitulada **O *ethos* e o auditório** reúne um conjunto de sete textos. O primeiro, “*Ethos* da personagem feminina no gênero conto de Nelson Rodrigues”, de Edilaine Pereira de Sousa e Sebastião Francisco de Almeida Filho, traça uma breve análise da representação feminina na contemporaneidade. Para tanto, os autores utilizam os discursos proferidos pelos personagens dos contos do escritor Nelson Rodrigues, focam seus olhares, sobretudo, na história da mulher na literatura patriarcal, para, assim, empreender a noção de *ethos* da mulher contemporânea. De tal modo, os escritores do texto recorrem aos conceitos de Discurso e de Orador, com o propósito de compreender de que forma os leitores são influenciados no processo de internalização das ideias apresentadas pelos personagens dos contos analisados.

O capítulo “A ‘voz’ do surdo na construção da imagem de si”, de Joseilda Alves de Oliveira e Maria Patrícia Lourenço Barros, discute o processo de construção do *ethos* de um sujeito surdo que se inscreve na obra de Karin Strobel, intitulada *As imagens do outro sobre a cultura surda*, cuja investigação está ancorada nos pressupostos teóricos da Argumentação

Retórica e da Análise Dialógica do Discurso, considerando como eixo norteador os postulados da Cultura Surda. Na expectativa de proporcionar um pouco do que foi construído pelo sujeito surdo, as autoras ressaltam que a imposição da cultura ouvinte leva à estereotipação do não-ouvinte; sendo assim, construiu-se, historicamente, um *ethos* que dificulta a compreensão da pessoa surda como um ser socialmente dialógico, ideológico e tão capaz quanto o ouvinte.

Em “*Ethos de Iracema: uma análise argumentativa*”, Ana Selia Rodrigues Novaes e Maria Aparecida de Sá Martins Menezes centram-se na discussão da construção do *ethos* da mulher indígena, revelado no romance do século XIX, na obra canônica *Iracema*, de José de Alencar. No texto, as autoras traçam uma breve contextualização da obra em análise, apresentam o percurso cronológico do *ethos* e explicitam a imagem da mulher indígena, considerando os elementos que compõem as narrativas da personagem Iracema. Para tal finalidade, as escritoras descrevem o *ethos* revelado pela personagem com adjetivos diversos, que enfatizam não somente a beleza “da virgem dos lábios de mel”, mas também seu forte caráter e sua personalidade guerreira.

O texto “Estereótipo e *ethos* discursivo: a (des)construção da imagem do clero no *Auto da Compadecida*”, de Elbiane Leal Novaes de Carvalho Lima e Kelli Roberta de Souza Soares Luz Gomes, versa sobre a influência da credibilidade ocasionada pelo cargo ou posição social para o convencimento do leitor em virtude da condição de liderança que determinados sujeitos assumem. Ressalta a desconstrução das figuras clericais, às quais, pelos princípios religiosos que representam, são culturalmente atribuídas virtudes como honradez, lisura e solidariedade, em contraposição a um *ethos* corrupto e impiedoso, que vai de encontro às expectativas dos fiéis. No artigo, as autoras destacam que as materialidades discursivas apresentadas pelas personagens, nos contextos enunciativos produzidos, permitiram aos oradores e ao auditório a ampliação de representações preconcebidas do clero.

No capítulo “A polêmica gerada em torno do *ethos* (des)construído de Tabata Amaral após votação a favor da reforma da previdência”, Michele Rufino da Silva e Orlando Silva de Oliveira analisam a polêmica gerada a partir do voto a favor da reforma previdenciária de 2019, concedido pela deputada federal Tabata Amaral, durante o primeiro turno de votação na câmara dos deputados. Tomando como *corpus* da investigação os comentários de internautas numa postagem publicada no *Instagram* do *The Intercept Brasil*, os autores trabalham com as categorias “*ethos*” e “polêmica” com base em estudiosos da área da argumentação, principalmente, aqueles ligados à Argumentação no Discurso. A partir desse estudo, pode-se

perceber que a desconstrução do *ethos* da deputada Tabata Amaral influenciou na geração da polêmica, configurando-se, portanto, como modalidade argumentativa de grande importância.

Em “Análise do *ethos* e do auditório no discurso de Assis Chateaubriand como estratégia argumentativa”, os autores Paulo Garcez Leães e Renata Lourdes Linhares Severiano, propõem uma análise do discurso de Assis Chateaubriand, segundo os estudos sobre o *ethos* desenvolvido pela Argumentação no Discurso (AMOSSY, 2015) e a concepção de “auditório” defendida por Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Valendo-se das teorias apresentadas, os autores contextualizam o *corpus*, objeto de investigação do *ethos*, que consiste no discurso do Senador Assis Chateaubriand em resposta e oposição ao então Presidente Juscelino Kubitschek. O texto ressalta a importância do contexto histórico e da condição social dos ouvintes, como elementos essenciais, mobilizados pelo orador, que possibilite a construção de um espaço particular que revele o *ethos* compatível com o discurso proferido.

No texto “Algumas reflexões sobre a noção de auditório”, Edmar Peixoto de Lima, José Juvêncio Neto de Souza e Maria Betânia Araújo Rodrigues objetivam analisar as possíveis definições registradas sobre o termo “auditório” presentes nos estudos das teorias da argumentação de base retórica. Tendo como objeto analítico os textos que integram o *corpus* da argumentação (CORPARG), delimitando-se a quatro artigos sobre a área, defendidos por Lima (2017) como textos especializados, o capítulo busca compreender de que forma os autores desses artigos apresentam a definição do termo “auditório” e quais as especificidades definitórias expressas nos enunciados que lhes permitam considerar ou não a definição como terminológica. Mediante as observações e as descrições realizadas nas análises, o capítulo evidencia que os autores dos artigos, no *corpus* analítico do trabalho, utilizaram-se de diversas formas para conceituar, definir e/ou explicar a noção de auditório, recorrendo para isso, muitas vezes, à sua filiação teórica.

A segunda parte do volume, denominada **Técnicas argumentativas em diversos gêneros discursivos**, agrega seis textos. Em “As técnicas argumentativas e a construção do *ethos*: uma análise do processo judicial condenatório de Frei Caneca”, os autores Alex Sandra da Silva Moura e Samuel Alves Monteiro se propuseram a investigar a possibilidade de, por meio das análises das técnicas argumentativas empregadas no processo condenatório de Frei Caneca, identificar o *ethos* discursivo revelado na defesa jurídica feita pelo próprio acusado (Frei Caneca). Após a identificação e as análises das técnicas argumentativas usadas em defesa de si, o texto reflete sobre a contraposição de um *ethos pré-discursivo*, que visava à condenação

de Frei Caneca, ao *ethos discursivo* desenvolvido pelo acusado e a importância do auditório em estabelecer uma imagem do orador e julgar a sua enunciação.

No capítulo “Bandido de nascimento?: teses e técnicas argumentativas na perspectiva jurídica sobre o cangaceiro Lampião”, os autores Maria Marli Melo Neto e Wesley Rodrigues Dutra focalizam em analisar as teses e as técnicas argumentativas que dão sustentação aos argumentos postos sobre quem foi Lampião, para responder a enquête proposta (Bandido de nascimento?). No referido capítulo, o nono da coletânea, os autores consideram a verdade discursiva incluída em uma determinada comunidade linguística como um elemento influenciador na adesão dos espíritos. No *corpus* analisado, a construção dessa verdade é utilizada com o propósito de definir Lampião enquanto bandido nato ou fruto de uma construção realizada no meio social. O texto aponta o jornal como uma arena discursiva, na qual Lampião era o corpo exposto às verdades do outro, dado à “autópsia discursiva”.

Ana Maria de Carvalho e Maria Eridan da Silva Santos, no texto “Técnicas argumentativas no parecer médico-legal do caso Pierre Rivière”, analisam, sob a perspectiva da Argumentação Retórica, as estratégias argumentativas utilizadas por médicos legistas em seus pareceres sobre o estado mental de Pierre Rivière, um jovem francês acusado de parricídio-fratricídio. Tais argumentos, que atestaram a insanidade mental do acusado, foram decisivos para que o induto real viesse a comutar a pena de morte, da qual Rivière havia sido condenado, pela prisão perpétua, ou seja, serviram para referendar a absolvição do réu da morte pela guilhotina. Dessa forma, a palavra final para o veredito da sentença coube à Psiquiatria e não ao Direito. Nessa direção, o caso de Rivière, conforme preceituam as autoras, marcou o nascimento das relações entre a Psiquiatria e a Justiça Penal. O referido caso se inscreve em um dossiê organizado por Michel Foucault, intitulado *Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*.

Em “As técnicas argumentativas no discurso sobre a pobreza de Cristo: uma análise da obra *O Nome da Rosa*”, Cristiano Dias da Silva e Pedro Fernando dos Santos se debruçam em elucidar a ligação e o uso de técnicas argumentativas, tais como apresentados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) no *Tratado da argumentação: a nova retórica*, em uma disputa sobre o polêmico assunto da pobreza de Cristo. Os autores focalizam na análise dos argumentos apresentados pelos personagens de uma obra literária em que os elementos de retórica, de ficção, de história, de religião e da filosofia são entrelaçados para desvendar o controverso tema da pobreza de Cristo. A investigação assume o desafio de perceber que o texto, ao ser lido e interpretado à luz das técnicas argumentativas defendidas pelos autores Perelman e Olbrechts-

Tyteca (2005), apresenta estratégias argumentativas privilegiadas em defesa de uma tese, especialmente em um ambiente majoritariamente religioso, no qual as técnicas tornam-se instrumentos argumentativos para convencer o auditório a respeito das ideias apresentadas.

No texto “Uma análise das técnicas argumentativas no documentário *EL ODIO* - A sua produção através da deslegitimação da política brasileira”, Hellen Brasileiro de Oliveira e Roberta Guimarães de G. Vasconcelos, numa perspectiva analítica argumentativa, versam sobre os pontos de vista no documentário *El odio*, do jornalista e cineasta argentino Andrés Sal-lari, lançado em 17 de abril de 2019. O estudo fundamenta-se nos pressupostos teóricos presentes no Tratado da Argumentação: a Nova Retórica e recorre aos postulados de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), sobre as técnicas argumentativas, para corroborar que os discursos que constituem o documentário *El Odio* são organizados de modo que percebamos as diferentes teses, destacando-se como tese central a de que houve um planejamento, via judiciário em parceria com a mídia, para desgastar a figura de Lula e, conseqüentemente, enfraquecer a esquerda.

Por fim, no texto intitulado “Argumentação e relações de poder em artigo de opinião”, de Romana de Fátima Macedo Gomes e Ana Maria de Amorim Viana, o leitor encontrará uma análise argumentativa de dois artigos de opinião sobre a proposta da Reforma da Previdência. Esse estudo objetivou identificar as estratégias de argumentação, relacionando-as às teses defendidas pelos oradores dos textos e foi desenvolvido à luz da Argumentação Retórica, de estudos ligados à argumentação no discurso e da teoria dos gêneros do discurso, na perspectiva bakhtiniana. Na análise, foram observadas relações de poder no confronto de posicionamentos de grupos antagonônicos, constituintes da sociedade brasileira, e as técnicas argumentativas que consolidaram suas teses.

As interfaces realizadas pelos autores e a vivacidade imbuída nos vários trabalhos que compõem esta coletânea revelam a importância e a produtividade deste enquadre teórico nas investigações sobre o tema. Assim, o presente volume, sem dúvida, figura a Argumentação como um campo de estudos que possibilita valiosos contributos aos estudos do texto e do discurso, tendo em vista que esses conceitos permitem pensar as práticas sociais como expressão das experiências de linguagem presentes nos diferentes delineamentos da vida em sociedade.

Organizadores.

O ETHOS E O AUDITÓRIO

***ETHOS* DA PERSONAGEM FEMININA NO GÊNERO CONTO DE NELSON RODRIGUES**

Edilaine Pereira de Sousa
Sebastião Francisco de Almeida Filho

Introdução

Os estudos sobre a noção de *ethos* nos instigam a compreender que o orador, ao proferir um discurso, expressa nas escolhas linguísticas, que constituem os seus dizeres, uma imagem de si, mesmo que a princípio esse orador não tenha total domínio dessa construção. Com base, portanto, nesse entendimento, questionamos: i) de que forma a noção de *ethos* se materializa nos dizeres de uma personagem do gênero conto, por exemplo? ii) É possível pensar em um *ethos* feminino da personagem, considerando esse gênero?

Instigado por esses questionamentos e na tentativa de obter alguns encaminhamentos, o presente artigo se propõe a observar a noção de *ethos*, delimitando, para isso, dois contos de Nelson Rodrigues (1992), pertencentes a obra *A vida como ela é - o homem fiel e outros contos*, a saber: “A esposa humilhada” e “Os Noivos”. Com base nesses recortes, este trabalho objetiva analisar o *ethos* revelado pela personagem feminina, considerando o conceito desse componente retórico defendido pelos preceitos aristotélicos e a noção de interdiscurso proposta por Maingueneau (2012).

Em primeira instância, vale ressaltar que a noção de *ethos* não é uma concepção recente, ela data desde a época de Aristóteles, em que a lógica e a dialética versam sobre os diferentes tipos de argumentos e sobre os aspectos persuasivos da linguagem. Assim, recorrendo às palavras de Amaral Filho (2011, p. 211), ao afirmar que “para garantir o sucesso da oratória, é imprescindível construir uma imagem confiável do orador junto ao seu auditório”, podemos afirmar que por meio dessa imagem, o orador mobiliza o caráter persuasivo do discurso. E isso é importante para orientar o nosso ponto de vista sobre os dizeres das personagens femininas de Nelson Rodrigues nos contos, uma vez que, essas palavras podem persuadir o interlocutor, remetendo a ideia de família perfeita, considerando como base de sustentação a noção da sociedade patriarcal.

Em suma, Amossy (2016) trabalha com a concepção de *ethos*, desde os clássicos até às perspectivas contemporâneas dos estudos culturais, numa obra que procura “refletir sobre como ocorre a construção da imagem de si no discurso ao fazer dialogar especialistas em retórica, em filosofia analítica e em pragmática” (AMOSSY, 2016, p. 23). Todos esses conceitos são

relevantes para orientar o nosso olhar sobre o *corpus* deste trabalho, que é composto por contos curtos do polêmico escritor e jornalista Nelson Rodrigues. Com base nesses textos, arriscamos a afirmar que o referido autor tinha como objetivo provocar a sociedade da época, uma vez que suscita a idealização de uma representação de *ethos* de personagens femininos que refletiam o conservadorismo, típico da família tradicional carioca.

Em se tratando dos discursos, esses são produzidos por sujeitos interpelados por uma formação discursiva, a qual é alicerçada pelo contexto social e ideológico, estabelecendo relações com outras formações discursivas. Assim, o entrelaçamento dos diferentes discursos, advindos de diversos lugares sociais e de distintos momentos da história, caracteriza uma interdiscursividade. O discurso é, portanto, resultante de um interdiscurso (MAINGUENEAU, 2012).

Desse modo, para tecer breves comentários sobre as citações mencionadas, é preciso estabelecer um paralelo com a representação da mulher no século XX, indicada nos contos de Nelson Rodrigues, já que a ideologia pautada no tradicionalismo indica a vigência de um discurso conservador também elencado por Maingueneau (2012). No caso das famílias do século passado, essas tinham a ver com aspectos religiosos intrínsecos, ainda que inconscientemente. A ideia de interdiscurso compõe o intercruzamento dos diversos discursos (religiosos e outros) e isso é bastante tratado por Maingueneau (2012) no livro *Discurso literário*. Nessa direção, Amossy (2018) também nos instiga a refletir sobre o interdiscurso e a inferirmos que esse fenômeno poderá também ser utilizado como recurso para causar uma boa impressão ao auditório, uma vez que o orador poderá mobilizar valores que se relacionam às crenças de um grupo ou de uma época.

Com isso, consideramos importantes as discussões que contemplam o papel da mulher e o perfil feminino na literatura canônica. Essa importância se justifica pelo fato desse assunto ter sido deixado de lado, muitas vezes, e por depreendermos ser perceptível o intenso machismo, se analisarmos textos e temáticas que tratam da função que a mulher deveria exercer socialmente. Função essa quase sempre condicionada ao lar e à procriação.

Notamos, ainda, nas representações literárias, um modelo feminino pré-fabricado, que impõe à mulher a rigidez de um padrão a seguir, não podendo ela se desvencilhar dele sob nenhuma hipótese. Esse padrão diz respeito aos valores morais, sociais e religiosos que norteiam ou deveriam nortear o comportamento feminino. Nesse sentido, o adultério, por exemplo, é configurado socialmente como algo subversivo, imoral e repugnante. Porém, nos contos em análise, o narrador revela ter como tema predileto, justamente o adultério. A nosso

ver, esses textos funcionam como uma espécie de elemento provocador desses valores na sociedade.

Nesse sentido, as investigações que enfocam as relações de poder entre masculino e feminino não consistem apenas em uma criação dos literatos, pois os papéis atribuídos a mulheres e homens surgem numa relação de poder e são construídos histórico e socialmente (FOUCAULT, 1995). A estudiosa americana Elaine Showalter (1993) pode igualmente enriquecer suas análises através da incorporação das problematizações feministas e sobre a desconstrução da sociedade patriarcal, incluindo uma visão emancipatória. Nessa direção, Derrida (1992) atuou na desconstrução da supremacia do masculino sobre o feminino; e essas pesquisas, para as representações literárias, são relevantes, ou seja, é importante a produção de trabalhos que investiguem questões de desconstrução do patriarcalismo, tema que ainda é vigente na literatura e em nossa sociedade atual.

Assim sendo, defendemos que estabelecer um *link* entre as questões femininas sob o viés das teorias argumentativas consiste em um trabalho necessário, considerando que poderemos obter resultados diferentes com relação ao *ethos* discursivo, por exemplo, e, ainda, pela ideia de convencimento por meio da mobilização dos aspectos que norteiam o interdiscurso.

Na realidade, *ethos* é uma palavra de origem grega que exprime o conjunto de valores característicos de um dado movimento cultural, servindo ainda para designar as características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento de uma determinada pessoa ou cultura. Em termos mais específicos, na retórica aristotélica, o *ethos* é um dos modos de persuasão ou componente de um argumento que revela o caráter ou a autoridade do orador para influenciar o público.

A teoria da semântica global de Maingueneau (2012) afirma que a noção de *ethos* se desenvolveu de forma articulada à cena de enunciação, mas, os especialistas contemporâneos em retórica reelaboraram seu próprio domínio, cuja herança é reivindicada pela Pragmática. Portanto, trata-se de saber se o *ethos* é, como pretendia Aristóteles, um componente ligado “às qualidades morais do orador” (MAGALHÃES, 2019, p. 6) ou, como entendiam os romanos, um dado preexistente que se apoia na autoridade individual e institucional do orador. Em suma, nas teorias da argumentação contemporânea, houve uma espécie de inovação do estudo da retórica em se tratando da “arte de persuadir ou a de obter ou ainda reforçar a adesão do auditório às teses submetidas a seu assentimento” (AMOSSY, 2018, p. 19).

1 Breve estudo da mulher na literatura inserida na sociedade patriarcal

O contexto histórico e cultural no qual as personagens femininas são construídas, em muitos dos textos literários contemporâneos, correspondem aos resquícios de um discurso falocêntrico que subjuga o feminino, inferiorizando-o enquanto sujeito. Nessa esfera, Zolin (2009) tece comentário plausível, enfatizando acerca da posição feminina no universo literário. Para ela:

No que se refere à posição social da mulher e sua presença no universo literário, essa visão deve muito ao feminismo, o que pôs a nu as circunstâncias sócio-históricas entendidas como determinantes na produção literária. O patriarcalismo tratava o gênero como uma questão de poder. Com isso, foram expressivos os estudos feministas visando quebrar os paradigmas existentes, ou seja, romper os discursos cristalizados de imposição e supremacia masculina sobre a feminina na literatura (ZOLIN, 2009, p. 217).

No que tange à figura feminina na literatura e à posição social de empoderamento, faz-se necessário enfatizar que está presente a ideia preconizada por Zolin (2015) sobre o feminismo, mas não uma visão ferrenha, oriunda da ginocrítica, já que nos debruçamos sobre a literatura escrita por homens que escreviam sobre mulheres, cujo tema principal já descrevemos ser o adultério. Isso não significa, contudo, que não terá uma contribuição neste trabalho da ginocrítica. Sobre essa questão, destacamos as pesquisas realizadas por Showalter (1993) que discute a questão do patriarcalismo, e esse tema interessa, consideravelmente, aos propósitos deste artigo.

O arcabouço teórico utilizado para analisar os textos de Nelson Rodrigues consiste nos estudos culturais da crítica feminista, que busca igualdade de gênero, amplamente difundida por Showalter (1993), crítica literária americana ginecriologista, que remete a três fases em que é possível traçar um panorama e delinear o perfil da mulher na literatura: a feminina, feminista e fêmea. Na fase feminina, há uma visão patriarcal de mundo, não possibilitando haver identidade heterogênea. Os valores de opressão e dominação estão em foco, como é perceptível na análise do *corpus*. A mulher inserida nesse contexto sofre influência, uma vez que não é apenas oprimida pelo homem, mas ela própria como sujeito subjugado e inferiorizado, subjuga seu próprio gênero.

Os estudos envolvendo igualdade de gênero e literatura têm se intensificado e, no âmbito da crítica literária, a mulher tem sido mote para pesquisas diversas. Tal interesse se trata, na verdade, de um processo histórico literário que ultrapassa questões meramente femininas.

Desse modo, Zolin (2009) pontua que os estudos acerca de textos literários canônicos mostram correspondências entre sexo e poder. Os debates e pesquisas relacionadas à mulher e à sua posição na literatura somente aparecem na década de 70 e, no Brasil, em meados dos anos 80, época em que surgem as lutas femininas, na busca por sua emancipação social, emergindo, portanto, desse contexto, a crítica feminista.

Conforme Zolin (2009, p. 218), “se as relações entre os sexos se desenvolvem segundo uma orientação política e de poder, também a crítica literária feminista é profundamente política na medida em que trabalha no sentido de interferir na ordem social”. Ou seja, trata-se de outra forma de ler a literatura, no sentido de desconstruir o caráter discriminatório das ideologias de gênero, edificadas pela cultura, ao longo do tempo.

Em síntese, as personagens femininas na literatura foram consideradas como seres subalternos, em sua maioria; as personagens, durante muito tempo, estiveram relegadas, pelo cânone literário nacional, a uma condição de subjugadas, sobretudo, com relação à função desempenhada na sociedade. Ademais, elas são, ainda, marginalizadas pelas questões de gênero. É fato que há estigmas imputados às mulheres na literatura desde a era colonial. No estudo *Anarquia sexual: sexo e cultura*, Showalter (1993) questiona a necessidade política de restringir a mulher ao aspecto meramente reprodutivo, ou seja, todas as questões são relativas à biologia feminina. Desse modo, criou-se um interdito caracterizado pelo silenciamento para dominar e controlar as mulheres. Showalter (1993) afirma que o olhar masculino, dentro ou fora da literatura, “proporciona tanto o poder quanto o risco, pois o que está por trás do véu é o espectro da sexualidade feminina, uma boca silenciosa para o observador masculino” (SHOWALTER, 1993, p. 194).

Diante do exposto, indubitavelmente, observar o *ethos* da mulher na literatura sob a lente de um narrador acionado por um autor como Nelson Rodrigues é de extrema pertinência para os estudos da literatura e, principalmente, para as pesquisas em argumentação. Além disso, diante de aspectos binômios ultrapassados como macho/fêmea, as questões que envolvem o gênero se relacionam a uma construção social e não biológica. Assim, consideramos pertinente as discussões sobre essas questões relacionando-as à literatura canônica por haver, a nosso ver, uma representação distorcida da figura feminina a partir de estereótipos culturais (SHOWALTER, 1993). E é acerca disso que discorreremos neste artigo, considerando, para isso, as análises do *ethos* de personagens femininas em contos, conforme já salientamos.

2 O conceito de *ethos* e a relação com *A vida como ela é*

Amossy (2016) pontua que em tempos mais remotos concebia o sintagma *ethos* como uma construção imagética em torno do sujeito e define essa noção, tomando por base as ideias de Barthes, como um componente em relação ao auditório, com a finalidade de o orador causar uma boa impressão e contribuir no processo de persuasão do discurso. Ao tratar dessa questão, Amossy (2016) observa que o locutor produz no discurso uma imagem de si e essa construção revela facetas de sua identidade. Sob essa perspectiva, convém destacar que as características identitárias também podem projetar representações de grupos. Nisso, surge a noção de coletividade, que ao se propagar os discursos, ocorrem seja por meio de contos ou de quaisquer outros gêneros. Tais concepções corroboram para suscitar no leitor a ideia de que os gêneros, sobretudo os literários, revelam facetas diversas que se relacionam aos aspectos sociais e, consequentemente, podem expressar questões ligadas aos aspectos reais da sociedade.

Por outro lado, é importante destacar que a Retórica Antiga dedicou significativo espaço para o estudo dos processos argumentativos que se configuravam em *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *actio* e, posteriormente, pela memória. Os preceitos aristotélicos nos instigam a procurar, em qualquer situação, os meios de persuasão e a compreender as questões dialéticas como raciocínios prováveis, probabilidades, conclusões verossímeis, crenças e o mundo das opiniões gerais. A Nova Retórica, proposta por Chaïm Perelman e seus sucessores, atribuem a ideia de novos posicionamentos aos estudos retóricos argumentativos e promovem espaço para a análise da persuasão em diversos tipos de discurso, sobretudo, ao considerar as questões que envolvem a modalidade escrita da língua. A reintrodução desses estudos da Retórica na modernidade recupera o conceito aristotélico de raciocínio dialético e propõe novas reflexões sobre o discurso argumentativo. *O Tratado da argumentação: a nova retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), apresenta uma lógica de juízo de valor relativa não ao verdadeiro, mas ao preferível, cujas premissas são constituídas por proposições geralmente aceitas e, portanto, pertencentes ao âmbito do verossímil, plausível, mutável, contingente, questionável, isto é, das impressões, aparências e ambiguidades, com o objetivo de convencer e persuadir os interlocutores.

Conforme Amossy (2018), a história da retórica conduz, assim, a noção de *ethos* como instrumento de análise e é encontrada nas teorias contemporâneas de argumentação. Para autora, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) inovaram o estudo da retórica, passando por diversas disciplinas, incluindo a literatura. Para Amossy (2018, p. 19):

[...] do aporte magistral dessa “nova retórica”, discutida em diversas contribuições deste volume [...], retomaremos somente a necessidade que tem o orador de se adaptar ao auditório, portanto, de fazer uma imagem dele e, correlativamente, de construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que ouvem. Esse dinamismo realça a construção de uma imagem de si no discurso, à qual, entretanto, Perelman e reserva um lugar limitado em sua obra.

É interessante constatar que, para Amossy (2018), houve uma tentativa de retomar e reinterpretar a noção retórica de *ethos* na perspectiva cultural, de acordo com estudos realizados nos Estados Unidos. A autora cita que reuniu uma série de concepções retóricas do *ethos* que, tentando repensá-los, o fizeram segundo à luz das teorias contemporâneas do sujeito. Esses trabalhos se propõem a redefinir o *ethos* e os desafios impostos pelas perspectivas pós-modernistas. Sua reflexão está, portanto, ligada a um questionamento das noções de sujeito, ideologia etc.; trata-se de como se pode encarar um *ethos* discursivo que contribua para constituir a fala feminina em discursos diversos. Destarte, a construção do *ethos* discursivo é assim privilegiada, uma vez que é indissociável de um posicionamento político do sujeito.

Em relação ao auditório, acrescentamos que os discursos deverão ser ajustados, pois, “o importante não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela (a argumentação) se dirige” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 26-27); o êxito depende dessa condição, pois, se quiser agir, o orador é obrigado a adaptar-se a seu auditório. Se se deseja argumentar, é necessário “pensar nos argumentos que podem influenciar seu interlocutor, preocupar-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 18). A persuasão, portanto, ocorre quando o orador parte daquilo que o auditório já admite, estabelecendo a seguir uma relação entre o universo de crenças (*doxa*) já existentes e o que se busca fazer admitir (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Amossy (2018) afirma que o orador apoia seus argumentos sobre a *doxa* do mesmo modo que modela e revela o *ethos* com base nas representações coletivas que assume perante os interlocutores. Ou seja, o orador mobiliza valores positivos que são compartilhados com o auditório e suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias de enunciação. O orador revela sua imagem em função da ideia que ele faz de seu auditório, isto é, as representações do orador, como alguém confiável e competente, configura-se em função das concepções que ele acha que o auditório acredita.

Assim, enquanto o orador revela uma imagem de si, considerando a possível força persuasiva construída por meio dela, ele também idealiza uma imagem do auditório a quem seus dizeres se direcionam. Nesse espaço de interlocução, o orador tem a possibilidade de se adequar a esse auditório, repensando posicionamentos, reconstruindo e avaliando seus dizeres, de forma que possa imprimir nessas escolhas linguísticas características que ele considera forte o suficiente para convencer o interlocutor.

3 Análise do *ethos* da personagem feminina presente nos contos: “A esposa humilhada” e os “Os noivos”

A vida como ela é faz parte de contos que Nelson Rodrigues escrevia diariamente para *Última Hora*, o jornal de Samuel Wainer. Durante dez anos, de 1951 a 1961. Nelson criou quase duas mil histórias de amor, paixão e morte em torno de um tema único e obsessivo - o adultério.

Esse escritor chegava cedinho à redação, acendia um cigarro e, na frente dos colegas, entre miríades de cafezinhos, escrevia *A vida como ela é*. As histórias eram construídas a partir de casos que as pessoas lhes contavam, da sua própria observação dos subúrbios cariocas ou das cabeludas paixões de que ele ouvira falar quando criança, mas, principalmente, da sua meditação sobre o casamento, o amor e o desejo.

Nelson Rodrigues nasceu no Recife, PE, em 1912, e morreu no Rio, RJ, em 1980. Sua obra já está consagrada, mas o cerne de sua produção foi publicado originariamente em jornais. Os contos em análise são: “A esposa humilhada” e os “Os noivos”. Eis o primeiro conto:

Era muito virtuosa e, mais do que isso, tinha orgulho, tinha vaidade dessa virtude. Casada há seis meses com Valverde (Márcio Valverde), ouvia muita novela de rádio. E se, por coincidência, a heroína da novela prevaricava, ela não podia conter sua indignação. Dizia logo: — Esse negócio de trair o marido não é comigo! Fazia uma pausa rancorosa. E concluía: — Acho muito feio! Vigia as colegas, as vizinhas, sobretudo as casadas. Quando surpreendia um olhar suspeito, um sorriso duvidoso, vinha para casa em brasas. Perdia a compostura: — Fulana devia ter mais vergonha naquela cara! Então isso é papel? Uma mulher casada, com filhos! E até me admira! Durante horas, não falava noutra coisa. Na sua irritação, acabava implicando com o marido. Valverde, metido num pijama listrado, tremia diante dessa virtude agressiva e esbravejante. Refugiava-se detrás da última edição, como se fosse uma barricada; ciciava: — Fala baixo, Luci! Fala baixo! — Fala baixo por quê? Ora, essa é muito boa! Afinal, estou ou não estou na minha casa? — A vizinhança pode ouvir. — Bolas pra você! Bolas pra vizinhança! Valverde sofria de asma. Bastava o tempo esfriar um pouquinho; a umidade era um veneno para ele. E, então, passava mal, tudo quanto era brônquio chiava e o acometia o pavor da asfixia iminente. Sendo tímido, talvez a timidez decorresse de sua condição melancólica de asmático. Mirrado, com um peito de criança, uns bracinhos finos e longos de Olívia Palito — o pobre-diabo não tinha a base física da coragem. Por vezes, nas suas meditações, imaginava a hipótese de uma luta corporal entre ele e a esposa. Embora mulher, Luci era bem mais alentada. E não há dúvida de que levaria vantagem esmagadora. A superioridade da moça, porém, não era

apenas física. Não. O que a tornava intolerável e agressiva era justamente a virtude que a encorajava. Como se sentia uma esposa corretíssima, acima de qualquer suspeita, vivia esfregando na cara do marido essa fidelidade. Não passava um santo dia que não alegasse: — Mulher igual a mim pode haver! Mais séria, não! E duvido! — Eu disse o contrário, disse? — Não disse, mas insinuou! — Oh, Luci! Ela espetava o dedo no peito magro do marido; e explodia: — Os homens são muito burros! Não sabem dar valor a uma mulher honesta. Só te digo uma coisa: devias dar graças a Deus de teres uma esposa como eu! Não há dúvida: ela o tratava mal, muito mal mesmo; desacatava-o, inclusive na frente de visitas. Justificava-se, porém: — Não sou de muito chamego, de muito agarramento, mesmo porque tudo isso é bobagem. Mas nunca te traí. Compreendeste? (RODRIGUES, 1992, p. 112).

Fazendo uma breve análise da figura feminina no primeiro conto, percebemos traços identitários do *ethos* de cada personagem, visto que alguns estudos mostram que refletia nos textos do escritor a imagem de um literato machista. No título “A mulher honesta”, já se vê claramente a imagem da personagem feminina Luci que demonstra ter virtudes, orgulhar-se delas e evidenciar isso ao marido. Apesar de tratá-lo mal, é marcante a presença do discurso conservador de boa esposa que não traía o marido sob qualquer hipótese e, mesmo que não fosse carinhosa, mantinha as aparências.

No trecho a seguir, percebe-se a imagem que a personagem constrói de si, ou seja, a tentativa de persuadir o leitor de que era uma mulher superior às demais. A ideia de “ter mais vergonha naquela cara” evidencia isso e o pensamento de insistência em vigiar e tecer comentários maldosos a respeito das colegas. Eis o trecho:

Esse negócio de trair o marido não é comigo! Fazia uma pausa rancorosa. E concluía: — Acho muito feio! Vigjava as colegas, as vizinhas, sobretudo as casadas. Quando surpreendia um olhar suspeito, um sorriso duvidoso, vinha para casa em brasas. Perdia a compostura: — Fulana devia ter mais vergonha naquela cara! Então isso é papel? Uma mulher casada, com filhos! E até me admira! Durante horas, não falava noutra coisa (RODRIGUES, 1992, p. 112).

O trecho nos instiga a refletir no perfil de uma mulher que julga e condena o comportamento da “fulana”, termo esse que já nos revela uma carga semântica preconceituosa com relação à imagem da mulher na sociedade. Essa imagem se configura em uma ideia machista que pode se relacionar ao posicionamento do narrador que, a nosso ver, figura como um homem que se coloca na condição de um provocador dos valores sociais da época, sobretudo pelo o tema adultério. Em relação ao auditório, podemos inferir que se trata de um diálogo estabelecido com um público formado pela família patriarcal, em geral, e que, ao ter contanto com os contos, constrói a ideia de família perfeita e monogâmica.

Em outras palavras, considerando a época de publicação dos contos, podemos acrescentar que não havia arranjos familiares tão presentes quanto no século XXI. Portanto, o

auditório poderia se relacionar a um público formado por mulheres que apresentam comportamentos como os de Luci. Seria como uma espécie de modelo, isto é, o papel feminino era direcionado ao lar aparentemente feliz de uma família que vivia em prol dos interesses machistas e esse machismo também era vivenciado pelas mulheres. Eis um trecho que demonstra o que foi mencionado: “Não sabem dar valor a uma mulher honesta. Só te digo uma coisa: devias dar graças a Deus de teres uma esposa como eu!” (RODRIGUES, 1992, p. 112).

Conforme indicado no trecho, havia apenas uma ideia de família feliz, porque na prática, Luci tratava mal o marido raquítico, segundo o narrador. Luci se sentia superior às demais que traissem porventura o marido e não só tinha prazer em criticar, como sentia orgulho de sua condição de esposa fiel. Talvez se o conto fosse escrito hoje, ainda assim, muitas pessoas se sentiriam representadas pela personagem, pois, ultimamente, no Brasil, há um puritanismo oriundo de várias esferas sociais, inclusive, na política, isso está bastante impregnado.

No segundo conto “Os noivos”, o próprio título já remete à supremacia da família patriarcal. Eis o outro conto:

Quando Salviano começou a namorar Edila, o pai o chamou: — Senta, meu filho, senta. Vamos bater um papo. Ele obedeceu: — Pronto, papai. O velho levantou-se. Andou de um lado para outro e senta de novo: — Quero saber, de ti, o seguinte: esse teu namoro é coisa séria? Pra casar? Vermelho, respondeu: — Minhas intenções são boas. O outro esfrega as mãos. — Ótimo! Edila é uma moça direita, moça de família. E o que eu não quero para minha filha, não desejo para a filha dos outros. Agora, meu filho, vou te dar um conselho. Salviano espera. Apesar de adulto, de homem-feito, considerava o pai uma espécie de Bíblia. O velho, que estava sentado, ergue-se; põe a mão no ombro do filho: — O grande golpe de um namorado, sabe qual é? No duro? — E baixa a voz: — É não tocar na pequena, não tomar certas liberdades, percebeu? Assombro de Salviano: “Mas, como? Liberdades, como?”. E o pai: — Por exemplo: o beijo! Se você beija sua namorada a torto e a direito, o que é que acontece? Você enjoa, meu filho. Batata: enjoa! E quando chega o casamento, nem a mulher oferece novidades para o homem, nem o homem para a mulher. A lua-de-mel vai-se por água abaixo. Compreende? Abismado de tanta sabedoria, admitiu: — Compreendi (RODRIGUES, 1992, p. 211).

Esse conto é interessante, pois notamos a ausência da personagem feminina, mas a história ocorre em torno dela. Nesse caso, a imagem da personagem é revelado pelo discurso do pai e do noivo. O enredo acontece em torno da família patriarcal e o machismo e o conservadorismo imperam no discurso das personagens. O filho aceita com submissão os conselhos do pai e a ideia de casamento ideal, com lua de mel perfeita, se perpetua.

Maingueneau (2012) trata da questão da submissão, enfatizando que para o interlocutor, um leitor atento percebe que a identidade de um discurso se perpetua também a partir do *ethos* do enunciatador que está ligado à própria enunciação, e não a um saber extra discursivo sobre o locutor. Persuade-se pelo caráter [= *ethos*], quando o discurso tem uma

natureza que confere ao orador a condição de digno de fé, de inteira confiança, sem dar lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma previsão sobre o caráter do orador. Já para Amossy (2018), o locutor proclama sua intenção sem objetivo de convencer. “Mas isso não significa que renuncia seu projeto de persuadir” (AMOSSY, 2018, p. 161).

Assim, o narrador dos contos, a nosso ver, tenta persuadir o auditório, mobilizando valores que podem provocar emoções diversas. Ou seja, o orador alude aos recursos argumentativos, como a construção de imagens das personagens, por exemplo, como forma de influenciar o auditório acerca dos preceitos morais, sociais e religiosos que ele considera ser valores importantes para o auditório, seja para a aceitação ou rejeição deles.

Considerações finais

O *ethos* é uma noção discursiva que se constrói por meio do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à sua fala. Por outro lado, a tentativa de revelar um *ethos* capaz de suscitar estima, em se tratando de análise de contos, por exemplo, perpassa pelas imagens do orador e do auditório. Esse orador aparece inicialmente como um admirador pródigo de elogios.

Em se tratando do *ethos*, é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro e as personagens, utilizadas como recursos narrativos presentes nas análises dos contos, servem como forma de demonstrar e provocar nos leitores reflexões sobre os comportamentos femininos e, conseqüentemente, sobre a função da mulher na sociedade.

Diante deste trabalho, que teve como propósito apenas possibilitar algumas reflexões sobre a imagem da mulher mobilizada nos contos de Nelson Rodrigues, podemos afirmar que muitas discussões sobre o tema ainda são necessárias na academia, porém acreditamos que os indícios apresentados neste artigo poderão servir de base para inúmeras outras possibilidades investigativas no devir.

Referências

AMARAL FILHO, Wilson. Uma reflexão sobre o *ethos* no sermão do Monte: da retórica à Análise do Discurso. **Revista Ciências das Religiões, História e Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 209-231, 2011.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2016, p. 9-28.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

DERRIDA, Jacques. Choréographies – entrevista com Christie V. McDonald. *In*: DERRIDA, Jacques. **Point de Suspension** – Entretiens. Paris, Galilée, 1992.

DUCROT, Oswald. **Enunciação, Linguagem e enunciação**. Lisboa. Imprensa Nacional. Casa das Moedas, 1984. v. 2.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

MAGALHÃES, Ana Lucia. Prefácio: O percurso encantado de mostrar-se pelo discurso. *In*: FERREIRA, Luiz Antonio (org.). **Inteligência retórica: o ethos**. São Paulo: Blucher, 2019, p. 5-7.

MAINGUENEAU, Dominique. **A cena da enunciação – O ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2012.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUES, Nelson. **A vida como ela é**: o homem fiel e outros contos. Seleção Ruy Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SHOWALTER, Elaine. **Anarquia sexual**: sexo e cultura do Fin de Siècle. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. *In*: BONNICITI, Lúcia Osana; ZOLIN, Thomas (orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Ed. UEM, 2009, p. 217-242.

ZOLIN, Lúcia Osana. Identidades deslocadas: representações femininas na ficção brasileira contemporânea escrita por mulheres. *In*: BARBARENA, Ricardo; DALCASTAGNÈ, Regina. (orgs.). **Do trauma à trama**: o espaço urbano da literatura brasileira contemporânea. Porto Alegre: Luminara Editorial, 2015, p. 335-356.

A “VOZ” DO SURDO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI

Joseilda Alves de Oliveira
Maria Patrícia Lourenço Barros

Introdução

As discussões sobre a surdez, na perspectiva de direito à educação, vêm ganhando espaço e consistência na academia, porém, pouco tem se discutido sobre o sujeito surdo fora desse espaço de sala de aula, ou pelo menos, poucas pesquisas, nesse sentido, têm chegado ao nosso conhecimento ou aos nossos espaços de discussão.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar a construção do *ethos* de si, de um sujeito surdo, revelado em uma produção discursiva publicada no livro *As imagens do outro sobre a cultura surda*, de Karin Strobel (2016). Para tanto, intencionamos adotar um arcabouço teórico advindo da argumentação de base retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) e contribuições de Amossy (2005), dentre outros. Também tomamos como referência Bakhtin (2011, 2016), em relação aos estudos da linguagem e Strobel (2016) e Perlin (2010, 2012), sobre a cultura e identidade do surdo. E, para as análises empreendidas, contemplaremos um texto recortado do livro de Strobel (2016).

Partindo do pressuposto de linguagem na perspectiva de Bakhtin (2011), em que o sujeito se constitui na e pela linguagem, e, por isso, seu fluxo contínuo de aprendizagem e de inacabamento, compreendemos como justificativa para esta pesquisa a necessidade de entender como o surdo se constrói para o outro, como esse sujeito, ao se pronunciar, mobiliza mecanismos linguísticos que favoreçam à construção de sua imagem.

Nos estudos da Argumentação, as escolhas linguísticas realizadas pelo orador podem favorecer a construção da imagem que revela de si mesmo. Essa imagem, permitida pelas escolhas linguísticas do orador, que recebe uma ressignificação ou reelaboração do interlocutor, e que também pode ser reconstruída continuamente no decorrer do discurso, é denominada de *ethos* e compreendida por Meyer (2007, p. 34-35) como “uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório”.

Para atendermos aos objetivos da investigação, o presente artigo oferece, em sua arquitetura textual, as seguintes seções: além desta introdução, o texto consiste em duas seções teóricas, em que discutimos os pressupostos centrais (da abordagem argumentativa, da

dialogica bakhtiniana e da cultura surda) que ancoram nossa investigação; em seguida, descrevemos a metodologia utilizada; logo após, trazemos a análise do processo de construção do *ethos* do sujeito surdo, revelado no texto de *Karin Strobel*, recortado para exame neste trabalho; e, por fim, apontamos nossas considerações finais.

1 Apontamentos sobre a cultura surda: aspectos introdutórios

Os surdos brasileiros vivem em constante conflito com os aspectos culturais. Por ser a primeira língua oficial no Brasil, a Língua Portuguesa é predominante nos documentos oficiais, causando uma certa imposição linguística em relação à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Atrelado ao maior espaço de divulgação e uso da língua portuguesa, podemos compreender que há imposição da cultura ouvintista em relação ao sujeito surdo.

Nesse sentido, podemos refletir: se o surdo é brasileiro e vive no Brasil, por que tem uma cultura diferente da do ouvinte? Será que realmente se faz necessário uma cultura surda? Sobre esse enfoque, podemos buscar apoio em Perlin e Reis (2012, p. 29), quando estas apontam que:

Quando nos referimos aos surdos e aos estudos surdos no mundo contemporâneo é útil começar pensando que não podemos dizer que hoje existe uma cultura hegemônica, ouvinte, falante. Nem mesmo se deve afirmar que existe uma cultura boa, hegemônica, dominante e uma cultura menos boa, frágil, pouco útil como a cultura surda. É útil começar refletindo que temos um contexto de diferentes modalidades culturais.

Comungando com as palavras das autoras, apontamos aspectos da cultura surda existente em nosso meio. Essa cultura carrega a marca do povo surdo que resiste às imposições culturais e que luta pelo uso de uma língua que é minoria linguística no Brasil.

A comunidade surda demarca a cultura através das experiências e das vivências. Historicamente, essa cultura vem se solidificando apesar dos momentos de interrupção em alguns passos na direção de mais espaço e mais valorização. Podemos apontar aqui o Congresso de Milão, em 1880, que proibiu a sinalização e os surdos deixaram de registrar uma boa parte da sua cultura. As experiências e heranças culturais acabaram acontecendo sem que houvesse um registro. A partir de então, as experiências foram registradas apenas de surdo para surdo, do que fosse possível ser lembrado na memória. Assim, consideramos importante o que nos relata Perlin e Reis (2012, p. 29):

Nós pesquisadoras surdas despontamos nossas vidas num espaço onde fomos submetidas às questões de normalização, ou seja, o contexto moderno... Não conhecemos como outros pesquisadores surdos conheceram em outros patamares: nasceram no seio aconchegante da cultura surda, tiveram aí seus mundos de aperfeiçoamento de acalento, de certeza da existência desta cultura praticamente rica de significados constituídos ao longo de gerações.

A fala das autoras nos revela a triste experiência de não poder vivenciar a cultura surda desde cedo no seu meio social, e isso fica bem posto, quando elas iniciam expondo as questões a que foram submetidas, as de normalização. Esta normalização é citada por Lulkin (2010), como fruto de um trabalho interessado na correção do desvio, na humanização do selvagem, na reabilitação do deficiente, como imposição ouvintista. Ou seja, a normatização é compreendida como maneira ou normas de fazer os surdos falarem e de serem “iguais” aos ouvintes.

A imposição de uma cultura ouvinte pode ser imaginada a partir do momento em que nós, ouvintes, tentamos entender como é ser surdo, como vivem os surdos e como eles constroem as suas experiências se não conseguem falar (no sentido de oralidade), como a maioria das pessoas. Strobel (2013, p. 26) traz uma reflexão pertinente em um questionamento simples, porém impactante para as pessoas que não costumam refletir sobre esse “outro”, quando ela pergunta, “quando a palavra surdo é mencionada, que imagens vêm à mente das pessoas?”. Compreendemos que seja difícil responder a essa pergunta. Para Strobel (2013), podemos imaginar que muitos pessoas constroem uma imagem de que o povo surdo é marcado por uma deficiência no sentido de falta, de incapacidade. Para a autora, essas representações imaginárias estão equivocadas, pois, os sujeitos surdos têm o seu modo específico de agir, diferentemente dos não surdos. Coadunando com a fala da autora, entendemos que essa valoração negativa pode ser construída em consequência do distanciamento que há entre a comunidade ouvinte e a comunidade surda, visto que, dificilmente encontramos ouvintes interessados em participar ou conhecer as experiências visuais.

A cultura surda contribui com a diversidade cultural do nosso país somando, principalmente, os aspectos relacionados à língua. No entanto, a linguística da libras ainda sofre um apagamento, de tal forma, que chega a ser questionada a existência de uma cultura. Para alargar nosso conhecimento sobre a existência e o conceito da cultura surda, buscamos dialogar com Strobel (2013, p. 29), para quem a:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das

identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Assim, compreendemos que o povo surdo vai demarcando a sua cultura, sua identidade e seu espaço de vivência e de constituição, pois, da mesma forma que existem grupos diversos que compõe a cultura ouvinte, compreendemos, juntamente com Strobel (2013), que cada comunidade surda ou cada grupo é organizado de acordo com os mesmos interesses tais como raça, religião, trabalho, que os unem com um objetivo de luta e ideais. Essas diversas representações são formas de mostrar aos ouvintes que não há uma característica única da comunidade surda; que suas características identitárias são construídas a partir das experiências de cada comunidade ou de cada ser e que essas construções estão historicamente relacionadas, como apontado por Strobel (2013), quando sugere que os valores e crenças da cultura surda perpassa, muitas vezes, por geração passada e/ou por seus líderes surdos.

No processo de desenvolvimento linguístico, “a língua de sinais é um aspecto fundamental da cultura surda” (STROBEL, 2013, p. 52). É um artefato linguístico que representa o povo surdo, ou seja, a forma de se comunicar, a recepção e a transmissão da língua por canais de comunicação diferentes do habitual da maioria da sociedade é o que faz desta língua o principal artefato da cultura surda. Strobel (2013, p. 53) aponta que:

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

É através da Língua Brasileira de Sinais (Libras) que o surdo brasileiro conquista o espaço cultural e isso perpassa por uma demarcação histórica e comunitária que ganha espaço a partir da oficialização da Libras através da Lei nº 10.436/2002. Para o povo surdo esta lei foi o reconhecimento e a legitimação da existência social, cultural e identitária de seu povo.

Se visitarmos a literatura anterior à Lei nº 10.436/2002 ou à “memória coletiva” (HALBWACHS, 2003), teremos a oportunidade de observarmos o papel do surdo ao longo da história e seu espaço de marginalizado, ocupado na sociedade brasileira. Durante muito tempo, os surdos foram vistos como incapazes, coitados, inúteis e inferiores aos ouvintes, pois nas relações de poder entre surdos e ouvintes estava bem definido o lugar de supremacia ocupado pelo ouvinte (STROBEL, 2016). Estes foram fatores que construíram e que até hoje influenciam

na construção do *ethos* do sujeito surdo, pois, apesar de alguns avanços nessa perspectiva, ainda percebemos uma carga valorativa, demonstrada pela história, na construção da imagem de si.

2 Sobre a argumentação e a construção do *ethos*

Compreendida sob a perspectiva dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a argumentação retórica pode ser acatada como constitutiva da linguagem humana, visto que o discurso, nos estudos da argumentação retórica, pode, ao mesmo tempo em que se constitui como um ato do orador, ser entendido como uma prática social, já que se trata de uma atividade humana e dialógica. Para Souza; Sousa e Moreira (2018, p. 5), a argumentação retórica pode ser entendida como uma atividade “pela qual se produz linguagem e sentidos, que pressupõe a interação entre orador/sujeito discursivo e público-alvo, o auditório, ao qual busca convencer e/ou persuadir”.

Recorrendo ao ponto de vista teórico postulado pelos estudos da argumentação, que têm como base os preceitos da Nova Retórica, compreendemos que esta vertente de ideias sugere que a argumentação seja uma atividade interativa, dialógica e construída de uma organização textual elaborada para defender um posicionamento. E por isso, pela necessidade de eficiência em sua defesa, faz uso de um conjunto de técnicas argumentativas na organização do texto (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Neste sentido, a teoria supracitada reverbera sobre a argumentação como uma atividade verbal que compreende a defesa de uma tese ou o discurso em si (*logos*), a emoção que o orador pode despertar no auditório (*pathos*) e o *ethos*, que se volta à autoimagem que esse orador objetiva construir discursivamente.

Para Souza e Costa (2009), o *ethos* revelado no processo argumentativo pelo orador, ao defender suas teses, tem função relevante nas discussões e na defesa de pontos de vista em processos interacionais. Ainda na esteira do pensamento dos autores, o orador e o auditório são papéis socialmente determinados, cuja imagem se constrói no discurso. Em relação a esses papéis construídos e/ou determinados no discurso, Volochinov (2017, p. 204) sugere que “evidentemente o enunciado se forma entre dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor”. Para Bakhtin (2011, p. 271), “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva”, ou seja, em qualquer circunstância, o enunciado vai sempre suscitar uma resposta, o que deixa evidente a existência do outro. Ainda sobre a importância do interlocutor, Bakhtin (2011, p. 301) aponta que:

O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. [...] Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta (grifo do autor).

Portanto, a palavra será sempre endereçada a um interlocutor, e como qualquer discurso, o argumento é um enunciado resultante de um processo interacional e dialógico. Para Fiorini (2016), esse processo de enunciação argumentativa põe em jogo três elementos: o enunciatário, o enunciador e o discurso, ou, como foram chamados na retórica, o orador, o auditório e a argumentação.

Considerando o pressuposto já defendido por Amossy (2005, p. 9) de que “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si”; podemos compreender que cada enunciador, ao se pronunciar revela em seu discurso uma apresentação de si, podendo esta imagem ser reconstruída inúmeras vezes durante o processo discursivo.

À medida em que o orador enuncia o discurso, implicitamente, evidencia elementos que determinam suas escolhas e assim revela a construção de uma imagem de si. Esta apresentação de si, de acordo com Amossy (2005, p. 9), “não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais”. Neste sentido, ao construir seu discurso, nessa relação interativa, o orador edifica uma imagem chamada, pelos estudos retóricos, de “*ethos*”.

O orador ou o enunciador, como é chamado por Bakhtin (2011, 2016), é sempre um sujeito social, no entanto, esse sujeito social pode ser individual ou coletivo, ou seja, esse enunciador não precisa ser um indivíduo, ele pode ser uma instituição, como por exemplo, um jornal, a igreja, o banco. Nos discursos proferidos, enunciados por estes, ou por aqueles, procuramos recorrências em elementos composicionais, na escolha do assunto, na construção das personagens, nos gêneros escolhidos, no nível de linguagem, dentre outros que possam apontar as marcas que determinam a construção do *ethos*, considerando que essa construção de imagem ocorrida na interação (locutor e interlocutor), se encontra carregada de intencionalidades, de vontade de influência. Nessa perspectiva, Amossy (2005, p. 12) aponta:

A função da imagem de si e do outro construída no discurso se manifesta plenamente nessa perspectiva interacional. Dizer que os participantes

interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro.

Nessa linha de pensamento, podemos inferir que na argumentação temos a linguagem humana natural em processos interacionais, dialógicos, como práticas discursivas, sociais (SOUZA; SOUSA; MOREIRA, 2018), que mesmo em um processo natural de interação social e dialógica, exige que locutor e interlocutor, ou seja, os atores envolvidos no processo, forneçam, por meio de seus comportamentos, suas escolhas, suas formas de dizer, espontâneos ou não, certa impressão de si mesmos.

Para Amossy (2005), esta impressão fornecida pelos autores contribui para influenciar seus parceiros do modo desejado, o que nos leva ao entendimento de que toda interação social pode ser considerada uma influência recíproca e de que é nesse espaço de enunciação que se explicita o *ethos*. Coadunando com esse pensamento, Fiorin (2016, p. 70) indica que o *ethos* se explicita “nas marcas da enunciação deixadas no enunciado”, ou seja, é na impressão revelada por cada interlocutor que ocorre o processo de construção do *ethos*.

3 Metodologia

A análise empreendida neste trabalho se realiza em conformidade com a perspectiva da Análise Dialógica do Discurso, em diálogo com os estudos sobre argumentação no discurso, mais especificamente com a abordagem da Amossy (2005). Neste direcionamento teórico-metodológico, o estudo efetivado se configura como uma pesquisa de natureza interpretativa e de abordagem qualitativa. Sobre essa perspectiva, o autor Cresweell (2007, p. 186) aponta que “[...] a pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados”, para assim, apontar os resultados obtidos com a investigação.

Buscamos, neste momento do artigo, desenvolver a análise da construção do *ethos* de si de um sujeito surdo, revelado em um texto publicado no livro “*As imagens do outro sobre a cultura surda*”. Portanto, nosso *corpus* é constituído por um discurso de Karin Strobel (2016) e será analisado com base na concepção de *ethos*, sob a perspectiva da argumentação no discurso, conforme os preceitos apontados por Amossy (2005).

4 A construção do *ethos*

Esta pesquisa se insere no campo das Ciências Humanas, sob a perspectiva advinda das reflexões de Bakhtin. Nesse sentido, a abordagem utilizada será a qualitativa (CRESWELL, 2007), visto que, buscamos “compreender e interpretar os sentidos e dizer ‘coisas significativas e substanciais’” sobre o objeto de pesquisa (BESSA, 2016, p. 47, grifo do autor).

O nosso *corpus* é composto de um texto produzido por um sujeito surdo, extraído do livro “*As imagens do outro sobre a cultura surda*”, de Strobel, versão publicada em 2016, e, pretendemos identificar e analisar como se dá a construção do *ethos* desse sujeito na construção discursiva.

Para esse momento, apresentamos a abordagem que intenciona considerar como o surdo constrói seu *ethos*. Dadas as orientações e esclarecimentos para acompanhamento das análises, passaremos ao primeiro excerto.

Excerto 1

Uma vez eu fui dar aula para um grupo de profissionais em uma cidade do Nordeste do Brasil, e uma psicóloga que trabalhava muitos anos com os surdos e sabe a língua de sinais me fez a pergunta: - Por que você não faz uma operação para ouvir? E respondi com outra pergunta: - Para que?

Partindo da assertiva de que todo ato de *tomar a palavra* implica a construção de uma *imagem de si* por parte do sujeito que fala (AMOSSY, 2005), compreendemos que ao fazer uso da fala, a autora do texto já inicia numa revelação transparecida pelo discurso proferido no que ela chamou de “aula para profissionais no Nordeste”. Quando a autora se coloca como professora do grupo de profissionais, ela já está se posicionando em defesa da construção de uma imagem positiva de si.

O fato de ir “*dar aula para um grupo de profissionais*” funciona como argumentos que dialogam com o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) chamou de lugar de essência, ou seja, “conceber um valor superior aos representantes bem caracterizados dessa essência” (p. 106) contribui com a construção de uma imagem de equidade, o que para a autora, colabora na construção do *ethos*, valor a impressão ou a marca que ela imprime no discurso para que outras pessoas também possam enxergar o mesmo *ethos* que ela revelou ou desejou que fosse construído. A autora demarca sua posição social e sua identidade, independente da condição.

A ação de identificar a pessoa que fez a pergunta, ao sinalizar que foi “*uma psicóloga*”, significa mostrar que não foi “qualquer” pessoa, mas alguém considerado com formação

intelectual, dialogando, portanto, com o que Bakhtin (2011) chama de cargas valorativas atribuídas socialmente, nesse caso, aos profissionais psicólogos. Se o enunciado desse sujeito, em contato com surdos e com experiência na área de Libras e de surdez, representa um grau de importância ou de consistência maior, da mesma forma é o fato de argumentar sobre ele, desqualificando-o e construindo em sobreposição a este discurso uma imagem positiva de si.

A pergunta da psicóloga funciona muito mais como suporte e como enunciado que proporciona a possibilidade de uma argumentação consistente, eficaz. Ao responder o questionamento da psicóloga com a simples pergunta “*Para quê?*” a oradora utiliza de escolhas lexicais que constituem uma estratégia argumentativa na construção do *ethos* e confirma essa construção positiva com o tom interrogativo. Ao mesmo tempo, recorre ao *ethos* de identificação com a surdez e se coloca em posição de equidade, de semelhança com o seu interlocutor para, assim, tentar persuadi-lo, admitindo ter as mesmas capacidades e perspectivas.

Também, neste questionamento, podemos compreender que a locutora cria uma relação com a interlocutora, provocando-a, e compreendendo a argumentatividade presente no discurso recorre ao posicionamento defendido por Mosca (2004, p. 17) ao “considerar o outro como capaz de reagir e interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas”, para trazê-la à discussão, em um embate de vozes sobre a temática. Em seguida, o discurso é mergulhado numa reflexão, em que a oradora continua valorando a construção do *ethos* positivo de si. Essa valoração pode ser percebida no trecho a seguir.

Excerto 2

Ela me respondeu: - para você ter uma vida normal! Fiquei refletindo: uma psicóloga que trabalha com os surdos há muito tempo me via como “anormal”. O que tenho de anormal?

No excerto, podemos perceber que, no enunciado, a resposta da psicóloga, “- *para você ter uma vida normal!*” revela um diálogo com vozes advindas de valores arraigados ao processo histórico do oralismo mencionado por Perlin (2010), quando ela nos lembra que muitas vezes se tem como ponto de partida a deficiência do surdo, sugerindo, dessa forma, a correção da fala, ou seja, a oralização do sujeito. Também é possível analisarmos, no mesmo enunciado, que, proporcionada por valores construídos socialmente e disseminados ao longo do tempo, é perceptível a construção de um *ethos* do sujeito surdo, previamente marcado pelo lugar social que a sociedade “imagina” que ele ocupa, pois, está implícito na fala da psicóloga que o fato

do surdo não falar (oralmente), o faz ter uma vida “anormal”. E essa anormalidade expressa no enunciado representa uma carga valorativa negativa, inferiorizada.

Sobre este enunciado, podemos inferir que apesar dos avanços em relação ao desenvolvimento do sujeito surdo, da difusão da língua de sinais, a sociedade, composta em sua maioria por ouvintes, ainda afirma que sua superioridade em relação ao povo surdo quando entende que “o sujeito surdo tem que viver e submeter-se a essa maioria que o rodeia” (STROBEL, 2016, p. 102). Essa perspectiva está implícita na fala da psicóloga, ao sugerir que para ter uma vida normal, o surdo precisa ouvir, ou seja, ser ouvinte.

Esse discurso de supremacia advindo do processo histórico reflete, entre outras coisas, a falta de empatia e de alteridade mencionadas por Bakhtin (2011), quando ele sugere que nos coloquemos no lugar do outro, que saíamos de nós e possamos penetrar no mundo do outro, na vida do outro e retornemos para nós alterados, modificados, com a capacidade de enxergar o outro a partir dele.

Os questionamentos reflexivos da autora do texto refletem a construção de um *ethos* de si positivo, seguro, ao questionar o posicionamento da psicóloga “*Fiquei refletindo: uma psicóloga que trabalha com os surdos há muito tempo me via como “anormal”. O que tenho de anormal?*” Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), ao tentar convencer ou seduzir o outro, o enunciador utiliza estratégias que buscam construir sua imagem de modo a conseguir a adesão do enunciatário. Busca-se, por exemplo, fazer um alinhamento do *ethos* do enunciador ao *ethos* enunciatário. Este processo pode ser observado quando a autora se questiona “*O que tenho de anormal?*”, criando um contrato comunicativo, buscando estabelecer sintonia com o interlocutor numa relação de equidade, se colocando como tão capaz, tão normal quanto o ouvinte.

Excerto 3

Será que ouvir é normal e não ouvir é anormal?

A busca pela adesão do outro nem sempre é de maneira consciente. No entanto, ao dirigir-se ao interlocutor com o intuito de convencê-lo sobre as teses defendidas, o locutor se utiliza de “palavras e construções que manifestam, em maior grau, a subjetividade do enunciador, pois expressam alguma valoração do estado emocional deste a respeito daquilo que fala” (ANTUNES; PAULIUKONIS, 2018, p. 15). Podemos perceber que esta manifestação valorada no enunciado “*Será que ouvir é normal e não ouvir é anormal?*” Ao se colocar dessa

forma, a locutora revela certa subjetividade, que de acordo com a perspectiva de Fiorin (2016, p. 70), “é a fonte de onde emana o enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso”. Portanto, para este tipo de enunciado, no intuito do estabelecimento do diálogo com seu enunciatário, o enunciador faz a seleção do léxico que é próprio deste discurso.

Notamos no discurso da oradora que a construção do *ethos* se apresenta numa perspectiva que compreende o caráter conflitivo da linguagem, considerando a relação de poder existente entre o ouvinte e o surdo, retomando a ideia de uma “supremacia” estabelecida no discurso do ouvinte. Nesse sentido, a locutora demonstra, criticamente, perceber que apesar da evolução em alguns aspectos como a difusão da língua de sinais e sua oficialização, ainda se consegue perceber que “o que é visto de um modo melhor ou com mais frequência é, apenas por isso, supervalorizado (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA 2014, p.132). Assim, para os autores, podemos inferir que “o que está presente na consciência adquire uma importância que a prática e a teoria da argumentação devem levar em conta” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA 2014, p. 132), visto que, essa presença pode aproximar o orador/locutor do auditório e, sobretudo, sensibilizá-lo.

Excerto 4

Como uma psicóloga bilingue pode trabalhar com os surdos se os estereotipa como “anormais”? (p. 102).

Compreendemos que todo enunciado se encontra atravessado por muitas vozes, ou seja, “em qualquer enunciado [...] em situações concretas de comunicação discursiva, descobrimos toda uma série de palavras do outro [...]” (BAKHTIN, 2011, p. 299). Portanto, acreditamos que esses “outros” rechearam a voz da psicóloga, ao sugerir o estereótipo¹ de anormal para o sujeito surdo. Assim sendo, os estereótipos podem nos levar a pensar em um *ethos* coletivo, o que entendemos se constituir em um problema, visto que, dessa forma, temos a possibilidade de um caráter taxativo e generalizado.

Considerando que todo ato de linguagem emana de um sujeito que se define somente em relação a um outro (princípio da alteridade, da interação), presentes na perspectiva da linguagem de Bakhtin (2011), entendemos, na indignação da locutora, uma negação ao discurso que o antecede, ou seja, a pergunta da psicóloga. A oradora/locutora se coloca refutando a fala

¹ Estereótipo é o conceito ou imagem preconcebida, padronizada e generalizada estabelecida pelo senso comum, sem conhecimento profundo, sobre algo ou alguém.

da interlocutora. Para isso, ela usa a palavra “*anormais*” demarcada pelo uso das aspas, como forma de sinalizar seu distanciamento em relação ao posicionamento assumido pela interlocutora. Na concepção de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), esse tipo de enunciado tem o objetivo de remover uma incompatibilidade presente em uma tese, norma, fato ou verdade. Para remover a incompatibilidade, a oradora/locutora se vale da palavra “*anormais*”, (entre aspas), apresentando, assim, uma avaliação negativa da colocação.

Entendemos que, na construção discursiva, o *ethos* reflete, entre outros fatores, a escolha do léxico e o nível de linguagem a ser utilizado, visto que, o orador é compreendido como um sujeito discursivo que “pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem em seus discursos” (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 22). Nessa perspectiva, entendemos que a oradora faz uso dos recursos linguísticos, de forma elaborada, pensada para convencer ou influenciar de algum modo o auditório para cumprir com a construção positiva do *ethos* de si.

Considerações de um (in)acabamento

O discurso analisado nos permite perceber que as marcas históricas e constitutivas da imagem do surdo, ao longo da história, ainda influenciam na construção do *ethos* desse sujeito. Embora o orador/locutor do discurso, que ora se encontra em análise, tenha mantido uma postura de posicionamento positivo em relação à construção do *ethos*, podemos compreender a dificuldade em se fazer perceber como um ser socialmente dialógico, ideológico é tão capaz quanto o ouvinte.

A visão histórica construída pelo sujeito ouvinte circula socialmente em constante conflito com o *ethos* que, possivelmente, o surdo deseja que seja construído. Percebemos, no discurso do orador/locutor, que o surdo resiste ao apagamento e quer, com autoridade, mostrar aos sujeitos ouvintes que o fato de usar uma língua diferente e pertencer a uma cultura não oralista, não o torna inferior intelectualmente.

Neste contexto, nossa pretensão foi trazer à tona um pouco do que foi construído pelo próprio sujeito surdo, revelado no discurso analisado, compreendendo como sugerido por Fiorin (2016, p. 70), que “o *ethos* é um autor discursivo, implícito, não o autor real”, porém considerando o espaço de voz do sujeito como um espaço revelador, de maneira que nos leve a entender o valor simbólico e ideológico da linguagem e a perceber a influência, mesmo que sutilmente, dos já ditos na constituição do nosso dizer.

Esperamos que este trabalho nos ajude a compreender as representações e os diálogos que vêm marcados por estereótipos que constroem, algumas vezes, a imagem negativa do sujeito surdo e que, partindo dessas reflexões, possamos, então, alargar nossos conhecimentos e ampliar, por meio de outras pesquisas, os espaços de discussões, a fim de aprendermos respeitar as diferenças linguísticas e culturais.

Referências

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* a análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-28.

ANTUNES, Claudia Sousa; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Ethos: a construção da imagem de si. **Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, n. 55, 2º sem. 2018. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.9> Acesso em: 03. ago. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BESSA, José Cezinaldo Rocha. **Dialogismo e construção da voz autoral na escrita de texto científico de jovens pesquisadores**. 2016. 386 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Unesp/Araraquara, 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LULKIN, Sérgio Andrés. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, Carlos (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2010, p. 33-39.

MEYER, Michel. **A retórica**. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades surdas. *In*. SKLIAR, Carlos. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; REIS, Flaviane. Surdos: cultura e transformação contemporânea. *In*. PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (orgs.). **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. Curitiba, PR: CRV, 2012.

SOUZA, Gilton Sampaio; SOUSA, Maria do Socorro Cordeiro de; MOREIRA, Marília Cavalcante de Freitas. O assassinato de Francisca do Socorro em discursos e argumentos da população civil de Milagres/CE e do acusado pelo crime. **Macabéa - Revista Eletrônica do Netlli**, v. 7, n. 1, p. 107-126, jan.- jun. 2018.

SOUZA, Gilton Sampaio; COSTA, Rosa Leite da. O professor de Letras e o seu discurso: a constituição do ethos de professores do ensino superior. *In*. **Revista Letra Magna**, ano 05, n. 10, 1º sem. 2009.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**, 4. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

ETHOS DE IRACEMA: UMA ANÁLISE ARGUMENTATIVA

Ana Selia Rodrigues Novaes
Maria Aparecida de Sá Martins Menezes

Introdução

Uma das obras mais conhecidas da literatura romântica nacionalista brasileira do escritor José de Alencar é *Iracema* (1985), romance indianista que se tornou conhecido pela exaltação do índio, colocando-o como herói nacional. Ademais, trata-se de uma obra bastante rebuscada que compõe a tríade dos livros de maior exemplo desse período (indianista) ao lado de *O Guarani* e *Ubirajara*, também escritos por José de Alencar, que era de origem cearense, e além de escritor, era também jornalista e advogado.

O romance *Iracema*, pelos recursos estilísticos utilizados em sua composição, como símiles e metáforas, é considerado, pela crítica literária, ‘um poema em prosa’, e narra a história dos primeiros contatos e da miscigenação entre indígenas e europeus, a partir de um trágico romance entre uma índia tabajara, do Nordeste brasileiro, que se apaixona por um guerreiro colonizador europeu.

Além da triste história da ‘virgem dos lábios de mel’ (*Iracema*), e de seu amado (Martim), um dos primeiros colonizadores portugueses do litoral cearense, a obra ressalta a história das origens do Ceará e descreve o ódio entre as tribos Tabajara e Pitiguara que eram aliadas dos franceses e portugueses, respectivamente.

O relacionamento amoroso entre *Iracema* e Martim pode ser interpretado simbolicamente como metáfora, como alegoria representativa do cruzamento das raças indígena e branca, ou seja, a nativa e o europeu colonizador.

O presente estudo apresenta como categoria a ser analisada os elementos dos processos narrativos do romance, apresentados pelo autor, articulados às questões do *ethos* da personagem *Iracema*. Entende-se por *ethos*, a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer influência sobre seu interlocutor. Trata-se de um termo que, segundo Barthes (1994), consiste naquelas características de caráter que o orador deve apresentar ao auditório para causar boa impressão, pouco importando sua sinceridade: são seus ares. Vincula-se, dessa forma, não ao indivíduo “real”, mas ao exercício da fala, ao papel correspondente ao seu discurso (MAINGUENEAU, 2014).

Dessa maneira, o *corpus* de análise é o romance *Iracema*, de José de Alencar. A problemática a ser desvelada é: qual o *ethos* da mulher indígena revelado no romance, no século XIX? Para tanto, recorre-se aos discursos e modos de vida da personagem *Iracema*, com seus costumes, habitações, relações sociais e crenças descritos na obra.

Amossy (2018, p. 18) considera que “o *ethos* é a imagem que o orador projeta de si mesmo em seu discurso, e que contribui fortemente para assegurar sua credibilidade e sua autoridade”. Na análise, o *ethos* da personagem *Iracema* será observado a partir do olhar do narrador, uma vez que se trata de figura fictícia, ainda que seja baseado em fatos com características que condizem com a realidade do Brasil Colônia.

1 Breve contextualização da obra literária

A apresentação do texto inicia-se pela caracterização do local, que será o cenário do romance. Em sequência, o narrador faz um breve comentário, afirmando que descreverá uma história que lhe contaram em sua terra natal.

O título ‘*Iracema*’ representa um anagrama ou trocadilho com a palavra América, sugerindo que a personagem principal representa o continente americano. Já Martim remete à Marte, deus da guerra, e representa a Europa. De maneira analítica, pode-se interpretar que, implicitamente, o autor sugeriu que Martim (Europa) trouxe a guerra para *Iracema* (América). Sabe-se que a chegada dos europeus no Brasil trouxe várias consequências, a exemplo da aculturação, submissão e aprisionamento de indígenas, doenças, tomada de terras, dentre outras.

O romance *Iracema* conta a história de amor entre Martim, o guerreiro português, e *Iracema*, jovem e bela índia tabajara, filha de Araquém, pajé da tribo. Martim sai à caça com seu amigo Poti, guerreiro pitiguara, e perde-se do companheiro. No meio da mata, o guerreiro encontra-se com *Iracema* que, amedrontada, solta a sua flecha em direção ao rapaz e o fere. Arrependida de ter machucado o guerreiro branco, ela o acolhe na cabana de Araquém, seu pai e chefe da tribo dos tabajaras. *Iracema* pede ao guerreiro que espere a volta de Caubi, seu irmão, para que possa chegar são e salvo às terras pitiguaras.

Porém, nesse período, *Iracema* apaixona-se por Martim e acaba traíndo o segredo da jurema, que guardava com a condição de ter sua virgindade consagrada à divindade. Depois de sua traição, *Iracema* acompanha Martim, deixando em sua tribo um ambiente de revolta, principalmente por parte de Irapuã, chefe dos guerreiros tabajaras e inimigos dos pitiguaras, que guardava sentimento de paixão pela índia.

Por causa da fuga e traição de Iracema, junto ao hóspede português, é desencadeada uma guerra de vingança e os tabajaras são derrotados. Iracema vê seus conhecidos mortos. Martim, observando a tristeza da companheira, resolve, junto com seu amigo Poti, morar bem longe das terras tabajaras.

Nas terras longínquas, durante algum tempo, Iracema e Martim vivem uma feliz relação amorosa. Depois de algum tempo, a jovem descobre que está grávida e anuncia ao seu parceiro que espera uma criança. Entretanto, naquela altura do relacionamento, Martim já se apresentava indiferente para com a índia, como se algo tivesse influenciando seus sentimentos com o passar dos dias, e assim, já não mostrava por ela a intensidade dos sentimentos de outrora.

Em princípio, o amor de Martim parece começar a declinar e demonstrando saudade da pátria distante, deixa transparecer indiferença para com a nativa, ausentando-se em longas e demoradas jornadas.

Dessa maneira, durante a maior parte da gestação (cerca de oito meses), Iracema fica sozinha, distante de Martim e de seu povo, uma vez que seu amado demorava a retornar das viagens. Dá à luz em meio às dificuldades da mata e à solidão. O filho, recém-nascido, foi chamado de Moacir (filho do sofrimento). O padecimento debilita a índia e a deixa muito enfraquecida, situação que não a impede de se preocupar e cuidar da criança até o regresso do companheiro.

Ao retornar, Martim recebe seu filho dos braços de Iracema. A índia, debilitada, reconhece que não terá mais tempo de viver para cumprir seu papel de mãe e esposa e, assim, pede para que seja enterrada aos pés de um coqueiro, local que passou a se chamar Ceará, e logo em seguida, morre. Martim atende ao pedido e, no local pretendido pela mulher, sepulta o corpo. Depois, volta para a sua terra natal, levando o filho e a saudade da fiel companheira.

A obra evidencia que os povos indígenas viviam em meio à natureza acolhedora que supria as necessidades de consumo da época. Os nativos costumavam praticar rituais religiosos e cerimoniais dedicados às divindades. Suas armas eram produzidas com matérias primas retiradas do próprio meio ambiente, como o arco e a flecha, e valorizavam-se os atos heroicos e coragem triunfante. Não havia divisão de classes sociais, mas sim, divisão de trabalho. A mulher cuidava dos afazeres domésticos e os homens das caças, coletas e defesas dos seus semelhantes contra ameaças externas. A bebida que se costumava preparar era à base de jurema, espécie nativa do Brasil.

Observou-se que havia adoção de costumes hospitalares para acolhida de visitantes do sexo masculino, como a oferta de esteiras para descansos, além de mulheres para lhes fazer companhia.

2 Um percurso cronológico do *ethos*

Para determinar o *ethos* da personagem Iracema, convém que se apresente o percurso cronológico sobre o tema, da Idade Antiga até a Contemporânea, com o propósito de esclarecer a teoria que embasa a presente investigação.

O *ethos* é construído pelo orador em ações comunicativas e interativas, aparecendo como autoimagem no jogo discursivo. A construção da imagem de si, feita pelo enunciador, destina-se a influenciar o auditório, que na esteira de Perelman, Amossy (2018, p. 21) nos define:

Para agir por meio de seu discurso, o orador deve se adaptar àquele ou àqueles ao(s) qual(is) se dirige: " ... se quiser agir, o orador é obrigado a adaptar-se a seu auditório". Por orador, Perelman entende, indiferentemente, tanto aquele que pronuncia o discurso quanto aquele que o escreve. Por auditório, compreende de maneira ampla "o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.

Na Idade Antiga, o grego Aristóteles defendia que o *ethos* torna o discurso persuasivo. Em suas palavras, "o *ethos* faz parte das provas técnicas (pisteis) que tornam o discurso persuasivo [...], considerando vários pontos de vista, como o de caráter, que inclui qualidades morais e intelectuais" (*apud* AMOSSY, 2018, p. 79). Arón Kibédi-Varga e Michel de Guern (*apud* AMOSSY, 2018, p. 82) observam que, na Idade Clássica, "a questão da autoridade moral associada à pessoa do orador, está inicialmente ligada à maneira de se comportar na vida real".

Também sobre o assunto, Fiorindo (2012, p. 4) observa que:

Em algumas passagens da Arte Retórica, *ethos* também evoca hábitos, modos e costumes. Longe de serem termos excludentes, tais campos semânticos são elementos fundamentais na arte de convencer, já que o ser e o parecer são elementos argumentativos na persuasão.

E assim, pode-se assegurar a importância do *ethos* nos estudos linguísticos da época e prolongar-se até os dias atuais, mesmo com perspectivas divergentes entre alguns estudiosos da contemporaneidade.

Oswald Ducrot retoma de Aristóteles o uso do *ethos* e o incorpora a seus estudos, fazendo relações com sua teoria polifônica da enunciação. Amossy (2018, p. 84) infere que:

Nem Émile Benveniste nem seus sucessores imediatos retomam o termo *ethos*, cujo reemprego deve-se, em primeiro momento, a Oswald Ducrot. E é em referência a Aristóteles que ele incorpora esse termo à sua teoria polifônica da enunciação, ou melhor, ao que ele chama pragmática semântica.

Numa perspectiva cronológica, Amossy (2018) observa que o *ethos* do orador, na retórica clássica, é determinado não somente pela sua enunciação, mas também por dimensões extraverbais, que perpassam pelos seus modos de vida e questões de sua moralidade no mundo em que vive. Sobre tais dimensões resume que:

As dimensões extraverbais do orador na retórica clássica assim se resumem: 1) seu renome, sua reputação, isto é, a imagem prévia que sua comunidade tem dele; 2) seu status, o prestígio devido a suas funções ou a seu nascimento; 3) suas qualidades próprias, sua personalidade; 4) seu modo de vida, o exemplo que ele dá por seu comportamento [...] O *ethos* se confunde, então, com os modos e com a questão da moralidade do locutor como ser no mundo (AMOSSY, 2018, p. 83).

Na contemporaneidade, o *ethos* é discutido em várias dimensões acadêmicas, quer transitando em publicações científicas ou em propostas curriculares, como a Análise do Discurso, e isso se faz pela contribuição de vários teóricos.

A atual análise levou em consideração os processos inferenciais resgatados pela enunciação, os modos de dizer de Iracema, bem como o contexto vivido por ela. Dessa maneira, foram consideradas também as dimensões extraverbais defendidas por Amossy (2018), uma vez que, o romance de José de Alencar baseia-se nas qualidades próprias de Iracema e de seus modos de vida. Assim, se faz conhecer a sua personalidade (autorretrato) compreendida em conjuntura contextual e social.

3 O *ethos* da personagem Iracema

O narrador da prosa *Iracema* apresenta a índia por meio de muitas características físicas e elementos sociais e a expõe como uma personagem que se manifesta em ações dialógicas, de maneira que sua imagem é revelada na obra, inspirando confiança no leitor. As manifestações comunicativas e dimensões extraverbais, como os modos de vida e a questão da moralidade destinadas à Iracema garantem o sucesso oratório da personagem e possibilitam a determinação

de seu *ethos*. As falas da personagem condizem com o *ethos* revelado pelo autor/orador, uma vez que os argumentos apresentados nos despertam crença no romance.

O narrador, em seu trabalho linguístico, passa para o leitor a história com linguagem aprimorada, uma vez que, o gênero literário se fez por meio de enredo claro, e ao mesmo tempo, com escrita elegante e motivadora, facilitando o entendimento e o envolvimento dos leitores com a obra.

A índia, com traços físicos comparados aos elementos da natureza, viveu em mata selvagem, onde se valia de táticas de sobrevivência, construindo imagem (*ethos*) de mulher formosa, corajosa e determinada.

A virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que o talhe de palmeira. O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado. Mais rápida que a ema selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, da grande nação Tabajara. O pé grácil e nu, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas (ALENCAR, 2012, p. 20).

Em uma passagem do romance, Iracema diz para Martim: “- A filha de Araquém é mais forte que o chefe dos guerreiros”. (ALENCAR, 2012, p. 36) e no ato enunciativo, uma mulher formosa, atraente e delicada expressa sua fortaleza e coragem, não parecendo corresponder aos seus atributos reais, mas mostrando superação a uma personagem eleita como chefe de outros guerreiros. No entanto, para Aristóteles (*apud* AMOSSY, 2018), o *ethos* é o caráter, a imagem de si, projetada pelo orador desejoso de agir por sua fala, pondo em destaque o fato de que essa imagem é produzida pelo discurso.

Fiorindo (2012, p. 1) esclarece que:

Para os gregos, a imagem que o orador cria e mostra no momento da enunciação, a fim de convencer o auditório não corresponde, necessariamente, à identidade dele; enquanto para os romanos, o *ethos* estava ligado aos atributos reais do orador, à sua moral, e não incidia na imagem discursiva criada pelo orador.

Os modos de dizer de Iracema expressam suas ideias por meio de linguagem com traços identitários, influenciando o raciocínio do leitor sobre o *ethos* dela mesma. A índia, protagonista do romance, em outra situação discursiva, revela o seu *ethos*, como pessoa sensível, solidária e hospitaleira, quando ao acertar flechada no guerreiro Martim, expressou arrependimento, e tal sentimento pôde ser observado quando quebrou a flecha e deu a haste ao desconhecido, com

súbita decisão de acolhida, convidando-o a acompanhá-la até a morada de seu pai, culminando com a fala: “– Bem-vindo seja o estrangeiro aos campos dos tabajaras, e à cabana de Araquém, pai de Iracema” (ALENCAR, 2012).

No decorrer da obra, o leitor pode observar que Iracema ficou repentinamente apaixonada por Martim, mesmo assim, cumpria com fidelidade, os costumes da tribo, conduzindo algumas mulheres para satisfazerem os desejos do hóspede estrangeiro. Assim, Iracema, em meio às reações físicas que culminaram em tremores de lábio e umidade de pálpebra, anunciou: “As mais belas mulheres, da grande taba, contigo ficam” e justificando sua ausência, naquele momento, junto ao hóspede, acrescentou: “– Estrangeiro, Iracema não pode ser tua serva. É ela que guarda o segredo da jurema e o mistério do sono” (ALENCAR, 2012). O *ethos* revelado com essa fala é de pessoa fiel às tradições de um povo, capaz de guardar um segredo, por se manter leal a uma promessa feita às divindades.

Em descrições de atos, as reações físicas de Iracema revelam o amor que em seu peito despertava por Martim, visto que, andando pelo bosque, o rapaz apressou os passos para abraçá-la, e “cedendo a meiga pressão, a virgem reclinou-se no peito do guerreiro, e ficou ali trêmula e palpitante como a tímida perdiz” e depois, de “súbito a virgem tremeu; soltando-se rápida dos braços que a cingia” (ALENCAR, 2012, p. 34). Nesse caso, o *ethos* de Iracema é de mulher apaixonada que se manifesta tímida e tenebrosa diante do amado.

Ao anunciar para Martim que seu irmão Caubi retornará à terra dos tabajaras e que o levaria em breve, de volta para fora dos campos daquele povo, a índia declarou que sentiria tristeza por causa do amor que já guardava em si, pelo guerreiro branco: “– A juruti, quando a árvore seca, foge do ninho em que nasceu. Nunca mais a alegria volta ao seio de Iracema: ela vai ficar como o tronco nu, sem ramas, nem sombras” (ALENCAR, 2012, p. 38-39). E quando Martim confirma, decididamente, sua partida, ela responde: “– Tu levas a luz dos olhos de Iracema, e a flor de sua alma” (ALENCAR, 2012, p. 40). Mulher triste é o *ethos* revelado pela personagem nessa exposição discursiva, uma vez que pela enunciação projeta o seu sofrimento posterior à partida daquele que parecia despertar nela tão intenso amor.

Em alguns momentos, o romance evidenciou que o *ethos* de Iracema era de uma mulher saudosa e inconformada, pode-se perceber quando a personagem sentiu a falta de Martim, e inferiu que o mesmo tinha deixado a cabana do pajé para voltar ao lugar de onde partira, ela rapidamente seguiu o rapaz, e falou: “– Por que [...] o estrangeiro abandona a cabana hospitaleira sem levar o presente de volta? Quem fez mal ao guerreiro branco na terra dos tabajaras?” (ALENCAR, 2012, p. 28).

A fala da nativa também lhe define com o *ethos* de preocupada e curiosa, quando em determinado momento, observou que Martim se apresentava calado e pensativo, então indagou: “É a presença de Iracema que perturba a serenidade no rosto do estrangeiro?” [...] Uma noiva te espera?” (ALENCAR, 2012, p. 32).

O *ethos* de pessoa modesta se faz perceber, quando o guerreiro branco lhe lançou um elogio, e a virgem retrucou: “A flor da mata é formosa quando tem ramas que a abrigue e tronco onde se enlace. Iracema não vive na alma de um guerreiro: nunca sentiu a frescura do seu sorriso” (ALENCAR, 2012, p. 33).

Também o *ethos* de solidária é revelado pela enunciação da índia, quando ela, mesmo aparentemente apaixonada por Martim, fala: “- A alegria voltará logo à alma do guerreiro branco; porque Iracema quer que ele veja antes da noite a noiva que o espera” (ALENCAR, 2012, p. 33).

Os traços comportamentais de mulher assustada, triste e enfurecida são observados quando, estando a ‘virgem dos lábios de mel’ velando o corpo de Martim na mata, Iracema ouviu um barulho de passo ligeiro que, em seguida, descobriu ser de Irapuã (chefe guerreiro tabajara). Ouvia do contêrrâneo a declaração de que planejava matar o jovem branco que se encontrava adormecido. Queria matá-lo, para que assim, Iracema pudesse amá-lo como um vencedor. Ela, então, respondeu: “- Nunca Iracema daria seu peito, que o espírito de Tupã habita só, ao guerreiro mais vil dos guerreiros tabajaras! Torpe é o morcego porque foge da luz e bebe o sangue da vítima adormecida” (ALENCAR, 2012, p. 36).

Não conseguindo convencê-lo que a ideia de assassinato não era favorável, o narrador descreveu a cena em que Iracema, com *ethos* de pessoa rápida e precavida, reagiu contra aquela atitude que poderia ser mortal: “A virgem retraiu dum salto o avanço que tomara e vibrou o arco. O chefe cerrou ainda o punho do formidável tacape; mas pela vez primeira sentiu que pesava ao braço robusto” (ALENCAR, 2012, p. 32).

Projetou o *ethos* de uma jovem precavida, quando mesmo apaixonada, resistia ao amor do mancebo, com medo do que poderia acontecer, caso eles ficassem juntos. Ela disse: “- Guerreiro branco, Iracema é filha do pajé, e guarda o segredo da jurema”. Previu e anunciou de maneira indireta que, o guerreiro que possuísse a virgem de Tupã, morreria.

Com ares de apaixonada, ao saber da partida definitiva de Martim, Iracema declara para ele: “-Guerreiro que levas o sono dos meus olhos, leva a minha rede também. Quando nela dormires, falem em tua alma os sonhos de Iracema” (ALENCAR, 2012, p. 42).

Ao partir com Gaubi, Martim foi seguido por Iracema, que, na nossa percepção, revelou o *ethos* de moça triste e amorosa, “- A tarde é a tristeza do sol. Os dias de Iracema vão ser longas tardes sem manhã até que venha para ela a grande noite “(ALENCAR, 2012, p. 43).

No entanto, em meio à partida de Martim, que deixava a taba dos tabajaras, o rapaz branco foi interceptado por Irapuã e guerreiros aliados, e assim, Caubi pede à Iracema que conduza o hóspede de volta para a taba, para que o pajé pudesse mantê-lo sob sua proteção.

À eminência da dor da separação, Iracema, decidida, diz para Martim que não pode mais separar-se do estrangeiro e que deseja acompanhá-lo (ALENCAR, 2012).

Os povos tabajaras foram atrás dos fugitivos (Iracema e Martim) e depois do embate, vendo vários cadáveres dos povos tabajaras, a índia mostrou-se aflita. No entanto, depois de tal tragédia, Iracema, mesmo entristecida, mas resiliente, declara para o esposo: “- Iracema tudo sofre por seu guerreiro e senhor” (ALENCAR, 2012, p. 77).

Durante algum tempo, Iracema manteve-se contente ao lado do seu esposo, mesmo distante do seu povo tabajara. No entanto, torna-se solitária quando grávida, uma vez que se separou de Martim, que partiu para defender os campos do seu amigo Poti, contra uma invasão do povo tapuítinga que fizera aliança com Irapuã (ALENCAR, 2012).

Depois do retorno, Martim se mostrou mais distante para com Iracema, e aparentava estar acometido de saudades da sua terra natal (ALENCAR, 2012). De novo, convidado por Poti, o jovem parte para as terras de Acaratu, para enfrentar inimigos do povo pitiguara, deixando triste e sozinha sua esposa. Nesta cena enunciativa, percebe-se o *ethos* revelado por Iracema, como o de mulher triste e desolada em decorrência da partida e o possível descaso do amado para com ela.

Solitária e desamparada, Iracema dá a luz ao filho, fruto do amor e da miscigenação entre o branco europeu e a índia brasileira. O menino recebe o nome de Moacir, que é escolhido e anunciado pela própria mãe em meio aos sofrimentos: “-Tu é Moacir, o nascido do meu sofrimento” (ALENCAR, 2012, p. 108). Ao enunciar isso, Iracema projeta o *ethos* de uma mãe sofrida.

Esperançosa e com doçura, Iracema cuidou de seu filho em sua cabana, à espera de seu esposo. Por um tempo, permanece formosa, mas vai desfalecendo pela força da solidão e da dor. E assim, Iracema revela um *ethos* de uma pessoa confiante, embora muito sofrida. Confiante por acreditar que pode resistir e vencer; e sofrida por ter que lutar para sobreviver e criar o filho sem ajuda do esposo e do seu povo.

Assim, o *ethos* que a personagem Iracema constrói em sua maneira de dizer e modos de ser se configura como mulher corajosa, valente e amorosa, sendo capaz de enfrentar as dificuldades e sofrimentos, não se deixando abater até o momento de sua morte. A narrativa termina de maneira melancólica, culminando com a morte da protagonista, contrapondo-se à maioria dos romances brasileiros, que termina com final feliz.

Considerações finais

Nas análises feitas sobre os mecanismos enunciativos e modos oratórios/ discursivos, sobre o caráter e hábitos de vida da personagem Iracema, na obra de mesmo título, pôde-se perceber que o *ethos* da índia é de mulher angelical - virgem, delicada, fiel (inicialmente às tradições do seu povo e continuamente ao amor de Martim), bela, valente, determinada, sensível, solidária, hospitaleira, apaixonada, tímida, tenebrosa, triste, forte, inconformada, saudosa, preocupada, curiosa, modesta, assustada, enfurecida, rápida, precavida, amorosa, decidida, obediente, destemida, desolada, confiante, meiga e sofrida.

Assim, o *ethos* da índia se ajusta das suas linguagens ao seu contexto sócio-histórico. Observa-se que o que foi proposto inicialmente foi cumprido, tendo em vista que o *ethos* da personagem Iracema foi revelado, levando em consideração que o narrador se inspirou em fatos históricos, como a descrição dos modos de vida de povos nativos e colonizadores, a miscigenação ou mestiçagem e a biodiversidade brasileira. Percebe-se que a terra natal de Iracema e do autor da obra é apresentada com uma riqueza de detalhes relativos às suas paisagens geográficas, aspectos sociais e culturais. O narrador se utiliza de termos referentes à língua indígena, com palavras e frases próprias dos nativos brasileiros, como a utilização de ideias ficcionais e imaginativas, de modo que o autorretrato da protagonista condiz com a construção de uma imagem cativante para os leitores, contribuindo para o sucesso oratório da personagem.

Salientamos, portanto, que a análise realizada foi baseada na nossa percepção analítica da construção de imagem da personagem Iracema, através de processos inferenciais resgatados pela enunciação e pelo contexto, ou seja, linguística e socioideológica, não tendo o compromisso de “instituir verdades” unilaterais e imutáveis, ficando aberta a novas discussões reflexivas.

Referências

ALENCAR, José M. de. **Iracema**. Porto Alegre: LPM, 2012.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2018.

BARTHES, Roland. A Retórica Antiga. In: COHEN, Jean *et al.* **Pesquisas de Retórica**. Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1994.

FIORINDO, Priscila Peixinho. Ethos: um percurso da retórica à análise do discurso. **Revista Pandora Brasil** - “O *ethos* nos estudos discursivos da ciência da linguagem”, n. 47, out. 2012. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/ethos/priscila.pdf. Acesso em: 09 abr. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso Literário**. São Paulo: Contexto, 2014.

ESTEREÓTIPO E *ETHOS* DISCURSIVO: A (DES)CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CLERO NO AUTO DA COMPADECIDA

Elbiane Leal Novaes de Carvalho Lima
Kelli Roberta de Souza Soares Luz Gomes

Introdução

Nas situações discursivas, por vezes, os diálogos são mantidos com êxito e cumprem suas intencionalidades como consequência da imagem que os indivíduos projetam de si e do outro. Desse modo, o caráter moral de um orador contribui de maneira relevante para que seu discurso seja aceito, ou pelo menos ouvido, uma vez que o mais provável é que as pessoas se deixem convencer por aqueles que possuem reputação ilibada, que ostentam bons antecedentes. Essa credibilidade pode ser ocasionada pelo exercício de um cargo social ou por uma posição religiosa, em virtude da condição de liderança que determinados sujeitos assumem.

Contrariando essa ampla perspectiva, quando alguns estereótipos, enquanto imagens preconcebidas, são (des)construídos e revelados através de um *ethos* discursivo que se traduz em ausência de confiabilidade, a imagem positiva se fragiliza dando lugar à incredulidade e a um provável e plausível refutamento do auditório frente ao discurso apresentado.

Tal fato pode ser observado na relação entre as personagens representantes do clero e João Grilo, na obra *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, levando-se em conta que às figuras clericais, pelos princípios religiosos que representam, são culturalmente atribuídas virtudes como honradez, lisura e solidariedade, a projeção de um *ethos* corrupto e impiedoso, presente em várias passagens da obra, vai de encontro às expectativas dos fiéis. Embora o contexto figurativo permaneça semelhante, os comportamentos amorais contrariam os estereótipos até então estabelecidos; assim, os discursos produzidos pelas personagens clericais são suficientemente capazes de trair seus oradores por revelarem seus reais intentos.

Através da caracterização das personagens apresentadas no enredo da obra em questão, acreditamos que a relação hierarquizada que se estabelece entre João Grilo (homem do povo, resistente às agruras do sertão, brinçalhão, mas que diz sua verdade) e os representantes da igreja - sacristão, padre e bispo (pessoas éticas e respeitadas, até que demonstrem o contrário) suscita reflexões em torno das noções de estereótipo e de *ethos* discursivo, o que nos motiva a assumi-las como propósito investigativo.

Os conceitos de estereótipo e de *ethos* engendram a possibilidade de compreender melhor como uma imagem pode ser (des)construída em relações hierarquizadas, além de nos conduzir para um entendimento mais amplo acerca da força argumentativa e dos *ethé* que colaboram para a construção de uma identidade através do discurso.

Nesse sentido, fizemos incursões em conceitos de origem aristotélica para situar as noções de *ethos* e buscamos a compreensão de estereótipo a partir de teorias da argumentação como ramo da análise do discurso. Assim, fundamentamos as discussões tratadas neste trabalho, entre outros aportes teóricos, nas contribuições de Amossy (2019a, 2019b, 2018, 2016, 2011), Maingueneau (2019), Haddad (2019), Brito e Bona (2014) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

A obra tomada como objeto de análise, neste trabalho, já esteve no centro de outras pesquisas, voltadas para diferentes perspectivas de estudo da linguagem. No entanto, não foram localizados registros relacionados às noções de estereótipo e de *ethos* discursivo, o que nos possibilita afirmar que este estudo se configura como uma abordagem complementar ao que já foi pesquisado e analisado em torno da referida obra.

O presente artigo, resultado do estudo supracitado, está organizado em duas seções, sendo a primeira acerca do conceito de estereótipo e *ethos* discursivo, e a segunda sobre a obra e as análises realizadas. Por fim, elencamos nas considerações finais alguns pontos de reflexão frente às descobertas oportunizadas por este trabalho.

1 Algumas teorias da argumentação e a construção do *ethos* discursivo

Numa perspectiva histórica, retomamos o conceito de retórica na Antiguidade, com Aristóteles, quando tal arte, alcançando a condição de ciência de prestígio, embasava-se na constatação do caráter persuasivo do discurso. Para a retórica antiga, a arte de falar com eloquência, utilizando figuras de estilo como recursos necessários para conferir requinte e beleza ao discurso, era utilizada como artifício de sedução e de convencimento de um auditório.

Após séculos, as ideias aristotélicas continuam vivas, embora a Filosofia se aproprie, prioritariamente, apenas do modo analítico de raciocinar, não contemplando com tanta ênfase a dialética, técnica de persuasão considerada sem compromisso ético, construída por meio de discursos vazios e que destitui da retórica “sua vocação primeira: imprimir ao verbo a capacidade de provocar convicção” (AMOSSY, 2018, p. 07).

Para Ulhoa Coelho (1996), estudioso responsável pelo prefácio à edição brasileira da obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*, é a partir de Chaim Perelman, juntamente com sua colaboradora Lucie Olbrechts-Tyteca, que as ideias aristotélicas “ressurgem vigorosas e renovadas”, tendo em vista a “preocupação em resgatar a dialética como um saber necessário, sério, pertinente, sujeito a regras próprias e, portanto, controlável” (COELHO, 1996, p. XIV).

O estudioso destaca que “o pensador belga não se limitou a transpor acriticamente o conceito de dialética da Antiguidade aos nossos dias”, tendo oportunizado “reflexões sobre o discurso argumentativo e a introdução dos conceitos de auditório particular e universal²” (COELHO, 1996, p. XIV) o que ampliou o conhecimento acerca do processo de comunicação. Por tais predicativos, a obra *Tratado da argumentação: a nova retórica* lança luz às pesquisas sobre as discussões que envolvem a argumentação, renovando conceitos importantes para os pesquisadores que desejam continuar investigando a língua, tendo como foco a argumentação.

Com os autores do *Tratado*, encontramos a defesa de que “toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 16). Nesse sentido, a efetividade da intenção argumentativa, em exercer qualquer tipo de influência pelo intermédio do discurso, torna-se dependente da disponibilidade de atenção e da condição de adesão ou de recusa do auditório, diante dos argumentos apresentados em um dado evento discursivo. A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 16) destacam:

quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito.

A ideia defendida pelos autores nos permite inferir que as condições objetivas do auditório, que envolvem aspectos mentais e comportamentais relativos às circunstâncias da interação em si, são fatores relevantes para que o discurso argumentativo se desenvolva. São esses elementos que permitem a construção de um jogo entre a figura do orador, aquele que enuncia com intenção de captar adesões mediante um auditório para o qual frequentemente precisará adaptar-se, e o auditório que, por sua vez, tem o papel principal de validar ou desqualificar a atuação desse orador.

² Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) definem auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. Eles destacam que o locutor precisa se adaptar ao auditório particular e que o auditório universal é mais heterogêneo.

Dessa forma, os estereótipos que são construídos previamente pelo auditório em relação ao orador podem (des)favorecer as teses que são lançadas, pois a adesão dos espíritos depende também da imagem construída psicologicamente e socialmente pelo auditório.

É relevante mencionar que entendemos por tese a mensagem principal de um texto, expressa por uma sentença que “formula o que diz o texto (e, de maneira mais geral, o que diz a inteligência em face da realidade), tendo em vista enunciar o verdadeiro ou o falso” (IDE, 2000, p.51). Esse entendimento é coerente com a perspectiva de análise das personagens abordadas neste trabalho, haja vista a variação de suas falas e a mudança de posicionamentos a depender do que julgam mais relevante para a obtenção de vantagens.

A respeito dessa mudança de postura revelada por alguns personagens, é pertinente destacar a escolha lexical como instrumento linguístico que orienta e modela a argumentação. Dada a natureza dialógica da linguagem, os lexemas (sejam eles verbos, substantivos ou adjetivos) podem assumir, no contexto da enunciação, significados diversos como força de argumento (AMOSSY, 2018). Em falas das personagens, alguns elementos são nomeados de modo diferente, tornando evidente a carga axiológica que apresentam as novas palavras utilizadas e o peso argumentativo que podem imprimir ao discurso.

Para conferir maior clareza às reflexões até aqui realizadas, abordaremos, no tópico a seguir, os conceitos de *ethos* e de estereótipo como saber prévio, tomando como parâmetro os estudos de Ruth Amossy e de outros pesquisadores que se debruçaram sobre investigações acerca desses elementos.

2 Ethos, estereotipagem e a construção da imagem de si

Ao tratar do *ethos* nas teorias contemporâneas da argumentação, Amossy (2019a) destaca a existência de uma atualização da noção de *ethos* como instrumento de análise. Em referência à obra de Chaim Perelman, a autora reconhece importantes inovações trazidas à época pelo teórico, a exemplo da concepção de argumentação como “o conjunto dos meios verbais destinados a obter a adesão do auditório às teses submetidas a seu assentimento” (AMOSSY, 2019a, p.19).

No entanto, Amossy (2019a) retoma em seus estudos as teorias perelmanianas apenas pela compreensão da “necessidade que tem o orador de se adaptar ao seu auditório”, ou seja, de fazer uma imagem dele, “de construir uma imagem favorável de sua própria pessoa em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem” pois, para ela, “o entendimento da

construção de uma imagem de si no discurso” foi tratada de forma limitada por Perelman (AMOSSY, 2019a, p.19).

Para Perelman (1996), o auditório é sempre uma construção do orador. Por sua vez, Amossy (2019b, p.124) enfatiza que “a interação entre orador e seu auditório se efetua necessariamente por meio da imagem que faz um do outro”. A pesquisadora acrescenta que “a eficácia do discurso é tributária da autoridade de que goza o locutor, isto é, da ideia que seus alocutários fazem de sua pessoa” (AMOSSY, 2019b, p.124). Desse modo, percebemos que Amossy amplia significativamente a percepção da relação existente entre esses elementos da ação discursiva, evidenciando a reciprocidade que é inerente à produção do discurso.

Amossy (2019b) amplia o pensamento de Perelman, como ela própria reconhece ter feito, ao afirmar que:

a **construção discursiva do *ethos*** se faz ao sabor de um **verdadeiro jogo especulador**. O orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser ao público (AMOSSY, 2019b, p. 124, grifo nosso).

Parece-nos que essa construção discursiva do *ethos* abre espaços e tempos diferentes em um envolvimento mútuo e contínuo, que se consagra recursivamente num jogo simbólico e salutar da linguagem. Nesse sentido, o *ethos* pode ser entendido como a imagem resultante do exercício da fala, da enunciação em si, em função do que o orador pretende demonstrar sobre si, não correspondendo necessariamente ao indivíduo “real” (MAINGUENEAU, 1993 apud AMOSSY, 2018, p. 85).

Essa construção, produzida pelo orador e pelo auditório, pode ser ressignificada, modelada, em virtude das posições sociais que assumem, das crenças e dos valores compartilhados. Nesse sentido, é importante pensar que:

o orador apoia seus argumentos sobre a *doxa* que toma emprestada de seu público do mesmo modo que modela seu *ethos* com as representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são suscetíveis de produzir nele a impressão apropriada às circunstâncias (AMOSSY, 2019b, p. 124).

Sob a perspectiva argumentativa, a *doxa* vem representar o saber prévio que o auditório possui sobre o orador. Esse saber prévio, orientado por crenças e valores populares, é fator determinante para a construção do *ethos*. Nesse sentido, encontramos em Amossy (2019b) a

abordagem de uma dimensão do *ethos* que relaciona esse saber prévio à noção de estereotipagem.

Para a autora, o recurso à noção de estereótipo permite destacar uma dimensão importante do *ethos*, pouco estudada até então, chamada de *ethos* prévio: “imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra” (AMOSSY, 2019b, p. 25). Sobre esse tema, Haddad (2019), baseado em exemplo de um artigo de Romain Rolland, ocupou-se em estabelecer uma relação entre o *ethos* prévio (a imagem preexistente do locutor) e o *ethos* discursivo (a imagem que ele constrói em seu discurso). Esse estudo aborda as estratégias às quais o orador recorre para produzir uma impressão favorável de seu projeto argumentativo.

O *ethos* prévio corresponde ao que Maingueneau (2011) prefere chamar de “*ethos* pré-discursivo”, destacando as representações do *ethos* do enunciador construídas pelo público antes mesmo da situação discursiva em si. Para ele,

na elaboração do *ethos*, interagem fenômenos de ordens muito diversas: os índices sobre os quais se apoia o intérprete vão desde a escolha do registro da língua e das palavras até o planejamento textual, passando pelo ritmo e a modulação... O *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente (MAINGUENEAU, 2011, p. 16).

Partindo dessa compreensão e de forma análoga ao que é posto por Amossy (2019b), ampliamos nosso entendimento, reforçando a ideia de que o *ethos* discursivo não é somente construído a partir do material verbal, ou seja, é o resultado da interação de diversos fatores que envolvem a enunciação, entre eles as representações estereotípicas produzidas na coletividade e das quais podem partir o público para projetar o *ethos*.

Sobre essa ideia de estereótipo, como presença arraigada ao imaginário coletivo, Amossy (1991, p. 21 *apud* BRITO; BONA, 2014, p. 19) defende que “o estereótipo constitui o equivalente do objeto padronizado no domínio cultural. Ele é a imagem pré-fabricada, sempre similar a si mesma, que a coletividade faz circular monotonamente nos espíritos e nos textos”.

A percepção da autora substancia as reflexões proporcionadas por esta pesquisa no que tange ao foco na ideia de estereotipagem. Nessa perspectiva, exploramos o conceito de estereótipo para, assim como Amossy (2019b), perceber a construção de uma imagem de si no discurso. Para a autora, o conceito de estereótipo também desempenha papel essencial na construção do *ethos*, pois,

a estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica [...] o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da *doxa* da qual ele se situa (AMOSSY, 2019b, p. 125-126).

Desse modo, depreendemos que aquilo que é enunciado pelo orador colabora para o projeto persuasivo que ele próprio deseja empreender. No entanto, é possível investir argumentativamente sem dizer sequer uma palavra pois, para este intento, as impressões ou imagens que são transmitidas ao auditório, através de valores e crenças que falam por si, de forma deliberada ou não, também são levadas em consideração. Nesse sentido,

não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa (AMOSSY, 2019a, p. 9).

A autora destaca que a maneira de se dizer algo ou de agir em determinadas situações, como em uma entrevista de emprego, debate, comício, enfim, nas diversas situações em que o locutor está à prova do seu auditório, implicará sempre riscos na projeção de uma imagem que pode surgir favoravelmente ou desfavoravelmente. Isso ocorre, segundo a pesquisadora, porque a apresentação não depende apenas de uma técnica apreendida, de um artifício ou expediente que se pode controlar a todo instante, tendo em vista que a imagem de si pode se efetuar à revelia, de forma natural, nas interações verbais mais corriqueiras.

Com base no que discutimos até aqui, principalmente sobre estereótipo e *ethos* discursivo, trazemos nosso estudo para o contexto literário, abordando no tópico a seguir a obra de Ariano Suassuna, intitulada *Auto da Compadecida*. Para subsidiar as análises, que compõem o próximo tópico, tomamos como fundamento as ideias defendidas por Amossy (2019a, 2019b, 2018) sobre os elementos em questão.

3 A dimensão argumentativa do texto literário

Nem todo enunciado tem a finalidade de conquistar a adesão do interlocutor, na perspectiva da persuasão, uma vez que diversos textos assumem uma intenção argumentativa em que a influência sobre os modos de ver e de pensar dos sujeitos faz-se indiretamente (AMOSSY, 2011). Essa é uma característica comumente percebida nos textos literários, em

especial naqueles que intencionam a abordagem de temas voltados para as mazelas sociais, com o tom da sátira que desnuda ideias, costumes e instituições, como podemos evidenciar nas cenas da peça teatral *Auto da Compadecida*.

Sobre a dimensão argumentativa, encontramos respaldo teórico também em Amossy (2016), que afirma:

a teoria da argumentação na língua pretende demonstrar que é impossível realizar de modo concreto uma análise semântica sem levar em conta a orientação argumentativa dos enunciados. Nesse ponto de vista, é evidente que a argumentação é central no texto literário e o contempla por inteiro, pois integra o nível semântico (AMOSSY, 2016, p. 8).

Essa natureza argumentativa deriva, pois, de toda a obra literária e se manifesta através dos sentidos produzidos pelos narratários, pelas janelas que se abrem aos leitores atentos, que conseguem encontrar nos livros novas formas de compreensão de si mesmos e do mundo, o que é possibilitado pela linguagem literária. Para Barthes (2004, p. 5) “a linguagem é o ser da literatura, seu próprio mundo: toda a literatura está contida no ato de escrever” e é esse mérito que, também, abre caminhos às análises linguísticas.

Aderindo a essas perspectivas de estudo, apresentamos neste trabalho uma aproximação entre literatura e enunciação, dadas as características discursivas da própria linguagem literária que, pelo atributo da verossimilhança como viés de materialidade da língua, representa situações do mundo e projeta contextos discursivos os mais amplos possíveis, trazendo à tona valores e suscitando a reflexão.

4 *Auto da Compadecida*: o contexto da obra

A fim de situar o leitor e de motivar para a leitura integral do livro “*Auto da Compadecida*”, passamos a relatar, em linhas gerais, algumas passagens da obra, cujo início se dá com o narrador antecipando algumas cenas, como se vê nas falas do diabo, de Maria e de Jesus, e mencionando alguns episódios que serão expostos. Esses episódios, que remetem às produções populares *O Castigo da Soberba*, *O Enterro do Cachorro* e *a História do Cavalo que Defecava Dinheiro*, assumem inspiração no romance popular e anônimo do Nordeste, revelando um aspecto dialógico e polifônico³ da obra.

³ Segundo Bezerra (2014), o que caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico.

Já no início da peça, o palhaço anuncia o espetáculo revelando o ponto principal do auto que trata sobre “o julgamento de alguns canalhas, entre os quais um sacristão, um padre e um bispo para o exercício da moralidade” (SUASSUNA, 2005, p. 15). Na sequência, o palhaço declara que, talvez, não fosse digno de tocar nesse assunto, “julgamento dos poderosos”, mas ousa em fazê-lo baseado no espírito popular de sua gente, porque acredita que “esse povo sofre e tem direito a certas intimidades”.

Na obra, toda essa problemática começa com a bênção de um cachorro que está à beira da morte. Chicó informa a João Grilo que sua patroa, a mulher do padeiro, iria trazer seu pobre cãozinho para que o padre o abençoasse, uma vez que o cão estava muito doente. João Grilo diz não acreditar que o padre faça isso em um cachorro, principalmente porque o bispo está na cidade.

Correspondendo às expectativas de João Grillo, o padre julga absurda a proposta de benzer um cachorro e declara prontamente que não irá fazê-lo de jeito nenhum. No entanto, ele passa a considerar essa bênção como ato religioso quando é informado sobre quem é o dono do animal. O padre expressa, com essa ação, o primeiro sinal da ausência de honradez, pois, ao saber que o dono do cachorro é rico e poderoso, apresenta outra convicção e revela um *ethos* discursivo que denota sobre si, enquanto clérigo, a imagem de um pastor interesseiro e parcial, como manifesta, entre outras, na seguinte fala: “Vocês não tinham dito de quem era o cachorro!...Vejo mal nenhum em se abençoar as criaturas de Deus!” (SUASSUNA, 2005, p. 24).

Em passagens como essa, expressa-se uma nítida crítica sobre os interesses de um representante da igreja, que agrada os poderosos para continuar recebendo as doações, nem que para isso precise ignorar determinados valores.

João Grilo percebe com facilidade que a “fraqueza” do padre é exatamente o dinheiro: “Tem medo da riqueza do Major que se péla. Não viu a diferença? Antes era: ‘que maluquice, que besteira!’ Agora: ‘Não vejo nenhum mal em se abençoar as criaturas de Deus!’” (SUASSUNA, 2005, p. 25).

Essa percepção de João Grilo se confirma pelo fato do padre ser favorável a benzer o cachorro do Major, mas o do padeiro, não. Mesmo quando é lembrado de que a padaria lhe fornecia pães de graça, que o padeiro havia cedido uma vaca leiteira e que custeava as obras da igreja e é ameaçado de perder essas benesses, o padre ainda tenta resistir.

O cachorro falece na porta da igreja. A proposta passa a ser que o padre realize o enterro do cachorro, em latim! Ele ainda resiste, mas muda de ideia quando é informado de que o

cachorro havia deixado um testamento em que destinava dez contos de reis para o padre e três para o sacristão. O sacristão, de forma calculista, passa a ver a situação com outros olhos, pois também nutre em si o sentimento da ganância.

O padre, não somente com medo de cometer um sacrilégio por fazer o enterro de um cachorro, mas com temor do bispo, o qual lembra ser um grande administrador, “uma águia a quem nada escapa” (para o palhaço, um grande político também), apresenta receio diante das consequências que o ato pode gerar.

A postura do bispo, ao saber do enterro do cachorro, é semelhante à reação inicial do padre. Ao tomar conhecimento do enterro do cachorro, o bispo não se agrada. Respondendo a João Grilo quanto à proibição do ato, declara que: “Se é proibido? É mais do que proibido! Código Canônico, artigo 1627, parágrafo único, letra k. Padre, o senhor vai ser suspenso!” (SUASSUNA, 2005, p.71).

Nesse excerto verificamos o início do destronamento de poderosos. O bispo reconhece que o que o padre praticou é uma vergonha, uma desmoralização para a igreja, e que ele deve ser suspenso das atividades eclesiais, bem como o sacristão, que também perderá o seu emprego na igreja.

Todavia, esse pensamento não se sustenta por muito tempo. Quando João Grilo anuncia que o cachorro deixou três contos de réis para o sacristão, quatro para o padre e seis para o bispo, o representante máximo da igreja diz: “É por isso que eu vivo dizendo que os animais também são criaturas de Deus. Que animal inteligente! Que sentimento nobre!” (SUASSUNA, 2005, p.75).

Quanto ao enterro do cachorro, o bispo pondera, pois já não possui a mesma convicção de antes: “É preciso deliberar. É assunto para se discutir com muito cuidado. Vamos reunir o concílio” (SUASSUNA, 2005, p.76).

Após a reunião do concílio, que ocorre sem delongas, anuncia: “Não resta nenhuma dúvida, foi muito legal, certo e permitido. Código Canônico, artigo 368, parágrafo terceiro, letra b” (SUASSUNA, 2005, p. 89).

Assim, narradas algumas passagens da obra, com o intuito de proporcionar um entendimento das temáticas abordadas, passamos a apresentar alguns excertos e respectivas análises.

5 A (des)construção da imagem do clero: análises realizadas

A obra em análise oferece passagens que mobilizam a nossa percepção sobre o jogo especulador em que o *ethos* discursivo se projeta em função das imagens moldadas por seus personagens. De forma didática, selecionamos alguns excertos para ilustrar as categorias de análise *ethos* e estereótipo, à luz dos estudos trazidos por Amossy (2019a, 2019b, 2018) que foram abordados na fundamentação teórica deste trabalho.

Excerto 1:

[...] Toque de clarim

PALHAÇO

Auto da Compadecida! O ator que vai representar Manuel, isto é, Nosso Senhor Jesus Cristo, declara-se também indigno de tão alto papel, mas não vem agora, porque sua aparição constituirá um grande efeito teatral e o público seria privado desse elemento de surpresa.

Toque de clarim.

PALHAÇO

Auto da Compadecida! Uma história altamente moral e um apelo à misericórdia.

JOÃO GRILO

Ele diz “a misericórdia”, porque sabe que se fôssemos julgados pela justiça, toda a nação seria condenada (SUASSUNA, 2005, p. 16).

Observamos que a personagem João Grilo defende a tese de que todos os membros da igreja que estão envolvidos em atos pecaminosos não merecem o perdão, devendo ser condenados. João se volta a um auditório universal, representado pelo povo sofredor, que vivencia a miséria, a fome, a seca, o desemprego e ainda é obrigado a conviver com a corrupção por parte dos “poderosos”, com quem esse povo deveria contar para superar as dificuldades cotidianas. É importante destacar que João Grilo é um homem do povo; tem, portanto, autoridade para se colocar na posição de revoltado e desaprovar, por seu discurso, as atitudes do clero.

João parte do princípio de que a justiça divina tem misericórdia dos seus filhos; ela é humana, pacificadora, é do acordo e do perdão. Já a justiça terrena, na visão de João, age com a razão, pune todos de forma igualitária, sem distinção. Desse raciocínio, pudemos depreender um *ethos* prévio construído com base em crenças e valores compartilhados entre orador (em alguns momentos a partir da personagem João Grilo, em outros, do próprio padre) e auditório (através das imagens de si construídas por esses personagens). Nessa imagem cristalizada, que parte de uma argumentação da *doxa*, das representações do auditório, percebemos os estereótipos que circundam o discurso de João.

Com o intuito de afastar alguns equívocos, reafirmamos, com base em Amossy (2019a), que embora *ethos prévio* e *estereótipo* sejam conceitos com estreita relação, uma vez que a autora aponta para a abordagem de uma dimensão do *ethos* que relaciona o saber prévio à noção de estereotipagem, há distinções: o *ethos* prévio é entendido como a “imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra” (AMOSSY, 2019a, p.25), e a estereotipagem como operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado.

Excerto 2:

[...]

ANTÔNIO MORAIS

Padre, não o mato agora mesmo porque o senhor é um padre e está louco, mas vou me queixar ao bispo. (A João.) Você tinha razão. Apareça nos Angicos, que não se arrependerá.

Sai.

PADRE, aflitíssimo

Mas me digam pelo amor de Deus o que foi que eu disse.

JOÃO GRILO

Nada, nada, padre. Esse homem só pode estar louco com essa mania de ser grande. Até ao cachorro ele quer dar carta de nobreza!

PADRE

Faço tudo para agradá-lo e vai-se queixar ao bispo. Ah se fosse no tempo do outro! Aquele, sim, era um santo, a coisa mais fácil do mundo era satisfazê-lo. Esse dagora é uma águia, um verdadeiro administrador. Será que vai me suspender?

JOÃO GRILO

Que nada, padre, antes disso eu vou aos Angicos e arranjo tudo.

PADRE

Arranja mesmo, João? Como?

JOÃO GRILO

Deixe comigo. Antônio Morais começou a ser meu amigo de repente. Não viu como me convidou para ir aos Angicos? Agora é assim, João Grilo pra lá, Antônio Morais pra cá... Está completamente perturbado.

PADRE

Pois arranje as coisas, João, que você não se arrepende.

JOÃO GRILO

Chama-se já está arranjado. Agora, eu queria um favorzinho do senhor padre.

PADRE

Eu já estava esperando por uma dessas. Nessa minha profissão a gente se acostuma de tal modo com isso de dar e tomar... O próprio direito à graça só se consegue cumprindo os mandamentos (SUASSUNA, 2005, p. 47-48).

No excerto 2, trazemos a fala do padre, um dos representantes da igreja, cujo modo de agir é bastante criticado no auto. O padre é um exemplo de orador que se adapta ao seu auditório a fim de construir um projeto argumentativo. Quando seus enunciados se dirigem a João Grilo, age “verdadeiramente”, mostrando a sua conduta reprovável sem nenhum pudor; esquece seus

princípios e demonstra o seu mundo de corrupção. No entanto, podemos crer que diante dos fiéis, nos sermões, ao púlpito, em suas homílias, houvesse a tentativa de se mostrar um ser honesto, temente aos mandamentos de Deus. Diante do bispo, seu superior, o padre tenta apresentar uma imagem de homem honrado, mas seu discurso o trai, deixando transparecer suas falhas.

Na passagem que selecionamos acima, temos a representação do discurso que escapa à revelia do orador: “a gente se acostuma de tal modo com isso de dar e tomar...”. O enunciado traz uma carga argumentativa que denuncia as reais intenções do orador, que é a de tirar proveito em tudo, como popularmente dizemos: “toma lá, dá cá” ou “é dando que se recebe”, representando uma mesquinhez que não se incorpora à imagem de padre. Toda essa carga discursiva revela o *ethos* que parte de uma força axiológica, entendido como valores cristalizados, próprios dos estereótipos. Assim, é perceptível que o padre elabora suas teses conforme o auditório pois, para ele, o que importa é a adesão aos seus argumentos.

Excerto 3:

[...]
 PADRE, aflito.
 Mas que jeito pode-se dar nisso? Estou com tanto medo do bispo! E tenho medo de cometer um sacrilégio!
 SACRISTÃO
 Que é isso, que é isso? Não se trata de nenhum sacrilégio. Vamos enterrar uma pessoa altamente estimável, nobre e generosa, satisfazendo, ao mesmo tempo, duas outras pessoas altamente estimáveis [*aqui o padreiro e a mulher fazem uma curvatura a que o sacristão responde com outra igual.*], nobres [*Nova curvatura*] e, sobretudo, generosas. [*Novas curvaturas.*] Não vejo mal nenhum nisso! (SUASSUNA, 2005, p. 67).

Ao responder ao padre que enterrar o cachorro em latim não se trataria de nenhum sacrilégio, o sacristão demonstra compactuar com a ideia de que vale a pena tirar proveito de tudo, inclusive ignorando os valores consagrados ao ambiente religioso. O cachorro é tratado por esse membro da igreja como se fosse gente, principalmente ao personalizá-lo com características humanas como “estimável”, “nobre”, “generoso”.

Essa situação reforça o poder argumentativo das escolhas lexicais, pois nomear um cão como “pessoa”, como fez o sacristão para convencer o padre a realizar o enterro, é trazer para a situação todo o valor semântico do termo “pessoa” e, com isso, sensibilizar o padre para que aceitasse seus argumentos, afinal a igreja existe em função das pessoas, dos indivíduos e toda a gente.

Aceitar a realização do enterro seria algo bastante rentável; cuidar do funeral do cachorro, ao gosto dos seus donos, significaria continuar recebendo as benesses ofertadas pelo padreiro e por sua esposa. Isso passa a imagem de uma igreja subserviente, que se curva aos poderosos e oprime os humildes, representando um estereótipo que, na visão de alguns, já se consagrou.

Por outro lado, os donos da padaria demonstravam plena consciência de que poderiam lançar qualquer proposta indecorosa, pois conheciam as fraquezas do seu auditório; sentiam-se, portanto, à vontade para negociar a “generosidade” que expressavam e ameaçar a retirada de seu apoio, caso fossem contrariados.

Assim, percebemos que os membros da igreja construíram uma imagem pecaminosa de si, diante de seus interlocutores (auditório), representada pelos comerciantes donos da padaria, revelando um *ethos* avesso ao que se espera do grupo social a que pertencem.

Excerto 4:

[...]

PALHAÇO, animado pelo acolhimento.

Muito bem, olá, como está Vossa Reverendíssima, como vai essa prosápia, essa bizzarria.

Enquanto fala, vai fazendo as graças ingênuas de palhaço, pendurando o chapéu e o paletó, que caem ao chão, num cabide imaginário. Já em mangas de camisa, dirige-se ao Bispo com os braços largamente abertos, como quem vai abraçá-lo, mas o Bispo ergue a mão num gesto de desprezo e o Palhaço ri amarelo, parando à espera.

BISPO

Retro. Onde está o padre?

PALHAÇO Deve estar na igreja.

O Bispo volta-se para o Frade, fazendo-lhe um aceno majestoso e descuidado. O Frade corre para a igreja.

BISPO: É horrível ter de viver com um débil mental às costas, mas meu antecessor gostava dele e não quis desprestigiá-lo, porque afinal de contas ele era meu colega, de modo que conservei essa lesma no lugar em que a encontrei! (SUASSUNA, 2005, p. 72).

No excerto 4, observamos que o bispo se queixa do padre por não apreciar a atuação dele frente às demandas da igreja, já que, naquele momento, não conseguia enxergar nenhuma vantagem nos projetos do padre para o enriquecimento da instituição. No entanto, ele é traído em seu próprio discurso, quando revela que o seu antecessor gostava do vigário, o que nos leva a presumir que os dois bispos não partilhavam dos mesmos valores morais.

A forma como o padre é tratado pelo bispo, com palavras e expressões grosseiras, como “débil mental” e “lesma”, representa falta de reconhecimento diante das ações sacerdotais do padre que, certamente, não correspondiam às expectativas de atuação desse pontífice.

É nítido que o bispo atual, enquanto autoridade máxima daquela comunidade cristã, argumenta como “um verdadeiro administrador”, deixando transparecer em palavras, gestos e ações seus reais interesses em relação à igreja. Percebemos que é desse lugar de poder absoluto que emanam as suas crenças e os seus estereótipos, o que contribui para a imagem de si no discurso.

Dessa forma, vislumbramos a construção de uma imagem que se concretiza através do *ethos* discursivo do orador (bispo) diante do auditório (membros da igreja hierarquicamente inferiorizados). Para as nossas análises, é importante destacar que o *ethos* é capaz de se adaptar tão logo suas intenções sejam alteradas, ocorrendo assim a desconstrução oportuna da imagem de si.

As análises realizadas nos excertos, selecionados como amostras, nos revelam que a construção ou desconstrução da imagem de si, pelo discurso, possibilita a coexistência de vários *ethé* que vão surgindo conforme o contexto e a oportunidade.

Considerações finais

A (des)construção da imagem do clero em *Auto da Compadecida* fica evidente, quando a reflexão sobre o *ethos* parte da análise de discursos que emergem de estereótipos cristalizados. Por seus princípios constitucionais, a identidade assumida pela igreja, como promotora dos preceitos cristãos, passa a ser manchada pela prática de clérigos que aderem ao papel de oponente, colocando-se como algozes, capazes de agir com crueldade e com muita ambição.

Embora nos pareça estranho, na perspectiva do real, esse tratamento antagônico atribuído à igreja, enquanto instituição, de forma escancarada, é perfeitamente acolhido pela linguagem literária, em especial quando o enfoque se dá pela apresentação de uma visão cristã da vida pela simplicidade do espírito popular.

Pelas análises, pudemos perceber que essa imagem do clero se molda mediante a materialidade dos discursos apresentados pelas personagens em cada situação e pelos contextos enunciativos de cada fala produzida, que permitiram aos oradores e ao auditório a ampliação de representações preconcebidas. Nessa dinâmica, as intenções argumentativas podem resultar em efeitos indesejados, uma vez que os interlocutores não possuem total controle das palavras, dos gestos e dos sinais que comunicam; são os sentidos produzidos por seus interactantes que definem o efeito persuasivo.

Desse modo, não é necessário dizer quem somos, quais são as nossas qualidades ou os nossos defeitos, pois o *ethos* se encarrega de apresentar a legítima imagem do locutor. Os representantes do clero, composto pelo bispo, padre e sacristão, ilustram essa percepção nas várias passagens da obra em que tentam mostrar uma imagem para agradar a seus interlocutores e são traídos pelo discurso, sendo alvo de questionamentos decorrentes de suas práticas pecaminosas.

A imagem da igreja, arraigada no imaginário de muitos fiéis como instituição à qual é inerente, o exercício dos princípios religiosos que difunde é, portanto, explorada de forma discrepante pelo *Auto da Compadecida*, ao evidenciar, pelo *ethos*, uma visão oposta que enfatiza ideais capitalistas, revelados por discursos que em nada se aproximam das normas cristãs. As análises empreendidas revelaram que o *ethos*, ao se dar numa relação de influência recíproca entre orador e auditório, é modelado não somente pela força de estereótipos arraigados à percepção imagética desse auditório, mas também, e com a mesma intensidade, por posturas desses oradores reveladas na dinâmica social e impulsionadas pelas relações de poder.

Sem intenção de esgotar a exploração dos valores destacados pelo texto da peça, sinalizamos para a necessidade de novos olhares sobre a perspectiva da argumentação, com base no *ethos* discursivo, pela lacuna de análise, com esse enfoque, referente a esse rico *corpus*. Além disso, é impossível não destacar a relevância da obra como produção atemporal, em que as personagens, mais que seres individualizados, são representações generalizadas de um povo e de como experencia a vida em sociedade. Desse modo, constitui-se um excelente material para análises da dimensão argumentativa do discurso.

Referências

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389/395>. Acesso em: 05 ago. 2019.

AMOSSY, Ruth. A interação argumentativa no discurso literário: da literatura das ideias ao relato de ficção. **Linha D'água**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 5-41, dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/119997/120192/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* a análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019a. p. 9-28.

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019b. p. 119-136.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2014. p. 191-200.

BRITO, Danilo L; BONA, Fabiano D. Sobre a noção de estereótipo e as imagens do Brasil no exterior. **GRAPHOS**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 15-28, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/23725/13021>. Acesso em: 05 ago. 2019.

COELHO, Fábio Ulhôa. Prefácio. In: PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. I-XXI.

HADDAD, Galit. Ethos prévio e ethos discursivo: o exemplo de Romain Rolland. In: AMOSSY, Ruth. (org.). **Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 145-162.

IDE, Pascoal. **A arte de pensar**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (org.). **Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 69-90.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. 35. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

A POLÊMICA GERADA EM TORNO DO *ETHOS* (DES)CONSTRUÍDO DE TABATA AMARAL APÓS VOTAÇÃO A FAVOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Michele Rufino da Silva
Orlando Silva de Oliveira

Introdução

A Retórica, a partir dos estudos do filósofo grego Aristóteles, foi compreendida como algo que faz parte da vida social e política do indivíduo. Para Lima (2011), Aristóteles tinha em vista que a distinção conceitual do estudo dos termos e como eles poderiam contribuir para a composição lógica, bem como persuasiva dos argumentos foi fundamental para que o ser humano pudesse clarificar suas ideais de modo a comunicá-las socialmente. Ele apontou, ainda, os elementos necessários à composição de um discurso persuasivo: a prudência (*logos*), a virtude (*ethos*) e a benevolência (*pathos*).

Ao longo do tempo, a retórica foi ganhando uma visão pejorativa, pois alguns a consideravam como uma arte de enganar. Porém, os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) ajudaram a desconstruir essa visão pejorativa da retórica, apresentando a Nova Retórica, com a obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*, que apresenta possibilidades de sistematização e de organização dos elementos retóricos presentes nos discursos.

Nos estudos da retórica, a noção de *ethos* sempre teve importância, pois é por meio do *ethos* que o orador projeta sua imagem para o público. Mediante esta imagem de si, os coenunciadores poderão acolher ou não o discurso enunciado por um determinado indivíduo. Denomina-se, portanto, de *ethos discursivo* “aquele construído concomitantemente à realização do discurso, com elementos verbais e não-verbais, linguísticos e extralinguísticos” (TRUBILHANO, 2013, p. 35).

A construção do *ethos* é feita pelo auditório de forma consciente ou inconsciente, de modo que o *ethos* é ancorado em estereótipos sociais. As figuras públicas podem expressar, discursivamente, imagens de si que sejam bem acolhidas pela população. Esses discursos podem ser observados nos programas eleitorais ou até mesmo nos comícios em espaços públicos e, devido aos avanços tecnológicos, também é possível perceber os discursos políticos através das plataformas de redes sociais digitais.

Todavia, em sociedades democráticas e pluralistas como a em que vivemos, as concordâncias e discordâncias sobre determinados temas geram embates sobre assuntos ditos polêmicos. Desse modo, os temas referentes à política e seus agentes têm gerado grandes polêmicas, principalmente nas redes sociais digitais, visto que nessas plataformas, as informações são divulgadas e compartilhadas com muita rapidez. Além disso, através das redes sociais, o cidadão comum pode apresentar seus posicionamentos sobre os assuntos vistos.

No Brasil, principalmente nos últimos anos, percebe-se uma divisão político-ideológica muito acentuada entre os progressistas, situados à esquerda no espectro político-ideológico, e os conservadores, situados à direita. E, por meio dessa demarcação político-ideológica gestou-se uma grande polarização na sociedade e, obviamente, que essa polarização foi levada para as redes sociais, possibilitando embates intercontinentais.

Um desses embates ocorreu em torno da deputada federal Tabata Amaral, visto que por meio dos posicionamentos da parlamentar, o auditório construiu o *ethos* de uma pessoa preocupada com as causas sociais, mais vinculada às questões da esquerda no espectro-político ideológico e, no entanto, contrariando este possível *ethos*, ela votou a favor da aprovação da Reforma da Previdência de 2019, ato considerado contraditório por parte da população que tinha projetado expectativas sobre ela, por conta do *ethos* previamente revelado.

Diante desse contexto, o presente trabalho de pesquisa busca analisar como se manifestou a polêmica argumentativa em torno da parlamentar, devido a não afirmação do *ethos* no seu discurso favorável à reforma previdenciária. Para isso, utilizou-se como *corpus* os comentários dos internautas numa postagem publicada no *Instagram* do *The Intercept Brasil*, apresentando uma reportagem que eles fizeram sobre a deputada Tabata Amaral. Para o aporte teórico sobre o *ethos* foram utilizados Aristóteles (1998), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), Maingueneau (2005; 2008; 2011) e Amossy (2019) e sobre os tópicos relativos à polêmica como modalidade argumentativa, utilizou-se Amossy (2017a; 2017b).

O trabalho está organizado nas seguintes partes: a primeira parte diz respeito a esta introdução sobre o tema; a segunda, discute a noção do *ethos*; a terceira, trata do conteúdo teórico sobre a polêmica como modalidade argumentativa; a quarta, apresenta a análise do *corpus*, considerando a polêmica que foi gerada a partir da desconstrução do *ethos* prévio; por último, expõe-se as considerações finais, seguidas das referências utilizadas no embasamento da pesquisa.

1 A noção de *ethos*

Quando o orador recorre ao discurso com o objetivo do convencimento, tem-se o que se denomina de discurso retórico. Para Aristóteles (1998, p. 48), retórica é “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim [de] persuadir”. Desse modo, através da retórica, o orador se vale de procedimentos argumentativos, sem uso da coerção, mas da adesão dos espíritos, com o objetivo de direcionar a opinião ou os comportamentos do auditório para a adesão à tese defendida.

Aristóteles trouxe importantes contribuições para os estudos retóricos, uma vez que foi a partir dos seus estudos que a retórica “ganhou corpo” e foi considerada uma teoria. Para Sena e Figueiredo (2013), com a publicação da obra *Arte Retórica e Arte Poética*, Aristóteles inovou os estudos retóricos ao dar início à sistematização do pensamento racional, contribuindo, dessa forma, para a construção de provas argumentativas com o propósito de persuadir o outro. Suas contribuições se estenderam a outras obras, como a *Órganon*, obra composta por seis livros, em que Aristóteles estabeleceu as bases da lógica formal.

A retórica aristotélica é conhecida como Retórica Clássica. Nesse sentido, conforme Trubilhano (2013, p. 23), o enfoque dos estudos “reside na essência de ter descrito e valorizado o modo de pensar que parte das premissas aceitáveis, verossímeis, para se chegar à conclusão provável, mas que não pode ser tida como uma verdade absoluta”.

Aristóteles (1998, p. 106) aponta que “três são as causas que tornam persuasivos os oradores e a sua importância é tal que por elas nos persuadimos, sem necessidade de demonstrações. São elas: a prudência, a virtude e a benevolência”. Segundo Piris (2012), as três razões que inspiram a confiança do auditório referem-se respectivamente aos conceitos de *logos*, *ethos* e *pathos*, de modo que, “o discurso persuasivo, aquele destinado a agir sobre os outros através do *logos* (palavra e razão), envolve a disposição que os ouvintes conferem aos que falam (*ethos*) e a reação a ser desencadeada nos que ouvem (*pathos*)” (MOSCA, 1992, p. 6).

De fato, na retórica aristotélica, o *ethos* é a imagem projetada pelo orador no momento da enunciação, criada discursivamente, com o intuito de persuadir o auditório. Assim sendo, a arte da persuasão não está preocupada com a verdade, mas com as escolhas discursivas que provoquem o efeito de verdade para o auditório. Dentro desse contexto, o *ethos*, como uma das causas do convencimento discursivo, ganhou importância e destaque em estudos sobre a retórica.

Todavia, com os sofistas, a retórica adquiriu um caráter de descrença, sendo vista muitas vezes de forma pejorativa, qualidade que vem sendo desconstruída e, em contribuição para a desconstrução da visão pejorativa da retórica, tem-se os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) com o *Tratado da argumentação: a nova retórica*.

Nessa obra, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) buscam resgatar a Retórica Clássica aristotélica, compreendida como arte dos discursos. Contudo, a Nova Retórica não considera a retórica simplesmente como a arte de persuadir pelo discurso, mas também de analisar e identificar os meios de como fazê-lo, contribuindo na estruturação e elaboração dos argumentos. Dessa forma, os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) apresentam, através da Nova Retórica, um método com base na argumentação e no conhecimento do auditório, considerando premissas e capacidades de adesão do discurso.

A Retórica Clássica de Aristóteles considerava o *ethos* como um sinal de moralidade, o qual pode ser entendido na Nova Retórica como credibilidade e/ou confiança, visto que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) apresentam a necessidade de o orador se adequar ao auditório, buscando a construção de uma imagem de si confiável, visando uma melhor aceitação por parte daqueles que o ouvem (AMOSSY, 2019). Ainda segundo Amossy (2019, p. 16), “a elaboração dessa noção como construção de uma imagem de si no discurso” é discutida e apresentada nos trabalhos de Maingueneau, para quem o *ethos*

[...] é distinto dos atributos “reais” do locutor. Embora seja associado ao locutor, na medida em que ele é a fonte da enunciação, é do exterior que o *ethos* caracteriza esse locutor. O destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extradiscursivo traços que são em realidade intradiscursivos, já que são associados a uma forma de dizer. Mais exatamente, não se trata de traços estritamente “intradiscursivos” porque, como vimos, também intervêm, em sua elaboração, dados exteriores à fala propriamente [...] (MANGUENEAU, 2008, p. 14).

De fato, o *ethos* retórico não está ligado à imagem física do orador, mas à uma imagem construída discursivamente, considerando aspectos da dimensão moral e social que não estão ligados ao próprio orador, mas que lhes possibilitarão maior persuasão, devido à impressão que o discurso causará.

Todavia, Maingueneau (2008) e Amossy (2019) apontam para a existência de um *ethos* que não está precisamente ligado ao ato da enunciação, mas que é construído pelo auditório bem antes que o orador profira o seu discurso. Este *ethos*, chamado de *ethos* prévio ou pré-discursivo, pode já trazer do orador uma imagem favorável ou não para o seu discurso, devendo

ser afirmada durante o discurso ou reconstruída ao longo dele. Neste trabalho, utilizaremos, ao longo do texto, os termos *ethos* prévio e *ethos* pré-discursivo como sinônimos.

Em determinados discursos ou circunstâncias, o auditório não possui representações prévias do orador. Todavia, isso é diferente quando se trata de personalidades públicas, como políticos e artistas, por exemplo. Segundo Maingueneau (2008, p. 16), no domínio público ou na imprensa de celebridades “a maior parte dos locutores, constantemente presentes na cena midiática, é associada a um tipo de *ethos* não-discursivo que cada enunciação pode confirmar ou infirmar”.

Amossy (2019), ao explanar sobre a ideia do *ethos* prévio, apresenta a história do escritor Romain Rolland que, para fazer seu discurso pacifista ser acolhido, no início da Primeira Guerra Mundial, teve que desconstruir, discursivamente, uma imagem pública desfavorável que possuía.

Para Maingueneau (2005), o *ethos* é construído no próprio ato da enunciação, embora, não se possa ignorar que o público constrói representações do *ethos* antes mesmo da enunciação, ou seja, antes mesmo que o orador fale. Neste sentido, O *ethos* pré-discursivo ou prévio se refere à imagem que o auditório faz do orador, antes mesmo que este fale. Para Freitas, Chiaradia e Facin (2014), esse fato só é possível porque o *ethos* está intrinsecamente ligado à cenografia que “supõe uma certa situação de enunciação que, na realidade, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação”, bem como ao gênero discursivo (MAINGUENEAU, 2011, p. 87). Esse fato acontece, especialmente, com figuras públicas, que estão, frequentemente, aparecendo na mídia.

A partir dessas representações do *ethos*, em vários momentos de manifestação sócio-discursiva, por parte de personalidades públicas, o público vai construindo uma imagem, a qual vai se cristalizando a partir dos estereótipos construídos, podendo-se denominar de *ethos* estereotípico.

Maingueneau (2008) faz o desdobramento do conceito de *ethos*, o qual resulta da integração do *ethos* prévio ou pré-discursivo; do *ethos* discursivo (dito ou mostrado); e do *ethos* efetivo:

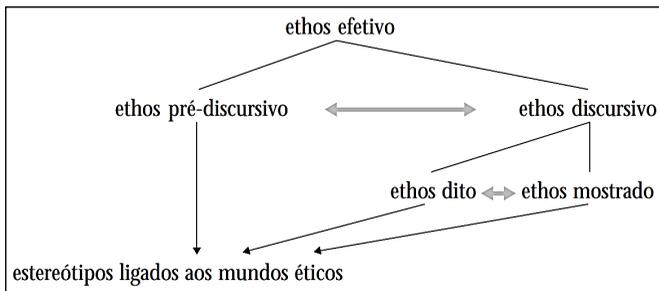
O *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos* dito) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre *ethos* dito e mostrado se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o

puramente “mostrado” pela enunciação. O *ethos* efetivo, construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias (MAINGUENEAU, 2008, p. 18).

A Figura 1 corrobora com o trecho do texto de Maingueneau e apresenta uma esquematização da inter-relação existente entre os *ethos* pré-discursivo, estereótipos e o *ethos* discursivo na construção do *ethos* efetivo, segundo a proposta de Maingueneau.

Através desta esquematização, é possível perceber que há uma relação mútua entre o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo em que o *ethos* pré-discursivo pode ser confirmado ou não pelo *ethos* discursivo.

Figura 1 – Inter-relação entre *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo e estereótipos.



Fonte: Maingueneau (2008, p. 19).

O *ethos* pré-discursivo compreende a imagem que o coenunciador constrói do enunciador, antes mesmo da enunciação, ou seja, antes mesmo que o enunciador fale. Já o *ethos* discursivo engloba o *ethos* dito e o *ethos* mostrado. O primeiro é aquele, através do qual, o orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, atribui a si aquelas características apresentadas no enunciado, dizendo que é isso ou aquilo. Já o segundo ocorre quando “o *ethos* se mostra no ato da enunciação, ele não é dito no enunciado. Ele permanece, por sua natureza, no segundo plano da enunciação, ele deve ser percebido, mas não deve ser o objeto do discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 13-14).

Para Maingueneau (2008), existem muitas dificuldades ligadas à noção de *ethos*, por isso é importante esclarecer e reafirmar que, embora o *ethos* esteja ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar que o público também constrói representações do *ethos* do enunciador, antes mesmo que ele enuncie. Na parte inferior do esquema da Figura 1 estão os estereótipos, através dos quais o auditório se utiliza de representações culturais fixas, de modelos pré-

construídos para atribuir características ao orador, construindo, dessa forma, o *ethos* pré-discursivo do orador. Assim, segundo Mosca (1997, p. 23), os estereótipos podem “veicular a voz da coletividade e a lógica da consciência social, sendo um meio por onde a ideologia flui com facilidade”.

De fato, pode-se perceber que nos estudos sobre a retórica, tanto da retórica aristotélica quanto da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, o *ethos* apresenta grande importância para o sucesso da argumentação. Dessa forma, ao se analisar discursos argumentativos, a consideração do *ethos* é de extrema importância para melhor compreensão dos propósitos do orador.

2 A polêmica como modalidade argumentativa

Tanto na Retórica Clássica aristotélica quanto na Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), observa-se a busca pelo consenso como objetivo do discurso retórico e que, dentro do campo da interação verbal, rege-se o respeito às diferentes opiniões existentes numa sociedade democrática, de modo a encontrar caminhos que levem a destinos razoáveis, plausíveis. Nesse sentido, Amossy (2017a, p. 19) aponta que “a retórica põe a necessidade de encontrar, através da interação verbal, uma resposta comum que permita ultrapassar as diferenças e chegar à decisão e à ação coletivas”. Dessa forma, a retórica visa a conduzir os espíritos para uma solução que dilua o dissenso presente numa sociedade democrática.

Entretanto, existem divergências de ideias e opiniões que não há possibilidades de condução para o acordo, nem mesmo uma solução que seja razoável. Nessas situações, o discurso público não é regulado pelo *logos*, descambando para o desacordo e a divisão, ou seja, para o dissenso.

Nesse contexto, em democracias pluralistas, a condução dos espíritos na busca de um consenso é uma idealização utópica, ainda mais nos tempos atuais, em que os discursos ultrapassaram os filtros impostos pelas mídias tradicionais e através da internet e de suas plataformas de redes sociais reverberam discursos diversos e, portanto, a apresentação e a defesa de ideologias divergentes. Desse modo, percebe-se que o espaço da discussão argumentada e da busca pelo acordo vêm sofrendo transformações devido à comunicação em massa, de modo que os cidadãos abram caminhos para conflitos violentos e para o consumo de espetáculos no espaço público (AMOSSY, 2017a).

Contudo, observa-se que nem a Retórica Clássica e nem a Nova Retórica dão ao dissenso, presente nos espaços públicos, a mesma atenção que é que dada à busca pelo acordo, pois tanto nos estudos aristotélicos quanto nos perelmanianos, aponta-se que “[...] o dissenso deve ser superado a todo custo [...]” (AMOSSY, 2017a, p. 22), tendo no consenso o seu foco/objetivo principal.

Diante dessa constatação, Amossy (2017a), no livro *Apologia da Polêmica*, apresenta a polêmica pública como uma modalidade argumentativa de base retórica. Em seu trabalho, Amossy (2017a) afirma que a polêmica ocupa um lugar de destaque no cenário político e que os meios de comunicação fazem uso dela, constantemente, para atrair a atenção do público para seus conteúdos.

Além disso, a polêmica pública como modalidade de interação discursiva proporciona formas de luta e de protesto diante dos acontecimentos de uma sociedade pluralista. Para Amossy (2017a), a polêmica cumpre uma função social quando os envolvidos na confrontação pública podem expressar suas dissensões, tomando como base valores comuns, de modo que a democracia seja fortalecida.

Na qualidade de modalidade argumentativa, a polêmica possui uma ancoragem conflitual caracterizada por três aspectos específicos, são eles: a dicotomização, a polarização e a desqualificação (descrédito) da tese ou do outro. Desse modo, para que uma situação conflituosa seja considerada uma polêmica, no sentido de modalidade argumentativa, deve possuir simultaneamente os três aspectos citados.

Segundo Amossy (2017a), a dicotomização difere da polarização. A dicotomização se caracteriza pelo choque de opiniões antagônicas, na qual há a exacerbação de oposições, tornando-as inconciliáveis. E a polarização refere-se a um fenômeno social, no qual grupos contrários afirmam sua identidade social, opondo-se um ao outro. Já a desqualificação do outro trata da depreciação do *ethos* dos adversários ideológicos. Assim, na busca para desqualificar o discurso do outro, a polêmica se apropria de um conjunto de procedimentos tanto discursivos quanto retóricos, como, por exemplo, “a negação, os jogos sistemáticos de oposição, a marcação axiológica (avaliação em termos de Bem/Mal), a reformulação, o manejo direcionado do discurso relatado, a ironia, a hipérbole etc.” (AMOSSY, 2017b, p. 231).

Com o advento das redes sociais digitais e o aumento de sua utilização pelas pessoas, os discursos polêmicos ganharam ainda mais força, tendo alcances globais. Desse modo, tópicos polêmicos em redes sociais podem ter a interação de quaisquer usuários dessas plataformas digitais. Assim, através das redes sociais, observa-se ataques ao discurso do outro.

Em muitos casos, a desqualificação de uma tese também busca desqualificar a pessoa que apresentou a tese, para que através do descrédito do autor da tese a força dos seus argumentos seja anulada (AMOSSY, 2017a).

3 Tabata Amaral: a polêmica gerada a partir da (des)construção do *ethos*

Amossy (2017a) apresenta o caso do escritor Romain Rolland, que teve que desconstruir um *ethos* prévio desfavorável para ter seu discurso pacifista acolhido pelo seu auditório. Neste artigo, será apresentado o caso da desconstrução do *ethos* prévio da deputada federal Tabata Amaral ou a infirmação do *ethos* pré-discursivo, a partir do seu discurso a favor da Reforma da Previdência de 2019. Mas, antes de iniciar com a análise do processo argumentativo que ocorreu para a desconstrução do *ethos* pré-discursivo da referida parlamentar e da polêmica gerada em torno dessa desconstrução, faz-se necessária uma explanação sobre quem é essa deputada e que estereótipo ela possuía como figura pública da esfera política.

Tabata Claudia Amaral de Pontes nasceu aos 14 de novembro de 1993, é filha de Maria Renilda Amaral Pires, uma bordadeira, e de Olivaldo Francisco de Pontes, um cobrador de ônibus. Até o ano de 2012, viveu na Vila Missionária, bairro pobre localizado na Zona Sul de São Paulo, periferia da cidade. No ano de 2012, foi aceita, com bolsas de estudo integrais em 6 universidades americanas. No segundo semestre de 2012, iniciou a graduação em Astrofísica, nos Estados Unidos. No segundo ano de faculdade mudou o foco de seus estudos para Ciências Políticas e, no ano de 2018, foi eleita deputada federal, por São Paulo, pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) (AMARAL, 2019; WIKIPEDIA, 2019).

A deputada ganhou notoriedade no cenário nacional após proferir, no dia 27 de março de 2019, um discurso para o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, durante sua participação na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. O vídeo do discurso da deputada, criticando a atuação do ministro, foi rapidamente compartilhado e visualizado através das redes sociais. Nesse discurso, a deputada Tabata Amaral chama a atenção do público por conseguir demonstrar a fraca atuação do ministro, na pasta da Educação (CERIONI, 2019).

Por conta desse episódio com o ministro, a curiosidade das pessoas em saber quem era aquela parlamentar foi aguçada. Desse modo, a mídia começou a contar a sua história, passando pela sua origem humilde, sua ascensão devido ao bom desempenho nos estudos, seu ativismo pela educação, até a sua eleição, obtendo a sexta maior votação do estado de São Paulo.

Discursos prévios, presentes no seu próprio *site* (AMARAL, 2019) e no *site* do partido a que é filiada (PDT, 2019), projetaram para a deputada um *ethos* pré-discursivo cristalizado

através do estereótipo de *uma menina pobre da periferia que conseguiu ascender na vida e que agora, com a consciência de suas origens, irá lutar para mudar a realidade dos pobres periféricos que não conseguiram a mesma ascensão*. Esse *ethos* prévio foi afirmado por meio do seu discurso contra o ministro Ricardo Vélez Rodríguez, como pode ser observado em um trecho do seu discurso através do texto (1).

(1) “Eu perdi meu pai para as drogas, perdi amigos e vizinhos para o crime e tenho plena consciência de que se eles tivessem completado o ensino fundamental, se eles tivessem tido qualquer chance na educação, eles não teriam morrido tão jovens”.

No texto (1), é possível identificar que a deputada ao utilizar o pronome pessoal *eu* projeta uma imagem de si, fazendo evidenciar o *ethos* de uma pessoa que tem consciência de questões sociais, nesse caso em especial, de problemas relacionados às drogas, à violência e à educação pública. Também é possível inferir, através desse trecho do discurso, a sua origem humilde, visto que o cenário descrito por ela é característico de áreas humildes de várias regiões brasileiras. Com esse discurso, ela consegue se aproximar de multidões, porque se colocou na situação de muitas pessoas pelo Brasil à fora. Ela se aproxima de uma realidade vivida por muitos brasileiros.

A repercussão do discurso que a deputada fez para o ministro lhe trouxe notoriedade nacional. Desse modo, as pessoas, com a ajuda da mídia tradicional e das mídias sociais, começaram a acompanhar mais de perto as atividades da parlamentar, principalmente através da internet.

Salienta-se que, desde 2013, o Brasil enfrenta uma acirrada polarização no embate político-ideológico entre grupos de esquerda e de direita. E, as redes sociais digitais, em particular o *Facebook* e, mais recentemente, o *Instagram*, foram utilizadas como forma de reavivar o embate e as polêmicas em torno de temas variados presentes no cotidiano (CHAIA; BRUGNAGO, 2014).

De fato, o debate político encontrou nas redes sociais uma excelente plataforma para sua realização. Assim sendo, grande parte dos políticos do cenário nacional brasileiro possuem perfis em redes sociais, buscando palanque e notoriedade através das notícias que divulgam e das ações que promovem. Porém, as redes sociais, também, se tornaram palco para o dissenso no espaço público, onde as polêmicas geraram diversas formas de violências verbais, principalmente quando se trata de assuntos referentes às questões político-ideológicas.

É no meio deste cenário de polarização político-ideológica acentuada que a deputada Tabata Amaral se encontra e, por conta da notoriedade, virou alvo de críticas e elogios, por parte de pessoas que pertencem aos grupos dos dois polos do espectro político-ideológico. Desse modo, a partir do discurso contra a atuação do ministro da Educação, momento em que o *ethos* pré-discursivo foi reafirmado e associado ao estereótipo social de militante de ideologias políticas de esquerda, que suas ações começaram a receber mais atenção, expectativas e julgamentos.

Em meio a tudo isso, no início do ano de 2019, o governo federal apresenta uma proposta de reforma da previdência pública que, devido ao grande número de alterações pretendidas à reforma existente, ganhou grande repercussão na mídia e no meio político. Diante de votação da reforma da previdência, os partidos políticos orientaram os seus deputados federais quanto ao posicionamento no voto, que, no caso do PDT, partido da Tabata Amaral, a orientação era para que todos votassem contra a reforma.

Contrariando as orientações do seu partido, Tabata Amaral votou a favor da reforma da previdência (LONGO, 2019). Tendo em vista que, segundo os partidos contrários à reforma, as alterações propostas irão gerar grandes impactos sociais negativos para o país. Em virtude da maioria dos políticos, contrários à reforma previdenciária proposta pelo governo federal, ser do espectro político mais à esquerda, a deputada federal Tabata Amaral ao votar favoravelmente gerou muita discussão na mídia e nas redes sociais a respeito de sua atitude.

Por conta do *ethos* pré-discursivo construído pelo público em relação à Tabata Amaral, cristalizado com a construção do estereótipo de militante da educação e parlamentar preocupada com questões sociais, é que seu posicionamento e voto, a favor da reforma da previdência, gerou muita polêmica.

O *ethos* projetado pelo auditório não foi o mesmo que o revelado pela deputada quando da votação da reforma da previdência. Ou seja, o *ethos* prévio não se confirmou nesse momento. Dessa forma, o público que acompanha a parlamentar entende que o componente moral do seu discurso, o *ethos*, não estava alinhado às suas práticas naquele momento (CABRAL, 2014, p. 22).

Para melhor observar o fenômeno da polêmica a respeito da repercussão do voto da deputada federal Tabata Amaral, a favor da Reforma da Previdência, será utilizada uma notícia publicada pelo *site The Intercept Brasil*, na rede social *Instagram* (INTERCEPT, 2019), cujo título é “De prodígio à ‘traidora’: Tabata Amaral foi o voto mais pesado a favor da Reforma da Previdência”, exibida através da Figura 2.

Figura 2 – Reportagem sobre a deputada Tabata Amaral (PDT).

Fonte: Intercept (2019).

O próprio título da matéria publicada evidencia a polêmica em torno do posicionamento da deputada ao ser favorável à reforma da previdência. A palavra *traidora* é mostrada entre aspas no título da publicação, por refletir o discurso das pessoas que se sentiram decepcionadas com a atitude da parlamentar. O próprio texto introdutório da matéria apresenta a repercussão que teve o voto da deputada ao informar que “no dia da votação, o nome de Tabata chegou ao topo dos *trending topics* e virou meme”.

Nessa figura, mostra-se a chamada da matéria do *site The Intercept Brasil* contendo uma frase e uma foto da parlamentar, além do texto introdutório à matéria feita pelo *site* na rede social *Instagram*. Com base nesta postagem, os usuários da rede social começaram a fazer comentários sobre o assunto.

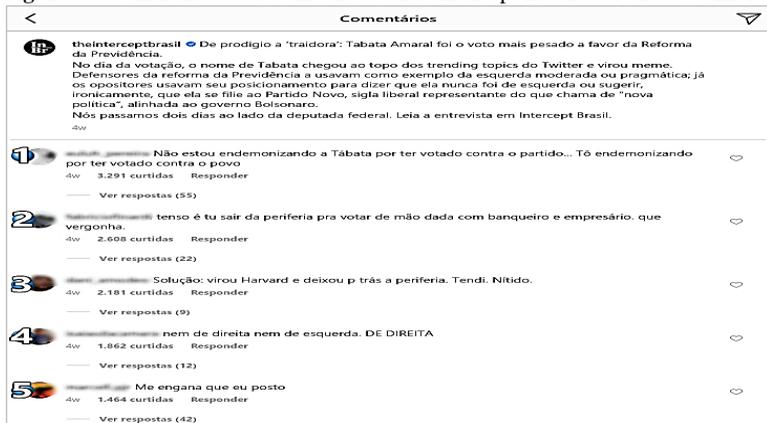
Além da polêmica gerada sobre o seu posicionamento na votação da Reforma da Previdência, na matéria, ela promoveu nova polêmica ao dizer que “Se com isso eu me tornar impopular e não ser [*sic*] reeleita, beleza. Com a formação que eu tenho, consigo emprego onde eu quiser. Eu volto a trabalhar e continuo o ativismo de outros lugares”, pois muitos brasileiros entenderam esse comentário como sendo um discurso arrogante por parte dela, revelando um outro *ethos* e mexendo com o *pathos*, causando emoções negativas no seu auditório (AMOSSY, 2017a).

No momento da coleta dos dados para a realização deste trabalho de pesquisa, a postagem da matéria sobre a deputada na rede social *Instagram* registrava 32.258 curtidas e 2.503 comentários, conforme pode ser visto na Figura 3. Dessa forma, para analisar como o público reagiu diante dos posicionamentos da deputada, serão considerados os cinco

comentários que tiveram mais curtidas⁴ na postagem da matéria, pois compreende-se que o número de curtidas indica que o comentário apresentou maior relevância dentre os demais comentários realizados na postagem feita pela *The Intercept Brasil*, em seu perfil do *Instagram*. Esses comentários são apresentados na Figura 3. Observa-se que as fotos e os nomes dos internautas foram borrados e substituídos por números para preservar suas identidades.

Como pode ser visto na Figura 3, o primeiro comentário possui 3.291 interações de curtidas e o internauta escreveu: “*Não estou endemonizando a Tabata por ter votado contra o partido... Tô endemonizando por ter votado contra o povo*”. Nesse texto, o autor está “endemonizando” a parlamentar Tabata Amaral, tirando dela a qualidade de ser humano por “ter votado contra o povo”. No discurso, este é um argumento que busca desqualificar a outra pessoa, tirando-lhe a autoridade. Esse tipo de ataque visa a reprovação moral do outro através da sua desumanização, pois “o outro demonizado só pode ser excluído, uma vez que é impensável estabelecer um diálogo com Satã em pessoa” (AMOSSY, 2017a, p. 60). Diante desse comentário do internauta é possível perceber a desconstrução do *ethos* estereotípico que a deputada possuía, visto que sua moral agora é questionada pelo público que a acolheu moralmente no passado. Tendo em vista que o *logos*, *ethos* e *pathos* são as razões que inspiram a confiança do auditório (PIRIS, 2012), neste momento, o auditório não possui mais confiança na parlamentar, pois sua moral (*ethos*) foi comprometida e, portanto, o seu discurso não faz mais sentido ao público que a apoiava.

Figura 3 - Comentários sobre a matéria do The Intercept Brasil sobre Tabata Amaral



Fonte: Intercept (2019).

⁴ Curtida: demonstração de apoio ao conteúdo mostrado.

Com 2.608 curtidas, o segundo comentário da Figura 3 apresenta o seguinte texto: *“tenso é tu sair da periferia pra votar de mão dada com banqueiro e empresário. que vergonha”*. Nesse comentário, o internauta salienta a incoerência do *ethos* projetado pela deputada, em momentos de campanha, visto o seu alinhamento atual com ideais que contradizem esse *ethos*, mas beneficiam “banqueiro e empresário”, ou seja, beneficia um grupo social diferente do qual ela diz(ia) defender. Dessa maneira, o autor do comentário busca desqualificar moralmente a parlamentar por conta da sua incoerência no discurso (AMOSSY, 2017a). Desse modo, o *ethos* prévio que o público (auditório) enxergava na deputada foi desconfigurado mediante suas ações logicamente contrárias ao estereótipo no qual esse *ethos* se ancorava.

O terceiro comentário da Figura 3 possui 2.181 interações de curtidas e o seu autor escreveu o seguinte: *“Solução: virou Harvard e deixou p trás a periferia. Tendi. Nítido”*. Aqui, o internauta expressa que quando a parlamentar “deixou p trás a periferia”, ela esqueceu suas origens e agora se preocupa com a realidade do novo mundo em que vive (“virou Harvard”). Segundo Maingueneau (2008, p. 16), “a maior parte dos locutores, constantemente presentes na cena midiática, é associada a um tipo de *ethos* não-discursivo que cada enunciação pode confirmar ou infirmar”. Desse modo, é possível perceber, nesse comentário, um argumento que salienta como o *ethos* projetado pela deputada era frágil e que foi rapidamente infirmado quando ela votou a favor da Reforma da Previdência, ignorando o povo mais humilde (“deixou p trás a periferia”). Nesse sentido, o autor desse terceiro comentário busca mostrar que a postura que a parlamentar toma é contraditória em relação ao que ela diz defender.

Apresentando 1.862 curtidas na publicação da matéria da rede social, o quarto comentário, presente na Figura 3, expõe o seguinte enunciado: *“nem de direita nem de esquerda. DE DIREITA”*. Aqui, o autor do comentário se utiliza da ironia para demonstrar o que considera ser o verdadeiro lado ideológico-político da parlamentar Tabata Amaral (“DE DIREITA”). Essa afirmação, feita pelo autor do comentário, surge justamente por conta da polêmica gerada em decorrência do posicionamento que a deputada teve mediante a votação da Reforma da Previdência: ela foi a favor. Segundo Amossy (2017, p. 59), a polêmica busca enfraquecer o discurso do outro de todos os meios, sendo que um deles é a ironia. Assim, a reação do internauta é, através desse comentário irônico, de que não há prudência ou virtude nos discursos da parlamentar Tabata Amaral, tirando-lhe a persuasão, visto a ausência das causas que Aristóteles (1998) aponta para um discurso persuasivo: prudência, virtude e benevolência.

Já o quinto comentário, destacado na Figura 3, possui 1.464 curtidas e o seu autor escreveu o seguinte: “*Me engana que eu posto*”. Semelhante ao que ocorreu no comentário de número quatro, este comentário cinco apresenta um aspecto irônico, porém a ironia empregada aqui só é compreendida quando se faz a referência do texto com o dito popular “Me engana que eu gosto”. Todavia, no texto desse quinto comentário o autor se vale desse trocadilho para dizer, de modo irônico, que ao ser enganado pela deputada irá publicizar o fato para que todos saibam quem ela é, quando diz no seu texto “[...] eu posto”. Ao apresentar esse comentário, o internauta sugere que foi enganado pela deputada Tabata Amaral. Esse engano é, justamente, pela não confirmação do *ethos* que havia sido projetado dela. E, é justamente por não ter esta confirmação do *ethos* projetado da parlamentar, devido ao discurso contraditória frente à votação da Reforma da Previdência, que o internauta se sentiu enganado.

Tendo em vista que foram escolhidos para a análise os cinco comentários que apresentavam o maior número de interações do público, deduz-se, dessa forma, que são os enunciados que tiveram maior representação entre os demais leitores da postagem. Assim, é possível perceber que a ação da deputada federal Tabata Amaral não agradou ao público que tinha projetado alguma expectativa em relação a ela. De fato, tais expectativas haviam sido criadas através da construção de um *ethos* ancorado no estereótipo de uma pessoa que possuía consciência social, visto suas origens humildes de garota da periferia que ascendeu a um cargo público eletivo. Todavia, ao ter esse *ethos* prévio infirmado perante seu auditório, devido ao seu discurso favorável à Reforma da Previdência, uma polêmica foi instaurada em torno da sua pessoa.

Como explica Amossy (2017a, p. 91), “o enunciado é um ato assertivo de reivindicação e um ato implícito de protesto”. Desse modo, a atitude tomada pelos internautas em comentar a postagem do The Intercept Brasil, que trata da postura da deputada Tabata Amaral, é uma forma de protesto, fato característico da polêmica.

A polêmica argumentativa é caracterizada por possuir três aspectos específicos e simultâneos: dicotomização, polarização e desqualificação do outro (AMOSSY, 2017a). Nesse caso específico, que envolve a deputada federal Tabata Amaral, é possível perceber a dicotomização dos posicionamentos ideológicos sobre a reforma previdenciária: esse fato gerou uma polarização entre grupos que apoiam ou rechaçam essa reforma previdenciária de 2019. Tais grupos são constituídos pelos partidos políticos, seus filiados e pelo público simpatizante dos partidos políticos, ocorrendo que muitas vezes o público não compreende os detalhes da reforma proposta (FORTUNA, 2019), mas se posiciona a favor ou contra. Tendo em vista que

o *pathos* está vinculado “a um sistema de valores que determina o valor de cada paixão, conforme a circunstância em que ela é manifestada em uma dada sociedade e seu momento histórico” (PIRIS, 2012, p. 58), percebe-se que a não racionalidade do auditório é componente da polêmica.

Em seguida, percebe-se que nos cinco comentários da Figura 3 há a desqualificação da parlamentar Tabata Amaral, inclusive, no próprio título da matéria produzida pelo *site The Intercept Brasil* é apresentada a palavra traidora entre aspas (INTERCEPT, 2019), buscando resumir o sentimento do público que acolheu o seu *ethos* anterior ao seu posicionamento sobre a reforma previdenciária.

Diante dos fatos, é possível perceber que após o *ethos prégio*, que agradava seus apoiadores, ser desconstruído e a polêmica ser gerada, a deputada tenta, discursivamente, reconstruir o seu *ethos prégio*, porém, as redes sociais funcionam como uma memória coletiva que tornam essa tarefa mais difícil para figuras públicas.

Considerações finais

Como evidenciado por Amossy (2017a), a polêmica é uma modalidade de interação argumentativa que está muito presente na nossa vivência social. Mesmo não tendo tanto destaque quanto consenso nos estudos aristotélicos e perelmaniano, a polêmica tem uma importante presença nas interações discursivas no espaço público democrático.

Percebe-se que, por meio das redes sociais, o discurso polêmico ganhou mais força, pois uma quantidade maior de pessoas pôde ter acesso a essas plataformas tecnológicas e interagir, apresentando suas opiniões e impressões sobre os diversos conteúdos apresentados. Assim, essa interação promovida pelos usuários das redes sociais digitais se transforma em catalisadores que retroalimentam a polêmica.

Através da análise feita sobre a postagem do *site The Intercept Brasil* percebeu-se que o discurso polêmico presente tanto no título da matéria quanto nos comentários feitos pelos internautas instigou a interação de outros leitores da postagem, seja por meio de curtidas ou escrevendo sobre os comentários existentes, demonstrando o seu apreço ou discordância pelo discurso ali presente e alimentando a polêmica.

A discussão aqui apresentada, evidencia a importância do *ethos* para o sucesso da adesão dos espíritos à tese defendida pelo orador. O que ocorreu com a figura política analisada foi a polêmica gerada a partir da desconstrução do *ethos* estereotípico. Desde muito cedo, Tabata

Amaral procurou construir discursivamente uma imagem de si. Essa imagem se configurou em um estereótipo de uma moça humilde, militante em favor da educação (por ter transformado sua vida a partir dela) e preocupada com causas sociais.

Em várias passagens de sua vida, essa imagem era revelada e reafirmada a partir dos seus discursos, ou seja, Tabata Amaral foi construindo essa imagem de si, a partir de seus discursos, especialmente quando enfrentou o ex-ministro da Educação, Véllez. Fato que a fez ser conhecida nacionalmente pela repercussão positiva de seu discurso.

No entanto, quando a deputada em questão votou a favor da Reforma da Previdência, a população que a seguia e a apoiava se revoltou, porque naquele momento do voto, o *ethos* revelado não confirmou o *ethos* prévio que o auditório havia projetado. Nesse sentido, se instaurou a polêmica em torno da representação sócio-discursiva construída pela deputada Tabata Amaral em confronto com a sua manifestação a favor da Reforma da Previdência, que para o auditório são manifestações incompatíveis, antagônicas.

Assim, desde então, a deputada Tabata Amaral vem tentando desconstruir a imagem negativa que se firmou após votar a favor da Reforma da Previdência. Desse modo, sugere-se como trabalhos futuros o estudo sobre como a deputada em questão tem buscado desconstruir o *ethos* prévio desfavorável para ter seu discurso de defensora dos pobres, excluídos e de pessoa preocupada com questões sociais aceito novamente.

Referências

AMARAL, Tabata. **Quem sou**. Disponível em: <https://tabataamaral.com.br/quem-sou/>. Acesso em: 30 de dez. 2019.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017a.

AMOSSY, Ruth. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. Tradução de Angela Maria da Silva Corrêa. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 13, p. 227-244, jan/jun. 2017b.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* a análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 9-28.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

CABRAL, Marcio Pedro. **A nova retórica perelmiana**: contrapontos entre Aristóteles e Perelman. Maringá, PR: Vivens, 2014.

CERIONI, Clara. **De Harvard ao Congresso**: quem é a jovem deputada que deu lição em Vélez. Exame. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/quem-e-tabata-amara-a-jovem-deputada-que-deu-uma-licao-a-velez/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CHAIÁ, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabricio. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. Aurora. **Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014.

FORTUNA, Deborah. CNI/Ibope: 59% dos brasileiros acham que é preciso reformar a Previdência. **Diário de Pernambuco**, 8 maio 2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2019/05/cni-ibope-59-dos-brasileiros-acham-que-e-preciso-reformar-a-previden.html>. Acesso em: 30 dez. 2019.

FREITAS, Ernani Cesar; CHIARADIA, Itatiane; FACIN, Débora. Práticas linguageiras e *ethos* discursivo: vozes de sujeitos “que falam” sobre o trabalho. **Letras de Hoje**, v. 49, n. 3, p. 326-335, 2014.

INTERCEPT. **De prodígio a ‘traidora’**: Tabata Amaral foi o voto mais pesado a favor da Reforma da Previdência. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bz8-AAgpSed/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LIMA, Marcos Aurélio de. **A retórica em Aristóteles**: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia. Natal: IFRN, 2011.

LONGO, Ivan. **Tabata Amaral desrespeita orientação do PDT e vota a favor da reforma da Previdência**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/tabata-amara-desrespeita-orientacao-do-pdt-e-vota-a-favor-da-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *Ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2011.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 1992.

PDT, **Da periferia de São Paulo à Câmara Federal, passando por Harvard**. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/da-periferia-de-sao-paulo-a-camara-federal-passando-por-harvard/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PIRIS, Eduardo Lopes. **O ethos e o pathos no hipergênero “Primeira Página”**: análise discursiva das edições de abril de 1964 dos Diários *Correio da Manhã* e o *Globo*. 2012. 249 f. Tese (Doutorado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2012.

SENA, Geane Cássia Alves; FIGUEIREDO, Maria Flávia. Um estudo da Teoria da Argumentação da Retórica Aristotélica à Teoria dos Blocos Semânticos. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 02, n. 01, p. 4-23, jan./jun. 2013.

TRUBILHANO, Fábio Souza. **Retórica Clássica e Nova Retórica nos recursos judiciais cíveis**: a construção do discurso persuasivo. 2013. 374 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WIKIPEDIA. **Tabata Amaral**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tabata_Amaral. Acesso em: 31 dez. 2019.

ANÁLISE DO *ETHOS* E DO AUDITÓRIO NO DISCURSO DE ASSIS CHATEAUBRIAND COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA

Paulo Garcez Leães
Renata Lourdes Linhares Severiano

Introdução

O pressuposto que norteia este trabalho consiste na compreensão de que é por meio do discurso que o orador revela uma imagem de si, considerando, para isso, a interação estabelecida com o auditório. Essa ideia dialoga com o posicionamento da Amossy (2015), uma vez que, para a autora, ao tomar a palavra, o orador expressa uma imagem de si, e é nesse sentido que o discurso em um determinado momento aponta indícios dessa construção, considerando, por exemplo, a visão de mundo e o conhecimento partilhados pelos interlocutores.

O objetivo principal deste trabalho é analisar o discurso de Assis Chateaubriand, recorrendo aos estudos sobre o *ethos*, desenvolvidos pela argumentação no discurso (AMOSSY, 2015) e à concepção de “auditório” defendida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Tomamos como base o conceito de *ethos*, considerando a concepção retórica, apresentada por Aristóteles, uma vez que é imprescindível essa retomada aristotélica para discorrer sobre a sistematização da retórica como arte persuasiva.

A noção de *ethos* configura-se como peça fundamental para o exercício da persuasão de um auditório, incluindo o caráter do orador (o próprio *ethos*, na teoria de Aristóteles); a representação dos sentimentos e o interesse despertado nos ouvintes (o que chamamos de *Páthos*); e o próprio discurso (o *Lógos*).

Para que se possa proceder tal análise com o devido rigor, iniciaremos a jornada com os estudos sobre *ethos* no discurso, sendo a base teórica que motivou esta investigação. A compreensão desta categoria se faz na relação que se estabelece com a noção de auditório. Nesse sentido, mobilizamos a concepção de Meyer (1994, p. 43), para quem

O orador é simbolizado pelo *ethos*: a sua credibilidade assenta no seu caráter, na sua honorabilidade, na sua virtude, em suma, na confiança que nele se deposita. O auditório é representado pelo *páthos*: para convencê-lo é preciso impressioná-lo [...]. Resta enfim, a terceira componente, sem dúvida, mais objetiva: o *lógos*, o discurso.

Dessa forma, Aristóteles defende que o *ethos* está interligado ao orador, e consequentemente, à confiança que este desperta no auditório. É neste viés que o processo retórico se faz indissociável do *páthos* e do *lógos* para compreender o *ethos* aristotélico. Desse modo, é através do discurso que o *ethos* se revela característica do orador, uma vez que a estrutura de uma retórica precisa desempenhar papel fundamental na persuasão.

1 Breve Histórico – *Ethos, Pathos e Logos*

A sistematização da retórica enquanto a arte de persuadir teve como responsável Aristóteles, visto que o mesmo elenca *ethos, páthos e lógos*, que são empregadas pelo orador no ato de persuadir o auditório. Cabral (2014) afirma que a retórica objetiva descobrir o que é próprio do discurso para que seja possível a persuasão. Sob essa perspectiva, os meios para que tal ação aconteça podem ocorrer de duas formas: independente do orador (provas documentais, legislações, testemunhos etc.) ou dependente do orador (cujo indivíduo inventa e incorpora na sua argumentação).

Quando são abordados aspectos relativos à retórica, faz-se necessário uma menção ao siciliano, Górgias Leontinos (485 a. C.-380 a. C), considerado o primeiro professor de retórica que se tem conhecimento. O filósofo fora enviado à Atenas, no ano de 427 a. C., na função de embaixador de sua terra natal, buscando a proteção da cidade contra os siracusanos. Górgias conquistou grande popularidade entre os atenienses, em virtude de seu estilo de oratória e os mais fascinados tornaram-se seus discípulos.

Para ele, o importante era o convencimento do público, de forma que o orador, por meio dos dizeres, pudesse mobilizar informações capazes de provocar nele reações positivas, embora essa ação não tenha compromisso com a veracidade dos fatos. O poder de adaptação do orador também era importante, visto que o local, o momento e o contexto exerciam uma importante influência nos ouvintes, além de uma linguagem poética, rítmica e cheia de efeitos (SOUSA, 2000).

Lausberg (1982, p. 105) reforça essa lógica, quando coloca que a persuasão também pode se manifestar na criação, por um consentimento afetivo do árbitro da situação, considerando-se que o consentimento afetivo pode preencher possíveis lacunas da convicção intelectual.

Aristóteles (384-322 a. C.) estudou e resumiu os tratados de retórica deixados por Górgias e seus seguidores e ampliou as discussões com o acréscimo dos critérios técnicos e dos

métodos da retórica (SOUSA, 2000), objetivando, com isso, despertar o interesse do público. Com base nisso, Aristóteles (2005) dedicou-se a estudar o porquê de, em alguns discursos, os oradores obterem êxito e em outros, não. A obra “A Arte Retórica” (1978) foi uma das pioneiras a conceber regras da comunicação eficaz, em que o ato de convencimento é obtido através da capacidade do orador em transmitir a impressão de ser digno de confiança e, conseqüentemente, persuadir sua audiência. Ao abordar os meios de persuasão da obra de Aristóteles (2005), esse buscou explicitar a maneira eficaz de falar retoricamente. Verifica-se, neste caso, que para o sucesso da argumentação, recorre-se ao *ethos*, que se atém a descrever a importância da construção da imagem positiva do interlocutor, através de seu próprio discurso para com sua audiência, atendendo as expectativas do público, tendo isso como fundamental para tornar a mensagem convincente e credível; *páthos*, que leva em consideração a emoção do auditório; e *lógos*, a própria argumentação.

Amossy (2005, p. 09) defende que no *ethos* “o locutor efetua em seu discurso uma representação de si”. Não leva em consideração a idoneidade do orador, apesar desse ser importante e isso fica claro na afirmação de Souza (2000, s/p):

Sem dúvida que o carácter do orador é fundamental, pois uma pessoa íntegra ganha mais facilmente a confiança do auditório, despertando nele maior predisposição para ser persuadido. Mas trata-se aqui da impressão que o orador dá de si mesmo, mediante o seu discurso e não do seu carácter real ou a opinião que previamente sobre ele têm os ouvintes, pois estes dois últimos aspectos, não são técnicos.

[...]

Persuade-se pelo carácter quando “o discurso se pronuncia de forma que torna aquele que fala digno de crédito pois damos mais crédito e demoramos menos a fazê-lo, às pessoas moderadas, em qualquer tema e em geral, mas de maneira especial parecem-nos totalmente convincentes nos assuntos em que não há exactidão mas sim dúvida [...].

Sob essa perspectiva, não se deve unicamente centrar-se na capacidade do orador em transmitir uma imagem de confiança, o público também apresenta um papel fundamental, visto que é necessário que o auditório perceba no orador a racionalidade para que seja possível identificar os posicionamentos que estão sendo apresentados e defendidos por ele. Nesse sentido, Sousa (2000) afirma que é importante que o orador saiba dar a impressão de possuir um carácter digno de confiança, e também é necessário que conheça o carácter dos seus ouvintes e a ele saiba adaptar-se.

Portanto, ambos são codependentes no processo de formação discursiva. Maingueneau (1997, p. 49) afirma que esse processo nada mais é do que “convencer que consiste em atestar o que é dito na própria enunciação”.

A noção de *ethos* passou por várias abordagens, dentre elas, as visões defendidas por Benveniste (1995) e, posteriormente, por Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980), em que o orador se insere no discurso. Em seguida, temos Erving Goffman (1999) contribuindo com o seu pensamento, segundo o qual, em cada circunstância da vida cotidiana, uma imagem de si é apresentada pelo indivíduo, dando sentido ao que ele mesmo apresenta como a noção do *ethos* enquanto “representação de si mesmo” (GOFFMAN, 1999). Kerbrat-Orecchioni (1980) realizou a análise conversacional, unificando o estudo dos fenômenos linguísticos aos aspectos interacionais. A abordagem de Ducrot (1987) defende a fala como instrumento que visa influenciar o seu parceiro e Maingueneau (2005) já exalta o estreitamento de um discurso e de uma instituição, como também o retorno à ideia de um discurso eficaz (SOUZA, 2014). Sendo assim, aludimos ao pensamento de Maingueneau (2005) no tocante à configuração do *ethos* como o “tom” dado pelo enunciador ao inserir em seu texto somente o objetivo de aderir ao coenunciador e não apenas a pretensão de persuadir. Seu pensamento avança, ainda, ao complementar o “tom” a respeito do *ethos*:

O texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir 'fisicamente' a um certo universo de sentido. O poder da persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados (MAINGUENEAU 2005, p. 73).

No que se refere ao *ethos*, é possível o entendimento da imagem de si em um discurso através de processos enunciativos. De forma sucinta, a noção do *ethos* é basicamente a relação dialética mútua do “eu” com o “outro”, focando na imagem revelado do orador diante do público.

2 A Nova Retórica - Auditório em Perelman

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 21), não há dúvidas de que “a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige”; sendo assim, o sucesso da argumentação se dá na adequação do orador perante o auditório que ele pretende influenciar.

Segundo o autor, para que o orador consiga reter a atenção do público, de forma efetiva, deve desenvolver a argumentação com certa qualidade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Ou seja, o orador deve possuir certa habilidade, que provoque reações no auditório, de algum modo.

Por esse motivo, o auditório encontra papel nuclear nesta teoria, sendo definido como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 21). Para os autores, o auditório é o grupo de pessoas que o orador pretende atingir com os argumentos utilizados, de forma a convencê-los ou persuadi-los, conseguindo atenção e/ou adesão às ideias apresentadas.

A noção de auditório trata-se, sem dúvidas, e o próprio autor admite, de um conceito de difícil determinação, uma vez que os critérios utilizados para o identificar é puramente material. Por isso, adota-se o conceito acima descrito, uma vez que permite que cada orador pense, ainda que de forma não completamente consciente, nas pessoas que procurará persuadir ou atingir com seu discurso. Os oradores, portanto, devem criar um auditório hipotético, noção essa que pode, ou não, coincidir com a realidade.

O auditório presumido é sempre uma noção de certa forma sistematizada, já que o orador pode pesquisar suas origens sociológicas ou psicológicas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Fato é que a argumentação, para ser efetiva, deve conceber o auditório presumido da forma mais real possível. Somente assim, aquele que fala poderá saber quais argumentos utilizar, evitando o uso de falas inadequadas, o que pode gerar “as mais desagradáveis consequências” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA 1996, p. 22). Os estudiosos ressaltam que o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é uma condição prévia e necessária de qualquer argumentação que se queira eficaz.

Considerando, no entanto, que as opiniões internalizadas por um indivíduo também dependem, em grande parte, do seu meio social, o estudo dos auditórios reveste-se ainda de caráter sociológico. Nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 23),

Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem que se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas.

Importante salientar que, da mesma forma que um indivíduo pode mudar de opinião com o passar do tempo ou o advento de certas circunstâncias, também um auditório pode mudar suas convicções iniciais, fato que jamais poderia ser desconsiderado por um orador que vise fazer uma argumentação efetiva, já que o auditório presumido pelo orador, no início do processo argumentativo, poderá não ser o mesmo quando ele conclui a argumentação.

Nesse caso, o auditório está em constante transformação, uma vez que acaba por ser condicionado pelo próprio discurso daquele que lhe dirige a palavra. Deve o orador ter isso sempre em mente, praticando o que Perelman e Obrechts-Tyteca convencionou chamar de “Adaptação Contínua do Orador ao Auditório” (1996, p. 26).

Como o orador deve adaptar sua argumentação diante do auditório, às suas ideias, determina os rumos da argumentação: “É, de fato, ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores” (PERELMAN, 1996, p. 26).

3 Entre o *Ethos* e Auditório - Análise do discurso de Chateaubriand

Na análise dos posicionamentos presentes no discurso do Senador Assis Chateaubriand, a retórica poderia ter sido exitosa, por ocasião do encerramento da VII Festa Nacional do trigo, em Erechim-RS, se o senador atentasse ao auditório ao qual ele estava se dirigindo.

O discurso é uma das pérolas da política brasileira, uma vez que foi utilizado como resposta vingativa ao então Presidente Juscelino Kubitschek, que, certamente, desconhecia que o senador em questão era inimigo da triticultura. Assim sendo, o referido senador foi protagonista de um episódio que, pelo aspecto inusitado e pelo constrangimento causado aos presentes, entrou para o anedotário da cultura brasileira do trigo (triticultura).

A oportunidade era perfeita, para Chateaubriand mostrar a JK todo o seu descontentamento com a promessa não cumprida. E assim se deu. Foi no almoço oferecido aos visitantes, no Seminário Nossa Senhora de Fátima, em Erechim, com a participação do presidente Juscelino Kubitschek, do vice João Goulart, do ministro da agricultura Mário Meneghetti, do governador gaúcho Ildo Meneghetti, de Tancredo Neves, do bispo diocesano Dom Cláudio Colling, entre outras autoridades, e dos presidentes de associações de produtores de trigo do sul do Brasil, que Chateaubriand proferiu o histórico e embaraçoso discurso contrário à triticultura nacional. Chegada a hora do discurso oficial, Chateaubriand falou de improviso (CUNHA, 2000, s/p).

Fernando Morais (1996, p. 581) apresenta o discurso proferido que provocou desconforto ao público presente: “Minhas senhoras e meus senhores: vou trair Juscelino, mas prometo que não trairé a verdade”. A impressão inicial é a de que o orador não trairá a verdade, embora possa trair o presidente. Fica evidente, neste excerto, que confrontando até as próprias concepções, o orador deve ser confiável e se manter na condição de respeitável, como um especialista no assunto, instigando a credibilidade no que defende.

O conteúdo também deve ser apresentado de forma eficiente para se tornar confiável, tendo em vista que, segundo as contribuições do pensador Aristóteles, o *ethos* é o fio condutor que leva à persuasão em um discurso em que sua estrutura está organizada e bem fundamentada, propiciando, assim, que o orador transmita confiabilidade àquele que o escuta. Seguindo essa ótica, pode-se afirmar que compreender o *ethos*, através da retórica, resulta, também, na construção da imagem do enunciador, visto que esse sujeito se projeta na sociedade em decorrência do seu discurso.

No próximo excerto, o orador afirma que:

- Ó gaúchos, como gosto quando ousas. E é hora de ousar, concordando comigo em que o trigo hoje dá-se de graça, é um cereal abastardo. O trigo nunca passou de um acidente na vida econômica do Brasil e do Rio Grande. Possuís solos demasiado rico para desvalorizá-los com uma cultura pobre como a triticultura, hoje em regime de superprodução em todo o mundo.

Desse modo, percebemos o *ethos* revelado no discurso do senador quando ele se dirige ao público gaúcho, suscitando a necessidade de o povo ser ousado se concordar com os posicionamentos dele. Essa percepção se materializa pela forma como o orador tende a convencer o público de que ele é o mais qualificado para falar sobre a cultura do trigo, e como o seu caráter ou sua autoridade podem influenciar a audiência. Tal convencimento ocorre por meio de uma imagem positiva que o orador revela de si ao seu auditório, selando a credibilidade e a tentativa de adesão do público às suas ideias. Convém destacar que o *ethos* é essa imagem sinalizada pelo orador, proporcionalmente, ao desenvolvimento do seu discurso e das concepções defendidas.

E assim, sem se preocupar com o mal-estar provocado pelas suas palavras, o orador continuou no mesmo tom:

- A generalizada acidez de vossas terras impede qualquer cultura racional e econômica do trigo, que é um cereal de terras doces. Gaúchos! Um povo de vosso ritmo de trabalho, de vossa energia no tratar da terra, merece algo de muito mais compensador do que o trigo. Nos cadernos da prateleira da minha farmacopeia tenho receitas e medicinas únicas para o vosso engrandecimento

econômico. De que vos falo? Do capim. Capim para quê? Para dar de comer a ovelhas. Tanto podeis optar pelo nosso angolinha, ou capim de terra, que no ano passado deu 1 bilhão e 600 milhões de dólares à economia australiana, quanto pelo Pará grass. Quando vos tornares plantadores de capim e criadores de ovelhas, o que auguro para essa terra é um futuro dez vezes maior do que este presente humilde e pequeno de lavradores de trigo.

Notamos o *ethos* de autoridade no assunto quando o orador imprime a expressiva entonação de grande conhecedor e possuidor das receitas medicinais. Esse posicionamento instiga no auditório a ideia de que orador se preocupa com a economia e com os lavradores. Dessa forma, o *ethos* se manifesta na percepção daquilo que o público emite sobre a autoridade do orador e da sua moral. É nessa capacidade de dialogar do orador e da sua apresentação, que também estão incluídas as competências que poderão levar à persuasão.

Ciente de que não poderia parar nem para beber água, pois lhe cassaria a palavra, ele seguiu até concluir:

- Gaúchos! O que vos quero dar é algo semelhante ao que o café foi para São Paulo. Algo que vos permita importar automóveis por 60 ou 70 mil cruzeiros, em lugar de comprardes, ao preço que vos pagam pelo trigo, por 500 ou 600 mil cruzeiros. Abandonai definitivamente o trigo! Plantaí capim, dai de comer a ovelhas, enchei vossas burras de dinheiro – tereis dinheiro mais que suficiente para importar carros, champanhe e mulheres francesas para o vosso deleite! Muito obrigado, gaúchos!

Ao compartilhar as experiências, o orador expõe a sua intenção, além de ainda instigar uma notável segurança ao pronunciar, através do seu discurso, as reações do auditório, formado pelos gaúchos de Erechim. Percebemos isso nos relatos e nas reações do público diante deste discurso:

Não houve aplausos e nem vaias. O espanto era geral. Dom Cláudio Colling levantou-se e saiu da sala sem se despedir de ninguém, antes que a cerimônia fosse oficialmente encerrada. A mensagem foi dada. O presidente JK entendeu que não poderia brincar com Chateaubriand e assim no começo de 1957 saiu a sua nomeação como embaixador do Brasil em Londres. No entanto, Chateaubriand às voltas com problemas financeiros, não pode aceitar de imediato. O que só acabou acontecendo, de fato, em setembro daquele ano. E foi neste posto que Chateaubriand protagonizou mais algumas das suas, como a rodada de brindes com cachaça nordestina com os cocheiros da rainha que foram buscá-lo para a entrega de credenciais no palácio de Buckingham. Quanto ao vaticínio de Assis Chateaubriand para a triticultura gaúcha, parece que em parte se confirmou. Muitos abandonaram a atividade para plantar uma espécie de capim: aveia preta. A diferença do que foi "profetizado" é que o resultado econômico dessa plantação de capim, com o fim único de cobertura de solo, comparativamente à triticultura, tanto para o produtor como para o país, não possibilita o deleite das importações sugeridas por Chatô (CUNHA, 2000, s/p).

Percebemos que a capacidade argumentativa diante do auditório não é eficiente. Nesse sentido, podemos afirmar que o mais relevante para uma análise sob o viés retórico é a comprovação do funcionamento do discurso, considerando as possibilidades de influências que ele provoca no auditório, independente dos parâmetros que estiverem fundamentados os argumentos. Acrescentamos, ainda, que embora possamos refletir sobre as características de um bom orador, o fato de não observar que o discurso proferido por ele não está sendo compreensível ou aceitável pelo auditório e, principalmente, não tentar se adequar a ele, revela, de certo modo, que o orador não está considerando a função deste auditório no processo de argumentar. Portanto, há, nesse caso, uma quebra de expectativas e a argumentação não atende ao seu propósito comunicativo.

Considerações finais

Neste trabalho, objetivamos analisar a construção do *ethos* mobilizado no discurso de Assis Chateaubriand, considerando, para isso, como princípio norteador, a noção de auditório, delimitada pela Teoria da Argumentação Retórica. Sob essa perspectiva, o conjunto daqueles a quem os discursos se direcionam é o objetivo de toda a argumentação. Portanto, cabe ao orador influenciar o auditório sobre os posicionamentos apresentados por ele.

Nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), é função desse, no processo de argumentar, adequar-se aos valores partilhados pelo auditório. Em vista disso, é de vital importância que o orador compreenda, no momento da jornada argumentativa, quem são esses sujeitos aos quais ele se direciona, mesmo que esse entendimento faça parte de uma construção prévia por parte dele. Essa consciência consiste em um elemento fundamental para o sucesso da argumentação, pois contribui para que a mobilização das técnicas argumentativas se vincule às crenças e às concepções consideradas importantes para o auditório

Sobre a imagem de si, neste trabalho, e considerando os preceitos que norteiam o orador, identificamos um *ethos* positivo, vinculado à noção de autoridade no assunto, pois as experiências compartilhadas pelo orador com o auditório funcionam, a nosso ver, como uma espécie de confirmação de superioridade e sabedoria daquele que profere o discurso.

Em suma, diante dos resultados expostos, concluímos que as influências mobilizadas no auditório por meio do *ethos* contribuem, entre outros aspectos, no processo de valorização das informações apresentadas pelo orador, que, por sua vez, recorre às estratégias argumentativas

na tentativa de construir um *ethos* compatível com o discurso e que o favoreça perante o auditório.

Referências

- AMOSSY, Ruth. **A imagem de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2015.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Prefácio, tradução e notas: Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- CABRAL, Márcio Pedro. **A Nova Retórica Perelmiana: contraponos entre Aristóteles e Perelman**. Maringá, PR: Vivens, 2014.
- CUNHA, Gilberto. Plantai capim; importai champanhe e mulheres francesas, disse Chatô. **Embrapa Trigo**, Passo Fundo, RS, 2000.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'Énonciation: De la subjectivité dans le langage**. Paris: Colin, 1980.
- LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de retórica literária**. Tradução de R. M. Rosado Fernandes. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Guibenkian, 1982.
- MACIEL, Mauro. **Diálogo sobre as divisões da Oratória**. RS: Maciel Editor, 1998.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, Cenografia, Incorporação. *In*: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto; Ed. Unicamp, 69-92.
- MEYER, Michel. As bases da Retórica. *In*: CARRILHO, Manuel Maria (org.). **Retórica e Comunicação**. Porto: Edições Asa, 1994, p. 31-70.
- MORAES, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOUSA, Américo de. **A Persuasão: estratégias para uma comunicação influente**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade da Beira Interior, Portugal, 2000. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-persuasao-0.html>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SOUZA, Andreza. **Ethos e Análise do Discurso**: contribuições para o Letramento Literário. *In*: JORNADA NACIONAL DO GELNE, 25, 2014, Natal. **Anais** [...] Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne2014/anexos/507.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A NOÇÃO DE AUDITÓRIO

Edmar Peixoto de Lima
José Juvêncio Neto de Souza
Maria Betânia Araújo Rodrigues

Introdução

A Linguística é uma área que estuda a linguagem sob várias perspectivas teóricas, tendo como foco, sobretudo, a comunicação humana em suas diferentes realizações nas práticas sociais. É um campo do conhecimento que se apresenta subdividido em diferentes ramificações, entre as quais destacamos os estudos sobre o léxico como objeto de investigação.

Os itens lexicais, de modo geral, são analisados sob a perspectiva da Lexicologia e da Terminologia: a primeira tem como objeto de estudos as questões que envolvem o léxico comum; e a segunda, o léxico especializado. Essas áreas fazem parte do bloco de ciências que constituem as chamadas Ciências do léxico, cujo foco de análise se divide em uma abordagem teórica - Lexicologia e Terminologia - e uma vertente aplicada - Lexicografia e Terminografia. Para o desenvolvimento deste artigo, apropriamo-nos apenas da Terminologia, mais especificamente, das discussões tratadas pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) defendidas por Cabré (1999).

A Terminologia⁵ é uma disciplina científica que tem como objeto de análise os termos pertencentes a uma área especializada. É um campo de conhecimento que assume uma função primordial na sociedade atual, principalmente com o advento da evolução científica e tecnológica, em que inúmeros termos surgem com muita rapidez na socialização dos conhecimentos. Essa aceleração no surgimento de novas terminologias exige dos usuários um maior entendimento dos vocabulários que circulam nas comunicações especializadas.

Por essa razão, apropriamo-nos desses fundamentos para analisar as possíveis definições registradas sobre o termo “auditório” presentes nos estudos das teorias da argumentação de base retórica. Esta pesquisa tem como objeto analítico os textos que integram o *corpus* da argumentação (CORPARG), constituído por artigos, dissertações, teses e livros produzidos sobre a área, defendidos por Lima (2017) como textos especializados. Para a constituição do *corpus*, delimitamos quatro artigos científicos e destes, selecionamos oito excertos como

⁵ O termo *terminologia* é entendido sob duas concepções: em referência ao conjunto de termos específicos de uma área do conhecimento – terminologia (t minúsculo) e em referência ao campo de estudos dedicado aos termos técnico-científicos – Terminologia (T maiúsculo) (LIMA, 2017).

escopo a ser analisado. O critério de seleção para a escolha dos excertos consiste na delimitação dos enunciados que apresentem características de definição do termo em estudo.

Intentamos, neste caso, compreender de que forma os autores dos textos apresentam a definição do termo e quais as especificidades definitórias expressas nos enunciados, que nos permitam considerar ou não a definição como terminológica. Convém acrescentar que não é fácil sistematizar o conceito de auditório, uma vez que a “área da argumentação é composta tanto por vertentes teóricas que se complementam, como por vertentes teóricas que se opõem” (LIMA, 2017, p. 36) e, com isso, os textos apresentam diferentes perspectivas nas conceitualizações dos objetos de estudos. Baseados nas particularidades da área, estamos convictos de que não podemos contemplar todas as definições sobre auditório que circulam no domínio, no entanto, acreditamos que os resultados desta pesquisa podem proporcionar reflexões promissoras para a área de estudos.

Assim, este artigo está organizado em cinco partes: a primeira delas, corresponde a esta introdução em que apresentamos o objetivo e a natureza do trabalho. Em seguida, o tópico sobre as teorias nas quais fundamentamos o nosso artigo, cujo objetivo consiste em discutir a interface entre as teorias da argumentação e os estudos da Terminologia; em seguida, expomos uma breve metodologia em que descrevemos, de forma objetiva, os passos e as decisões tomadas para a realização do estudo. No tópico seguinte, destinado à análise dos dados, descrevemos e analisamos os enunciados definitórios apresentados pelos autores dos artigos que constituem o *corpus*. E, por fim, a conclusão em que retomamos nosso objetivo, expondo os resultados e apresentando possíveis discussões para estudos vindouros.

1 Argumentação e Terminologia: interfaces teóricas

Este tópico tem o propósito de estabelecer um diálogo entre as teorias da argumentação e as das ciências do léxico, sobretudo, com os aportes teóricos da Terminologia. Esta área de estudos elege como objeto de investigação os termos técnico-científicos especializados de um âmbito do saber e contempla em seu escopo a união de diferentes áreas do conhecimento.

A Terminologia objetiva analisar as unidades terminológicas ou os termos que fazem parte de uma área especializada, sendo responsável também pela organização de glossários, dicionários, banco de dados terminológicos etc. Entre os estudos desenvolvidos pelas áreas que se voltam aos itens lexicais, Pontes (2009) assinala que tomamos os verbetes como enunciados advindos de um conjunto de informações que tem como parceiros tanto o consultante, quanto o

lexicógrafo. Assim, as investigações terminológicas poderão também eleger como objeto de pesquisa o verbete terminológico ou enunciados definitórios, como é o caso deste trabalho.

Com o advento da tecnologia, os estudos terminológicos se tornam de fundamental relevância para se observar os comportamentos dos itens lexicais presentes no domínio. Essa importância se dá pelo fato de surgirem sempre novos vocábulos, que precisam ser compreendidos pelos usuários e que poderão fazer parte dos produtos terminológicos e, conseqüentemente, do objeto de investigação desta ciência.

Convém salientar que, desde a antiguidade, o homem tende a denominar e a nomear as coisas ao seu redor, com a finalidade de compreendê-las, e a Terminologia contribui nesse sentido, oportunizando elementos de estudos que possibilitem essa compreensão. Podemos, então, considerá-la como ciência que colabora no processo organizacional do repertório vocabular de cada área especializada, difundindo o conhecimento e contribuindo, conseqüentemente, com os estudos e as pesquisas na academia.

A historicidade da Terminologia se inicia com a Teoria Geral da Terminologia (TGT) defendida por Eugênio Wüster (1998). Esse estudioso assume a ideia de que a Terminologia deve se apoiar nos conceitos e não nos significados dos termos, assumindo um caráter prescritivo, normalizando as terminologias para facilitar o uso. O foco da TGT consiste na noção de univocidade da comunicação entre os especialistas, padronizando o uso dos termos técnico-científicos.

Essa abordagem de estudos foi de fundamental importância para o desenvolvimento da Terminologia, uma vez que, com base nestes princípios, surgiram várias outras vertentes teóricas com a finalidade de compreender as questões sobre a linguagem de especialidade. Entre elas, delimitamos a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), que trata dos aspectos comunicativos do texto técnico-científico especializado, desenvolvida por Cabré (1999).

Por meio dos princípios que regem a TCT, em que a investigação dos termos de uma área deve ser orientada de acordo com as especificidades do campo de conhecimento, podemos afirmar que “a terminologia do desejo passa a ser efetivamente a terminologia da realidade”.⁶ (CABRÉ, 1999, p. 126, tradução nossa).

A autora destaca os termos como específicos e pertencentes a uma determinada área temática do conhecimento especializado e que são partes integrantes de uma concepção de linguagem comunicacional e cognitiva, que se integram às bases linguísticas. Nesse contexto, o objetivo da Terminologia consiste em estudar os processos comunicativos das linguagens

⁶ La terminología del deseo pasa a ser efectivamente la terminología de la realidad.

especializadas em seu uso real, por meio do repertório vocabular que compõe a área. Cabré (1999, p. 126) considera que:

[...] tanto o conhecimento especializado, quanto os textos especializados, como as unidades terminológicas podem ocorrer em diferentes níveis de especialização e ser descritas em diferentes níveis de representação. [...] Só assim, a terminologia do desejo passa a ser a terminologia da realidade.⁷

Entendemos, portanto, que o conhecimento especializado se estrutura em níveis distintos, sendo que cabe à Terminologia a caracterização, a organização e a sistematização dos termos, apresentando os princípios norteadores da comunicação e do uso real das linguagens especializadas.

Ainda sob este contexto de organização, para desenvolver pesquisas em Terminologia, além do envolvimento do terminólogo, é necessária a intervenção dos especialistas da área de estudos que assume a tarefa de validar os termos e as definições apresentadas pelo terminólogo. Conforme já assinalamos, em Lima (2017), esta ação de validação dos termos já foi realizada pela pesquisadora.

Neste artigo, como tratamos do enunciado definitório do termo auditório, retomamos algumas considerações sobre definição, com a finalidade de esclarecer os posicionamentos apresentados nas análises. Para Cabré (1999), a definição se subdivide em dois tipos: por compreensão, entendida com um “conjunto das características que descrevem um conceito”; e por extensão, considerada a “enumeração dos objetos específicos representados pelo conceito”. A autora acredita que, em Terminologia, as definições devem ser elaboradas de acordo com as convenções e os princípios que norteiam a tarefa do terminólogo.

Destacamos que este pensamento, defendido por Cabré (1999), coaduna os princípios gerais da Terminologia e as aplicações terminológicas na tarefa de definir. Ou seja, as definições devem estar perfeitamente alinhadas entre si, o que significa dizer que os conceitos e as definições de termos, os enunciados e as frases precisam seguir um padrão de acordo com o domínio terminológico em que estão inseridos.

A ação de definir é um trabalho árduo e importante para a construção do produto terminográfico. Segundo Lima (2017), a definição é considerada como o “calcanhar de Aquiles” de todos aqueles que se propõem a trabalhar com a produção de dicionários. Nesse

⁷ [...] tanto el conocimiento especializado, como los textos especializados, como las unidades terminológicas pueden ser utilizados en diferentes niveles de especialización y ser descripciones en diferentes niveles de representación. [...] Sólo así, una terminología de la realidad.

sentido, concordamos com Pontes (2009, p. 163) quando afirma que “definir é uma das tarefas que requer do lexicógrafo conhecimentos teórico-metodológicos apurados”. Para Finatto (2002, p. 73) “a definição é um objeto textual multidimensional, dotado de características que o fazem exceder aqueles limites mais usuais ou tradicionais de um objeto lógico-categorial”.

Ressaltamos que a discussão sobre definição terminológica é de fundamental importância na que concerne à elaboração de dicionários. Esta ação terminológica tem por base os *corpora* textuais especializados de uma determinada área do conhecimento, ou técnico, científico e terminológico. Para Finatto (2002, p. 74), “[...] definir equivale a expressar um determinado saber, uma porção de conhecimento especializado. Esse enunciado envolve, portanto, uma representação conceitual particular, vinculada a um saber técnico, científico ou tecnológico”. Esse é o ponto de vista que norteia o nosso processo analítico neste trabalho.

Acrescentamos que, pelo fato de estarmos investigando enunciados definitórios sobre o conceito de auditório em artigos específicos sobre Argumentação, consideramos importante falar um pouco sobre a área de estudos. Iniciamos pela historicidade que perpassa por quatro momentos importantes. O primeiro diz respeito aos estudos da retórica na antiguidade; seguido dos estudos sistematizados por Aristóteles que depois tornou-se base para as discussões teóricas; em seguida, o tema torna-se foco de críticas realizadas pelos filósofos e passa por um processo de silenciamento; e finalmente, o ressurgimento dos estudos das teorias da Argumentação por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Toulmin (2006).

No primeiro momento, com o início da retórica na antiguidade, o discurso eloquente era imprescindível para convencer o auditório. A eloquência torna-se necessária ao cidadão no momento de defender os direitos perante a sociedade e, para isso, ele precisava apresentar os posicionamentos válidos e verdadeiros, por meio de argumentos persuasivos. Os sofistas foram os precursores em defender o poder da palavra, no entanto, seus discursos eloquentes eram considerados superficiais e as críticas consistiam na ideia de que eles defendiam opiniões generalizadas, sem a preocupação com a verdade. Além de defender as questões teóricas sobre o poder da palavra, os sofistas lecionavam aulas particulares para pessoas que desejavam ascensão social (BRETON; GAUTHIER, 2001).

No segundo momento, Aristóteles sistematizou os discursos da oratória, buscando compreender os processos de persuasão acionados nestes discursos e produziu a *Arte Retórica* que serve de base para os estudos da argumentação na contemporaneidade. Nessa obra, ele cita o manual do grego Corax, como uma primeira referência aos estudos em questão. Aristóteles sistematizou as provas em três tipos: as centradas no orador (*ethos*), as voltadas às emoções

(*pathos*) provocadas no auditório (universal e particular) e as provas direcionadas ao próprio discurso (*logos*) que podem ser compreendidas como argumentos persuasivos.

O terceiro momento foi marcado pelas críticas dos filósofos que viam a Retórica como manipulação do auditório, havendo, portanto, um período de silenciamento sobre a teoria por muitas décadas. E, no quarto momento, a teoria foi retomada e ressignificada por vários pesquisadores, uns apresentando elementos comuns entre si, outros discutindo questões divergentes. Como destaque, a chamada Revitalização dos estudos argumentativos, na contemporaneidade, se dá com as discussões tratadas por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca com a publicação do *Tratado da argumentação: a nova retórica*, em 1958, na Bélgica. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 43) defendem que “a lógica da argumentação é uma lógica do razoável ou preferível, permitindo a inserção de juízo de valores no contexto do racional”, e não uma lógica matemática, se contrapondo ao positivismo.

Perelman (2004) entende que não há argumentação sem falar em adesão do interlocutor, ou seja, aquela visada pelo próprio orador quando formula os argumentos com o objetivo de convencer o auditório. Nesse sentido, Alexy (2001) destaca que “o objetivo de cada argumentação é conquistar ou fortalecer a adesão (*Adhésion*) da audiência. Para realizar esse objetivo, o orador tem de adaptar o seu discurso à audiência”. Todo discurso possui um contexto e, conseqüentemente, um auditório para o qual é dirigido. Portanto, a discussão deve adequar-se conforme o auditório, sob pena de não acontecer a persuasão e/ou convencimento.

Nesse sentido, o objetivo da Nova Retórica é, para Perelman, “o estudo das técnicas discursivas que visam provocar ou aumentar a adesão das mentes às teses apresentadas a seu assentimento” (2004, p. 141). Sob esse contexto, é a adesão intelectual de espíritos que importa à argumentação. Nesse sentido, podemos considerar os espíritos como o auditório a quem o orador se dirige discursivamente.

Para melhor compreensão, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) dividiram a obra em três partes distintas, apesar de defenderem a importância da conexão de todos os elementos retóricos. A primeira diz respeito à diferenciação entre demonstração e argumentação, persuasão e convencimento e a noção de orador e de auditório. Na segunda parte, denota que para se iniciar a argumentação é necessário manter um acordo prévio com o auditório e levar em consideração as premissas, que indicam assuntos relacionados aos valores e aos lugares da argumentação. E, na terceira parte, os autores destacam as chamadas técnicas argumentativas, que devem ser consideradas pelo orador como estratégias de argumentação para defender seus posicionamentos com o intuito de obter a adesão do auditório.

As técnicas argumentativas são conceituadas na obra da seguinte maneira: Argumentos quase lógicos, que são os comparados ao raciocínio lógico; Argumentos baseados na estrutura do real, que são aqueles que se apoderam da relação do raciocínio e das fórmulas lógicas ou matemáticas que existem nos argumentos quase lógicos para reconhecer valores aceitos; Argumentos que fundamentam a estrutura do real, que são os que assumem papéis diversificados como exemplos, ilustração modelos ou antimodelos que podem ser seguidos como forma de persuasão; e a Dissociação das noções que é uma espécie de quebra que serve para “afirmar que são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados e independentes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 467-468).

No capítulo final da obra, os autores defendem o posicionamento de que deve haver a interação entre os elementos da argumentação, retomando às primeiras ideias. Defendem ainda que os argumentos são importantes para a formação do discurso e é fundamental conhecer o auditório na tentativa de adequar-se a ele.

No próximo tópico, tratamos dos pressupostos metodológicos selecionados para a investigação e são apresentados os passos e as decisões tomadas para a coleta do *corpus* e os critérios de análise.

2 Materiais e Métodos

Inicialmente, falamos um pouco da natureza deste artigo, mostrando do que se trata o estudo e da escolha do gênero artigo científico para compor o *corpus*. Convém explicar que reutilizamos o *corpus* da argumentação (CORPARG), apresentado por Lima (2017), sendo que, dele, delimitamos apenas quatro artigos e desses, elegemos oito excertos para serem analisados. Esta investigação é de base qualitativa, uma vez que recorreremos aos dados linguísticos para observar de que forma os autores tendem a conceituar o termo “auditório” na teoria da Argumentação de base retórica.

Os artigos científicos relacionados à temática sobre auditório, coletados do CORPARG foram: 1. Park, (2012): “Os sentidos de auditório”; 2. Navarro, (2014): “A noção de auditórios na teoria da argumentação de Chaïm Perelman”; 3. Alves (2009): “Balanço crítico da noção de auditório universal de Chaïm Perelman”; e 4. Jørgensen, (2012): “Interpretando o Auditório Universal de Perelman: Gross *versus* Crosswhite”.

Após a coleta, os artigos foram salvos em extensão do programa *PDF* e posteriormente gravados em pasta única para facilitar o manuseio dos textos. Passamos, então, à leitura dos

artigos com o intuito de identificar as possíveis explicações e/ou definições apresentadas pelos autores no que se refere ao conceito de auditório.

Para a organização das análises, enumeramos os excertos em 1, 2, 3 e 4 respectivamente e os subdividimos em 1 e 2, uma vez que, para cada um dos artigos que formam o *corpus* deste trabalho foi extraído dois trechos a serem analisados. Salientamos que os artigos foram publicados em periódicos científicos de revistas *online* e podem ser conferidos nas referências que se encontram no final deste trabalho.

O próximo tópico está voltado para a análise dos dados, em que nos apropriamos dos estudos da Terminologia, principalmente, sobre os elementos que constituem a definição, além das questões que envolvem a teoria da Argumentação.

3 Análise dos contextos definitórios: algumas reflexões

As definições contribuem para a transmissão de conhecimento, ao mesmo tempo em que ajudam a estruturar o pensamento e os saberes que circulam na área de domínio. Assim, a definição terminológica (doravante DT) deve apresentar em um enunciado os conceitos atribuídos aos termos que, por sua vez, são definidos pelo produtor do texto e pode simbolizar as particularidades e as características dos conhecimentos que circulam na área de domínio. Em outras palavras, as definições expostas nos enunciados que compõem os excertos neste trabalho, se configuram, a nosso ver, em tentativas que o produtor do texto expressa na ação de explicitar aspectos da área, no que se refere ao conceito de “auditório”, que pode ainda revelar a sua filiação teórica ou a forma como ele ressignifica os conceitos explicitados na teoria.

Por outro lado, em uma definição de base terminológica é importante reconhecer o gênero e o âmbito da área especializada em que se insere o termo, pois, ambos devem orientar a delimitação do enunciado de forma objetiva, clara e precisa. Assim sendo, informações supérfluas e comentários desnecessários devem ser evitados, para que os enunciados definitórios tenham mais objetividade e clareza, respeitando os limites estabelecidos pelos especialistas da área do conhecimento.

Em suma, a DT deverá refletir a relação entre os termos que designam o conceito, num domínio de especialidade, distinguindo-se assim de apenas uma mera explicação do sentido, ou seja, o enunciado terminológico deve estar relacionado ao âmbito do conhecimento especializado em que o termo é definido.

Feitas as considerações, passamos a observar de que modo os excertos selecionados para este trabalho registram o conceito para o termo “auditório”.

Excerto 1.1

“O auditório [...] é uma presença definida fora do discurso com certas crenças, atitudes e relações com o falante ou escritor, e se encontra em uma instância que requer que o discurso tenha certas características como resposta”.

Fonte: (PARK, 2012, p. 103).

No excerto 1.1, o autor trata de relacionar o termo à ideia de ser o auditório “uma presença definida”, que se relaciona de alguma forma com o orador (escritor ou falante) e se encontra fora do discurso. Ao nos depararmos com as expressões “presença definida” e “fora do discurso”, compreendemos que a noção de auditório, como aquela a quem os discursos são dirigidos, está clara para o produtor do texto. “Essa presença” exige que o orador organize seu dizer com características que possam orientar o auditório à construção de algumas respostas, que pressupomos, fazer parte das indagações deste auditório. Nesse ponto, podemos relacionar à concepção defendida pela Argumentação de base retórica (LIMA, 2017) de que o orador necessita se adequar ao seu auditório.

Tratando-se da DT, a noção de auditório descrita é fundamental para a área da Argumentação. No entanto, ressaltamos que neste enunciado definitório não há uma definição propriamente dita, pois o enunciado não consegue esclarecer o que é o termo “auditório” e não demonstra o que ele significa especificamente. Portanto, não apresenta uma definição autoexplicativa e, neste caso, cabe ao leitor inferir o que representa esta presença para o texto e algumas questões podem ser acionadas, como por exemplo, presença de quem ou de que exatamente.

Dito isso, passamos para as discussões com relação ao segundo excerto pertencente ao primeiro artigo.

Excerto 1.2

“O auditório, como ele existe na consciência dos escritores e como ele molda o texto, é um conjunto complexo de convenções, estimativas, respostas implícitas e atitudes. No caso de situações desestruturadas, em que chamaríamos o auditório de “geral” e em que não seriam possíveis identificações simples e concretas do auditório, o conceito absoluto se torna muito mais alusivo”.

Fonte: (PARK, 2012, p. 106).

Neste excerto, percebemos a ênfase que o autor atribui à noção de auditório que, segundo ele, existe na consciência do escritor e é o responsável por moldar o texto. Podemos perceber que a concepção de auditório, expressa neste enunciado, é a ideia de que ele existe e influencia o escritor, no sentido de que “é um conjunto complexo de conações, estimativas, respostas implícitas e atitudes”. Com base neste enunciado, o auditório não nos revela tratar-se de uma pessoa a quem o orador se dirige, embora a concepção de que o orador precisa se adequar ao auditório no processo de argumentar esteja muito clara no enunciado.

Tomando por base a explicação amparada na teoria terminológica, diríamos que nesse trecho há uma tentativa de definição para o termo “auditório”, uma vez que o autor utiliza informações claras e objetivas quando afirma ser função do auditório influenciar o escritor, já que aquele interfere nos posicionamentos apresentados pelo autor no processo de escrita. Ademais, o enunciado cita outros tipos de auditório, mas não esclarece as informações sobre estas noções.

O excerto expressa ainda que as concepções de auditório podem passar de um conceito absoluto para um conceito mais alusivo. Esta ideia não se apresenta no texto de forma clara e necessita, a nosso ver, de informações complementares que ampliem os possíveis significados expostos no enunciado, que Finatto (2002) denomina de diferença específica. Portanto, a falta destes dados implica no comprometimento da compreensão do que o termo significa.

Em seguida, apresentamos no próximo item, os excertos para o conceito de “auditório” no segundo artigo em análise

Excerto 2.1

"O auditório é o grupo de pessoas que o orador pretende atingir com os argumentos utilizados, de forma a convencê-los ou persuadi-los, conseguindo sua adesão à tese desejada".

Fonte: (NAVARRO, 2014, p. 435).

Este excerto revela que o autor retoma a ideia presente nos estudos de Perelmam e Olbrechts-Tyteca (2005) ao demonstrar que o auditório é um grupo de pessoas que o orador pretende convencer a aceitar sua tese. A noção de auditório, descrita nesse enunciado, parece-nos mais objetiva no sentido de que podemos imaginar no contexto enunciativo o grupo de pessoas que poderá ser foco das estratégias argumentativas de um orador.

O autor do texto recorre aos estudos dos autores do *Tratado da argumentação: a nova retórica* ao apresentar uma explicação para o termo e, na nossa perspectiva, recorrer a essa

definição por explicação, contribui para o processo de ampliação ou ressignificação do conceito que ora se apresenta. Nesse sentido, o produtor do texto, ao recorrer à paráfrase como definição, revela a sua filiação teórica como estratégia para definir o termo. Recorrendo aos preceitos defendidos por Finatto (2002), neste excerto, há a presença do gênero próximo e da diferença específica na definição.

Seguimos as análises com o próximo excerto.

Excerto 2.2

“[...] um auditório pode mudar suas convicções iniciais, fato que jamais poderia ser desconsiderado por um orador que vise fazer uma argumentação de modo eficaz”.

Fonte: (NAVARRO, 2014, p. 436).

Neste trecho, percebemos que a explicação proposta pelo autor apresenta uma ideia vaga do conceito de auditório, embora possamos inferir que o texto foca na própria função que o auditório poderá assumir na argumentação mediante o orador. Dessa forma, a concepção defendida está relacionada à noção de auditório como aquele que pode provocar mudança de convicção motivada pelo agir argumentativo do orador, mas de todo modo, permanece a ideia básica de que o auditório é o objetivo de toda a argumentação.

O excerto nos instiga a refletir que, na área de estudos, o texto revela ser importante a construção e a função que o auditório adquire no processo de argumentar. Ou seja, a depender do contexto da argumentação e das técnicas argumentativas utilizadas pelo orador, o auditório pode interferir na organização do discurso e, provavelmente, com base nesta interferência, o orador se motivará a rever os posicionamentos na tentativa de se adequar ao contexto, possibilitando, portanto, a adesão às teses defendidas por ele. Inferimos, dessa forma, que a concepção de auditório, neste excerto, consiste nas pessoas que o orador pretende convencer.

Com base nos estudos terminológicos, afirmamos que as alternativas para explicar uma possível existência da definição de auditório não se materializou no excerto, pois o termo não foi especificado claramente por parte do autor do texto, o que impossibilita a busca de um significado específico neste caso.

No próximo excerto, discutimos o conceito de “auditório” presente no terceiro artigo do *corpus*.

Excerto 3.1

“[...] o auditório universal, em termos gerais, como aquele formado por todos os seres racionais”.

Fonte: (ALVES, 2009, p. 62).

Neste trecho, o autor propõe a noção de auditório com base na especificação de um auditório universal “formado por todos os seres racionais”. Essa atitude demonstra a ação de recorrer a outra denominação com o intuito de singularizar o tipo de auditório de que se trata o enunciado. Nesse caso, o auditório universal faz referência a um grupo de pessoas que está, por sua vez, a mercê da idealização do orador que tenta influenciá-lo por meio do discurso.

Para a Terminologia, nesse excerto há uma variação na denominação para o conceito de auditório, pois o autor menciona um tipo de auditório específico. No entanto, quando nos debruçamos na tentativa de compreender o que significa o auditório universal, o enunciado nos revela algumas informações vagas e imprecisas, não dando margem para a conceitualização do termo. Essa ramificação no sentido de particularizar o tipo de auditório gera outro sentido, que, por sua vez, não está vinculado ao primeiro e, por essa razão, não pode ser também construído terminologicamente a partir dele. A Terminologia é uma ciência que se volta para a definição de um determinado termo de uma área do conhecimento; logo, neste excerto, encontramos, apenas, a nomenclatura (auditório universal); todavia, não existe uma definição nos moldes das ciências do léxico.

Diante destes apontamentos, seguimos as análises com o próximo excerto.

Excerto 3.2

“[...] o auditório universal é uma criação que reflete, ao mesmo tempo, condições histórico-culturais e o estado psicológico daquele que o constrói. Como construção histórico-cultural, ele é contingente e situado, e como visado psicológico, ele pretende transcender essas contingências”.

Fonte: (ALVES, 2009, p. 67).

Com base neste excerto, podemos considerar que, segundo o autor, o auditório consiste em uma representação mental realizada pelo orador no momento de organizar os dizeres, uma vez que ele objetiva influenciar o auditório por meio do discurso. E, sendo uma criação do orador, o auditório reflete na materialidade textual, as escolhas selecionadas por ele, tais como, as condições histórico-culturais que fazem parte do contexto situacional. Convém salientar que

o objetivo de convencer ou persuadir este auditório possibilita ao orador recorrer a argumentos e a estratégias atentando às condições que circundam o auditório.

O conceito de auditório parte de uma outra denominação “auditório universal” que, a nosso ver, é motivada pela necessidade de especificar a que tipo de auditório o orador se dirige quando precisa se posicionar discursivamente. Sob o ponto de vista da Terminologia, para que a definição possa desempenhar seu papel no processo de construção textual, precisa ser clara e objetiva. Fato este que não está expressa nesse enunciado.

Nos próximos excertos, tratamos do conceito de “auditório” no quarto artigo selecionado para este trabalho.

Excerto 4.1

“O auditório particular consiste num grupo de receptores que compartilham uma determinada característica: um ‘segmento’, um fórum de especialistas, membros de um partido político, um grupo de jovens ou mulheres etc.”.

Fonte: (JØRGENSEN, 2012, p. 134).

Neste trecho, há uma tentativa de definir o termo auditório, recorrendo à noção de auditório particular. Para a Terminologia, o produtor do texto recorre à ampliação da denominação com a finalidade de especificar qual o auditório que ele trata no momento da possível definição. Isto pode representar as condições pragmáticas do texto em uma determinada situação, uma vez que, é preciso delimitar que tipo de auditório se foca.

Sob o viés terminológico, este excerto revela a tentativa de uma definição vinculada à denominação do tipo de auditório tratado no texto, mas, a nosso ver, não apresenta características que possam nos direcionar a definição para o termo “auditório”.

Já com relação à definição dirigida ao termo “auditório particular”, é possível afirmar que se trata de “um grupo de receptores que compartilham de uma determinada característica”. Nesse contexto, podemos especificar que o auditório particular seria um grupo de pessoas que pertencem, por exemplo, a uma mesma comunidade e que compartilham de alguns valores em comum. Inferimos, ainda, que o grupo pode se constituir de defesas de posicionamentos semelhantes quando se tratar das questões que interfiram ou digam respeito especificamente aos interesses da comunidade.

Vejamos o que ocorre no próximo excerto.

Excerto 4.2

“[...] oradores que argumentam exclusivamente a auditórios particulares se baseiam em valores que são aceitáveis apenas para tal auditório específicos, mas irracionais em relação a outros auditórios relevantes”.

Fonte: (JØRGENSEN, 2012, p. 137).

Este excerto apresenta a noção de auditório mencionando a expressão “auditório particular”. Esse tipo de auditório, de acordo com o enunciado, parte dos valores aceitáveis entre orador e aqueles a quem ele se direciona. Para a teoria da Argumentação, auditório e orador são dois elementos que se completam na ação de argumentar.

Para a Terminologia, o enunciado não se configura em um DT, mas podemos inferir que o entendimento da concepção de auditório está vinculado a ideia de valores que são defendidos pelo orador e que também fazem parte dos elementos de aceitação deste auditório.

Acrescentamos, ainda, a importância da definição no sentido de atribuir valor na construção e na transmissão dos conhecimentos especializados, já que o termo definido pode revelar um cenário comunicativo real. Em se tratando da Terminologia, não houve, nestes excertos, definições propriamente ditas para o(s) conceito(s) de auditório. Os autores apresentam apenas uma discussão sobre o entendimento das concepções para a área de estudos. Vale salientar que o fato de não identificarmos todos os aspectos definitórios relacionados à Terminologia nas análises, não atribui valor negativo às pesquisas apresentadas nos artigos, apenas significa que as questões terminológicas que envolvem a área de especialidade, ainda, necessitam de maiores aprofundamentos.

Por fim, observamos que os autores recorrem a várias formas para denominar “auditório”. Isso acontece pelo fato de ser necessário especificar de que tipo de auditório se trata no enunciado. A este fenômeno chamamos, nos estudos terminológicos, de variação denominativa e consiste em uma proposta investigativa no devir. Inferimos, ainda, que a variação na língua acontece por influência das mudanças históricas, culturais e sociais que envolvem o contexto seja da língua comum ou da língua especializada.

Considerações finais

Este artigo objetivou discutir as possíveis definições apresentadas pelos estudiosos da teoria da Argumentação de base retórica para o conceito de auditório, na tentativa de identificar as definições registradas ao termo. Para isso, recorreremos aos preceitos da TCT, no intuito de

compreender as definições terminológicas que circulam na área de domínio e as particularidades da área que são acionadas nos textos.

Mediante as observações e descrições realizadas nas análises, percebemos que os autores dos artigos, *corpus* analítico do trabalho, utilizaram-se de diversas formas para conceituar, definir e ou explicar a noção de auditório, recorrendo para isso, muitas vezes, a sua filiação teórica.

Destacamos, também, que os dados observados nas análises nos motivaram a continuar a investigação, abarcando uma porção maior de textos do CORPARG e estabelecendo critérios mais fundamentados nos preceitos da Terminologia. Reafirmamos que embora não tenhamos encontrado, nestes excertos, exemplos claros de DT, considerando os estudos terminológicos, acreditamos que este artigo revela ser esta uma abordagem de grande relevância para os estudos da Argumentação e da Terminologia.

Lembramos que não foi nossa pretensão construir definições atribuídas ao conceito de auditório para a teoria da Argumentação, mas sim, discutir à luz da teoria da Terminologia os conceitos presentes nos textos, buscando nesta interface observar os conhecimentos sobre a noção de auditório.

Acreditamos que as discussões aqui apresentadas deixam em aberto muitas lacunas e outras possibilidades de estudos com outros *corpora* textuais e/ou sobre outro viés teórico poderão ser desenvolvidos em pesquisas vindouras.

Referências

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**: a Teoria do Discurso Racional como Teoria da Justificação Jurídica. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2001.

ALVES, Marco Antônio Sousa. Balanço crítico da noção de auditório universal de Chaïm Perelman. **Revista Páginas de Filosofia**, v.1, n.2, p. 61-78, jul./dez. 2009.

BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. **História das teorias da argumentação**. Tradução de Maria de Carvalho. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.

CABRÉ, Maria Teresa. **Terminología**: representación y comunicación. Una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Instituto Universitario de Linguística Aplicada, 1999.

FINATTO, Maria José Bocorny. O papel da definição de termos técnico-científicos. **Revista da ABRALIN**, v. 1, n. 1, p. 73-97, jul. 2002.

LIMA, Edmar Peixoto de. **Abordagem terminológica nas veredas teóricas da argumentação**: uma investigação sob a perspectiva da variação denominativa. 2017. 325 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2017.

JØRGENSEN, Charlotte. Interpretando o Auditório Universal de Perelman: Gross versus Crosswhite. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.3, p. 133-141, nov. 2012.

NAVARRO, Luize Stoeterau. A noção de auditórios na teoria da argumentação de Chaïm Perelman. *In*: SOBREIRA FILHO, Enoque Feitosa; SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinvernida, FREITAS, Lorena de Melo (orgs.). **Filosofia do Direito II: XXIII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI**. 2014, p. 431-447. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=283aa4a76808d58c>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PARK, Douglas B. Os sentidos de “auditório”. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 2, p. 102-112, maio. 2012.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica Jurídica**. Tradução de Vergínia K. Pupi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PONTES, Antônio Luciano. **Dicionário para uso escolar**: o que é e como se lê. Fortaleza: EdUECE, 2009.

TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. Tradução de Reinaldo Guarany. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WÜSTER, Eugen. **Introducción a la teoría eral de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Tradução de Anne-Céceli Nokerman. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

**TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS EM DIVERSOS
GÊNEROS DISCURSIVOS**

AS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS E A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS*: UMA ANÁLISE DO PROCESSO JUDICIAL CONDENATÓRIO DE FREI CANECA

Alex Sandra da Silva Moura
Samuel Alves Monteiro

Introdução

O desenvolvimento da linguagem foi um grande passo para a humanidade, pois além de permitir-lhe a interação dialógica, proporcionou-lhe identificar, analisar e interpretar os códigos que lhe chegavam por meio oral, escrito, imagético ou gesticular. A palavra (falada ou escrita) tem espaço privilegiado na linguagem, uma vez que por ela, verdades são criadas, guerra e paz são (re)estabelecidas pelo seu poder em construir discursos. A palavra pode ser tão convincente quanto as armas, desde que se conheça a força argumentativa.

A argumentação pode nos possibilitar intervir nos discursos alheios, bem como, impactá-los de tal forma que passem a ver o nosso discurso como a expressão da verdade. A eficácia de uma tese só pode ser comprovada pelos argumentos que a sustentam, e estes devem conter em si o *status* de verdade, mesmo que não o sejam, até por que a partir do uso da palavra, a própria verdade torna-se relativa.

A busca pelo ideal de verdade motivou diversos homens a dedicarem sua vida em tentar conhecê-la e difundi-la. Entre eles, destaca-se Aristóteles (2005)⁸, para quem as palavras deviam servir a esse ideal, encontrando no raciocínio lógico um campo seguro entre a verdade e o que aparenta ser verdade. Para além desse ideal, as palavras apresentam também modos de agir e ser no mundo. Quando faladas ou escritas, as palavras revelam sentimentos e intencionalidades, tanto no dito quanto no “não-dito”. Assim, os discursos são usados tanto para argumentar e convencer, mas também para sensibilizar, demonstrar o modo de ser e agir dos seus oradores. Ao falar ou escrever, o orador não apenas usa palavras aleatoriamente: ele fala de um lugar, usa um “tom” que considera adequado, escolhe o léxico que melhor expresse o que deseja revelar, pode usar da objetividade e clareza ou escolher a subjetividade para dizer o que pensa ao seu auditório. O resultado final deste jogo, de escolhas e adequação de palavras, é um discurso construído por um orador, com um propósito comunicativo em relação ao seu

⁸ Originalmente a obra Retórica de Aristóteles é um conjunto de três textos datados do séc. III a. C. Utilizamos uma edição traduzida, publicada em 2005.

auditório. Como a argumentação se (re)faz nos discursos, analisar discursos é de grande valia para compreender como se dá a construção discursiva e identificar os modos de ser e agir de seu orador.

Considerando-se estes pressupostos sobre a argumentação e os modos de ser e agir dos oradores é que estabelecemos como problemática para o estudo, investigar a possibilidade de, por meio das análises das técnicas argumentativas empregadas no processo condenatório de Frei Caneca, identificar o *ethos* discursivo revelado nos discursos.

Para tanto, propusemo-nos analisar 03 (três) excertos da defesa jurídica do processo condenatório em que Frei Caneca figura como réu. Assim, selecionamos, especificamente, o discurso proferido pelo próprio réu em sua defesa, uma vez que a produção recorre à argumentação como forma de convencer e persuadir aqueles que o julgarão.

No primeiro momento, discorreremos sobre alguns conceitos necessários à compreensão das questões que envolvem os estudos retóricos, recorrendo aos conceitos aristotélicos; logo após, faremos uma abordagem sobre a argumentação e as técnicas argumentativas, conforme os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005); em seguida, introduziremos a discussão do *ethos* discursivo baseando-se nos estudos de Maingueneau (2002, 2004, 2008, 2014) e Amossy (2014). Na sequência, realizaremos a análise da argumentação presente nos fragmentos selecionados, identificando o tipo de argumento utilizado, para, na continuidade, apresentar uma correlação entre a construção argumentativa do discurso de Frei Caneca e o *ethos* discursivo que dela se depreende. Por fim, retomaremos nosso objetivo mostrando os resultados obtidos com a presente investigação.

1 De Aristóteles a Perelman: um caminho retórico

A cultura ocidental, que hoje conhecemos, sofreu influências dos estudos e pensamentos aristotélicos, além de suas contribuições científicas, filosóficas e políticas. Aristóteles é um dos maiores estudiosos do que se denomina ‘Retórica’. O termo é comumente empregado para fazer referências às regras de eloquência, em especial no uso de discursos políticos e jurídicos. Porém, por mais que se tenham estudos sobre o que para uns é vista como disciplina, para outros, como uma arte, ainda há muito o que se analisar quando se trata da ‘Retórica’.

O surgimento da *polis*, cidade-estado na qual se desenvolveram as primeiras civilizações gregas, favoreceu o desenvolvimento da retórica. Todavia, foi com a democracia ateniense que ela ganhou espaço, já que os cidadãos eram convocados a exercer seu direito a opinar e tomar

partido durante as assembleias populares realizadas para fins legislativos, executivos e judiciários.

Inicialmente, Aristóteles (2005) propõe que a retórica seja entendida no campo da reflexão que leva à ‘verdade’, mas como esta busca é interminável, é preciso aceitar retoricamente que a verdade está mais no campo das probabilidades que das certezas. Para Mosca (2001, p. 20):

O ponto fundamental da doutrina aristotélica, no que toca à Retórica, reside em considerá-la do domínio dos conhecimentos prováveis e não das certezas e das evidências, os quais caberiam aos raciocínios científicos e lógicos. Por essa razão, o seu campo é o da controvérsia, da crença, do mundo da opinião, que se há de formar dialeticamente, pelo embate das ideias e pela habilidade no manejo do discurso.

Assim, Aristóteles afirma que no discurso humano tem-se a possibilidade da construção da ‘verdade’. E estando a retórica desvinculada do compromisso obrigatório com a verdade, o filósofo estabelece também que é a partir da persuasão que a retórica se corporifica. Em obra *Retórica* (2005), um dos tratados sobre a elaboração do discurso, o filósofo grego aborda o discurso em público com fins persuasivos, trazendo a ideia de silogismo, que estabelece que o argumento lógico é essencial para a persuasão, uma vez que só se constrói a conclusão num silogismo a partir de premissas que já foram comprovadas, ou seja, consideradas verdadeiras. Portanto, um argumento lógico aproximaria o orador do que se considera como verdade. Sobre retórica, Aristóteles (2005, p. 95) afirma:

Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras apenas é instrutiva e persuasiva [...] Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada.

Os meios para persuadir vão além da lógica. É possível ao falante se utilizar de outras formas de convencimento. Para Aristóteles, no uso da retórica, o orador poderia recorrer às ‘provas técnicas’, que eram de três diferentes constituições: algumas poderiam residir no caráter moral do orador; outras no modo como se dispõe o ouvinte; ou ainda, no próprio discurso. (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). Desta forma, são estabelecidas as bases argumentativas da retórica aristotélica, nas quais:

O discurso persuasivo, aquele destinado a agir sobre os outros através do *logos* (palavra e razão), envolve a disposição que os ouvintes conferem aos que falam (*ethos*) e a reação a ser desencadeada nos que ouvem (*pathos*). Estes são os três elementos que irão figurar em todas as definições posteriores e que compreendem o instruir (*docere*), comover (*movere*) e o agradar (*delectare*) (MOSCA, 2001. p. 22).

Na verdade, o convencimento e persuasão através de técnicas argumentativas que se utilizam do *logos*, *pathos* e *ethos* norteiam os estudos retóricos, desde os antigos aos atuais. Nesta pesquisa, ocupamo-nos principalmente da construção argumentativa baseada nas noções de *ethos*, todavia apresentaremos na sequência a discussão sobre as técnicas argumentativas fundamentada em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

2 Técnicas argumentativas: entre o convencimento e a persuasão

Para a compreensão das técnicas argumentativas, deve-se considerar os seguintes elementos essenciais: o orador e o auditório. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005)⁹ consideram que a argumentação é um processo cuja intenção é convencer e/ou persuadir o auditório, levando-o a agir conforme o desejo do orador e mediante acordos firmados entre eles.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), há dois tipos de acordos presentes nas premissas da argumentação: acordo sobre o Real (aquilo que é conhecido e admitido pelo auditório como verdade ou presunção da verdade) e sobre o Preferível (estabelece a preferência em termos de valor, hierarquia, lugares, quantidade/qualidade, existente etc.). Conhecendo estas premissas, o orador poderá prever as características de seu auditório e, assim, poderá mais facilmente formular sua tese, defendê-la, justificar suas escolhas a fim de convencer o auditório e persuadi-lo à ação.

Objetivando convencer e persuadir o auditório sobre a tese defendida, o orador, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), pode desenvolver a argumentação a partir de quatro técnicas argumentativas apresentadas a seguir:

- a) A técnica dos argumentos quase lógicos, baseada numa lógica formal, liga ideias e busca eficácia persuasiva em argumentos considerados ‘quase lógicos’ porque, diferente da Matemática, a linguagem pode levar a diferentes interpretações. De acordo com os autores, classificam-se nesta categoria de técnicas, os argumentos baseados em: regra

⁹ Neste estudo utilizamos a edição do Tratado da argumentação: a nova retórica, de 2005, publicado originalmente em 1958.

de justiça, a definição, o sacrifício, a comparação, a reciprocidade, a transitividade e a inclusão/divisão.

- b) A técnica dos argumentos baseados na estrutura do real despreza a lógica matemática para se utilizar de noções formadas por opiniões baseadas na realidade e que estão interligadas. Deve-se salientar que não se trata da ‘realidade propriamente dita’, mas sim de uma realidade construída socialmente a partir das opiniões formuladas. Nesta técnica, os argumentos utilizados possibilitam passar de um dos elementos da “realidade” para outro, sob a forma de sucessão ou coexistência.
- c) A técnica dos argumentos que fundamentam a estrutura do real é aquela que o orador utilizando um caso particular, por analogia e por meio da indução, estabelece uma generalização daquilo que acredita ser a realidade socialmente construída. Podem ser tipificadas como: exemplo, ilustração, modelo/antimodelo, analogia e metáfora.
- d) A técnica argumentativa por dissociação de noções propõe uma dissociação de elementos que, segundo afirma, existe uma associação indevida destes e que deveriam ficar separados e independentes, tais quais aparência/realidade, meio/fim, etc. Esta técnica tem por objetivo mudar o parecer ou a finalidade dos fatos.

Conhecendo-se as técnicas argumentativas cabe-nos investigar a construção do *ethos* discursivo presente na utilização das técnicas pelo orador do discurso. Assim, um fator indispensável para responder a problemática proposta para este estudo, que é saber se por meio do uso destas técnicas empregadas no processo condenatório de Frei Caneca, é possível identificar o *ethos* discursivo. Para tanto, exploraremos a discussão sobre a construção do *ethos* discursivo, fazendo um trajeto, revisitando os conceitos iniciais da retórica clássica até os conceitos contemporâneos trabalhados pelos linguistas.

3 A construção do *ethos* discursivo

O ato discursivo tem como pressuposto uma autoimagem revelada na interação dos sujeitos envolvidos no processo comunicativo, um jogo de posições que associa quem profere o discurso, no caso, o orador, e de quem o recebe e interage, representado pelo auditório.

Essa autoimagem produzida no processo discursivo se denominou *ethos*, cuja fundação remonta à retórica aristotélica, sendo uma imagem que o orador projeta em seu discurso. É por ela que nosso trajeto teórico iniciará, numa tentativa em chegar à noção de *ethos*, para a Análise do Discurso que interessa aos objetivos de nossa investigação.

3.1 A noção de *ethos* na Retórica Clássica

A concepção do *ethos* apresenta as raízes assentadas na Antiguidade, na Grécia com Aristóteles e em Roma com Quintiliano e Cícero. Para Aristóteles, a imagem que o orador cria, no momento da enunciação, necessariamente, não corresponde à identidade dele. Para os romanos, o *ethos* se ligava a uma imagem pessoal do orador, a credibilidade e a moral transmitida na figura corpórea, não incidindo em uma imagem gerada pelo seu discurso. Contudo, é no pensamento Aristotélico que os estudos da linguagem ficam sua base para construção teórica do conceito de *ethos*.

Aristóteles buscava estudar as formas constituintes do processo argumentativo, quando fundou em sua retórica as três formas de argumentar: *ethos*, *pathos* e *logos*. A primeira centra-se na figura do orador, sua ética, o seu caráter; a segunda representa as paixões, emoções, seduções da posição do auditório; e por fim, o *logos* que é a parte mais racional do discurso, com a delimitação e classificação de seus argumentos (SOUZA, 2003). O modo como esses três elementos se articulam é que será determinante para que a argumentação ocorra, de maneira que o orador seja capaz de conduzir o outro para o convencimento ou a persuasão.

Na antiga retórica a noção de *ethos* estava ligada à imagem que o orador podia transmitir pelo discurso, associada a representações de credibilidade, caráter e positividade. Como a produção discursiva da época estava baseada na oralidade, os oradores utilizavam características físicas, seus gestos, sua entonação a fim de construir uma autoimagem positiva e crível.

Barthes (1970) lembrado por Maingueneau (2008b, p. 13) define o *ethos* como “os traços de caráter que o orador deve *mostrar* ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para dar uma boa impressão [...]. O orador enuncia uma informação e, *ao mesmo tempo*, diz: eu sou isto aqui, não aquilo lá”. O *ethos* torna-se eficiente pelo fato dele se envolver em qualquer enunciação sem está explicitamente enunciado.

3.2 O *ethos* na Nova Retórica

Após um extenso lapso temporal, aproximadamente na metade do século XX, surge a chamada argumentação retórica que revisita o conceito de *ethos*, explorando-o na “materialização” do discurso. Os principais representantes Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca em sua obra fulcral *Tratado da argumentação: a nova retórica*, publicada em 1958,

discutem a noção de orador e indiretamente rediscutem o *ethos* relacionando com as técnicas argumentativas que precedem a construção dos discursos. Cabe ressaltar que, na obra citada, os autores não se aprofundam diretamente nos conceitos de *ethos*, mas, somente em alguns fragmentos do estudo é que essa discussão pode ser percebida. E não usam a nomenclatura *ethos*. Amossy (2014) é quem estabelece esta relação.

Quando trata do discurso como ato do orador, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 361) alertam para o fato de que a interação entre orador e discurso desempenha um papel muito importante na argumentação, de forma que o orador se arriscará a ser considerado pelo ouvinte, sendo que, nessa relação, o orador deve inspirar confiança, pois, sem ela o seu discurso não merecerá crédito.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o que se preservou da retórica clássica foi a noção de auditório, pelo fato de um discurso só ser eficaz se for adaptado ao auditório que se quer persuadir ou convencer. É por meio da noção de orador, discurso e auditório que o *ethos* se relaciona na nova retórica, em razão de ser um elemento resultante das técnicas argumentativas. É preciso que haja, para o orador, uma construção de imagem prévia do auditório, uma espécie de preparação capaz de realizar escolhas de argumentos adequados para persuadir o auditório. É a partir destas concepções sintéticas de *ethos* que se engendram as discussões a seguir, em que buscamos delimitar a construção do *ethos* discursivo.

3.3 O *ethos* discursivo

Sob a égide da Análise do Discurso, a concepção de *ethos* se refaz. Pensado para além da imagem da centralidade da figura do orador que buscava convencer e persuadir seu auditório, consubstanciado de virtudes morais conforme a retórica aristotélica, parte agora para uma perspectiva em que o *ethos* se integra ao discurso de maneira que permita ao auditório a adesão, ou não, à certa posição discursiva. Essa é a tese defendida por Maingueneau (2008b), ao tratar sobre a noção de *ethos* discursivo, e é guiado por ela que nosso percurso teórico será desenvolvido.

Para Maingueneau (2008a), o *ethos* não deixa de ter aproximação com a visão aristotélica, como a função do orador (enunciador) que profere o seu discurso ao outro (coenunciador) na intenção de convencer e persuadi-lo. Na concepção Maingueneauana, a imagem, o tom de voz, os gestos e comportamentos não revelam necessariamente o seu caráter

legítimo, pois o enunciador pode representar pelo seu discurso algo que ele não é. É então por meio da enunciação, que revela-se o caráter do enunciador (MAINGUENEAU, 2004).

Amossy (2014, p. 16) contribui para esse pensamento afirmando que “o enunciador deve se conferir, e conferir a seu destinatário, certo *status* para legitimar o seu dizer: ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber”. Essa posição institucional, que transmite credibilidade, pode ser exemplificada por um magistrado que ao proferir um discurso sobre leis, sinaliza ao seu auditório uma posição institucional que lhe conferiu autoridade e legitimidade.

O *ethos* também se posiciona em uma cena de enunciação em que o orador pode escolher mais ou menos a sua cenografia. Um exemplo é o discurso político em que um candidato de um partido pode falar a seus eleitores exercendo papéis diversos como: homem experiente, homem tecnocrata, homem do povo (AMOSSY, 2014). Desta maneira, o enunciador pode escolher a sua cenografia no momento da enunciação, o que Maingueneau (2014, p. 75) amplia:

A cena da enunciação integra de fato três cenas, que proponho chamar de ‘cena englobante’, cena genérica’ e ‘cenografia’. A cena englobante corresponde ao tipo de discurso; ela confere ao discurso seu estatuto pragmático: literário, religioso, filosófico... A cena genérica é a do contrato associado a um gênero, a uma “instituição discursiva”: o editorial, o sermão, o guia turístico, a visita médica... Quanto à cenografia, ela não é imposta pelo gênero, ela é construída pelo próprio texto: um sermão pode ser anunciado por meio de uma cenografia professoral, profética etc.

Com base nessa cenografia, é que na visão de Maingueneau (2014) o *ethos discursivo* é construído, pois é por meio dela que o enunciador escolhe a maneira pela qual quer se mostrar ao público e alcançar o seu auditório. As imagens de si, construídas no discurso, pressupõem que o enunciador quer mostrar através do seu dizer no momento da enunciação. Em razão dessa intrínseca ligação do *ethos* com o ato de enunciação, Maingueneau (2008b, p. 15) ressalta que “não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador *antes* mesmo que ele fale”, são representações prévias por meio de imagens e estereótipos pré-construídos.

O *ethos* discursivo de Maingueneau considera também que o *ethos* proferido pode não corresponder necessariamente ao que é mostrado pelo enunciador e, por sua vez, pode não ser visto da mesma forma pelo auditório. Dessa forma,

O *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do

texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre *ethos dito* e *mostrado* se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação. *O ethos efetivo*, construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias (MAINGUENEAU, 2008b, p. 18).

Podemos observar que o *ethos* dito está relacionado com os enunciados linguísticos, e o *ethos* mostrado se institui na imagem quando a encenação está sendo elaborada. Dessa maneira, os sentidos revelados pelo texto e imagem enunciados são inseparáveis e sustentados por uma voz, um tom.

Maingueneau (2002, p. 95) assegura que “toda fala procede de um enunciado encarnado; mesmo quando escrito, o texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito para além do texto”. Ao tomar uma voz que sustenta um discurso, o enunciador, independente da validade do que diz, mostra uma atitude, uma performance, pois, sendo verdade ou não, o sujeito da enunciação deverá convencer o ouvinte através da autoridade demonstrada no caráter performático.

Numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação. O termo “tom” tem a vantagem de valer tanto para o escrito como para o oral (MAINGUENEAU, 2008b, p. 18).

A noção do *ethos* discursivo para Maingueneau retorna novamente à retórica antiga para tratar da “vocalidade”, no caso do texto escrito, pois, na retórica, estava reservada à oralidade, e o referido autor foca as abordagens para a análise do discurso, voltando-se para o texto e apresenta a figura do “fiador” como uma espécie de imagem corporificada pelo auditório, cujo estereótipo é socialmente determinado. Nesse sentido, o autor observa que:

A enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá um corpo; o coenunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo; essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo da comunidade imaginário dos que aderem a um mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2008c, p. 65).

Para Maingueneau, não se pode considerar que o *ethos* discursivo ocorra da mesma maneira em qualquer texto, pois a incorporação não é um processo uniforme, se adéqua com base nos gêneros e tipos de discurso.

Considerando os pressupostos teóricos apresentados, destacamos na seção seguinte as análises dos excertos do processo judicial condenatório de Frei Caneca, em específico, a sua defesa. A análise proposta relaciona as técnicas argumentativas com os argumentos utilizados por Frei Caneca, na busca por atingir os objetivos propostos.

4 Análise de fragmentos da defesa de Frei Caneca

O processo judicial que condenou Frei Caneca está organizado em: Processo, Defesa e Sentença condenatória. A primeira parte apresenta um contexto dos acontecimentos históricos e expõe as acusações contra o réu; a defesa se constitui na fala do próprio Frei Caneca argumentando contrariamente às acusações; a última parte é a sentença que determinava a pena do frei.

A análise a qual nos propusemos fazer, neste estudo, tem como *corpus* fragmentos da “Defesa” do Processo condenatório de Frei Caneca, portanto, um texto da esfera Jurídica. A escolha deste texto representa um desafio, sobretudo pela linguagem empregada, Português arcaico, situado no século XIX, que para facilitar a leitura e compreensão elaboramos uma tradução para o português moderno, sendo os excertos originais presentes nos anexos

Contextualizando o *corpus* em tela, cabe-nos apresentar Frei Caneca e uma síntese do que o levou a ser julgado. Frei Joaquim do Amor Divino, popularmente conhecido por Frei Caneca era um religioso, jornalista e político brasileiro que residia em Recife e participou de movimentos revolucionários como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, essa última é que deu causa ao seu julgamento.

A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário de caráter separatista e emancipacionista ocorrido em 2 de julho de 1824. Tinha por finalidade reagir à tendência monarquista e a política centralizadora do governo de Dom Pedro I (1822-1831). Com ousadia nunca vista, os revoltosos proclamaram a independência da corte portuguesa, todavia, Dom Pedro I reagiu com veemência ao reprimir o movimento e dentre outras ações, instituiu uma Comissão Militar para condenar os revoltosos. Frei Caneca foi processado em 20 de dezembro de 1824, acusado de ser um dos líderes do movimento e conspirar contra o império pedrino.

Desta maneira, o *corpus* deste estudo é um texto produzido pelo próprio acusado, no qual utiliza a argumentação em defesa de sua tese, qual seja, provar sua inocência. Além disso, para alcançar este intento, é necessário convencer e persuadir seu auditório, neste caso, os

homens que o julgaram após concluir o processo. Assim, encontramos-nos diante de um texto que preenche os requisitos necessários a esta análise, como demonstraremos adiante.

Excerto 1 - A apresentação do réu

Ilmo. e exmo. Sr. Presidente, e Ilmo. Senhores vogaes. – Aparece na respeitável presença deste integérrimo juízo Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, religioso carmelita turonense desta cidade do Recife, preso na cadeia da mesma, pelo imputado crime de rebelião, a dar as razões da sua conduta, e a justificar-se de tão horrorosa imputação. A enormidade da acusação é tão grande, que em si mesmo basta para aterrar o varão mais forte, e o faria temer, se acaso não lembrasse que eram seus juízes varões brasileiros, cheios de retidão, e que sabem dar descontos às fraquezas da humanidade, imitando a piedade e beneficência do príncipe magnânimo, que os revestiu de tão alta autoridade. Esta ideia consoladora anima ao réu, e lhe aviva os espíritos abatidos, para alçar a tremula voz e fazer chegar ao conhecimento deste juízo os argumentos em que funda a sua defesa, e mostrar a sua constante adesão e obediência ao supremo imperante da nação brasileira.

Fonte: Processo Judicial Condenatório de Frei Caneca (MELLO, 1875).

Neste primeiro fragmento, observamos a modéstia de Frei Caneca ao se apresentar para seu auditório (juiz e vogaes, que são militares de alta patente), certamente por conhecer bem as pessoas que irão julgá-lo, faz a opção de falar pouco de si e exaltar a figura do auditório, usando os termos “juízes varões brasileiros, cheios de retidão”, ou ainda “príncipe magnânimo” e “supremo imperante da nação brasileira”.

Quando diz: “A enormidade da acusação é tão grande, que em si mesmo basta para aterrar o varão mais forte, e o faria temer, se acaso não lembrasse que eram seus juízes varões brasileiros, cheios de retidão”, é possível inferir a presença de um argumento quase lógico ao aplicar a regra de justiça, segundo a qual deve ser dado tratamento igual aos seres ou situações similares.

Em seguida, empregando o mesmo tipo de argumento, porém com a técnica tipificada como comparação, o réu busca confrontar realidades diferentes: os juízes ali presentes e o príncipe magnânimo - Dom Pedro I, que governava o país. O orador intenta convencê-los da bondade do governante e explicitando que como seus representantes, os juízes ali presentes deveriam agir com a mesma benevolência que teria seu superior, argumenta o Frei: “e que sabem dar descontos as fraquezas da humanidade, imitando a piedade e beneficência do príncipe magnânimo, que os revestiu de tão alta autoridade”.

Quanto ao *ethos discursivo* que se apresenta neste fragmento, nos apropriaremos da análise do orador. Concordamos com Maingueneau (2008b, p. 15), quando diz que o auditório constrói um *ethos* do enunciador *antes* mesmo que ele fale. Em se tratando de um texto da esfera jurídica, como este que ora analisamos, esta questão é marcadamente presente: o auditório

imagina o réu em geral de forma pejorativa, atribuindo-lhes características negativas que poderão ser reforçadas pelos depoimentos das testemunhas. O que de fato ocorreu no processo em questão: o auditório estava convencido da má conduta do réu, o que torna ainda mais difícil para o enunciador (Frei Caneca) convencê-los e persuadi-los do contrário.

Além disso, devemos observar que, do seu local de fala, menos privilegiado por se tratar de um réu diante de um auditório que poderá condená-lo ou absolvê-lo, conforme prove ou não sua tese, a voz do Frei que sustenta o discurso argumentativo se constrói numa busca em provar a verdade do que diz: sua inocência.

Excerto 2 - Defesa a respeito de suas publicações no jornal *Typhis*.

E no 23: Nós esperamos em Deus podermos dizer do imperador, como de Agrícola disse Tácito: Tudo o que amamos em Agrícola, tudo o que nele admiramos, subsiste, subsistirá no coração dos homens, na eternidade dos tempos, nos anais do universo. Muitos heróis antigos, desconhecidos e sem gloria, são sepultados no esquecimento. Agrícola por sua história viverá na posteridade.

Fonte: Processo Judicial Condenatório de Frei Caneca (MELLO, 1875).

Para a construção argumentativa, no fragmento 2, Frei Caneca faz uso da técnica dos argumentos baseados na estrutura do real, através da relação de coexistência, na qual se estabelece uma ligação entre níveis desiguais, sendo uma mais fundamental, mais explicativa do que a outra (SOUZA et. al., 2016). Percebe-se o emprego de um argumento de autoridade, usado pelo réu/enunciador para reforçar sua tese, uma vez que tal citação foi usada numa edição do seu Jornal *Typhis*. No excerto, o orador tenta provar que não usava seu jornal para desrespeitar o império.

Além disso, podemos observar que há uma comparação implícita entre o imperador e o que foi dito por Tácito sobre Agrícola: a fim de convencer o auditório, Frei Caneca anuncia a possibilidade de o imperador se tornar eterno na memória e na história por seu coração bondoso.

Quanto ao *ethos discursivo* que se apresenta no fragmento, Frei Caneca recorre aos valores religiosos aos quais dedicou a vida. A presença da divindade em sua voz (Deus) é uma marca recorrente em seu discurso e argumentos. Isto porque, além de ser religioso, podemos inferir que o enunciador busca sensibilizar o auditório também por meio da invocação divina, uma vez que o *ethos* pode ser compreendido, conforme Maingueneau, por algo da experiência sensível, um modo de *ser* que se traduz no *dizer*.

Ainda conforme Maingueneau (2002, p. 95), “toda fala procede de um enunciado encarnado; mesmo quando escrito, o texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito para além

do texto”, essa voz emanada no discurso de Frei Caneca de recorrer à espiritualidade, reforça o seu *ethos* “encarnado” de religioso benevolente, humilde, de abnegação, uma espécie de estereótipo conhecido socialmente para contrapor seus algozes.

Há também um *ethos* dito, quanto ao uso de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala quanto ao trecho “muitos heróis antigos, desconhecidos e sem gloria, são sepultados no esquecimento. Agrícola por sua história viverá na posteridade”. Aqui Frei Caneca faz alusão a uma autovalorização, quando acredita na importância do seu pensamento e que este deverá se manter vivo ao longo da história.

Excerto 3 - Defesa a respeito de suas publicações no jornal *Typhis*.

O réu escrevia em Pernambuco, onde, por um bando do governo de 14 de maio de 1823, se publicou o decreto de S. M. Imperial, quando príncipe regente, de 18 de junho do ano antecedente sobre a liberdade da imprensa; e o que escreveu sujeitando-se a esta lei, nunca pelas autoridades foi julgado subversivo, anárquico e afrontoso à pessoa de S.M, nem oposto aos seus direitos; pois que no dilatado espaço de oito meses, que durou o seu periódico, nunca foi chamado ao jurado, como devia no caso dos abusos da liberdade de imprensa; assim não foi chamado a dar conta de sua doutrina e opiniões o redator do *Conciliador Nacional*, que escrever muito antes do réu, que: “a soberania estava nos povos (números 3, 18, 22, 30). Os povos não são herança de ninguém (número 40), Deus não quer sujeitar milhões de seus filhos ao capricho de um só (número 17). Os reis não são emanação da divindade, são autoridades [...]”.

Fonte: Processo Judicial Condenatório de Frei Caneca (MELLO, 1875).

No 3º excerto, defendendo-se da acusação de que seus textos eram subversivos, Frei Caneca faz uso mais uma vez da técnica dos argumentos quase lógicos, construindo seus argumentos baseados na regra de justiça e na comparação: para o primeiro argumento, o réu invoca o decreto imperial que trata da liberdade de imprensa, demonstrando que seus escritos obedeciam o decreto em vigor, e que as autoridades nunca o interrogaram a respeito dos seus textos; em seguida, compara-se ao redator do *Conciliador Nacional*, que escrevia bem antes que ele (réu) e também não fora interrogado. A comparação é bastante explícita, observa-se pelo uso do conector “assim como” que estabelece esta relação comparativa.

No excerto ainda é possível perceber argumentos que se constituem como técnica que fundamenta a estrutura do real; para tanto, lança mão do antimodelo, uma vez que aponta um comportamento que não deve ser seguido (abusar da liberdade) e estimula a ação a ser tomada nestes casos (ser chamado ao jurado): “nunca foi chamado ao jurado, como devia nos casos de abuso de liberdade”. Porém, esta técnica é usada com a intenção de provar o contrário, ou seja, o réu não se enquadra naquele antimodelo que deve ser punido, uma vez que sua tese é afirmar que não cometeu abuso algum ao escrever seus textos.

O fragmento termina trazendo um argumento de autoridade, citando títulos e números de publicações do redator do periódico *Conciliador Nacional*, a fim de demonstrar que antes dele, outros textos foram escritos sem que o seu autor tenha sido punido pela justiça.

Quanto ao *Ethos* que se configura neste fragmento, podemos reafirmar o que foi dito em outros fragmentos analisados: tem-se um *ethos* pré-concebido negativamente, um homem dedicado à religião que fala na posição de réu perante seus juízes, que se esforça para convencer o seu auditório “do que não é” (não é anarquista, não é subversivo, não é desrespeitoso com autoridades ou leis que regem o país...).

Resumidamente, apresentamos o quadro síntese das técnicas argumentativas identificadas nos excertos analisados:

Quadro 1 – Técnicas argumentativas identificadas

	EXCERTO 1	EXCERTO 2	EXCERTO 3
<i>Argumentos quase lógicos</i>	Regra de justiça e Comparação	Comparação	Regra de justiça e Comparação
<i>Argumentos baseados na estrutura do real</i>		Argumento de autoridade	Argumento de autoridade
<i>Argumentos que fundamentam a estrutura do real</i>			Antimodelo

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se que, em nenhum momento, o Frei Caneca nega a sua participação na Confederação do Equador, em 1824, e, muito menos, que esse movimento político-religioso desejava proclamar a independência do Brasil diante de Portugal. No entanto, ele utiliza do conjunto de técnicas argumentativas, que constam do Quadro no 1, para apresentar um *ethos* que oscila entre a dimensão religiosa do movimento político e do próprio Frei Caneca – ambos seriam contrários ao uso da violência, contrários a algum possível espírito de rebelião contra a Coroa portuguesa – e ao caráter benigno, cristão, piedoso tanto dos jurados que julgavam o Frei Caneca como também o rei de Portugal, o qual seria, em última instância, o grande juiz de todo o processo que envolvia, não apenas o Frei Caneca, mas outras figuras relevantes de Pernambuco no século XIX.

Considerações finais

Este estudo se propôs a identificar, por meio das técnicas argumentativas empregadas no processo condenatório de Frei Caneca, o *ethos* discursivo presente na construção de sua

defesa. Em atendimento ao propósito estabelecido para a investigação, garantimos a discussão e abordagem dos principais conceitos que cercam o estudo da retórica e da argumentação.

O percurso teórico deste estudo se fez apresentando a doutrina fundante da argumentação que é a Retórica de Aristóteles, contribuindo com o contexto histórico do conceito e a introdução das três formas de argumentar: *ethos*, *pathos* e *logos*, dessa maneira, considerou discutir sobre as técnicas argumentativas originárias da Nova Retórica.

As técnicas argumentativas discutidas pelos estudiosos da Nova Retórica foram abordadas inicialmente sob a égide dos autores Perelman e Olbrechts-Tyteca, cuja obra desenvolve com profundidade e complexidade, quatro técnicas de argumentação voltadas para o convencimento e a persuasão, são elas: argumentos quase lógicos, argumentos baseados na estrutura do real, argumentos que fundamentam a estrutura do real e dissociação de noções.

A partir dessas técnicas argumentativas aplicadas a um discurso: oral ou escrito, existe uma imagem, que se expressa e pode ser observada no enunciar de um orador que, por sua vez, com a finalidade de convencer e persuadir o seu auditório por meio de traços de caráter, busca dar uma boa impressão; esse é o entendimento de *ethos*.

O conceito de *ethos* que consideramos investigar, neste estudo, foi o de *ethos* discursivo sob a concepção do linguista Maingueneau (2002, 2004, 2008, 2014). *Ethos* discursivo como aquele que se integra ao discurso de maneira que permita ao auditório a adesão, ou não, à certa posição discursiva, que nega a centralidade da imagem do orador, enquanto possuidor de virtudes morais, focalizando em outros elementos que constituem o processo de enunciação, garantindo de certa maneira uma maior liberdade ao auditório para atribuir uma imagem ao orador.

Ainda, aplicando as técnicas de argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) ao *corpus* da defesa de Frei Caneca, feita pelo próprio réu, já imprime condições de *ethos* por conter diversos elementos que nos levaram a confirmar a construção do *ethos* discursivo a partir das técnicas e dos argumentos identificados na análise.

Nossos resultados mostram a presença de três técnicas de argumentação tratadas pelos estudos da Nova Retórica, o que resultou na construção de um tipo de *ethos* discursivo que permeou o *corpus*. Revelou-se uma constância de um *ethos* pré-discursivo que no caso do processo em questão, está na previsibilidade do interesse do auditório (juízes e vogaes, que são militares de alta patente) em condená-lo previamente, em razão de terem sido designados pelo imperador. Todavia, o *ethos* discursivo presente na defesa de Frei Caneca também se revelou

como um *ethos* dito, quanto ao uso de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, como presente no 2º excerto.

Em suma, este estudo mostrou-se relevante para a discussão e associação das técnicas de argumentação com o *ethos* discursivo. Em razão de considerarmos que eles se unem no ato de enunciação, a partir do momento em que o orador seleciona o seu dizer e faz uso de técnicas argumentativas que buscam convencer e persuadir seu auditório, uma relação firmada sob um acordo em que o auditório estabelece uma imagem do orador, enunciador, julgando a sua enunciação, decidindo se irá aderir ou não à tese proferida.

Referências

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2014, p. 9-28.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Unicamp; Pontes, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008c.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2014, p. 69-91.

MELLO, Antonio Joaquim de. **Obras Políticas e Litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife: Typ. Mercantil, 1875. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221676> Acesso em: 24 jul. 2019.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador. **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanistas, 2001.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; revisão da tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOUZA, Gilton Sampaio de. **O Nordeste na mídia**: um (des) encontro de sentidos. 2003. 398 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2003.

SOUZA, Gilton Sampaio de; COSTA, Rosa Leite da; SÁ, Diana Maria Cavalcante de; ALVES, Maria Leidiana. As técnicas argumentativas em diferentes esferas da comunicação: proposta de análise em textos jornalísticos, lítero-musicais, jurídicos e acadêmicos. **ReVEL**, edição especial v. 14, n. 12, 2016. Disponível em: www.revel.inf.br Acesso em: 23 jul. 2019.

Anexo

Excerto 1:

Illm. e exm. Sr. presidente, e Illm. Senhores vogaes.—Apparece na respeitavel presença deste integerrimo juizo Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, religioso carmelita turonense desta cidade do Recife, preso na cadeia da mesma, pelo imputado crime de rebellião, a dar as razões da sua conducta, e a justificar-se de tão horrorosa imputação. A enormidade da accusação é tão grande, que de per si basta para aterrar o varão mais forte, e o faria temer, si acaso se não lembrasse que eram seus juizes varões brasileiros, cheios de rectidão, e que sabem dar descontos ás fraquezas da humanidade, imitando a piedade e beneficencia do principe magnanimo, que os revestio de tão alta autoridade. Esta idéa consoladora anima ao réo, e lhe aviva os espiritos abatidos, para alçar a tremula voz e fazer chegar ao conhecimento deste juizo os argumentos em que funda a sua defeza, e mostrar a sua constante adhesão e obediencia ao supremo imperante da nação brasileira.

Excerto 2:

É no 23: Nós esperamos em Deus pödermos dizer do imperador, como de Agricola disse Tacito: Tudo o que amamos em Agricola, tudo o que nelle admiramos, subsiste, subsistirá no coração dos homens, na eternidade dos tempos, nos annaes do universo. Muitos heroes antigos, desconhecidos e sem gloria, são sepultados no esquecimento. Agricola por sua historia viverá na posteridade.

Excerto 3:

O réo escrevia em Pernambuco, onde, por um bando do governo de 14 de Maio de 1823, se publicou o decreto de S. M. imperial, quando principe regente, de 18 de Junho do anno antecedente sobre a liberdade da imprensa; e o que escreveu sujeitando-se a esta lei, nunca pelas autoridades foi julgado subversivo, anarchico e affrontoso á pessoa de S. M., nem opposto aos seus direitos; pois que no dilatado espaço de oito mezes, que durou o seu periodico, nunca foi chamado ao jurado, como devia no caso dos abusos da liberdade da imprensa; assim como não foi chamado a dar conta de sua doutrina e opiniões o redactor do *Conciliador Nacional*, que escreveu muito antes do réo, que—A soberania estava nos povos, (numeros 3, 18,22, 30). Os povos não são herança de ninguém, (numero 40) Deus não quer sujeitar milhões de seus filhos ao capricho de um só, (numero 17). Os reis não são emanação da divindade, são autorida-

“BANDIDO DE NASCIMENTO?”: TESES E TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS NA PERSPECTIVA JURÍDICA SOBRE O CANGACEIRO LAMPIÃO

Maria Marli Melo Neto
Wesley Rodrigues Dutra

Introdução

No alvorecer do dia 28 de julho de 1938, por volta das 5:00h da manhã, na Grota do Angico, pequena localidade do estado de Sergipe, às margens do Rio São Francisco, o bando do cangaceiro Lampião foi atacado de surpresa. Alguns cangaceiros ainda se encontravam deitados nas suas barracas, naquela fria manhã; outros já tinham levantado e preparavam-se para tomar o desjejum, enfrentando a neblina que teimava em cair. O fator surpresa foi preponderante naquele momento, não dando tempo para que os cangaceiros articulassem uma defesa e tomassem posição para atirarem.

As Forças Volantes comandadas pelo tenente João Bezerra, o sargento Aniceto Rodrigues dos Santos e o aspirante Francisco Ferreira de Melo romperam a aurora com os seus tiros que vinham de quatro pontos específicos. Para nove bandoleiros e duas bandoleiras, o fim havia chegado, a Grota de Angico seria a sepultura eterna para os seus corpos degolados; suas vidas encontraram a finitude no meio daquelas pedras e vegetação de caatinga. Após o ataque jaziam inertes e entregues ao processo de putrefação, e não tardariam a servir de banquete às aves de rapina, os corpos sem cabeça dos cangaceiros, entre eles Lampião e Maria Bonita.

Poderíamos falar em mais um ataque ou um confronto armado com bandos cangaceiros como cotidianamente se narra nos jornais e se comentava nos sertões do Nordeste, mas o acontecido do dia 28 de julho de 1938 teve um gosto especial, ele trouxe a morte de Lampião, dando corpo ao desejo subjacente de grande parte da população nordestina e dos governantes de pôr fim a um homem, a uma história e, quiçá, ao cangaceirismo. Virgulino Ferreira da Silva, o capitão Lampião, estava morto, após vinte anos nas malhas do banditismo, palmilhando os sertões de sete estados¹⁰ do Nordeste brasileiro.

¹⁰ Lampião e o seu bando, durante os vinte anos de banditismo, atuaram nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia. Sobre as façanhas do líder cangaceiro, ver: ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa; FERREIRA, Vera. **De Virgulino a Lampião**. São Paulo: Ideia Visual, 1999; CHANDLER, Billy Jynes. **Lampião, O Rei dos Cangaceiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 4. ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

Após deceparem as cabeças dos onze cadáveres, teve-se início o “cortejo macabro”, pois era necessário provar o fim daquele que foi considerado a “fera” do sertão. Inicialmente na escadaria da prefeitura de Piranhas-AL, depois em cada cidade do sertão que estava à beira da estrada que levava a Maceió e, posteriormente, em Salvador, as cabeças eram retiradas de latas onde estavam armazenadas e eram expostas à “apreciação” da população.

Os jornais exploraram a exaustão o feito. Durante dias, noticiaram o extermínio do “Rei do Cangaço” e dos seus asseclas. No presente texto nos debruçaremos sobre um artigo divulgado no jornal *Estado da Bahia*, no dia 4 de agosto de 1938. Tal artigo de opinião foi escrito pelo jurista Moniz Sodré e buscava responder um questionamento que tinha sido lançado pelo editorial do jornal: “Lampião, Bandido de Nascimento?”.

Diante da documentação apresentada, elaborou-se como objetivo deste trabalho analisar as teses e as técnicas argumentativas que dão sustentação aos argumentos postos sobre quem foi Lampião, ao mesmo tempo que se pretende compreender quais imagens foram elaboradas sobre o cangaceiro Lampião, ao se buscar responder a enquete proposta. Teoricamente, faz-se uso dos postulados da Nova Retórica a partir das contribuições de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005).

1 A relação entre argumentação, teses e auditório na elaboração do discurso

A vivência em sociedade exige que os homens travem relações e dialoguem entre si, apresentem ideias e defendam aquilo em que acreditam, sendo que nesse processo, necessariamente, eles farão uso da argumentação. O ato de argumentar se faz presente em toda atividade discursiva, haja vista que, sempre que apresentamos o nosso ponto de vista, estamos sujeitos a questionamentos com inquirições por parte do interlocutor que pode contestar o que estamos apresentando.

Hipoteticamente, pode-se dizer ser o campo da argumentação uma arena de embate, um campo de gladiadores, em que os falantes usam como armas a fala, manipulando-a em seu favor no intuito de convencer o outro da veracidade daquilo que é transmitido. Desta maneira, construímos teses, concepções centrais que nortearão o nosso discurso. Para a sustentação e fundamentação de tais teses, constrói-se uma série de argumentos, os quais servem de suporte para a consolidação da tese central e busca-se convencer o outro, pois “o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 01).

Mesmo com tais estratégias, isso não garante a primazia unânime da tese apresentada, pois ela pode ser questionada, como dito. Nestes termos, “[...] argumentar significa considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas. Equivale, portanto, a conferir-lhe status e a qualificá-lo para o exercício da discussão e do entendimento, através do diálogo” (MOSCA, 2001, p. 17). O outro não pode ser subestimado e tratado como alguém sem importância. Como a argumentação acontece em um espaço dialógico, tanto o falante como o ouvinte interagem dentro de todo um contexto mediado pela fala, postura, corpo, voz, modulações do discurso, interesses, convencimento, acordos, tensões e emoções.

Sempre que se fala, almeja-se atingir alguém, um receptor, um público, um auditório. Tal ideia é um legado da retórica aristotélica que a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) conservou como uma das colunas mestras. Não há discurso sem auditório, podendo-se afirmar ser a argumentação algo eminentemente social por precisar do outro para acontecer. Esse outro é o que Aristóteles e a Nova Retórica chamaram de auditórios.

Seja no discurso oral ou no escrito, como por exemplo: nos livros e jornais, fala-se em direção ao outro da conversação, projeta-se um auditório, um público com quem se pretende dialogar, interagir, convencer, ganhá-los como adeptos, conquistando-o para junto de si. Esse outro (auditório) exerce uma função primordial, pois ele tem a capacidade de modular o discurso do orador. Posto que não só interpretará o dito, mas este auditório poderá influenciar o que o orador falará, uma vez que este será “[...] condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 07).

Há, nesse sentido, uma relação dialética entre orador e auditório, o primeiro almejando convencer e obter a adesão dos espíritos, o segundo, mesmo que inconscientemente, influenciando a elaboração do que será dito, servindo como termômetro para que o orador perceba se a argumentação está conseguindo convencer o outro ou não.

Argumentar é usar o discurso, seja oral ou escrito, para convencer alguém sobre uma tese, uma ideia central, usando para isso elementos racionais e estratégias de convencimento para que o outro venha a aderir ao que está sendo proposto. Para que isso aconteça, deve-se ter como pressuposto um acordo a ser celebrado entre o orador e o auditório. Esse acordo é essencial para que haja a interação e a argumentação possa se manifestar discursivamente. É um acordo, por intermédio do qual orador e ouvinte estabelecem um contrato de respeito e racionalização daquilo que será proferido.

Não haverá argumentação se um dos polos institui a sua verdade de maneira despótica, não se abrindo às inferências do outro, sem tentar a adesão do espírito do ouvinte, mas sim pretendendo colonizar ditatorialmente o outro. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 18) já salientavam que “[...] querer convencer alguém implica sempre certa modéstia da parte de quem argumenta, o que ele diz não constitui uma ‘palavra do Evangelho’, ele não dispõe dessa autoridade que faz com que o que diz seja indiscutível e obtém imediatamente a convicção”. A argumentação exige o campo da interação, “a formação de uma comunidade efetiva dos espíritos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 17).

Diante do exposto até o presente, pode-se inferir ser a argumentação um ato eminentemente humano e racional que almeja convencer o outro, obter a sua adesão para as ideias que o orador está expondo, tendo margem para a interação e o questionamento. Nessa relação, há acordos que são firmados para possibilitar o diálogo entre o orador e o seu auditório, podendo ser entendido, este último, como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22).

Na busca de elaborar uma definição para o que venha a ser a argumentação no discurso, Souza (2008, p. 60) afirma que esta “[...] deve ser entendida como uma ação humana, uma ação que implica o ato de convencer o outro sobre a validade de uma opinião defendida; uma ação que para ser efetivada, necessita de uma interação entre o orador e um auditório, em situações reais de uso da linguagem”. Neste sentido, ao se lapidar uma tese central se fará uso da linguagem para defendê-la e, conseqüentemente, provocar a adesão do espírito do auditório.

Deve-se levar em consideração que o ato de argumentar exige alguns elementos imprescindíveis para a interação. Inicialmente, a elaboração de uma tese, ideia central norteadora da argumentação, na qual o orador buscará defendê-la, usando estratégias discursivas e técnicas argumentativas que ancoram a ideia central. Esta tese pode ser compreendida como o *logos*, epicentro do processo argumentativo.

Um argumento são proposições destinadas a fazer admitir uma dada tese. Argumentar é, pois, construir um discurso que tem a finalidade de persuadir. Como qualquer discurso, o argumento é um enunciado, resultante, pois, de um processo de enunciação, que põe em jogo três elementos: o enunciador, o enunciatário e o discurso, ou, como foram chamados pelos retores, o orador, o auditório e a argumentação propriamente dita, o discurso. Esses três fatores concorrem para o ato persuasório. Como mostra Aristóteles, na *Retórica*, convergem para a persuasão o *éthos* do orador, o *páthos* do auditório e o *logos*, o discurso. O orador e o auditório são papéis socialmente determinados, cuja imagem se constrói no discurso (FIORIN, 2018, p. 69).

Partindo das considerações de Fiorin, percebe-se que *ethos*, *pathos* e *logos* estão interligados e são elementos essenciais no processo de persuasão do ouvinte. O primeiro diz respeito à autoimagem que o orador faz de si e o seu caráter moral que passa para o ouvinte a concepção de que ele seja digno de credibilidade; o *pathos* vincula-se ao auditório, a sua adesão ao que está sendo dito pelo orador, aos sentimentos, emoções e envolvimento do auditório com os argumentos apresentados; e, por fim, o *logos* que é o próprio discurso com os seus fundamentos racionais e lógicos.

Por intermédio do discurso, o orador ganha um corpo. Ao mesmo tempo em que elabora a argumentação, ele também é criado publicamente/discursivamente por meio dessa argumentação, pois ela construirá para o auditório/público uma imagem a ser “consumida” e creditada, um elemento que é importante para que o ouvinte atribua credibilidade e venha a aderir aos argumentos expostos. Assim, revela-se um *ethos* para o público, ao mesmo tempo em que o auditório também elabora imagens e interpretações sobre o orador as quais são imprescindíveis para determinar se haverá uma adesão ao que está sendo dito ou não.

Para melhor compreensão sobre a argumentação na perspectiva da Nova Retórica, pode-se dizer que ela “[...] toma por objeto a argumentação como uma atividade verbal que compreende a defesa de uma tese (*logos*), a imagem que o orador tem do auditório (*pathos*) a quem se dirige e uma imagem de si (*ethos*), já que esse orador objetiva construir-se discursivamente perante o auditório” (LIMA; MARQUES; SILVA, 2018, p. 100). Todo discurso argumentativo acaba por ser concebido e perpassado por esses três elementos, tendo como principal objetivo convencer e obter a adesão do ouvinte.

Ao mesmo tempo em que o orador revela um *ethos* para ser apreciado pelo seu ouvinte, o ouvinte também elabora representações sobre esse orador, como dito outrora. A adesão dos espíritos é a essência do ato de argumentar. O orador recorre à linguagem para influenciar o *pathos* e conquistá-lo para junto de si. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o orador recorre à construção do *ethos*, alude ainda ao argumento discursivo que também revela uma imagem de si e do outro. Linguisticamente e discursivamente, este argumento expressa imagens e representações sobre os indivíduos.

Quando um orador se propõe a falar sobre um indivíduo ou sobre determinado assunto ele está, dentro do campo da linguagem, buscando instituir um tipo de verdade sobre o outro, construindo imagens sobre o que está sendo falado. Este objeto acaba ganhando contornos por intermédio da argumentação. Por exemplo, quando um orador pretende defender ou acusar uma determinada personagem histórica, ele põe no *logos* sua concepção pessoal e para isso utiliza

estratégias e técnicas argumentativas para convencer o seu ouvinte sobre o posicionamento defendido. O outro é cravejado pelo discurso do orador que como um bisturi preciso vai dissecando este corpo e construindo, no campo da linguagem, verdades, mesmo que provisórias, almejando instituir um lugar para essa personagem.

Na construção de um discurso e, conseqüentemente da tese, o todo é constituído por inúmeras partes que dão sustentação à ideia central; essas partes são detentoras de estruturas e características particulares, nas quais Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) denominaram de técnicas argumentativas. Mesmo separando-as para melhor compreensão não se pode perder de vista que elas constituem partes de um mesmo discurso e formam uma única argumentação no seu conjunto. Na mesma dimensão, os autores chamam à atenção: “para discernir um esquema argumentativo, somos obrigados a interpretar as palavras do orador, a suprir os elos faltantes, o que nunca deixa de apresentar riscos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 211). Nesse processo argumentativo, as técnicas discursivas são relevantes, tendo como principal objetivo construir a argumentação nos discursos.

Sobre as técnicas argumentativas, os autores apresentam as de associação/ligação e as de dissociação de noções. A primeira, eles definem como esquemas que possibilitam a aproximação de elementos díspares, estabelecendo entre eles uma solidariedade na qual almeja estruturá-los ou valorizá-los. Já a dissociação das noções é uma técnica de ruptura que objetiva separar elementos tidos como um todo dentro de um mesmo sistema de pensamento.

A argumentação por associação de noções se organiza em três técnicas: argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundamentam a estrutura do real. Já os de dissociação utilizam a técnica da dissociação de noções.

Os argumentos quase-lógicos são constituídos por preceitos lógicos, apresentando convicções no que é exposto e podem ser comparados a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 220), “O que caracteriza a argumentação lógica é o seu caráter não-formal e o esforço mental de que necessita sua redução ao formal”. Nesse diapasão, o que acontece é que o orador faz uso do raciocínio formal por intermédio do pensamento lógico para defender o seu posicionamento e argumentos.

São exemplos desses argumentos, as regras de justiça que almejam tratamento igual a seres ou a situações de um mesmo grupo; as definições conceituais que buscam caracterizar determinada coisa; o sacrifício que é uma espécie de sistema de trocas no qual se sacrifica algo em prol de determinado resultado; a comparação, que busca confrontar realidades diferentes; a reciprocidade, em que há uma relação de simetria entre duas situações; a transitividade, que se

materializa na relação entre um primeiro e um segundo elemento, e na relação entre o segundo e um terceiro elemento, que resulta ainda na relação entre o primeiro e o terceiro elemento, ou seja, (se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$); e, por fim, os argumentos da inclusão/divisão que se materializam na relação do todo com suas partes.

Os argumentos baseados na estrutura do real apresentam situações em que estão mais próximas e ligadas à realidade social, buscando fundamentos nas questões do cotidiano. Dentro deles, encontramos a relação de sucessão, que busca relacionar dois acontecimentos sucessivos e o seu vínculo causal, ou seja, almejam a causa de um acontecimento específico e a sua determinação, como também os efeitos e resultados que podem advir de tal acontecimento. Já a relação de coexistência busca a ligação entre realidades de níveis desiguais. Nota-se, neste caso, a presença dos argumentos de autoridade exercida por pessoas reconhecidas para reforçar a tese defendida; argumentos *a fortiori*, que usam os valores e a sua hierarquização; os argumentos de desperdício, que se referem à necessidade de não desperdiçar a situação, de ir até o fim da ação pretendida; argumentos pragmáticos, que apreciam um ato a partir das consequências positivas e negativas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real são aqueles no qual o orador se utiliza do fundamento pelo caso particular e do raciocínio por analogia, estabelecendo por intermédio de generalizações aquilo que ele acredita ser a realidade construída. Neste contexto, os argumentos são vinculados aos casos particulares, por exemplo, pela ilustração, pelo modelo e pelo antimodelo. Já o argumento por analogia busca estabelecer uma semelhança e relações entre duas unidades. Para isso, o orador pode fazer uso de metáforas na construção dos seus argumentos.

Já a técnica argumentativa por dissociação de noções trabalha com a perspectiva de que existe uma associação indevida de elementos que deveriam ficar separados e independentes; assim, essa técnica permite que o orador faça uma abordagem de maneira hierarquizada, tais como: aparência/realidade, meio/fim etc. Dessa maneira, este tipo de argumento almeja fazer com que os fatos venham a mudar de parecer ou finalidade.

Após essa explanação teórica, a partir deste ponto, almeja-se compreender como o jurista selecionado elaborou suas teses centrais sobre Lampião e como desenvolveu argumentos acessórios para servirem de baliza às teses centrais. Não se pode esquecer de que ele buscava instituir uma verdade sobre o cangaceiro Lampião, uma verdade construída no campo da linguagem, da argumentação. Não a verdade absoluta, cartesiana e imutável, mas aquela que é

possível elaborar a partir da linguagem e na arena discursiva, válida para uma determinada comunidade de espíritos que aderem ao orador.

2 Teses e técnicas argumentativas sobre Lampião na perspectiva jurídica

Como dito neste trabalho, a morte de Lampião foi um evento, um fato comentado com exaustão pelos meios de comunicação, pois há anos esse era o desejo das autoridades do Estado e de grande parte da população sertaneja que se via submissa aos mandos e desmandos do cangaceiro. De 1922 a 1938, Lampião, quase semanalmente, era notícia em algum periódico do país, os quais narravam as peripécias vividas pelo cangaceiro. Isso fez com o que seu nome tomasse vulto no cenário nacional. Morto e após os vários atestados e depoimentos que comprovavam a veracidade do fato, os jornais passaram a historicizar a vida do cangaceiro e, de forma mais incisiva, buscaram discutir as motivações que levaram Lampião à vida cangaceira.

Após o cortejo macabro das cabeças, elas foram enviadas para Salvador e depositadas aos cuidados do Museu Nina Rodrigues, causando grande sensação na população que desejava ver de perto aqueles despojos de guerra, os restos das “feras” que infelicitaram e tiraram tanto a paz dos sertões. Enquanto a população deslocava-se para ver a exposição, os jornais preenchiam as suas páginas com notícias, detalhando os fatos e ouvindo autoridades que davam as suas opiniões sobre o cangaceirismo e o seu líder.

Lampião tornava-se apenas um corpo posto a averiguação, a uma “autópsia discursiva”, uma vez que os textos jornalísticos buscavam interpretá-lo, dar-lhe um lugar social e uma explicação para a sua trajetória no banditismo. O jornal Estado da Bahia se utilizou de uma enquete simples: seria o cangaceiro um bandido nato ou fruto do meio e da realidade social? O jornal convocou as autoridades intelectuais para dirimirem a dúvida e racionalmente explicarem a vida do cangaceiro.

Sobre o corpo de Lampião inscreveram-se argumentos discursivos de intelectuais que falaram a partir do seu lugar social e usaram a retórica para fundamentar as teses apresentadas como válidas e racionais. Esses argumentos e teses utilizadas pelos textos jornalísticos buscavam instituir uma verdade sobre o cangaceiro e convencer o auditório sobre quem era Lampião, fazendo com que houvesse uma maior adesão dos expectadores às teses postas e se chegasse a uma verdade discursiva.

Quando se fala em verdade discursiva, neste trabalho, parte-se do pressuposto de que no campo da linguagem, quando o orador elabora uma tese e tenta persuadir os seus ouvintes, ele está buscando instituir uma verdade, não no sentido clássico cartesiano, mas uma verdade que inclusa em uma determinada comunidade linguística serve para a adesão dos espíritos dos ouvintes, que mesmo provisoriamente, ganha primazia como explicação sobre determinada realidade.

Nesse contexto, na primeira quinzena de agosto de 1938, intelectuais se manifestaram para responder ao questionamento do periódico baiano sobre a natureza de Lampião. Médicos, filósofos, políticos e professores tomaram para si a responsabilidade de dizer quem era aquele cangaceiro, construindo várias teses centrais e argumentos que as sustentavam para convencer o auditório de que o que diziam era a explicação mais plausível. Foca-se, neste trabalho, em um artigo, especificamente, e que trata da visão do jurista e da criminologia sobre o caso. Para isso, a atenção se volta à resposta dada por Antônio Moniz Sodré de Aragão.

Na quinta-feira, 4 de agosto de 1938, o jornal apresentou uma edição sobre o posicionamento de Moniz Sodré, iniciando a reportagem enfatizando a importância daquele que iria falar por ser um “professor” e um “mestre”, escritor da obra “As três Escolas Penais: clássica, antropológica e crítica”. Neste sentido, percebe-se a necessidade que o jornal demonstra em especificar o lugar de fala do orador, atribuindo a este a incumbência de autoridade no assunto, uma vez que Moniz demonstra ser um intelectual, um estudioso que fará uso de argumentos para fundamentar os posicionamentos defendidos.

Além de jurista, é importante salientar que Muniz Sodré, que nascera em 13 de junho de 1881 e veio a óbito em 9 de junho de 1940, também foi jornalista, dirigiu e escreveu para vários jornais, foi professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da Bahia e do curso de doutorado da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, como também foi escritor. Além do mais, entre os anos de 1916 a 1920 foi governador do Estado da Bahia, sendo uma pessoa notadamente conhecida pela população e pelos meios de comunicação.

Especificamente, o livro citado na reportagem, *As três Escolas Penais: clássica, antropológica e crítica*, configura-se como um manual para uso de estudantes e criminalistas, sendo uma obra bem aceita na época. No livro, além de apresentar os fundamentos das três Escolas, o autor as compara e apresenta como elas se comportam diante das situações complicadas que envolvem a Criminologia, Sociologia, Antropologia Criminal e Política Criminal, apresentando o crime como um “fenômeno natural biofísico social” a partir das suas causas, condições e penas mais eficazes (ARAGÃO, 1938).

Já nas primeiras linhas da reportagem, ao ser questionado se seria “Lampião um criminoso de nascimento ou produto do meio social”, o professor manifesta a tese de forma contundente:

Excerto 1

“Lampeão, Bandido de Nascimento? Sim!!! Afirma. ‘Não basta apenas o meio, não bastam os fatores exógenos para produzir o crime – este resulta, além das causas externas, de qualidades inerentes à personalidade moral e psíquica do malfeitor’”.

Para fundamentar esta tese, o autor, na argumentação, usa como fundamento os últimos estudos da Antropologia. O orador constrói o texto recorrendo a inúmeros termos que, de certa maneira, são considerados complexos. Isso demonstra que o auditório que ele buscava atingir não era um auditório popular, apesar da abrangência de públicos atingido pelo jornal. O autor possivelmente estava falando para os seus pares, utilizando os termos técnicos e as teorias para dar credibilidade a sua fala. Por outro lado, se o orador estivesse falando para a grande maioria dos leitores, ele utilizaria como estratégia o discurso de autoridade para convencer os interlocutores, uma vez que ele se colocava como aquele que conhecia a fundo o assunto, fundamentando as suas ideias no conhecimento científico.

Ao se falar em auditório, parte-se do pressuposto de que este funciona como aquele a quem o orador destina a sua argumentação. A teoria da argumentação o divide em auditório particular, quando se destina a um grupo específico, no qual o orador consegue gerenciar o que é dito e persuadir de maneira mais amigável, por vezes interagindo com o ouvinte e podendo, no ato da fala, reestruturar o discurso. Por outro lado, tem-se o auditório universal, aquele que foge à gerência imediata do orador, que ganha dimensões mais amplas e abrange públicos heterogêneos.

Categorizando os auditórios, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 33-34) apresentam três espécies:

O primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório *universal*; o segundo formado, no diálogo, unicamente pelo *interlocutor* a quem se dirige; o terceiro, enfim constituído pelo *próprio sujeito*, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos.

A enquete do jornal não é uma surpresa, pois desde o século XIX, a partir das teorias do estudioso italiano Cesare Lombroso que possibilitou o nascimento da Escola Positivista de

Direito Penal, buscava-se entender o crime a partir das influências atávicas. Assim, o crime seria uma regressão hereditária a estágios primitivos da evolução, haja vista que determinados sujeitos cometiam por não terem conseguido alcançar fisicamente estágios evolutivos altos.

O criminoso seria produto de um determinismo biológico, traria esta propensão nata à criminalidade, por ser um sujeito doente que precisava de tratamento. Já na segunda metade do século XIX, começou também a se levar em consideração questões sociais na produção do criminoso e do crime (SUMARIVA, 2014).

Tanto na Europa quanto no Brasil, inúmeros pesquisadores buscaram comprovar a teoria de Lombroso, como por exemplo, Nina Rodrigues¹¹, estudioso brasileiro que colocou em prática as ideias da Escola Positivista de Direito Penal. Conforme as premissas da Escola supracitada: “[...] os indivíduos são fortemente condicionados na sua forma de agir por razões de ordem interna e externa, bem como o determinismo e a rejeição do livre arbítrio e dos seus pressupostos metafísicos” (SEMARIVA, 2014, p. 22).

A postura de Moniz Sodré é totalmente contrária a todos aqueles que defendiam ser o cangaceirismo lampiônico uma resposta à estrutura social que gerava desigualdade e pulverizava injustiças nos sertões. Para o jurista, não havia nas atitudes do cangaceiro nada de heroísmo ou algo que se assemelhasse à piedade humana. Era um bandido/criminoso na forma literal do termo, apesar de o autor não negar que alguns fatores sociais tenham potencializado o instinto natural à criminalidade, conjugando os dois para o resultado crime. Nas palavras dele, com um argumento subsidiário a sustentar a tese central: “Sem a ação conjunta de fatores endógenos e exógenos, não haverá delito natural, porque este, além das influências mesológicas, resulta sempre de uma ausência, fraqueza ou eclipse do senso moral” (JORNAL ESTADO DA BAHIA, 4 de agosto de 1938).

Neste primeiro excerto, constata-se a técnica argumentativa a que o orador se utiliza denominada de argumentos baseados na estrutura do real: argumento de autoridade. O uso deste argumento se caracteriza por meio do lugar social que o jurista e escritor assumem na construção do discurso, ou seja, ele estudou as teorias e agencia muitas informações na elaboração da tese. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o uso do argumento de autoridade revela que o orador almeja influenciar o interlocutor por intermédio do prestígio que ele pode exercer sobre os seus pares, faz-se uso de “[...] atos ou juízos de uma pessoa ou de um

¹¹ Para aprofundamento, ver: RODRIGUES, Raimundo Nina. *As coletividades anormais*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2006.

grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348).

Excerto 2:

“Daí conclui-se, pelo que se conta da vida de Lampeão, ser ele um criminoso nato, demonstrada essa predestinação ou vocação congênita para o crime pela precocidade na prática do roubo por meio de homicídios, praticada sempre com os requintes da maior ferocidade sanguinária, reveladora de absoluta ausência de senso moral. Por esse prisma, como delinquente nato, os seus atos criminosos foram determinados pelos fatores biológicos”.

Ainda reforçando a sua tese, o autor buscará historicizar a trajetória de Lampeão para levar ao convencimento o auditório. Para isso, ele advoga que os roubos, os homicídios e os excessos de ferocidade, raiva e maldade revelam ser o cangaceiro uma pessoa sem qualquer senso moral, que não baliza os seus atos. Em nenhum momento o texto esclareceu quais fontes foram utilizadas pelo orador, que comprovam realmente o conhecimento profundo sobre a vida de Lampeão. Possivelmente, ele construiu seu posicionamento tomando como fundamento apenas as notícias que, ao longo dos anos, foram veiculadas nos jornais ou por intermédio da tradição oral que narra os feitos dos cangaceiros.

Por Lampeão agir a sangue frio e sem o menor resquício de empatia e piedade, o orador sacraliza a máxima de que tais atos foram produzidos por fatores biológicos. Ou seja, na construção de tal excerto, o orador também faz uso da técnica argumentativa baseada na estrutura do real, mostrando o vínculo causal como relação de um fato com sua consequência ou de um meio com um fim.

Excerto 3

“Mas Lampeão não foi somente um celerado, figura representativa do tipo antropológico do criminoso nato. Foi também um bandido chefe de uma quadrilha de salteadores. A criminalidade, sobre este aspecto e nesta modalidade, é principalmente um produto dos fatores sociológicos. Só as regiões de escassa civilização e pouco policiadas, poderão conter em seu seio essas manifestações violentas de criminalidade atávica e primitiva sistematicamente organizada, em forma permanente. Esse banditismo existiu em todos os países do mundo, e deles desapareceu sob os influxos da civilização, que, transformando as condições do meio, suprime o ambiente propício à sua atividade malfazeja. [...] É muito mais fácil a existência dos Lampeões no sertão do país do que no litoral do sul da República. Por isso podemos afirmar que o banditismo de Lampeão e de seu grupo é um produto do meio social.”

Tomando por base o processo argumentativo e para reforçar a tese de bandido nato, mas não deixando de reconhecer que os fatores sociais também foram os responsáveis por levar sujeitos à criminalidade, como se estivesse antevendo as críticas, o orador teceu algumas considerações sobre os fatores sociais, buscando levar a adesão do auditório a tese central de que Lampião é um bandido nato. O excerto revela que o orador reconhece também que as influências dos fatores sociais e do próprio meio possibilitaram o florescimento e criaram as condicionantes para o enraizamento do seu banditismo.

Neste ponto específico, o orador faz uso da técnica argumentativa que fundamenta a estrutura do real, utilizando o argumento pelo exemplo. Ele apresenta a experiência dos países civilizados europeus que antes de chegarem aos patamares de modernidade, quando ainda estavam em processo de construção da sua civilidade, também foram vitimados por bandos de salteadores que desestabilizaram a paz. No entanto, o próprio orador salienta que a partir do momento em que o progresso adentra na estrutura desses países, o banditismo não encontrou mais as condicionantes para lograr êxito. O “progresso material”, leia-se a modernização, seria uma espécie de termômetro a pôr fim a estrutura que dá sustentação ao banditismo.

O próprio argumento do jurista deixa transparecer certo grau de preconceito para com o sertão. Atente-se que o orador é um homem da cidade, produto do espaço urbano, vivendo entre Salvador e o Rio de Janeiro, capitais importantes no cenário nacional. Assim, o olhar com o qual ele observa o contexto é o olhar de que o interior é antagônico ao litoral e à cidade, pois lá é a terra da barbárie, onde se encontram elementos símbolo do arcaísmo e do antiprogresso.

É comum, no discurso dos jornais no final do século XIX e início do XX, a apresentação do sertão como anticivilizado, que se opõe a todos os signos da modernidade. Terra que carecia ser colonizada e levada à luz, dando-se isso por intermédio do progresso material, com estradas, educação, transporte, cultura. Ou seja, levar os padrões civilizacionais urbanos para o interior. O banditismo acabava sendo prova de como essa terra era oposta ao litoral, apresentada como a terra da promessa.

Como afirma o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006), esta é uma estratégia da elite letrada para estereotipizar o outro. Na sua concepção,

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 20).

Busca-se instituir o que é esse outro, forjá-lo no campo discursivo para que se possa servir de fundamento à tese central e justificar a própria intervenção do Estado na promoção da modernização do sertão. No argumento, pode-se perceber a institucionalização de dois Nordeste, o do litoral, símbolo da modernização e da intelectualidade, e o outro, o sertão, produto da desordem, do banditismo a terra do desmando. No próprio argumento, nota-se que o orador tenta estrategicamente construir e instituir uma verdade no campo linguístico e simbólico.

Excerto 4

“Isto não quer dizer que Lampeão e seus sequazes não sejam criminosos de nascença. Não fosse a vocação natural para o crime violento e eles não seriam bandidos. Nas mesmas regiões onde eles desenvolveram a sua atividade facinorosa existem homens honestos em número muitíssimo maior. Por que não são todos eles bandidos? Por que não basta somente o meio, não bastam os fatores exógenos, para produzir o crime. Este resulta, além das causas externas, de qualidade inerentes à personalidade moral e física do malfeitor. E exatamente porque o crime representa a exteriorização das tendências pessoais do indivíduo, indicadoras da sua perversidade, é que deve caber ao seu autor a responsabilidade penal pelas suas ações criminosas.”

Neste excerto, o orador também utiliza argumentos que se fundamentam na estrutura do real, o argumento pelo exemplo. Ele esclarece que se fossem os fatores sociais os determinantes, muitos sertanejos teriam adentrado nas fileiras do banditismo, mas somente uma pequena parcela assim o fizera. Isso é o elemento central que comprova que os fatores natos têm primazia nos atos, tanto é que o orador recorre, como estratégia discursiva, aos esclarecimentos de que “Lampeão, qualquer que fosse o meio em que ele vivesse, seria um grande delinquente, arrastado pelas tendências criminosas do seu temperamento. [...] Em outro meio, menos favorável à sua sinistra atividade, seria sempre um celerado, autor de mortes e de roubos [...]”. Ao encerrar o texto, o orador projeta outra realidade social e insere o cangaceiro para que assim se comprove que realmente o argumento utilizado por ele é sólido e verdadeiro.

Considerações finais

Este trabalho revela que Moniz Sodré, de posse da autoridade que lhe confere o lugar social que ocupa, instituiu sobre Lampião uma verdade por intermédio das teses e das técnicas argumentativas utilizadas em seu discurso. Lampião era esse corpo exposto às verdades do

outro, dado à “autópsia discursiva”. Morto, ele podia ser enquadrado em categorias explicativas sobre a sua conduta em vida.

Pode-se perceber que no campo da argumentação não há verdade, mas isso não implica dizer que o orador, ao elaborar a sua tese e proferi-la, criando inúmeras estratégias para a sua defesa, ele não pretenda persuadir o ouvinte, tendo a adesão do seu espírito, como também almeje instituir uma verdade, uma verdade permeada pelo discurso, pelo argumento.

O jurista em questão, ao responder ao questionamento levantado pelo jornal, fez uso de várias técnicas argumentativas para cristalizar o seu entendimento que partia do lugar social do intelectual, detentor de um poder e de autoridade para dizer sobre o outro, no caso Lampião, uma verdade, a de ser ele um bandido nato. Para isso, foram agenciadas várias teorias científicas que foram utilizadas como balizas para a defesa da tese central.

Enquanto arena, o campo da argumentação nunca é parcial. Por mais racional que o argumento seja, ele não prevalece por si só, ele sempre fará uso de técnicas persuasivas com a pretensão primeira de obter a adesão do auditório e prevalecer no campo da realidade social. O jornal enquanto arena para o exercício da argumentação foi o espaço usado pela elite letrada do final da década de 1930 para instituir uma imagem sobre o cangaceiro Lampião.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ARAGÃO, Antônio Moniz Sodré de. **As três Escolas Penais**: clássica, antropológica e crítica (estudo comparativo). 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1938.
- ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa; FERREIRA, Vera. **De Virgolino a Lampião**. São Paulo: Ideia Visual, 1999.
- CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião, o Rei dos Cangaceiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2018.
- LIMA, Edmar Peixoto de; MARQUES, Gláucia Maria Bastos; SILVA, Antônia Janyda. Miss Brasil 2017: teses e técnicas argumentativas sobre a mulher negra em discursos que circulam na Revista Donna. **Migulim - Revista Eletrônica do Netli**, Crato, v. 7, n. 1, p. 98-113, jan.-abr. 2018.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 4. ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos. *In*: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 2. ed. São Paulo: Editora Humanistas, 2001. p.17-54.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As coletividades anormais**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2006.

SOUZA, Gilton Sampaio de. A argumentação no discurso: questões conceituais. *In*: FREITAS, Alessandra Cardozo de; RODRIGUES, Lílian de Oliveira; SAMPAIO, Maria Lúcia Pessoa (orgs.). **Linguagem, discurso e cultura**: múltiplos objetos e abordagens. Pau dos Ferros: Queima Bucha, 2008. p. 57-74.

SUMARIVA, Paulo. **Criminologia**: teoria e prática. 2. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2014.

Anexo 1 – Artigo de opinião de Moniz Sodré

Lampeão, Bandido de Nascimento?
Por Moniz Sodré

O Estado da Bahia, quinta-feira, 4 de agosto de 1938, noticia declarações do professor Moniz Sodré. Lampeão, Bandido de Nascimento? Sim!!! Afirma. “Não basta apenas o meio, não bastam os fatores exógenos para produzir o crime – este resulta, além das causas externas, de qualidades inerentes à personalidade moral e psíquica do malfeitor”.

Será Lampeão um criminoso de nascimento ou produto do meio social? Não tem faltado quem se incline pela segunda hipótese, ora o apresentando como um transviado na escola do crime, por um sentimento natural de revolta contra a estrutura da sociedade em que viveu, ora lhe emprestando, até mesmo, rasgos de heroísmo e de piedade humana, na sua longa carreira de “*profiteus*” do crime.

Contra essa maneira de ver, insurge-se o professor Moniz Sodré reconhecendo, embora, que o banditismo é um fenômeno social. Demos a palavra ao mestre de “As três Escolas Penais”:

-“Esta pergunta envolve uma questão, vivamente discutida em criminologia, acerca da gênese da delinquência: O crime resulta de fatores biológicos ou de fatores sociais? Hoje já não há mais quem afirme ser o delito produto da vontade livre do indivíduo, conforme a tese proclamada pelo classicismo penal. Também não há quem sustente ter a criminalidade, como causa única, os fatores biológicos. Esta doutrina unilateral e exclusivista não é defendida por nenhum criminólogo, nem mesmo por Lombroso, o genial criador da antropologia criminal. A própria teoria endocrinológica, que busca explicar a criminalidade pelos distúrbios funcionais das glândulas internas, não chega a este exagero.

A escola antropológica declara que o crime é um fenômeno natural, complexo na sua determinação, resultante sempre da ação combinada de fatores biológicos, físicos e sociais. Indagarmos qual destas três ordens de fatores tem mais importância e valor como força produtora da criminalidade, é nos perdemos em questões bizantinas. Seria o mesmo que discutirmos o que mais concorre para a vida de um homem, a atmosfera ou o pulmão, quando é certo, que a falta do ar ou do órgão torna impossível a nossa existência. Assim o crime. Sem a ação conjunta de fatores endógenos e exógenos, não haverá delito natural, porque este, além das influências mesológicas, resulta sempre de uma ausência, fraqueza ou eclipse do senso moral.

No entanto, se assim é, tomado o problema na sua plena generalidade, não será difícil ao criminólogo antropologista determinar, em cada caso concreto, pelo exame da pessoa viva do delinquente, dos seus caracteres somáticos e físicos, do valor moral dos móveis determinantes da ação, da natureza do ato criminoso e das circunstâncias que o precederam e acompanharam, qual a espécie de fator que maior influência teve na produção deste delito. Mesmo de um modo de certa forma geral, tendo-se vista as diversas categorias de delinquentes, podemos afirmar, como ensina Ferri, que os fatores físicos tem uma influência mais ou menos igual sobre todos os malfetores; que os fatores biológicos tem ação predominante na atividade criminosa dos delinquentes natos, loucos e ímpeto de paixão, e que os fatores sociais prevalecem aos delinquentes de ocasião e por hábito adquirido”.

- “Dai conclui-se, pelo que se conta da vida de Lampeão, ser ele um criminoso nato, demonstrada essa predestinação ou vocação congênita para o crime pela precocidade na prática do roubo por meio de homicídios, praticados sempre com os requintes de maior ferocidade sanguinária, reveladora de absoluta ausência de senso moral. Por esse prima, como delinquente nato, os seus atos criminosos foram determinados pelos fatores biológicos.”

Mas Lampeão não foi somente um celerado, figura representativa do tipo antropológico do criminoso nato. Foi também um bandido chefe de uma quadrilha de salteadores.

- “A criminalidade, sobre este aspecto e nesta modalidade, é principalmente um produto dos fatores sociológicos. Só as regiões de escassa civilização e pouco policiadas, poderão conter em seu seio essas manifestações violentas de criminalidade atávica e primitiva sistematicamente organizada, em forma permanente. Esse banditismo existiu em todos os países do mundo, e deles desapareceu sob os influxos da civilização, que, transformando as condições do meio, suprime o ambiente propício à sua atividade malfazeja.

As nações, hoje mais adiantadas da Europa, foram vítimas, em épocas passadas, desta calamidade. Mas o desenvolvimento social, com os seus progressos materiais, extinguiu os males deste flagelo. Caminhos percorridos em todos os sentidos por estradas de ferro, constantemente vigiadas pelos mantenedores da ordem pública, não poderão ser teatro destas façanhas facinorosas. É muito mais fácil a existência dos Lampeões no sertão do país do que no litoral do sul da República. Por isso podemos afirmar que o banditismo de Lampeão e de seu grupo é um produto do meio social. Isto não quer dizer que Lampeão e seus sequazes não sejam criminosos de nascença. Não fosse a vocação natural para o crime violento e eles não seriam bandidos. Nas mesmas regiões onde eles desenvolveram a sua atividade facinorosa existem homens honestos em número muitíssimo maior. Por que não são todos eles bandidos? Por que não basta somente o meio, não bastam os fatores exógenos, para produzir o crime. Este resulta, além das causas externas, de qualidades inerentes à personalidade moral e física do malfetor. “É exatamente porque o crime representa a exteriorização das tendências pessoais do indivíduo, indicadoras da sua perversidade, é que deve caber ao seu autor a responsabilidade penal pelas suas ações criminosas.”

- “Responsável a sociedade por estas ações? Mas as condições sociais, como fatores crimonogênicos, não existem somente para os criminosos. Também os honestos estão sujeitos à sua influência. Por que não delinquem? Porque aos seus sentimentos repugna a prática do crime. Porque a sua personalidade moral, resiste e reage à pressão do meio, favorável à delinquência. Se o homem comete um crime, seja qual for a influência das causas mesológicas, é por que lhe faltou a resistência à prática do mal; é porque, para a sua realização, também contribuiu a sua constituição moral. Por isso é o indivíduo responsável, porquanto, sem o concurso dos fatores biológicos, o fato, substancialmente criminoso, não se teria realizado.

Podemos assim concluir. Lampeão, qualquer que fosse o meio em que ele vivesse, seria um grande delinquente, arrastado pelas tendências criminosas do seu temperamento. Vivendo no sertão, foi o chefe terrível de um bando de salteadores. Em outro meio, menos favorável à sua sinistra atividade, seria sempre um celerado, autor de mortes e de roubos, ainda que residisse em uma grande cidade a menos que não fosse preso e encarcerado no início da sua carreira facinorosa. Na criminalidade ocasional o meio é preponderante na gênese do delito. Também o meio influi decisivamente sobre a modalidade da delinquência, que pode tomar até formas de criminalidade atávica ou evolutiva. Mas o meio não impede o crime nos que nascem com esta predisposição”.

TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS NO PARECER MÉDICO-LEGAL DO CASO PIERRE RIVIÈRE

Ana Maria de Carvalho
Maria Eridan da Silva Santos

Considerações iniciais

Este artigo intenta analisar as estratégias argumentativas apresentadas por médicos legistas sobre o caso do parricídio-fratricídio cometido por Pierre Rivière, inscritas no dossiê organizado, em 1973, por Michel Foucault, intitulado *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*.

Trata-se da história de Jean Pierre Rivière, jovem camponês francês, nascido na comuna de Courvaudon e habitante da aldeia de Aunay, que em 3 de junho de 1835, aos vinte anos de idade, assassinou a golpes de foice sua mãe, Marie Anne Victorie, grávida de sete meses; sua irmã de 18 anos, Victorie Rivière, e seu irmão de sete anos, Jules Rivière. Foi um acontecimento que chocou toda a aldeia, causando repulsa e julgamento da opinião pública.

Esse caso, registrado nos *Annales d'hygiène publique et de médecine légale* de 1836, foi recuperado por Foucault quando ele buscava estudar a história das relações entre a psiquiatria e a justiça. O dossiê, como o próprio filósofo relata, é fruto de um trabalho coletivo desenvolvido em um seminário do Collège de France, que agrupa: peças judiciárias, como as declarações de testemunhas, que foram interrogadas sobre a vida e o modo de ser do autor do crime; artigos da imprensa noticiando sobre o caso; relatórios médicos, dentre os quais o parecer assinado pelos maiores nomes da psiquiatria e da medicina legal da época - como Esquirol, Marc e Orfila - e o memorial escrito por Rivière, narrando seu crime e suas motivações, que se tornou peça central no processo e, a partir do qual, se sustentaram diversas interpretações.

Como se pode observar, em torno desse acontecimento e a propósito dele se cruzaram variados discursos de origem, organização e função diferentes, como: dos aldeões com seu prefeito e seu cura; do presidente do tribunal do júri, do juiz de paz, do procurador, do ministro da justiça; dos médicos e também do próprio assassino.

O que há de extraordinário nesse caso de Rivière para o filósofo é exatamente essa heterogeneidade discursiva, oriunda das mais divergentes posições de saber e poder, revelando-se, pois, como “uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos” (FOUCAULT, 2007b, p. XII). A pretensão em publicar esse

dossiê, como afirma Foucault (2007b, p. XXII), era para dar cabo de algum modo dessas lutas, “restituir esses confrontos e essas batalhas, reencontrar o jogo desses discursos, como armas, como instrumentos de ataque e defesa em relações de poder e de saber”.

É também nesse confronto de discursos que deslumbramos nos deter, em busca de identificar as técnicas argumentativas que engendram os dizeres, especificamente dos médicos, convocados a dar seus pareceres sobre o acusado, que, a partir dos quais, definiram o desfecho para o caso: da sentença de morte já decretada anteriormente, o réu passa a ter prisão perpétua. De fato, o que estava em jogo era o estado mental do acusado, se ele era louco ou não, e isso, só o saber psiquiátrico tinha a voz de autoridade para atestar.

Assim, cientes de que o referido caso já foi objeto de estudo dos mais variados campos do saber, como: Direito, Medicina, Psiquiatria, Psicanálise, História e Filosofia, este aqui se justifica, por sua abordagem teórica ancorada nos postulados de outra área do conhecimento, no caso, da argumentação. Por este motivo, consideramos este trabalho relevante para os estudos da argumentação no sentido de nos proporcionar condições de detectar as técnicas argumentativas utilizadas em discursos tão representativos para compor o *corpus*, uma vez que marcam o início de um evento em que o Direito legitima a Psiquiatria, chamando-a para esclarecer condutas delitivas, ou seja, são discursos que suscitaram o nascimento da Medicina Psiquiátrica e a utilização de seus conceitos no campo jurídico.

Para tal pretensão, recorreremos aos construtos teóricos dos estudos da argumentação, cuja base está vinculada ao *Tratado de Argumentação: a Nova Retórica* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Trata-se de uma abordagem que concebe a argumentação como um ato inerente ao ser humano e às diversas atividades comunicativas, que se efetivam em textos vinculados a gêneros do discurso de diferentes esferas da comunicação humana, defendendo, pois, a ideia de que o seu principal eixo é o uso de técnicas argumentativas utilizadas pelo orador na organização do texto.

Assim, no próximo tópico, abordaremos, mesmo que de forma breve, sobre as categorias que aqui são convocadas para dar conta de nossa análise, no caso, das técnicas discursivas que compõem o processo argumentativo, defendidas pelo viés da Nova Retórica.

1 A Teoria da Argumentação em foco

A Nova Retórica, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), parte do entendimento de que a argumentação é constitutiva da linguagem humana e de que seu estudo pode ser

aplicado a todo discurso, quer seja oral ou escrito, independente do gênero e da esfera a que se vincula. Trata-se, pois, de um campo do saber que toma como objeto o estudo das técnicas argumentativas e que se preocupa com a aparência lógica do discurso, ressaltando a correspondência argumentativa fundada em razões, ou seja, a persuasão e o convencimento.

Nessa perspectiva, argumentar é um processo que se efetiva através de técnicas ou estratégias, que o orador (aquele que fala ou escreve) utiliza para convencer ou persuadir seu auditório (público-alvo; interlocutores). Convencer pela necessidade que tem o orador de levar seu auditório a aceitar ou concordar com as teses apresentadas; persuadir pela necessidade e/ou vontade de levar o interlocutor a agir, a praticar os atos que o orador deseja.

Dessa forma, enquanto convencer corresponde a uma ação que envolve o auditório universal (aquele que se constitui, de modo geral, de toda a humanidade), persuadir corresponde àquelas ações que contemplam o auditório particular (interlocutores a quem o orador se dirige). No caso aqui em questão, as estratégias argumentativas utilizadas não são para convencer, mas persuadir o auditório, o qual se caracteriza como particular, uma vez que os argumentos defendidos pelos médicos são direcionados para uma equipe jurídica, aquela que deve dar o veredito do caso.

Assim, o ato de argumentar vai ser sempre uma ação retórica que envolve: uma tese (a ideia que se pretende defender), um orador (que se envolve na causa e, ao mesmo tempo, defende sua imagem); um auditório (a quem o orador pretende convencer ou comover acerca da tese apresentada) (SOUZA, 2008).

Um dos principais objetivos da argumentação, conforme atestam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas, ou seja, criar uma disposição para a ação. Disto, podemos deduzir que o ato de argumentar é, sobretudo, a ação de influenciar o auditório com o intuito de confirmar ou refutar um ponto que necessita do consentimento de um interlocutor.

Para que isso aconteça, é preciso que ocorra uma interação entre indivíduos, ou seja, “que se estabeleça o contato intelectual entre as mentes, que estão situadas num determinado período da história e inseridas em um grupo social” (CABRAL, 2014, p. 69). Assim, o processo argumentativo tem como função promover ou intensificar a aderência das mentes às questões que lhes são apresentadas. Para tanto, insere em sua teoria a formação de uma comunidade a quem se destina a argumentação, reconhecida como “comunidade dos espíritos” (CABRAL, 2014). Nessa comunidade, para que a argumentação de fato ocorra, é preciso que seus membros

compartilhem de uma linguagem comum, apresentando-se como um princípio indispensável ao procedimento argumentativo, ou seja, uma técnica que permite a comunicação.

Para a Nova Retórica, o processo de convencimento e/ou persuasão se dá através de técnicas argumentativas, as quais se manifestam por associação (que associam noções, aproximam elementos distintos) e por dissociação (que separa ideias, não há ligação entre os elementos). Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o processo de associação ou de ligação está na base da construção dos seguintes tipos de argumentos: os quase lógicos, os baseados na estrutura do real e os que fundamentam a estrutura do real. Já o processo de dissociação sedimenta os argumentos por dissociação das noções. A função dessa técnica é fazer com que os fatos possam mudar de parecer ou finalidade.

Vejam a seguir, em síntese, como esses argumentos se apresentam e a que se propõem. Os argumentos quase lógicos se constituem por preceitos lógicos, ligam ideias e buscam eficácia persuasiva na lógica formal. Ou seja, nesse tipo de argumento “o orador recorre ao raciocínio formal, valendo-se do pensamento lógico para defender seu posicionamento” (LIMA; MARQUES; SILVA, 2018, p. 103).

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 297), esses argumentos “têm pretensão a certa validade em virtude de seu aspecto racional, derivado da relação mais ou menos estreita existente entre eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas”. Assim, são quase lógicos porque a linguagem humana não é uma álgebra, é passível de ambiguidades e de diferentes interpretações.

Essa técnica argumentativa, neste trabalho, manifesta-se pela presença do argumento de identidade e o argumento de divisão do todo em suas partes. No argumento de identidade, a estratégia utilizada pelos orador é identificar os elementos que compõem o tema do discurso. Já no argumento por divisão pressupõe que o conjunto das partes reconstitui o todo, ou seja, implica “evidentemente, entre as partes, certas relações que fazem com que a soma delas seja capaz de reconstituir o conjunto” (PERELMAN; OBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 271).

Os argumentos baseados na estrutura do real, diferentemente dos argumentos quase lógicos, apresentam situações mais relacionadas à realidade social e são vinculados a situações do cotidiano, à vida rotineira do interlocutor. Assim, “não estão ligados a uma descrição objetiva dos fatos, mas a pontos de vista ou seja, a opiniões relativas a ele” (ABREU, 2008, p. 58-59).

Essa técnica argumentativa se materializa, neste trabalho, a partir dos argumentos pertencentes à classe das ligações de coexistência, como o argumento de autoridade, o de pessoa e seus atos, do grupo e seus membros e o de ligação simbólica.

O argumento de autoridade se alicerça, completamente, na ideia de prestígio e tenta fundamentar uma proposição, afirmando que ela conta com o respaldo de um perito. O argumento de pessoa e seus atos é uma técnica que procura qualificar uma pessoa com base em seus atos; esses atos são concebidos como emanções da pessoa, traços que a explicam e caracterizam. O argumento do grupo e seus membros também é uma técnica que, da mesma forma que se coloca uma ligação de coexistência entre a pessoa e seus atos, afigura-se a mesma ligação entre um grupo social e os seus membros; assim, a reputação do grupo reflete-se na reputação de seus membros e o julgamento que se faz dos membros gera um juízo semelhante a respeito do grupo. Por fim, o argumento de ligação simbólica trata fundamentalmente de uma união em que duas realidades se associam, sendo que uma serve de explicação da outra.

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real são aqueles em que o orador se utiliza do fundamento pelo caso particular e do raciocínio por analogia, para estabelecer, por meio da generalização, aquilo que ele acredita ser a realidade construída. Portanto, esses argumentos não são construídos a partir do que é real, mas daquilo que o auditório acredita que seja, isto é, daquilo que ele toma por fato, verdades ou presunções.

A técnica central revelada no discurso em questão é aquela pertencente a da fundamentação pelo caso particular, classificada de argumento de modelo. O mecanismo do argumento pelo modelo indica um caminho a ser seguido, apresentando um ser como modelo (pelas suas virtudes); ou ainda como antimodelo (pelos seus defeitos).

De acordo com as discussões veiculadas neste tópico, foi-nos possível apresentar o uso de algumas das técnicas argumentativas, as quais, por questões didáticas, discutimos cada uma separadamente, embora os autores do *Tratado da Argumentação* considerem que na construção do discurso as referidas técnicas agem de forma inter-relacionadas umas com as outras.

Nessa direção, com a finalidade de complementar as discussões, no próximo tópico, destacamos as análises dos excertos extraídos do Parecer médico-legal, que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa.

2 Técnicas argumentativas no parecer médico-legal

O Parecer escolhido para análise encontra-se registrado entre as páginas 163 a 165 da obra organizada por Michel Foucault, *Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, em sua sétima edição, do ano de 2007.

Esse parecer foi deliberado em Paris, sobre o estado mental de Pierre Rivière, no dia 25 de dezembro de 1835 e assinado pelos seguintes médicos: Esquirol (médico-chefe de Charenton); Orfila (decano da faculdade de medicina de Paris); Marc (médico do rei); Pariset (secretário perpétuo da Academia Real de Medicina); Rostan (professor na faculdade de Medicina de Paris); Mitivié (médico da Salpêtrière) e Leuret (doutor em medicina).

Tais profissionais foram convocados para emitirem seu parecer referente ao estado mental do réu-confesso, antes, durante e depois dos crimes por ele praticados e pelos quais foi condenado à morte pelo tribunal do júri de Caen. Conforme atestam, no início do documento, esses médicos leram e com muita atenção examinaram os autos do processo, os quais consistem nos seguintes elementos: 1) Extrato da informação direcionada contra o réu, contendo o relatório de sua prisão, exame do cadáver de suas vítimas, informações sobre sua vida anterior ao crime, depoimentos de testemunhas ouvidas no inquérito e um certificado do médico Bouchard; 2) o memorial escrito por Rivière, no qual detalha todo ato criminoso; 3) o laudo do médico Vastel.

Diante dessas informações preliminares sobre o parecer, interrogamos: que tese geral é defendida neste documento médico-legal? Que estratégias argumentativas são utilizadas por esses médicos, na expectativa de traçar um diagnóstico sobre o estado mental do condenado? É o que veremos a seguir; para tanto, serão apresentados excertos do referido parecer.

Excerto 1:

Considerando que Pierre Rivière sempre procurou a solidão, que foi visto frequentemente sozinho e se entretendo com interlocutores invisíveis, dando gargalhadas sem motivo razoável, atirando-se sobre repolhos aos quais cortava a cabeça como se estivesse lutando contra homens, dizendo que via o diabo e com ele conversava, não ousando se aproximar de nenhuma mulher, mesmo que fosse de sua família, na crença de maculá-la por emanções que ele acreditava saírem de seu corpo, infringindo aos animais toda a sorte de torturas, trazendo em seu bolso pregos e um martelo para crucificá-los, enfim, tendo cometido, dos quatro anos de idade até a época em que matou a mãe, o irmão e a irmã, um número tão grande de extravagâncias, que, em sua cidade, era chamado de o imbecil, o louco, o estúpido do Rivière.

Como sabemos, no processo argumentativo, para conquistar a adesão do auditório, o orador estará sempre defendendo uma tese, tomando posições e tentando convencer e ou persuadir, utilizando-se, portanto, de argumentos para conseguir que seu auditório aceite a tese proposta. No excerto acima, constata-se a voz de autoridade, representada por aqueles que têm o poder de atestar o estado mental do réu, pois são médicos psiquiatras, conhecedores do comportamento e da mente humana. Seus argumentos são organizados, tomando por base uma gama de informações extraídas dos autos do processo, especialmente dos relatos de testemunhas, como vizinhos e membros da família, apresentando, assim, uma sequência de fatos e situações ocorridas com Pierre Rivière, desde seus quatro anos de idade, até a ocorrência do crime, que revelam seu estado de loucura.

Dessa forma, os médicos, na busca de fornecer um diagnóstico de que o réu sofria de insanidade mental, valeram-se desses relatos, cujo teor representam fortes indícios de que se tratava mesmo de um doente mental: isolar-se, entreter-se com interlocutores invisíveis, dar gargalhadas à toa, atirar-se sobre repolhos aos quais cortava a cabeça como se estivesse lutando contra homens, entre tantas outras ações extravagantes. Isso já não representaria, por si só, uma sintomatologia acentuada da doença?

Assim, nada mais plausível do que o relato dos familiares e vizinhos, pois conheciam a fundo a história de vida desse homem, dos seus desatinos, desequilíbrios e dessabores. Nesses termos, representam a voz daqueles de quem nem se pode duvidar, de quem mais tem propriedade para falar, expor esmiuçadamente sobre o comportamento e os atos malucos desse indivíduo.

Além desses relatos partirem dessas pessoas que conviviam e que sabiam do comportamento estranho de Rivière, devemos também considerar que, em uma ação penal, o depoimento das testemunhas tem valor significativo na apuração dos fatos e na busca pela decisão mais justa sobre o caso, haja vista que esses colaboradores, coercitivamente, têm que falar a verdade em juízo, sob pena de responder pelo crime de falso testemunho.

Nessa direção, fica evidente que os pareceristas se utilizaram da técnica argumentativa baseada na estrutura do real, para estruturar seu argumento de autoridade, pois só eles, na condição de peritos na área, podiam dar o diagnóstico do caso. Trata-se de um argumento de prestígio, entendido como um modo de raciocínio retórico que utiliza “juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348).

Nesse trecho, adota-se também como técnica dos argumentos baseados na estrutura do real, as ligações de coexistência, especificamente o argumento que focaliza a interação ato-pessoa, que consiste, no caso, em diagnosticar Rivière como um louco pelos atos que ele praticava. Ou seja, a pretensão é de reavivar ou reforçar a imagem de um louco desse homem junto ao tribunal, que constitui o auditório do discurso.

Esse processo argumentativo se efetiva, ainda, pela técnica pertencente ao grupo dos argumentos quase-lógicos, o argumento pela identidade, cuja ação é identificar os elementos que constituem o objeto do discurso. No caso, o excerto apresenta uma identificação dos desvios de comportamento do acusado associados à loucura. Assim, as ações do louco confirmam a tese de tal modo que o excerto é finalizado com destaque para os inúmeros sinais de extravagância que o identificam como um “imbecil”, “louco” e “estúpido”.

No excerto a seguir, os pareceristas ainda recorrem aos depoimentos das testemunhas, na busca de fortalecer seus argumentos em prol da tese defendida. Vejamos:

Excerto 2

Considerando que o *dito* Pierre Rivière provém de uma família na qual existem vários alienados (um de seus tios morreu louco depois de ter apresentado sintomas análogos aos que ele próprio apresenta, dois de seus irmãos apresentaram sintomas habituais de loucura; sua mãe era de um caráter extremamente excêntrico e violento, um de seus irmãos é quase completamente idiota).

Nessa parte do laudo, percebemos uma sucessão de evidências de que os médicos legistas buscavam persuadir o auditório ao mencionar o histórico familiar do acusado, tentando com esse argumento levar o tribunal a uma conclusão de que, se o réu vem de uma família de pessoas alienadas¹², ou seja, com algum distúrbio mental e apresenta sintomas análogos, só se pode deduzir que é louco também.

Dessa forma, para reforçarem o jogo argumentativo anteriormente exposto no excerto 1, da ligação entre a pessoa e seus atos, os médicos estabelecem uma interação entre o indivíduo com o grupo a que pertence, ou seja, faz uma ligação de Pierre Rivière com seu grupo familiar, cujos membros, em sua boa parte, são diagnosticados de alienados: um tio que morreu louco, dois de seus irmãos apresentam sinais de loucura, outro é quase completamente idiota, além de sua mãe ser de um caráter extremamente excêntrico e violento. Assim, como apontam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 366), “o que achamos do grupo nos predispõe a certa imagem

¹² O alienado mental, do ponto de vista legal, é o indivíduo que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não tem consciência plena do que está fazendo e não tem nenhum domínio sobre sua vontade (PEROCCO; SILVA; SILVA, 2013).

daqueles que dele fazem parte”. Para os teóricos, essa noção de grupo se configura como um elemento argumentativo de grande importância, embora seja eminentemente sujeito à controvérsia e instabilidade.

No caso em pauta, o argumento é forte, tornando-se, assim, mais plausível e contundente a tese defendida, uma vez que, no campo da psiquiatria, para se compreender o estado de loucura de um indivíduo, busca-se investigar se há registro de outros casos na família. Para tal diagnóstico, o saber médico se pauta sempre nessa possibilidade de se tratar de uma doença consanguínea, hereditária. Conforme atesta Dr. Vastel¹³, “a hereditariedade é, com efeito, um dos fatores mais poderosos na produção da loucura; [...] a causa mais ativa e talvez a mais frequente na produção da alienação mental” (FOUCAULT, 2007a, p. 117).

Dando continuidade ao processo argumentativo, os médicos se pautam agora, como se vê no excerto 3, no memorial produzido por Rivière para fortalecer o que tanto eles defendiam, a insanidade mental do acusado.

É importante esclarecer que esse memorial, denominado por Foucault “Folheto assassino”, além de suscitar uma batalha de peritos e provocar as hesitações do júri, apoiou a defesa de Chauveau na Corte de Apelação, motivou o pedido de indulto¹⁴ e ainda serviu de documento para um artigo sobre monomania¹⁵, publicado nos *Annales d'hygiène* (FOUCAULT, 2007c). O que causa estranheza nesse memorial, como expressa o filósofo, é o fato de que “aquele que em sua aldeia era tido como uma espécie de idiota era pois capaz de escrever e raciocinar; aquele que os jornais tinham apresentado como um furioso, um louco, havia redigido quarenta páginas de explicação” (FOUCAULT, 2007c, p. 211).

Desse memorial, os médicos fazem menção aos motivos evocados por Rivière na prática de tão bárbaro crime, para comprovar sua “falta de juízo”:

Excerto 3

Considerando que os motivos que levaram Pierre Rivière a matar sua mãe, sua irmã e seu irmão, como libertar seu pai das tristezas domésticas, livrar o mundo do jugo das mulheres, imortalizar-se por uma ação notável, imitar o exemplo de Châtillon, de Eliazar, de Laroche-Jaquelin, imolar-se como Jesus Cristo pela salvação dos homens, indicam a falta de juízo.

¹³ Médico responsável pelo asilo de Bon Sauveur de Caen, que havia sido requisitado pelo advogado de defesa de Rivière para fornecer-lhe um diagnóstico.

¹⁴ O indulto é uma forma de extinção da pena. No caso de Rivière, o indulto foi assinado pelo rei da França, até então, Louis Philippe, que comutou a pena de morte à qual este indivíduo foi condenado pela de prisão perpétua.

¹⁵ Monomania, conceito criado por Dr. Esquirol, representa uma das manifestações do estado de loucura, “que agrupa todas as perturbações mentais que trazem prejuízos psíquicos apenas parciais, conservando perfeitas outras funções intelectuais” (PACHECO, 2003, p. 154).

As estratégias argumentativas que aí figuram, principalmente na passagem: “imitar o exemplo de Châtillon, de Eliazar, de Laroche-Jaquelin, imolar-se como Jesus Cristo”, estão vinculadas ao argumento pelo modelo, um dos tipos que fundamenta a estrutura do real, logo “são consideradas modos de organização da realidade” (FIORIN, 2015, p. 185). Conforme Perelman e Obrechts-Tyteca (2005, p. 413), “um comportamento pode não só servir para fundamentar ou ilustrar uma regra geral, como para estimular a uma ação nele inspirada”.

Na descrição feita por Rivière em seu memorial, ele havia se inspirado na coragem desses personagens para executar seu intento: Châtillon era aquele que sustentou sozinho, até a morte, a passagem de uma rua composta por inimigos que queriam prender seu rei; Eliazar era aquele que matou um elefante sobre o qual achou que estivesse o rei inimigo, embora tendo a certeza de que ele seria esmagado sob o peso do animal; e Jaquelin, uma personagem que morreria aos vinte e um anos de idade para sustentar o partido do rei (FOUCAULT, 2007a).

Como podemos observar, os médicos legistas se apropriam da descrição que Rivière faz de seus arquétipos para dar continuidade aos argumentos. Assim, ao mencionar os exemplos de personalidades citados por Rivière, que lhes serviram de símbolos, evidencia-se, nesses termos, a técnica de ligação simbólica, um tipo de argumento baseado na estrutura do real, pertencente às ligações de coexistência.

No excerto a seguir, os pareceristas se contrapõem às declarações de Dr. Bouchard, médico, membro correspondente da Academia Real de Medicina e do Ateneu de Medicina de Paris e que havia acompanhado o caso, visitando e interrogando Rivière desde que este chegara à prisão, emitindo, pois, um parecer que lhe negava a existência de algum sinal de alienação mental.

Ao revistar o documento emitido por Dr. Bouchard¹⁶, percebemos que este atribui o triplo assassinato de que Rivière é culpado, ao seu estado de exaltação momentânea, em consequência de presenciar o sofrimento de seu pai, causado por sua mãe. O referido médico confessa que não fez pesquisas relacionadas à frenologia¹⁷ e que seus conhecimentos sobre isso são insuficientes para querer aplicá-los em circunstância tão grave como esta do acusado. Afinal, como diz Robert Castel, um dos responsáveis juntamente com Foucault na organização do Dossiê, que Bouchard não é um médico especialista e, portanto, “não dispõe de uma grade conceitual coerente para decifrá-lo, quer dizer, para relatar os diferentes fatos que observa num

¹⁶ Esse parecer de Dr. Bouchard foi datado de 21 de julho de 1835 e se encontra entre as páginas 113 e 114 do Dossiê em pauta.

¹⁷ Frenologia é o estudo da estrutura do crânio de modo a determinar o carácter das pessoas e a sua capacidade mental. Trata-se de uma pseudociência desenvolvida pelo médico alemão Franz Joseph Gall por volta de 1800 (SABBATINI, 1997).

conjunto patológico em função do qual eles teriam a significação dos sintomas” (CASTEL, 2007, p. 262).

Vejam, pois, a sequência dos argumentos:

Excerto 4

Longe de compartilhar da opinião do Sr. Bouchard, que, não podendo classificar o estado anormal de Pierre Rivière em qualquer das grandes divisões da loucura, declara-o são de espírito, como se as divisões estabelecidas pelos nosógrafos fossem outra coisa além de um meio de classificar os fatos e facilitá-los ao estudo, mas sem jamais pretender impor à natureza limites que ela não possa transpor.

Pelo que se observa, na progressão dos argumentos em prol de defender a tese de que Rivière é louco, os autores do parecer contestam a tese de não loucura aferida pelo Dr. Bouchard, com a crítica de que este médico desconhecia a nosografia¹⁸ da doença mental. Para Perelman e Obrechts-Tyteca (2005, p. 350), “Constata-se então que uma mesma autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme coincida ou não com a opinião dos oradores”. Dessa forma, “longe de compartilhar” da opinião de Dr. Bouchard, esses pareceristas, pela convicção de que eles próprios são conhecedores e especialistas no caso, tendo, pois, todos os recursos teóricos necessários para fundamentar seu diagnóstico, mais uma vez firmam seu argumento de autoridade, cujo discurso se institui como palavra de honra, como prova cabal de uma asserção.

O argumento de autoridade é recorrente no excerto a seguir, uma vez que esses médicos legistas se apropriam das conclusões evocadas no laudo de Dr. Vastel¹⁹, um renomado médico que dispõe de uma semiologia inteiramente específica da loucura e, por conseguinte, de quem a palavra era digna de respeito e confiança, instituindo-se, pois, como uma verdade indiscutível. Com efeito, como refletem Perelman e Obrechts-Tyteca (2005, p. 351), “quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras”.

Vejam o excerto:

Excerto 5

Aprovando as conclusões enunciadas no laudo do Dr. Vastel, estão unanimemente de acordo e declaram: 1º Que, desde a idade de quatro anos, Pierre Rivière não cessou de dar sinais de alienação mental; 2º Que sua alienação mental persistiu, apesar de menos intensa, depois dos homicídios que cometeu; 3º Que esses homicídios são unicamente devidos ao delírio.

¹⁸ Nosografia significa a classificação de uma doença.

¹⁹ Esse laudo de Dr. Vastel foi emitido em 25 de outubro de 1835.

Como podemos verificar, por meio desse argumento de autoridade, cuja técnica argumentativa tem como base a estrutura do real, os relatores citam o Dr. Vastel na busca por trazer o discurso autorizado como fundamento para o desfecho analítico do caso.

Nas palavras de Robert Castel (2007, p. 270), o referido parecer “ratifica pois, no essencial, o conteúdo do de Vastel. Ele não impõe uma teoria específica da loucura, evita mesmo fazer um diagnóstico preciso”, no entanto, declara ser Rivière um alienado mental, cuja causa de seus crimes são unicamente devido ao delírio.

Em conformidade com o que dizem Perelman e Oubrechts-Tyteca (2005, p. 350), “De todo modo, quem invoca uma autoridade se compromete: não há argumento de autoridade que não repercuta em quem o emprega”; por conseguinte, se faz jus o argumento empregado, uma vez que utiliza juízos ou pontos de vista de um perito reconhecido na área médica, como meio de prova a favor da tese defendida.

Ainda nesse desfecho do documento, podemos perceber a argumentação pela divisão do todo em partes, pertinentes ao grupo dos argumentos quase-lógicos. Esses tipos de argumentos “são aqueles preferíveis cuja conclusão não advém imperiosamente das premissas colocadas” (FIORIN, 2015, p. 115) e, dessa forma, a conclusão é “provável, possível, plausível, mas não logicamente necessária” (FIORIN, 2015, p. 115).

Assim, observamos que a divisão da declaração das autoridades médicas em três pontos, conforme consta no excerto 5, busca também, além de arrematar a análise, proporcionar uma orientação argumentativa ao seu auditório.

Considerações finais

Sob a perspectiva da Nova Retórica, percebemos que a argumentação está na constituição da linguagem humana, em todo discurso proferido, e que, por essa razão, em qualquer prática discursiva é possível a identificação do sujeito enunciador e de seu auditório, assim também da tese e das técnicas argumentativas utilizadas.

No parecer médico-legal, objeto de análise deste artigo, foi utilizada uma diversidade de argumentos caracterizados como processos de ligações, pertencentes aos três tipos: argumentos quase-lógicos, como o argumento de identidade e o de divisão do todo em suas partes; os argumentos baseados na estrutura do real, como o de autoridade, o de pessoa e seus atos, do grupo e seus membros e o de ligação simbólica; e os que fundamentam a estrutura do real, cuja técnica utilizada foi a do argumento pelo modelo. Tudo isso foi arquitetado de uma

forma engenhosa, com objetividade e clareza, destacando-se, portanto, o argumento de autoridade, para dar respaldo a tese de que o acusado era louco.

Nesse documento, o qual se apresenta como um texto curto e prudente, no sentido de não polemizar pontos de vista, os pareceristas formularam seus argumentos com base no material exposto nos autos do processo, em busca de destacar os principais elementos susceptíveis de dar crédito ao que tanto defendiam e apresentá-los numa ordem clara e coerente, para assim, convencer o tribunal do júri, de que aquele réu ao cometer seus bárbaros crimes foi impulsionado pelo estado de delírio do qual era acometido. Dessa forma, a loucura se institui, nesse caso, como o argumento maior para a aferição da pena do condenado.

Foi exatamente esse parecer, assinado pelos maiores nomes da psiquiatria da época, a peça chave para que o indulto real viesse a substituir a pena de morte, da qual Rivière havia sido condenado, pela prisão perpétua, embora este tenha se suicidado, no próprio presídio onde cumpria a pena.

Tal documento representa, nas palavras de Castel (2007, p. 261), “a conjunção do saber e do poder psiquiátrico máximos” que coloca Rivière no quadro de uma estratégia médica que inspira a remodelação legislativa da época. Esse caso de Rivière, portanto, marca o cruzamento e o enfrentamento da Psiquiatria sobre a Justiça Penal.

Referências

ABREU, Antônio Suarez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 11. ed. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2008.

CABRAL, Marcio Pedro. **A nova retórica perelmiana**: contrapontos entre Aristóteles e Perelman. Maringá, PR: Vivens, 2014.

CASTEL, Robert. Os médicos e os juízes. *In*: FOUCAULT, Michel (org.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** um caso de parricídio do século XIX. 8. ed. Tradução de Denize Lezande Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007, p. 259-275.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FOUCAULT, Michel (org.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** um caso de parricídio do século XIX. 8. ed. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

FOUCAULT, Michel. Apresentação. *In*: FOUCAULT, Michel (org.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** um caso de parricídio do século XIX. 8. ed. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007b. p. IX-XV.

FOUCAULT, Michel. Os assassinatos que se conta. *In.*: FOUCAULT, Michel (org.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** um caso de parricídio do século XIX. 8. ed. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007c. p. 211-221.

LIMA, Edmar Peixoto de; MARQUES, Gláucia Maria Bastos; SILVA, Antônia Jany da. Miss Brasil 2017: teses e técnicas argumentativas sobre a mulher negra em discursos que circulam na revista Donna. *In.*: **Miguilim - Revista Eletrônica do Netlli**, v. 7, n. 1, p. 98-113, jan./abr. 2018.

PACHECO, Maria Vera Pompêo de Camargo. Esquiro e o surgimento da psiquiatria contemporânea. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, ano VI, n. 2, p. 152-157, jun. 2003.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEROCCO, Kellyda Ferreira Moreira; SILVA, Sofia Reis; SILVA, Ana Elisa Alencar. Alienação mental: enquadramento como doença especificada em lei, aspectos legais e periciais. **Revista Unilins. Edu. Br.**, 2013. Disponível em: <https://revista.unilins.edu.br/index.php/cognitio/article/download/131/127>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SABBATINI, Renato M. E. Frenologia: a história da localização cerebral. **Revista Cérebro & Mente**, Universidade Estadual de Campinas, março de 1997. Disponível em: http://www.cerebromente.org.br/n01/frenolog/frenologia_port.htm. Acesso em: 06 ago. 2019.

SOUZA, Gilton Sampaio de. Argumentação no discurso: questões conceituais. *In.*: FREITAS, Alessandra Cardozo de; RODRIGUES, Lílian de Oliveira; SAMPAIO, Maria Lúcia Pessoa (orgs.). **Linguagem, discurso e cultura**: múltiplos objetos e abordagens. Pau dos Ferros: Queima Bucha, 2008.

AS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS NO DISCURSO SOBRE A POBREZA DE CRISTO: UMA ANÁLISE DA OBRA *O NOME DA ROSA*

Cristiano Dias da Silva
Pedro Fernando dos Santos

Introdução

Pretendemos por meio deste estudo observar um aspecto da obra *O nome da Rosa*, de Umberto Eco, a saber: o polêmico assunto da pobreza de Cristo. Para isso, recorreremos ao uso de técnicas argumentativas apresentadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) no *Tratado da argumentação: a nova retórica*.

Os autores dessa obra apresentam uma série de técnicas argumentativas das quais nem todas se fazem presentes em nossas análises, por isso, objetivamos identificar quais as técnicas argumentativas mobilizadas pelos personagens no debate. Dessa forma, entendemos que as técnicas argumentativas foram usadas em diferentes épocas históricas, no entanto, resultou-se desse estudo uma surpreendente fertilidade do uso das técnicas argumentativas aplicadas por monges no século XIV. O estudo da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), mesmo sendo escrita em uma época distante do contexto deste estudo, surgiu como elo de constatações e de confirmações da estratégia de oradores, no uso das técnicas para tentar convencer em seus debates. Finalmente, fica claro ainda que os medievais, principalmente no período da escolástica, tinham entre seus estudos preciosíssimos, a lógica, o discurso, a retórica e a linguagem, basta recordar apenas as disputas entre nominalistas e realistas sobre a questão dos universais²⁰.

1 Contextualização deste estudo

Num dado momento de qualquer ponto da história, os fatos estão repletos de significações e são influenciados pelos contextos, pelas forças políticas, pelos interesses e pelas subjetividades. Esse preâmbulo trata das advertências para o que se evidencia principiar na

²⁰ Existem variações de nominalistas e realistas em relação aos argumentos no discurso dos mais radicais aos moderados; segundo Reale, (2011, p. 169), “para o nominalismo o universal seria simples nome que indica uma multiplicidade de indivíduos e nada mais. Não apenas não tem um status ontológico, mas também não tem um status lógico fundativo da palavra”. Por outro lado, o realismo “afirma que os universais existem em si, como ideias platônicas, ou seja, *ante rem*, antes das coisas. Assim como as ideias arquetípos são modelo da realidade, o conhecimento delas é indiretamente o conhecimento da realidade” (REALE, 2011, p. 166).

análise, proposta neste trabalho, qual seja: refletir, em óticas mais agudas, sobre os argumentos e as técnicas argumentativas intrínsecas nos discursos, que foram fontes e margens atmosféricas, no histórico debate entre aqueles que defendiam a condição de que *Jesus Cristo como pobre*²¹ e pregou tal princípio e aqueles que inferiram outras formas de pobreza ou pormenorizaram essa condição, influenciados pelos ditos dos interesses e/ou sentenças pessoais de posses ou até mesmo imposições de determinadas lógicas de ordens religiosas.

O tão falado debate é tratado no quinto dia, na obra *O Nome da Rosa*, um escrito que toma a Idade Média como contexto e pano de fundo, problematizando este antagonismo que se pragmatiza pela defesa dos *menoritas* (espirituais) da ordem franciscana, monges que representam com afinco a filosofia e a exatidão do *status* de pobreza de Jesus Cristo frente à comitiva papal, aos teólogos imperiais e aos dominicanos defensores de posturas mais voltadas aos luxos, posses e domínios materiais.

A passagem, em epígrafe, é a narrativa de Adso de Melk²² que, no texto, está colocado como testemunha ocular da passagem e cronista do fato. Em sua posição, ele mostra as estratégias, as artes e as engenhosidades dos discursos dos debatentes, na contenda persuasiva dos oponentes, em declinar se Jesus foi mesmo pobre pelos seus princípios ou se foi um homem de posses como afirmavam alguns.

No emaranhado do discurso e no acalorado momento, cada um dos religiosos colocava suas posições e sobreposições num ato que parte do imaginário às tendências do real²³. Cada um, imaginando agir por si, delimitava nada mais do que os ditames de sua ordem religiosa e as vertentes de uma ideologia que fulgura entre sua coletividade política. O discurso precisa se valer do sujeito em sua retórica total, como afirma Gregolin (2003, p. 27):

²¹ O Nome da Rosa é também definido por alguns como romance histórico por abordar diversas questões medievais. Para Magalhães (2018), as polêmicas em torno da pobreza, em seus mais diversos ângulos, não deixa de manifestar o problema político de fundo vivenciado pela Igreja entre os séculos XIII e XIV. Para ela, os frades franciscanos espirituais, entre eles Ubertino de Casale, defendiam posturas rigorosas em relação ao cumprimento da Regra (pobreza), por isso acabam por minar as próprias bases do poder da Igreja no mundo cristão, abrindo espaço para a discussão sobre as propriedades eclesiais, o uso dos bens por parte dos clérigos e, principalmente, o poder e a jurisdição papal a - *Plenitude potestatis*.

²² “Mal entrei vi por completo os membros de ambas as legações, que se defrontavam numa série de bancos dispostos em hemicírculos, e duas cabeceiras separadas por uma mesa, nas quais sentavam-se o Abade e o cardeal Bertrando” (ECO, 2018, p. 337-368).

²³ Estes eram os envolvidos na disputa: “Estavam com Michele de Cesena frei Arnaldo de Aquitânia, frei Hugo de Newcastle e frei Guilherme Alnwick, [...] e depois o bispo de Caffa e Berengário Talloni, Bonagrazia de Bêrgamo e outros menoritas da corte avignonense. Do lado oposto estavam sentados Lourenço Decoalcone, bacharel de Avignon, o bispo de Pádua e Jean d’Anneaux, doutor em teologia em Paris. Ao lado de Bernardo Gui, [...] o dominicano Jean de Baune, que na Itália chamavam Giovanni Dalbena. Enfim, do lado dos avignonenses estavam outros ainda, entre os quais o bispo de Alborea (ECO, 2018, p. 368).

O sujeito não é considerado como um ser individual, que produz discursos com liberdade: ele tem a ilusão de ser o dono de seu discurso, mas é apenas um efeito do ajustamento ideológico. O discurso é construído sobre um inasserido, um pré-construído [...], que remete ao que todos sabem, aos conteúdos já colocados para o sujeito universal, aos conteúdos estabelecidos para a memória discursiva.

Dessa forma, as condições de ineficiência do outro, o remate de uma impotência, o acomodamento da memória, no caso de uma coletividade, a qual estava a serviço de uma posição política e de um interesse grupal (da ordem). De acordo com Gregolin (2003), pode-se compreender que o discurso dos monges era o retrato fiel de uma identidade universal que recobria de forças e as subjetividades pessoais imersas em algo maior – o desejo do grupo de sucumbir o outro.

2 Do discurso ao seu refinamento pelas estratégias do convencimento

No ato de uma “intenção” retórica para postular um pensamento, o sujeito cria, recria, esmerila e aprimora sua arma de combate, assim como é visto pela personagem Adso de Melk, no momento das posições e imposições do debate, quando daquela contenda sobre fatos específicos da vida de Jesus eram levados ao debate pelos monges de ambas as orientações. Os ânimos se exaltavam de tal forma que o enfrentamento parecia tender para a fuga do campo das ideias e ganhar elementos de um combate físico de tão próximo que estava a caracterização e as sobreposições de sentimentos de perseguição e maldade (ECO, 2018).

No clímax do momento, bem no ponto temporal em que menoritas e dominicanos tentam achar motivos para dividir o debate em partes, na intenção de melhor empreender suas posições, o discurso precisaria passar pelo processo de refinamento, visto que, em geral, o sucesso do sujeito enunciante é determinante para os desfechos do debate. No caso, cada lado (menoritas e dominicanos) precisaria mobilizar fortes argumentos no discurso para atingir o outro com o elemento do domínio.

Nesse ínterim, é possível considerar que a argumentação se eleva e se torna, para o debate dos monges, um elemento que possa, como enuncia Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 4):

[...] provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida [...]ou, pelo menos crie neles uma disposição para a ação que se manifestará no momento oportuno.

Este é, por vista, o mote intencional daqueles que pretendem, pelo debate, defender a condição social da vida de Cristo quanto à sua pobreza ou posses. Isso, para os Franciscanos, por exemplo, caso conseguissem imprimir a elevação de suas ideias, determinaria toda uma mudança de conduta de Ordens e hierarquias religiosas que, para eles, infringiam a ideologia do cristianismo, por eles considerado como ordem maior do mandamento de Deus a seu filho, quando na condição de Homem.

Já para os oponentes à Ordem Franciscana, a “adesão dos espíritos”, posição em que, no debate, toma àqueles que ouvem, aceitam ou refletem o exposto pela outra parte. E, nesse caso, precisamente, seria o abrandamento dos corações franciscanos e a aceitação de que Jesus, em sua passagem terrena, foi homem de posses e que a pobreza exposta em seus mandamentos se tratava de alegoria e condicionamento de humildade do homem que ouvia sua palavra.

Essa ideia da sobreposição da tese ou o seu engrandecimento em relação ao “outro” é uma máxima do discurso que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), estabelece-se na defesa de ideia por ambas as partes e orienta os posicionamentos sobre a condição de sobrevivência presente no propósito comunicativo, no sentido de convencer os adeptos, considerando a mudança de *status* e do novo estabelecimento do contrato entre os interlocutores.

Para Charaudeau (2010), há arranjos do discurso que precisam ser organizados numa ação em que os antagonísticos (parceiros) possam mobilizar recursos, uns de dentro da instância situacional, outros da instância discursiva; isto se dá numa confluência semiológica a ponto de operar, pelo contrato, as escolhas organizadas do discurso para intervir nas relações de poder estabelecidas pelo momento.

Sobre esse contrato, outro ponto do refinamento do argumento é possível ser interpretado. Trata-se, nesse caso, dos arranjos linguísticos com que os autores dos discursos se apresentam e se dispõem. Esses arranjos já são mobilizados pela própria intervenção do enunciador com a devida participação do seu oponente do debate. Visto, por exemplo, pela passagem em que Adso de Melk se defronta com a paixão de Ubertino de Casale pela causa. Adso postula:

Levantou-se Ubertino, e mal começou a falar compreendi porque é que tinha suscitado tanto entusiasmo como pregador e como homem de corte. Apaixonado no gesto, **persuasivo** na voz, fascinante no sorriso, claro e **consequente no raciocínio**, ele prendeu a si os ouvintes durante todo o tempo em que teve a palavra (ECO, 2018, p. 370; grifos nosso).

A atenção de Adso ao discurso de Ubertino é tomada de razões pelo fato de ele observar a capacidade com que o locutor, no caso, Ubertino, declinava sua oratória cheia de armadilhas, estratégias, arte da palavra e persuasão limiar, indo até além. Adso observou, também, que o locutor organizava essas estratégias e aliava a elas recursos extralinguísticos como o sorriso, a voz, o gesto numa ação integrada do seu discurso argumentativo.

Além da lógica e das maneiras como Ubertino estipula seu argumento, Adso sente-se atraído pelo que elencam Anscombe e Ducrot (1998, *apud* MASSMANN, 2010), quando afirmam que a argumentação pode ser constituída, para além de suas já estruturadas formas e técnicas teóricas, ou seja, ela se constitui também de artifícios próprios de sua ontologia estrutural - a língua. Assim sendo, o discurso encadeia, acima de tudo, exposições e estruturas, fazendo com que os elementos linguísticos adquiram caracterização múltipla de maneira que produza, dependendo da compreensão do ouvinte, um efeito maximizado daquilo que foi dito, atribuindo um caráter de mais autonomia ao discurso.

Logo, essa postura descrita não deixa de ser também uma estratégia desse refinamento argumentativo. O operatório proposto remete ao ponto da retórica clássica de maneira que o enunciante possa engenhosamente obter uma forma artística de convencer seu oponente pelo misto de técnicas da argumentação, pela escola consciente daquilo que o auditório anseia.

3 Técnicas argumentativas utilizadas em torno da discussão sobre a pobreza de Cristo na obra *O nome da Rosa*

Detemo-nos nesta seção em identificar as técnicas argumentativas postuladas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), na obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*, tomando como objeto de análise a disputa entre religiosos medievais sobre o tema da pobreza de Cristo, nos episódios de o quinto dia da obra *O Nome da Rosa* de Umberto Eco²⁴. Pretendemos, portanto, fazer uma análise dos argumentos apresentados pelos personagens na obra literária,²⁵ em que os elementos de retórica, de ficção, de história, de religião, de filosofia etc. estão entrelaçados.

Somos conscientes da grande diversidade de técnicas proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), por isso, estudaremos, apenas, aquelas aplicadas ao texto, objeto de

²⁴ Umberto Eco (1932-2016) nasceu em Alexandria, Piemonte, Itália, no dia 5 de janeiro de 1932. Estudou Filosofia e Literatura na Universidade de Turim, onde mais tarde tornou-se professor.

²⁵ Quando analisamos argumentos, devemos considerar que “cada vez que nossas análises se referem a argumentos extraídos, não de discursos efetivamente pronunciados, mas de textos literários. Qual garantia temos, na verdade, de que os discursos imaginados não se encontram tão distantes da realidade quanto os seres mitológicos?” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 212).

análise do nosso trabalho, que são as seguintes: *Dos argumentos quase lógicos*: a) contradição e incompatibilidade; b) procedimentos que permitem evitar uma incompatibilidade; c) técnicas que visam apresentar teses como compatíveis ou incompatíveis. *Dos argumentos baseados na estrutura do real*: a) as ligações de sucessão: os fins justificam os meios; b) as ligações de coexistência: o argumento de autoridade. Segue-se uma rápida apresentação dessas técnicas.

Na concepção de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os discursos argumentativos desenvolvem-se, geralmente, seguindo algumas técnicas. À primeira vista, às vezes, essas técnicas não são percebidas nem pelo orador nem por seu auditório. Associar um discurso a uma única técnica nem sempre é possível, porque é provável que mais técnicas sejam aplicadas e reconhecidas no mesmo discurso.

Os autores do tratado reconhecem dois grandes grupos de técnicas que se caracterizam pela *ligação e dissociação*: “entendemos por processos de ligação esquemas que aproximam elementos distintos [...] por processos de dissociação técnicas de rupturas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215). Nas técnicas de ligação, encontram-se os argumentos quase lógicos que “pretendem certa força de convicção, na medida em que se apresentam como comparáveis a raciocínios formais” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 219).

O argumento por contradição pode ser entendido como “a asserção, dentro de um mesmo sistema, de uma proposição e sua negação, ao tornar manifesta uma contradição que ele contém, torna o sistema incoerente” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 221). Por sua vez, a incompatibilidade “consiste em duas asserções entre as quais cumpre escolher, a menos que renuncie a ambas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 222). De muita importância para este trabalho são os procedimentos que permitem evitar incompatibilidade, esses “obrigam a uma escolha que sempre é penosa [...] ou, então, cumpre recorrer a diversas técnicas que permitam remover as incompatibilidades” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 224), presentes no discurso. Por fim, as técnicas que visam apresentar teses como compatíveis ou incompatíveis ocorrem quando “duas proposições não são incompatíveis, mas se tornam tais, em consequência de uma certa determinação de noções em relação a circunstâncias particulares” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 228).

Os argumentos baseados na estrutura do real são compreendidos como aqueles “que valem-se da lógica para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 294). Desses, entre o grupo dos que fazem ligação de sucessão estão os argumentos que tratam dos “fins que

justificam os meios” e podem ser entendidos da seguinte forma: “na lógica dos valores existem uma distinção nítida entre fins e meios, sendo os fins últimos valores absolutos. Mas, na prática existe uma interação entre meios e fins” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 312). Por último, entre as ligações de coexistência encontra-se o argumento de autoridade “o qual utiliza ato ou juízos de uma pessoa ou grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348).

Considerando a flexibilidade de compreensões, deve-se lembrar de que as análises podem suscitar mais de um argumento, por isso, não se trata neste trabalho de uma análise fixa e encerrada, mas sim de uma pesquisa introdutória e que muitas outras explicações e observações poderão surgir no devir:

Para discernir um esquema argumentativo, somos obrigados a interpretar as palavras do orador, a suprir os elos faltantes, o que nunca deixa de apresentar riscos. [...] afirmar que o pensamento real do orador e de seus ouvintes é conforme ao esquema que acabamos de discernir não passa de uma hipótese mais ou menos provável. [...] em geral estamos autorizados, como já dissemos, a interpretar um raciocínio segundo um ou outro esquema [...] podemos considerar que certos argumentos pertencem tanto a um grupo como a outro grupo de esquemas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 211-212; 217).

O texto escolhido para análise representa uma disputa travada por vários oradores; no entanto, analisamos apenas o discurso de Ubertino de Casale²⁶ em confronto com Jean d’Anneaux, aquele escolhido por Michele, que elabora sua defesa em torno da pobreza de Cristo.

4 Técnicas utilizadas por Ubertino de Casale em defesa da pobreza de Cristo: argumentos quase lógicos

Encontramos no discurso de Ubertino técnicas argumentativas pertencentes aos argumentos quase lógicos, mais precisamente as técnicas que visam apresentar teses como compatíveis ou incompatíveis, uma vez que ele apela a elementos da lógica formal para

²⁶ Ubertino foi frade franciscano em Génova, por volta do ano 1273, e do seu convento lhe enviaram a Paris, onde prosseguiu os seus estudos durante quase dez anos. Transcorrido esse tempo, voltou à Itália onde se encontrou com João de Parma, que era o superior dos franciscanos espirituais. Depois de ocupar diversos cargos, abandonou o seu posto para se dedicar à pregação por esta região, convertendo-se no líder dos espirituais da Toscana. O fanatismo do movimento, especialmente dos *fraticelli*, chegou a acusar de hereges aos papas mesmos. Com isso, os espirituais foram acusados de heresia. Anos depois, deixou a ordem e pediu permissão para se retirar a um convento beneditino. Mas, como ele seguiu com suas doutrinas, foi finalmente excomungado pelo papa João XXII. Depois disto, Ubertino fugiu, provavelmente, para a Alemanha sob a proteção de Luís IV da Baviera (UBERTINO, 2019).

defender seu posicionamento, “claro e consequente no raciocínio” (ECO, 2019, p. 392). No entanto, não se trata de um discurso puramente unívoco e formal, pois evocava diversos elementos retóricos, ele era também “persuasivo na voz” (ECO, 2019, p. 392).

Para defender essa tese, o orador recorre às contradições e incompatibilidades que existem em negar a pobreza de Cristo. Para isso, Ubertino explicita que há uma distinção da compreensão sobre a pobreza; com base nessa ideia, retomamos ao pensamentos dos autores do tratado, quando afirmam que “as duas teses se tornarão compatíveis se uma divisão no tempo ou uma divisão quanto ao objeto permitirem evitar o conflito” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 229), ou seja, distinguir dois modos de compreender o problema da pobreza em Cristo e dos apóstolos contribui, primeiro porque “foram prelados da Igreja” e, “secundariamente, devem ser considerados como pessoas singulares” (ECO, 2019, p. 392). Há, portanto, uma contradição e uma incompatibilidade em negar a pobreza de Cristo. Nessa concepção de distinção, Ubertino mostra de que modo é contraditório e incompatível compreender teologicamente a pobreza. Contraditório porque os defensores²⁷ de que Cristo possuía bens e impunha essa regra para seus discípulos, não levam em consideração que as falas de Cristo e dos apóstolos sobre as posses foram ditas em contextos²⁸ diferentes, portanto, não se trata de um discurso unívoco. Por outro lado, os defensores da tese em que Cristo possuía bens apresentam incompatibilidade, porque veem os discursos de Cristo e dos apóstolos, sobre a pobreza, como totalmente ligados, desconsiderando os diversos contextos e as fases de suas vidas. A tese pode ser defendida pela mesma pessoa, mas compreendida de forma diferente, considerando, ainda, as diferença de tempo:

Duas afirmações de uma só pessoa, em momentos diferentes de sua vida, podem ser apresentadas como incompatíveis, se todos os enunciados dessa mesma pessoa são tratados como formando um único sistema; se se tratam os diversos períodos de sua vida, como não sendo solidários um do outro, a incompatibilidade desaparece (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 229).

²⁷ Os defensores de que Cristo possuía bens no debate são “Lourenço Decoalcone, bacharel de Avignon, o bispo de Pádua e Jean d’Anneaux, doutor em teologia em Paris. Ao lado de Bernardo Gui, [...] o dominicano Jean de Baune, que na Itália chamavam Giovanni Dalbena. Enfim, do lado dos avignonense, estavam outros ainda, entre os quais o bispo de Alborea” (ECO, 2019, p. 390). Porém, neste trabalho, tomaremos como exemplo apenas as colocações de Jean d’Anneaux.

²⁸ Do ponto de vista de Ubertino, o seu opositor Jean d’Anneaux cita uma série de textos bíblicos, mas fora do seu contexto e desconsiderando a unicidade, ou seja, o todo da mensagem cristã. Eis, então, os textos apresentados por Jean d’Anneaux: “como se deduz dos Atos segundo e terceiro, tinham-no como base no mesmo tipo de domínio que detinham antes da conversão; os apóstolos, depois da descida do Espírito Santo, possuíram propriedades na Judéia”. Por exemplo, em diz At 2, 42-45 “Todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e os seus bens, e dividiam-nos por todos, segundo a necessidade de cada um”. A contradição existe por usar mais de uma fala sem considerar suas diferenças no todo.

Ubertino, então, mostra que sem fazer as devidas considerações sobre os dois modos de entender a pobreza, o orador revela contradição na defesa do seu posicionamento. Ele elabora, portanto, um argumento formal cuja “contradição entre duas proposições pressupõe um formalismo” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 223) e, para desvelar a contradição em negar a pobreza de Cristo, o orador formula a seguinte proposição: Cristo foi prelado da Igreja e pessoa singular. Como prelado, tinha em uso bens para distribuir e como pessoa singular, não possuía nada. Por isso, afirmar que Cristo tinha bens é conclusão herética, pelo menos para Ubertino, neste momento.

Mas, em seguida, constata-se, no discurso da mesma personagem, a tentativa de remover a incompatibilidade em negar a pobreza. Ele faz uma série de citações de textos sagrados que não se complementam e apresentam significações adversas, podendo “resultar da aplicação a determinadas situações de várias regras morais ou jurídicas, de textos legais ou sacros” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 223) para justificar o duplo estado de Cristo: possuir bens e ser prelado da Igreja, isso é, Cristo tinha em uso bens para dar aos pobres (Atos 4) e, como pessoa singular, não possuía nada (Mateus 5 e 24; Lucas 6). Nesse sentido, ao expor os fatos sobre as ações humanas presentes nos textos, Ubertino nos revela que “a incompatibilidade é sempre relativa a circunstâncias contingentes, sejam estas constituídas por leis naturais, fatos particulares ou decisões humanas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 223).

5 Técnicas argumentativas utilizadas por Ubertino de Casale em defesa da pobreza de Cristo: argumentos baseados na estrutura do real

Identificamos, ainda, os argumentos baseados na estrutura do real, tanto aqueles de ligação de sucessão, como as ligações de coexistência. Entre as ligações de sucessão, consideramos a existência da técnica *os fins justificam os meios* presente no discurso de Ubertino. E, conforme já assinalamos, essa classificação não deve ser vista de forma rígida. No entanto, com base nos dizeres da personagem, entendemos que “certos meios podem ser identificados a fins e podem mesmo tornar-se fins, deixando na sombra, no indeterminado, aquilo a que poderiam servir” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 312). A finalidade de Ubertino, diferentemente de seus opositores, a nosso ver, é legitimar que a pobreza de Cristo seja como um dogma indiscutível, viver essa pobreza teria como fim a salvação da alma e o contrário seria heresia; para isso, várias vezes ele enfatiza que os bens pertencentes a Cristo eram tidos como uso (meio), nunca como posse (fim). Pelo uso (meio) distribuía aos

pobres e mantinha sua natureza física, logo, jamais, Cristo teve riqueza ou posse como fim, e esse modelo deve ser o que interessa aos seus seguidores.

O argumento de autoridade é utilizado no discurso de Ubertino pelo menos três vezes. Sobre essa técnica, os autores do tratado da argumentação afirmam:

As autoridades invocadas são muito variáveis: ora será “o poder unânime” ou “a opinião comum”, ora certas categorias de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, “os padres da igreja”, “os profetas”; por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a Bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 350).

Em nossas análises, deparamo-nos com os posicionamentos de Ubertino que apela à autoridade bíblica em suas construções textuais. Na divisão de duplo estado da pessoa, segundo ele, Cristo possuía bens, apenas, para dar aos pobres e, a fim de justificar esse posicionamento, o orador recorre, ainda, à autoridade do capítulo quatro dos Atos dos Apóstolos, pois, como pessoa singular, Cristo foi desprezador do mundo e, nesta parte do texto, Ubertino apresenta uma distinção, como vimos anteriormente, entre lei imperial (*jus fori*) e lei divina (*jus poli*), apelando para a autoridade da lei imperial. Depois disso, para ratificar o tema da pobreza, o orador alude a mais quatro textos bíblicos (Mateus 5 e 24; Lucas 6 e Primeira Timóteo). Enfim, Ubertino apela à própria autoridade papal para defender sua tese, “permanecendo salva a sua absoluta pobreza [...] reconhecido pelo Papa Nicolau II pelo decretal Exiit qui seminat” (ECO, 2019, p. 393).

Por fim, o argumento de autoridade é utilizado também por Jean d’Anneaux, quando recorre à autoridade papal, afirmando que: “o pontífice romano, pelo que se refere à fé e às questões morais, pode revogar as determinações dos seus predecessores e fazer mesmo asserções contrárias” (ECO, 2019, p. 393).

Considerações finais

Ao final deste trabalho, enfatizamos a importância que as técnicas argumentativas efetivam no discurso do orador. Diante de um debate representado na obra literária *O Nome da Rosa*, contextualizado no final da Idade Média, percebe-se a flexibilidade da utilização das

técnicas argumentativas sendo aplicadas pelo orador, mesmo em um contexto remoto, que para muitos, ainda, é visto, pejorativamente, como a idade das trevas²⁹.

A habilidade retórica de Ubertino e também de seu opositor Jean d'Anneaux mostra exatamente o contrário, mesmo a Idade Média enfrentando diversos problemas sociais, políticos e religiosos, o crescimento no campo da linguagem, discurso e argumentação era uma constante. Por outro lado, concluímos que o texto analisado neste trabalho pode ser lido e interpretado à luz das técnicas argumentativas, defendidas pelos autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Afirmamos, com base nas análises, que as estratégias argumentativas foram mobilizadas na tentativa de defender uma tese em um ambiente majoritariamente religioso.

Por fim, a identificação de técnicas mesmo usadas em textos literários, demonstra a habilidade do escritor em colocar no discurso de seus personagens o uso das técnicas argumentativas como forma de defesa de teses, contemplando nessas estratégias diversos assuntos. Essas técnicas são mobilizadas para que leitor consiga construir sentidos e compreender as informações apresentadas. Por isso, as técnicas são estratégias mobilizadas pelo orador como um recurso argumentativo na tentativa de convencer o auditório com relação às ideias apresentadas.

Referências

CHARAUDEAU, Patrick. Um modelo sociocomunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. *In*: STAFUZZA, Grenissa; DE PAULA, Luciane (orgs.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2010.

ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. Tradução de Aurora F. Bernardini e Homero Freitas de Andrade. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FONDA, Enio Aloisio. A tradução brasileira de O nome da Rosa de Umberto Eco. **Alfa**, São Paulo, v. 30/31, p. 95-105, 1986/1987.

FRANCHI, Luigi. *L'affaire Eco*. Sciascia: Il nome della rosa e l'ordine delle somiglianze. **Griseldaonline - Rivista di letteratura**, Bologna v. 17, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://griseldaonline.unibo.it/article/view/9024>. Acesso em: 08 ago. 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. *In*: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos (orgs.). **Teorias Linguísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia, EDUFU, 2003, p. 21-34.

²⁹ Para um estudo mais aprofundado e ponderado sobre a filosofia medieval sugerimos Kenny (2008, p. 14-20), como também Reale (2011).

KENNY, Anthony. Lógica e linguagem. *In*:_____. **Uma História da Filosofia Ocidental: Filosofia Medieval**. Tradução de Carlos Alberto Bárbaro. v. 2. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LODGE, David. Introdução ao Nome da Rosa. *In*: ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Tradução de Aurora F. Bernardini e Homero Freitas de Andrade. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. **Os Franciscanos e a Igreja na Idade Média: A Arbor Vitae Crucifixae Iesu de Ubertino de Casale**. São Paulo: Intermeios, 2018.

MASSMANN, Débora. Argumentação: em busca de um conceito. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. n. 26, p. 99-111, jul./dez. 2010.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REALE, Giovanni; DÁRIO, Antiseri. **História da Filosofia: patrística e escolástica**. Tradução de Ivo Storniolo. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

UBERTINO. *In*: **Wikipédia: a enciclopédia livre**. Wikipédia, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ubertino_de_Casale. Acesso em: 13 ago. 2019.

Anexo

Texto para análise:

Ele iniciou uma disquisição muito douta sobre as razões que apoiavam as teses de Perugia. Disse que, antes de mais, se devia reconhecer que Cristo e os seus apóstolos tiveram um duplo estado, porque foram prelados da Igreja do novo testamento e deste modo possuíram, quanto à autoridade de dispensa e de distribuição, para darem aos pobres e aos ministros da Igreja, como está escrito no quarto capítulo dos Atos dos apóstolos, e sobre isto ninguém discute. Mas, secundariamente, Cristo e os apóstolos devem ser considerados como pessoas singulares, fundamente de toda a perfeição religiosa, e perfeitos desprezadores do mundo. E a este propósito propõem-se dois modos de ter, um dos quais é civil e mundano, que as leis imperiais definem com as palavras in bonis nostris, porque nossos são chamados os bens que estão à nossa guarda e que, sendo-nos tirados, temos o direito de reclamar. Por isso, uma coisa é defender civil e mundanamente o bem próprio daquele que no-lo quer tirar, apelando ao juiz imperial (e dizer que Cristo e os apóstolos tiveram coisas desta maneira é afirmação herética, porque, como diz Mateus no V capítulo, àquele que quer contender contido em juízo e tirar-te a túnica deixa também o manto, e Lucas não diz diversamente no VI capítulo, com cujas palavras Cristo remove de si todo o domínio e senhorio e isto mesmo impõe aos seus apóstolos, veja-se ainda Mateus, capítulo XXIV, onde Pedro diz ao Senhor que para o seguir deixaram todas as coisas); mas de outro modo podem todavia ter-se as coisas temporais, em razão da caridade fraterna comum, e deste modo Cristo e os seus tiveram bens por razão natural, a qual razão é por alguns chamada jus poli, isto é, razão do céu, para sustentar a natureza que sem ordenação humana é consoante à reta razão; enquanto o jus fori é poder que depende de humana estipulação. Anteriormente à primeira divisão das coisas, estas, quanto ao domínio, foram como agora são as coisas que não resultam entre os bens de alguém e se concedem a quem as ocupa e foram, num certo sentido, comuns a todos os homens, enquanto só depois do pecado os nossos progenitores começaram a dividir entre si a propriedade das coisas, e desde então começaram os domínios mundanos como são conhecidos hoje. Mas Cristo e os apóstolos tiveram as coisas do primeiro modo, e assim tiveram o vestuário e os pães e os peixes, e, como diz Paulo na primeira a Timóteo, temos os alimentos, e com que nos cobrimos, e estamos contentes. Por isso, Cristo e os seus tiveram estas coisas não em posse, mas em uso, permanecendo salva a sua absoluta pobreza. O que já tinha sido reconhecido pelo Papa Nicolau II pelo decretal Exiit qui seminat.

Mas levantou-se do lado oposto Jean d'Anneaux e disse que as posições de Ubertino lhe pareciam contrárias não só à reta razão, mas à reta interpretação das escrituras. Pois que, nos bens percíveis com o uso, como o pão e os peixes, não se pode falar de simples direito de uso, nem se pode haver uso, sem abuso. Todos os que acreditam em comum na Igreja primitiva, como se deduz dos Atos segundo e terceiro, tinham-no como base no mesmo tipo de domínio que detinham antes da conversão; os apóstolos, depois da descida do Espírito Santo, possuíram propriedades na Judéia; o voto de viver sem propriedade não se estende àquilo de que o homem precisa necessariamente para viver, e quando Pedro disse que tinha deixado todas as coisas não queria dizer que tivesse renunciado à propriedade; Adão teve domínio e propriedade das coisas; o servo que recebe dinheiro do seu patrão decerto não faz dele nem uso nem abuso; as palavras da Exiit qui seminal a que os minoritas se referem sempre e que estabelecem que os frades menores têm só o uso daquilo de que se servem, sem dele terem o domínio e a propriedade, devem referir-se somente aos bens que não se esgotam com o uso, e, de fato, se a Exiit compreendesse os bens percíveis, defenderia uma coisa impossível; o uso de fato não se pode distinguir do domínio jurídico; todo o direito humano, em cuja base se possuem bens materiais, está contido nas leis dos reis; Cristo, como homem mortal, desde o instante da sua concepção, foi proprietário de todos os bens terrenos e, como Deus, teve do pai o domínio universal de tudo; foi proprietário de vestes, alimentos, dinheiro por contributos e ofertas dos fiéis, e, se foi pobre não foi porque não teve propriedade, mas porque não lhe recebia os frutos, pois que o simples domínio jurídico, separado da cobrança dos interesses não torna rico quem o detém; e finalmente, se acaso a Exiit tivesse dito coisas diversas, o pontífice romano, pelo que se refere à fé e às questões morais, pode revogar as determinações dos seus predecessores e fazer mesmo asserções contrárias (ECO, 2019, p. 392-393)³⁰.

³⁰ Neste trabalho, usamos para análise apenas as falas de Ubertino e Jean d'Anneaux. O debate completo das páginas: (ECO, 2019, p. 390-401). Utilizamos a tradução do texto original na sua mais nova edição da Bompiani (ECO, 2019, p. 392-393), uma vez que o texto da tradução brasileira de (ECO, 2018, p. 370) apresenta uma série de recortes e limitações. Sobre os problemas de tradução da obra, pode-se consultar: "A tradução brasileira de O nome da Rosa de Umberto Eco" (FONDA, 1986/1987, p. 95-105).

UMA ANÁLISE DAS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS NO DOCUMENTÁRIO *EL ODIÓ* - A SUA PRODUÇÃO ATRAVÉS DA DESLEGITIMIZAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA

Hellen Brasileiro de Oliveira
Roberta Guimarães de Godoy e Vasconcelos

Introdução

O documentário *El odio*, do jornalista e cineasta argentino Andrés Sal-lari, lançado em 17 de abril de 2019, na plataforma de compartilhamento de vídeos *YouTube*, no perfil do próprio autor, em seu canal, descreve a campanha negativa em relação ao ex-presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores e relata, ainda, como essa construção discursiva levou ao processo de *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e à ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República.

Neste artigo, objetivamos analisar a argumentação e os pontos de vista do documentário, a fim de entender como a narrativa sobre a necessidade de se manter o conservadorismo na sociedade e na economia foi construída, em detrimento do ódio contra os pensamentos e as lutas promovidas pela corrente contrária. Temos como hipótese que uma narrativa de ódio se construiu, causando uma bipolaridade extrema no cenário de pós-verdade, que resultou nos fatos políticos dos últimos dois anos no Brasil (2016-2018). Fizemos, então, os seguintes questionamentos que guiaram nossa discussão: Qual a tese argumentativa central no documentário para justificar a narrativa de ódio? Quais as técnicas argumentativas utilizadas pelo autor que dão apoio à tese central? Como essas técnicas são usadas para dar suporte às teses axiais?

Propomo-nos, portanto, ao longo deste trabalho, analisar as teses construídas no discurso do documentário, sob o olhar da argumentação Retórica, no intuito de respondermos aos questionamentos apresentados.

Os procedimentos teóricos-metodológicos utilizados, neste artigo, recorrem aos postulados de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), sobre as técnicas argumentativas. Iniciamos o artigo pelos aspectos teóricos relacionados às estratégias argumentativas e finalizamos, demonstrando analiticamente as estratégias utilizadas no texto transcrito do documentário.

1 Argumentação

O termo argumentação ou argumentar é muito usado em diversas situações discursivas do cotidiano. Por argumentar, de maneira geral, entende-se a ação de um sujeito defender um ponto de vista de modo a convencer o outro. Intentamos, neste breve apanhado teórico, apresentar e refletir sobre as teorias que se desenvolveram sobre a argumentação e que guiarão nossas análises.

Os estudos da argumentação se iniciam com a retórica de Aristóteles, como uma ciência que permite ao orador realizar escolhas para persuadir o auditório a quem o discurso é direcionado. A partir dessas escolhas, a fim de verificar a persuasão, é necessário acionar três provas técnicas: o *logos*, o *pathos* e o *ethos*. No entanto, apesar de se basear na retórica aristotélica, esta corrente analisa a argumentação de todo e qualquer discurso e não apenas discursos jurídico, político e epidíctico, como fez Aristóteles à sua época. Desse modo, a argumentação é vista como ação de convencer e ou persuadir o outro, defender uma opinião, promovendo a uma interação entre o orador e o auditório em situações reais de uso da linguagem (SOUZA, 2008).

Assim, os estudos argumentativos de base retórica defendem a ideia de que a argumentação tem como foco central o uso de técnicas argumentativas pelo orador, na construção do discurso. Essa vertente posiciona a argumentação como uma atividade verbal, que compreende a defesa de uma tese (*logos*), a imagem que o orador tem do auditório (*pathos*) a quem se dirige e uma imagem de si (*ethos*).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), retomam os conceitos de orador e auditório, apresentados na argumentação aristotélica. Para os autores, a noção de auditório se divide sob três perspectivas: a de auditório universal, que se refere a toda a humanidade; a de auditório particular, que diz respeito ao interlocutor a quem o orador se dirige; e ainda, àquela relacionada ao próprio sujeito quando delibera consigo mesma.

O orador é entendido, neste trabalho, como aquele que defende suas crenças e valores em uma relação dialógica mantida com seu auditório, buscando se adequar às teses admitidas pelo(s) seu(s) interlocutore(s). Desse modo, deve existir uma relação de respeito mútuo para que a argumentação aconteça, levando em consideração o outro na construção das teses e dos argumentos.

Outra distinção exposta pela Nova Retórica é a de persuasão e convencimento. A argumentação persuasiva pretende valer só para um auditório particular e a convincente a que deveria obter a adesão de todo ser racional (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Argumentar, portanto, pressupõe uma possível intencionalidade, que sofre influências já na concepção do enunciado, quando o orador considera os interlocutores do seu discurso. Considerando que toda pessoa ao argumentar, ao escrever ou ao falar e defender uma tese, já tem em mente o auditório presumido ao qual se dirige no discurso, supomos então, que qualquer discurso ao ser falado/escrito, já apresenta em si influências recebidas de seus possíveis leitores/interlocutores (SOUZA, 2008, p. 61). Essa intencionalidade, no entanto, nem sempre depende somente do orador, não é totalmente consciente, dada a dialogicidade da linguagem

A fim de atingir os propósitos comunicativos, o orador faz uso das técnicas argumentativas. Estas são consideradas estratégias que poderão influenciar o auditório em relação às teses defendidas pelo orador. O uso dessas técnicas, no entanto, nem sempre é feito de forma consciente. Assim,

No contexto da Nova Retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) identificam um conjunto de aspectos que precisam ser lembrados quando se pretende examinar técnicas argumentativas: o orador deve desenvolver sua argumentação em função do seu auditório; cada auditório admite um conjunto de noções ou princípios que guiam seus atos e estes podem influenciar-lhe; no discurso, o orador seleciona os elementos que serão utilizados e as técnicas para o uso destes, conforme o tempo que dispõe (SOUZA; MALHEIRO, 2019, p. 4).

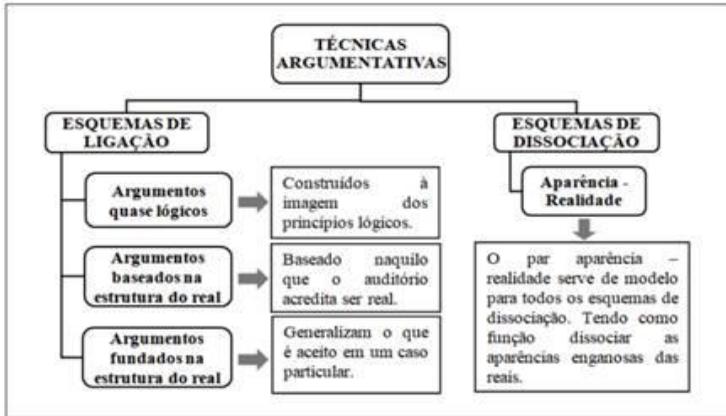
Em *Tratado da argumentação: a nova retórica*, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) descrevem as técnicas argumentativas, de modo que se cria uma possibilidade teórico-metodológica para os estudos que tratam da argumentação.

2 Técnicas argumentativas

As técnicas argumentativas utilizadas pelo orador para sustentar a construção da tese central e das teses que a apoiam, sob a perspectiva da argumentação de base retórica, são agrupadas a partir de dois objetivos: associar/estabelecer ligações e dissociar ligações. A partir desses dois objetivos, essas estratégias se subdividem em quatro tipos: argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real, argumentos que fundamentam a estrutura do real e dissociação de noções.

Recorremos ao quadro explicativo utilizados por Sousa e Malheiro (2019), de modo a esquematizar visualmente as técnicas e apresentar didaticamente a organização destas.

Figura 1: Técnicas Argumentativas



Fonte: Sousa e Malheiro (2019).

Por argumentos quase-lógicos entende-se a “pretensão a certa validade de seu aspecto racional, derivado da relação mais ou menos estreita, existente entre eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas” (SOUZA, 2016, p. 147). Esses tipos de argumentos se dividem a partir das seguintes ideias: regra de justiça, definição, sacrifício, comparação, reciprocidade, transitividade e inclusão/divisão.

Os argumentos baseados na estrutura do real “associam noções com base nas opiniões que se formam acerca da realidade e que estão ligadas entre si. Os argumentos que se utilizam dessa técnica buscam uma argumentação que possibilita passar de um desses elementos da “realidade” para outro, sob forma de sucessão ou coexistência” (SOUZA, 2016, p. 147).

A sucessão se dá pelo vínculo causal (acontecimento e efeito), enquanto que a coexistência é a ligação entre níveis desiguais, sendo uma mais essencial que a outra. Essa ligação dos níveis ocorre por meio da vinculação entre oradores e teses defendidas. Neste sentido, este tipo de argumento se subdivide em argumento de autoridade, argumento *a fortiori* (escala de valores a partir de uma hierarquia), argumentos de desperdício (não desperdiçar, ir até o final da ação pretendida) e argumentos pragmáticos que tratam da apreciação de um ato ou acontecimentos, levando em conta as consequências positivas e negativas.

Nesse grupo há ainda, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os argumentos baseados em relações simbólicas, que são ligados à pátria, religião, realeza, sendo estes representados por símbolos, representando as hierarquias.

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real são aqueles construídos através do raciocínio por analogia. Entre as técnicas discursivas, na construção do argumento, estão os argumentos pelo exemplo, que funcionam como o acordo prévio que o orador e auditório se munem para explicar ou gerar regras; argumento pela ilustração (que se diferencia do exemplo por ter o objetivo de reforçar a adesão a uma regra, previamente estabelecida e já aceita) e o modelo e anti-modelo (um ideal a ser seguido ou não) e a analogia que estabelece uma semelhança entre os elementos; trata-se de uma comparação que ajuda a esclarecer uma metáfora.

Por último, temos os argumentos por dissociação de noções que “determina um remanejamento mais ou menos profundo dos dados conceituais que servem de fundamentação para a argumentação” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 468). O objetivo desta técnica é separar elementos de modo a hierarquizá-los. Desse modo, a construção se dá para fazer com que os fatos possam mudar de parecer ou finalidade.

3 A argumentação no gênero documentário

O documentário, a partir de uma perspectiva retórica, implica aspectos de persuasão, adesão e argumentação. O documentário como atividade argumentativa, apresenta tese argumentativa central e as de suporte que são construídas nos depoimentos, conforme serão demonstrados. O documentário se constitui como um gênero textual com voz de oratória, visto que o cineasta assume um posicionamento sobre algo para convencer o auditório. A argumentação possibilita, através das técnicas argumentativas, a compreensão, a interpretação, a construção de valor e suscita, ainda, o ato de julgar sobre algo, não se trata de simplesmente narrar uma história (NICHOLS, 2014 *apud* ARCANJO, 2017).

Ao editar as falas dos personagens da vida real, o diretor assume determinado(s) posicionamento(s). As escolhas realizadas pelo orador têm a carga de intencionalidade e se tornam também estratégia de argumentação, conforme exposto abaixo.

Colocar em cena é ser colocado em cena. É ser colocado na cena pela própria constituição de uma cena. Aquele (a) que eu filmo me olha. O que ele (ela) olha ao me olhar é o meu olhar (escuta) para ele (ela). Olhando o meu olhar, isto é, uma das formas perceptíveis de minha mise-en-scène, ele (ela) me

devolve no seu olhar o eco do meu, retorna minha mise-em-scène tal como repercutiu nele (nela) (COMOLLI, 2008, p. 82).

Mencionamos a relação de respeito mútuo que é necessário para o ato de argumentar. Assim, a intencionalidade do orador na argumentação é de algum modo influenciar o auditório e/ou ser influenciada por ele. Amossy (2011) defende que proferimos o discurso para agir e/ou influenciar o outro, mesmo que, por vezes, essa intencionalidade seja mais ou menos consciente. Ao propor a oposição de falas e de pensamentos diferentes, o documentário recorre ao uso de um processo de argumentar e contra-argumentar, sempre influenciando um determinado ponto de vista.

4 Análise do *corpus*

Diante das características do documentário “El Odio”, apresentadas e discutidas neste trabalho, ressaltamos o viés argumentativo presente neste gênero. Sendo assim, para nossas análises, selecionamos alguns trechos que constituem o documentário e analisamos as técnicas argumentativas mobilizadas na defesa de diferentes posicionamentos.

O diretor e roteirista, Andrés Sal-lari, constrói seu roteiro apresentando trechos de cenas reais extraídas de jornais televisivos, documentários, julgamentos, interrogatórios judiciais, entrevistas, debates, pronunciamentos presidenciais, imagens de capas de revistas e de jornais, trecho de discurso político etc.

A técnica argumentativa delimitada por Sal-lari é a que fundamenta a estrutura do real, caracterizada “pela presença de argumentos que recorrem a caso particular” (MENEZES, 2011, p. 124) e as técnicas argumentativas, baseadas na estrutura do real que buscam criar um elo entre o que o auditório admite e o que o orador pretende promover. Por isso, é fundamental que o que se pretende admitir pareça suficientemente garantido, de modo a permitir o desenvolvimento da argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Esses recursos discursivos utilizados estão bem marcados em suas aparições no corpo do texto, como exemplo, no início do documentário, podemos observar, de imediato, o uso do argumento pela ilustração. O narrador participa ao auditório, através de imagens televisivas da época, o ocorrido com Bettino Craxi, no ano de 1993, na Itália, durante o processo judicial denominado *Mani Pulite* ou Mãos Limpas, que culminou na sua queda do cargo de Secretário Geral do Partido Socialista Italiano (PSI). Por meio de imagens de uma reportagem, datada em

30 de abril de 1993, em Roma, são mostrados os manifestantes repudiando a Craxi, que o agride lançando nele vários objetos.

Em seguida, o documentário apresenta uma cena que se refere a 17 de dezembro de 1993, em Milão, na qual podemos assistir trechos do depoimento do ex Primeiro Ministro, durante o processo Mãos Limpas:

Na Itália, o sistema de financiamento aos partidos e atividade política em geral contem irregularidades e ilegalidades, eu creio que desde o início da história republicana. Este é um capítulo que poderíamos definir escuro da história da democracia republicana³¹ (depoimento de CRAXI; tradução nossa)³².

Logo após, o diretor se manifesta pela primeira vez no documentário:

O processo conhecido como *Mani Pulite* ou mãos limpas, sacudiu os cimentos da república italiana instaurada pós a segunda guerra mundial e extinguiu os partidos que haviam governado. **Craxi foi o maior expositor** em admitir a existência de um sistema corrompido, mas nunca aceitou responsabilidades individuais (grifo e tradução nossa)³³.

Quando o diretor resolve mencionar que “Craxi foi o maior expositor”, identificamos a sinalização de uma conduta ou comportamento a ser seguido, caracterizando assim a técnica argumentativa como modelo. Ele reforça o argumento exemplificando, através de um trecho do depoimento de Craxi, com uma pergunta retórica, em que o interrogado revela uma das maneiras que o esquema de corrupção se expressava: “Pueden imaginarse que un grupo como FIAT, por ejemplo, no haya nunca hecho aportes electorales a partidos, parlamentarios o candidatos?” (Depoimento de Craxi)³⁴

Andrés Sal-lari encerra a contextualização histórica apresentada ao auditório e discorre um fato, o depoimento do ex embaixador dos EUA na Itália, indicando, mais uma vez, o argumento pelo modelo.

Antes de morrer de câncer em agosto de 2012, o ex embaixador dos Estados Unidos na Itália, Reginald Bartholomew, admitiu que os serviços de

³¹ “En Italia, el sistema de financiamiento a los partidos y a la actividad política en general contiene irregularidades e ilegalidades, yo creo que desde el inicio de la historia republicana. Este es un capítulo que podríamos definir oscuro de la historia de la democracia republicana”.

³² Todas as traduções do Italiano para o Espanhol foram realizadas pelo documentário.

³³ “El proceso conocido como *Mani pulite*, o Manos Limpias, sacudió los cimientos de la república italiana instaurada tras la segunda guerra mundial e extinguió los partidos que le habían gobernado. Craxi fue el máximo exponente en admitir la existencia de un sistema corrompido, pero nunca aceptó responsabilidades individuales”

³⁴ “Podem imaginar que um grupo como FIAT, por exemplo, não tenha nunca feito contribuições eleitorais a partidos, parlamentares ou candidatos?”

inteligência de seu país foram uma importante fonte de informação da equipe de Mãos Limpas (tradução nossa)³⁵.

Logo em seguida, ainda sob a perspectiva da narrativa, o diretor e o roteirista mencionam pela primeira vez, o ex-magistrado Sérgio Moro. Andrés Sal-lari nos apresenta a tese central, ao emitir a ideia de que o magistrado assume um papel que não corresponde à sua função, como um homem pertencente às Leis, mas sim, uma pessoa que pretende desestabilizar a política através da opinião pública, utilizando a imprensa para divulgar parcialmente as confissões:

O juiz Federal Sérgio Moro escreve um artigo intitulado considerações sobre *mani pulite*. O então **ignoto** magistrado mostra suas cartas 10 anos antes do início da operação lava jato. Em sua escrita, relata que a deslegitimação da classe política foi a chave do êxito na Itália, também pode ler que os responsáveis da causa fizeram um grande uso da imprensa filtrando as confissões aos grandes diários e revistas. Moro finaliza com uma reflexão mais própria de um manual de desestabilização política que de um homem das leis, menciona que a condenação judicial é sempre difícil e afirma que a opinião pública tem melhores condições de impor um castigo condenando aos acusados ao ostracismo (tradução nossa)³⁶.

Ao estabelecer a ligação do *Mani Pulite* com a investigação denominada de Lava Jato, apresentando a publicação do artigo³⁷ escrito por Moro em 2004, como o marco inicial do processo no Brasil, em que destaca o *modus operandi* para a deslegitimação da classe política, observamos o uso do argumento pela analogia, que faz parte do grupo de argumentos que fundam a estrutura do real. Este argumento marca as semelhanças existentes em ambos os processos, prevalecendo os aspectos comuns. Similaridades essas que o roteirista faz questão de demonstrar como foi mobilizada a imprensa para a formação de opinião, através da manipulação de informações.

Posteriormente, temos mais uma intervenção do narrador, da qual destacamos dois dos argumentos que fundamentam a estrutura do real. O primeiro é o argumento pelo exemplo,

³⁵ “Antes de morir de cáncer en agosto de 2012, el ex embajador de Estados Unidos en Italia Reginald Bartholomew admitió que los servicios de inteligencia de su país fueron una importante fuente de información del equipo de Manos Limpas”.

³⁶ “El juez Federal Sergio Moro escribe una nota titulada consideraciones sobre mani pulite. El entonces **ignoto** magistrado muestra sus cartas 10 años antes del inicio de la operación lava jato. En su escrito refiere que la deslegitimación de la clase política fue la clave del éxito en Italia, también puede leerse que los responsables de la causa hicieron un gran uso de la prensa filtrando las confesiones a los grandes diarios y revistas. Moro finaliza con una reflexión más propia de un manual de desestabilización política que de un hombre de leyes, menciona que la condena judicial es siempre difícil y afirma que la opinión pública tiene mejores condiciones de imponer un castigo condenando a los acusados al ostracismo” (TESE CENTRAL)

³⁷ MORO, Sergio Fernando. Considerações sobre a operação Mani Pulite. R. CEJ, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/artigo-moro-mani-pulite.pdf>. Acessado em: 10 ago. 2019.

presente na primeira frase “Seu principal objetivo será Luis Inácio Lula da Silva...” visto que o narrador utiliza do estatuto de fato ou regra para aquele auditório, acreditando que o exemplo será aceito sem discussões. O argumento pelo modelo, ao apontar que Lula praticou “uma política benéfica” estimula um comportamento a ser seguido:

Seu principal objetivo será Luis Inácio Lula da Silva, um metalúrgico que desde a década de 80 liderou a esquerda brasileira e que ao chegar na presidência levou adiante uma política benéfica, mas incômoda para as elites além de inaceitáveis para os interesses geoestratégicos de Washington (tradução nossa)³⁸.

Após este posicionamento, o documentário apresenta o pronunciamento de Lula que vem a reforçar a tese inicial, recorrendo ao argumento pelo modelo:

E é isso que nós queremos fazer, é cumprir aquilo que nós entendemos que o povo tem direito. É cumprir aquilo que nós entendemos que é o mínimo necessário pa sociedade brasileira. Aí dizem que a classe média se assusta quando o Lula fala isso. Não, por que eu quero uma sociedade de classe média. Eu quero uma sociedade aonde todos tem casa, aonde todos possam ter o direito de ter uma boa escola, uma boa saúde... (Debate presidencial 1989).

Após mostrar o trecho do último debate presidencial, o documentário apresenta ainda uma tomada do plantão das eleições da emissora de televisão GLOBO, apresentada por Alexandre Garcia, anunciando a vitória de Lula nas eleições de 2002. Neste caso, o argumento utilizado, a nosso ver, é o argumento pela ilustração que reforça a adesão do auditório a uma regra conhecida e já aceita: “Neste momento, o tribunal superior eleitoral declara Lula Matematica... matematicamente eleito Presidente da República Federativa do Brasil” (GLOBO - Anúncio de Alexandre Garcia Eleições 2002).

Nesse trecho do discurso de posse do então presidente Lula, percebemos a presença do argumento pelo modelo do político ideal, o presidente oriundo do povo, eleito pelo povo, que governará, pela primeira vez, para a maioria da população brasileira. A técnica argumentativa utilizada faz parte do grupo de argumentos que fundam a estrutura do real: “hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo” (Lula, discurso de posse 2003). O que Lula admite aqui parece suficientemente garantido, permitindo assim o desenvolvimento de sua argumentação.

³⁸ “Su principal objetivo será Luis Inácio Lula da Silva, un obrero metalúrgico que desde la década de los 80 lideró la izquierda brasileña y que al llegar a la presidencia llevó adelante una política benéfica pero incómoda para las elites además de inaceptables para los intereses geoestratégicos de Washington”.

Logo depois, imagens do “IV Cumbre de las Américas” que ocorreu em novembro de 2005 em Mar del Plata, Argentina, são apresentados três trechos das falas de Néstor Kishner, Hugo Chávez e Lula, respectivamente:

Estamos felizes aqui na Argentina de compartilhar, de debater, de discutir, de pensar. Me alegra que tenha tanta paixão pois significa que tomam com responsabilidade a função que levam adiante (Néstor Kishner; tradução nossa)³⁹.

Todos os presidentes venezuelanos, que trataron de conducir de maneira soberana e libre o petróleo, foram derrocados e/ou asesinados. Todos, até eu! Eu fui derrocado! Mas somente por un día (presidente da Venezuela Hugo Chávez; tradução nossa)⁴⁰.

Não existe saída individual para nenhum país. Não existe saída individual (Lula).

Na fala de Kishner, é possível identificarmos a estratégia materializada pelo argumento da reciprocidade pertencente ao grupo de argumentos quase lógicos. Já no pronunciamento de Chávez, vemos que o argumento utilizado foi o de vínculo causal, pois estabelece os motivos que levaram os presidentes a serem assassinados e, ao mesmo tempo, o cineasta recorre ao argumento pragmático, ao mostrar que o presidente americano, Bush, também participou do encontro. Esse episódio figura como uma forma de suscitar um juízo de valor aos efeitos provocados pelos posicionamentos expostos. Sobre isso, o auditório conhece a longa disputa entre os dois países, em que o lado conservador atribui à luta contra a ditadura chavista, enquanto que outros entendem como uma tentativa de controle do petróleo por parte dos americanos.

Quando Lula se pronuncia, usa do argumento que funda a estrutura do real pela ilustração, visto que reforça a adesão a uma regra já aceita anteriormente, a de que os países precisam dialogar e estabelecer parcerias para juntos serem mais fortes.

IV Cumbre de las Américas foi uma reunião de cúpula, planejada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e tinha como objetivo tratar sobre o desenvolvimento das políticas internacionais entre os países da América e terminou traçando as políticas internacionais da

³⁹ “Estamos felices aqui en Argentina de compartir, de debatir, de discutir, de pensar. Me alegra de que tenga tanta pasión por que significa que toman con responsabilidad la función que llevan adelante”.

⁴⁰ “Todos los presidentes venezolanos, que trataron de manejar de manera soberana y libre el petroleo, fueron derrocados y/o asesinados. Todos, hasta yo! Yo fui derrocado pero solo que por un día”.

América do Sul pela próxima década. Foi marcada por muitas manifestações de protesto, devido à presença de George W. Bush, por conta das guerras no Iraque e Afeganistão.

No discurso em análise, percebemos que Kishner revela o caráter de receptividade a todos, traçando elogios à responsabilidade dos governantes para com sua nação. Já a fala de Hugo Chávez, apresenta um ponto polêmico, o petróleo, assunto de notório interesse por parte do governo dos Estados Unidos. Por último, Lula demonstra a necessária solidariedade entre os governantes da América, apresentando, outra vez, a imagem do político comprometido, não apenas com sua nação, mas também com os países da América Latina. Novamente, está presente o argumento pelo modelo, defendido pela argumentação de base retórica, neste caso, o presidente é um modelo a ser seguido.

Em seguida, o diretor apresenta o primeiro especialista entrevistado, Tadeu Breda – escritor e jornalista. Ele expõe exemplos de sucesso nas relações exteriores do Brasil, à época do governo Lula. Esse momento revela o que o Brasil conquistou. Notamos, nesse caso, a presença da técnica argumentativa que fundamenta a estrutura do real: o argumento pelo modelo:

pode com Celso Amorín que firmaram acordo da política nuclear iraní, por exemplo, com Turquia e os países da região, antes dos Estados Unidos. Um acordo melhor que depois Obama iria assinar. E Brasil se aproximou da África como nunca havia se aproximado, Brasil se aproximou dos Países Árabes como nunca havia se aproximado, se formou o BRICS (Tadeu Breda - periodista escritor; tradução nossa)⁴¹.

Nesse trecho, é usada a técnica argumentativa o argumento pragmático, que faz a apreciação de um fato, como positiva ou negativa, sendo, nesse exemplo, uma avaliação positiva que foi a formação do BRICS (Bloco econômico das maiores economias emergentes na época - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa).

Logo, são demonstradas cenas de uma coletiva de imprensa dos presidentes Lula e Bush, em Camp David em 2007, casa de campo do presidente dos EUA:

eu sei que tem divergências políticas entre o Irã e outros países, com o Brasil nós não temos nenhuma divergência política; portanto, vamos continuar trabalhando junto com Irã naquilo que for do interesse do Brasil. Não vejo nenhum problema pra ser diferente (Lula).

⁴¹ “pudo con Celso Amorín que firmaron acuerdo de la política nuclear iraní por ejemplo con Turquia y los países de la región antes de que Estados Unidos. Un acuerdo mejor que después Obama iba a firmar. y Brasil se acercó de África como nunca se había acercado, Brasil se acercó de los Países Árabes como nunca se había acercado se conformó el BRICS”

good job (Bush).

muito bem (Lula).

O diretor utiliza, neste momento, a técnica argumentativa pelo fundamento da estrutura do real, o argumento pelo modelo. Ou seja, esse argumento tem o objetivo de demonstrar um modelo a ser seguido, no caso, o político de boas relações internacionais, como é o Lula. Ainda para fundamentar as teses, o documentário lança mão de cenas dos bastidores do G20, em que Lula recebe elogios de Obama: “Este é meu homem. Eu amo esse cara. Ele é o político mais popular da Terra agora” (tradução nossa)⁴².

Na cena seguinte, já na Av. Paulista na cidade de São Paulo, no dia 24 de janeiro de 2018, o documentário mostra os manifestantes comemorando a condenação, em segunda instância, do então presidente Lula, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Uma manifestante é entrevistada e seu pronunciamento é o seguinte:

Lula é um bandido! Tudo o que ele faz é pra financiar ditaduras pelo mundo, pela América Latina. Lula não vale nada, vale nada! Nós tamu ferrado! Se Bolsonaro não entrá, nós tamu, nós somos a próxima Venezuela. Isso precisa acabar, de todo jeito (manifestante).

O narrador comenta:

Em menos de uma década, Lula passou de ser um dos estadistas mais respeitados a nível global a estar preso e proscrito em uma prisão de Curitiba. Uma grande maioria dos cidadãos já não acreditam em seus representantes e Brasil é um Estado sumamente debilitado que deixou de exercer liderança na política internacional. A integração latino-americana parece ter deixado de existir como conceito (tradução nossa)⁴³.

O documentário apresenta mudanças na imagem do Lula, ou seja, da imagem de um modelo de político a ser seguido, com o surgimento destes posicionamentos, o ex-presidente é sujeito de uma imagem oposta. Ao recorrer ao comentário de uma manifestante, que não concorda com as relações internacionais exercidas pelo ex-presidente, acusando-o de “financiar

⁴² “This is my man. I love this guy. He is the most popular politician on Earth right now”.

⁴³ “En menos de una década, Lula pasó de ser uno de los estadistas más respetados a nivel global a estar preso y proscrito en una cárcel de Curitiba. Una gran mayoría de los ciudadanos ya no cree en sus representantes y Brasil es un estado sumamente debilitado que dejó de ejercer liderazgo en la política internacional. La integración latinoamericana parece haber dejado de existir como concepto”.

ditaduras”, durante seu mandato, o documentário mostra a insatisfação por parte da população que não crê na interação da América Latina para o crescimento do País.

Percebemos a presença dos argumentos baseados na estrutura do real, o argumento pelo o vínculo causal, pois, a partir de um acontecimento que foi o envolvimento de Lula em escândalos políticos, diminuiu a crença na existência da imagem de um político honesto, causa que explica o discurso da entrevistada.

Em seguida, é mostrada uma entrevista para o programa de TV LATINO AMÉRICA PIENSA, de Pepe Mujica em que identificamos o argumento pragmático lançado pelo diretor, diante do acontecimento da queda de Lula: “[...] toda história do homem acima da terra, em uma constante oscilação por isso esta onda reacionária vai fracassar, nunca vai triunfar definitivamente porque a nossa tão pouco triunfa definitivamente” (tradução nossa)⁴⁴.

Na fala do narrador logo após a de Mujica:

No Brasil, a operação terminou com a eleição para a presidência de um ex-militar ultradireitista totalmente servil a Washington. O enredo tem muitas arestas, de notícias falsas a erros da própria esquerda, de corrupção real ao uso dela para fins políticos, de guerra legal ao que agora está começando a ser definido como uma guerra híbrida (tradução nossa)⁴⁵.

O documentário utiliza o argumento pelo vínculo causal. Nesse caso, percebemos o elo estabelecido entre o efeito da oscilação dos poderes, citado por Mujica, e um acontecimento que, no caso do Brasil, configura-se na reação contra Lula e que foi determinante para a eleição de Bolsonaro.

A cena seguinte do documentário é uma entrevista com Igor Fuser, um professor de relações internacionais:

O que se faz em primeiro lugar é detectar alguns assuntos sensíveis que sejam negativos ao governo que se quer derrubar, ah, esse assunto pode ser qualquer coisa! A corrupção no Brasil, pode ser a história do Juiz na Argentina ou uma falsa história de um filho que jamais existiu do presidente da Bolívia Evo Morales... não importa! Escolhe um assunto e esse assunto começa a ser difundido pelas redes sociais em uma grande operação psicológica, esse

⁴⁴ “[...] toda la historia del hombre arriba de la tierra, en una constante oscilación por eso esta ola reaccional va a fracasar, nunca va a triunfar definitivamente porque la nuestra tampoco triunfa definitivamente”.

⁴⁵ “En Brasil, la operación finalizó con la elección a la presidencia de un ex militar ultra derechista completamente servil a Washington. La trama tiene muchas aristas, desde las noticias falsas a los errores propios de la izquierda, de la corrupción real a la utilización de esta con fines políticos, de la guerra jurídica a lo que hoy comienza a definirse como guerra híbrida”.

assunto é apresentado como algo de extrema gravidade (IGOR FUSER - prof. de relações internacionais; tradução nossa)⁴⁶.

Simultaneamente ao áudio da entrevista com FUSER, são mostradas imagens de revistas no Brasil e das reportagens falsas difundidas em outros países revelando um *modus operandi*. Neste momento do documentário, nas capas de revistas que aparecem a foto de Lula é associada à máfia e sua não inocência, Cristina Kirchner é vinculada ao assassinato do promotor Nisman e Evo Morales a um filho mantido em segredo.

Através desse recurso adotado entre áudio e imagens, o diretor do documentário apresenta exemplos concretos, os quais ele acredita que serão aceitos; neste caso, o argumento pela ilustração é utilizado para reforçar a adesão do auditório, instigado a ideia de uma variedade de casos que podem ser duvidosos, com a finalidade de construir negativamente a imagem do político a ser derrubado.

Considerações finais

Averiguamos que os discursos que constituem o documentário *El Odio* são organizados de modo que percebamos as diferentes teses, destacando-se, como tese central, a ideia de que houve um planejamento, via judiciário em parceria com a mídia, para desgastar a figura de Lula e, conseqüentemente, enfraquecer a esquerda, visto que desde o fim da década de 80, o ex-presidente era o seu principal representante. Os oradores desses discursos partem de um princípio de sucessão, materializados pelos argumentos baseados na estrutura do real, em que o próprio Lula é visto, definido pelo valor do efeito que as suas ações provocam na sociedade. Esses valores são construídos por meio das técnicas argumentativas que fundam a estrutura do real, sendo utilizados os argumentos pela analogia e pelo exemplo e, ainda, os que se baseiam na estrutura do real, os argumentos pragmáticos, meio e fim, causais e argumento de autoridade, que servem para dar suporte à tese central.

As teses de suporte estabelecem uma comparação entre o ontem e hoje, demonstrando os fatos históricos para ilustrar o argumento que funda a estrutura do real, neste caso, a trajetória do ex-presidente desde a sua eleição até a condenação. Por outro lado, notamos ainda que o

⁴⁶ “lo que se hace en un primer lugar es detectar algunos temas sensibles que sean negativos al gobierno que se quiere derrumbar, ahh, ese tema puede ser cualquier cosa la corrupción en Brasil puede ser la historia del Juez en Argentina o una falsa historia de un hijo que jamás existió del presidente de Bolivia Evo Morales... no importa! elige un tema y ese tema empieza a ser difundido por las redes sociales en una gran operación psicológica, ese tema es presentado como algo de extrema gravedad (IGOR FUSER - prof de relaciones internacionales)”.

documentário recorre às teses que se baseiam na estrutura do real para explicar como essa narrativa de ódio foi construída para culminar com o seu estabelecimento na sociedade brasileira.

Pensando no processo retórico relacionado ao gênero escolhido para análise, o documentário, percebemos que a organização argumentativa acontece de modo a adotar os discursos que transmitem o ponto de vista dos participantes, ainda que sejam apresentados contra-argumentos à sua tese central. O orador utiliza as estratégias argumentativas nas falas selecionadas em si e faz uso de imagens que dão suporte a essas falas, a fim de convencer o auditório.

Referências

AMOSSY, Ruth. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.

ARCANJO, Fábio Ávila A argumentação retórica no gênero fílmico documental. In. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 13, p.1-17, jan/jun. 2017.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder**: a inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário. Tradução de Augustin de Tuguy, Oswaldo Teixeira, Rubens Caixeta. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMA, Edmar Peixoto de; MARQUES, Gláucia Maria Bastos; SILVA, Antônia Jany da. Miss Brasil 2017: teses e técnicas argumentativas sobre a mulher negra em discursos que circulam na revista Donna. In **Miguilim - Revista Eletrônica do Netli**. v. 7, n.1, p. 98-113, jan-abr. 2018.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOUSA, Taize Borges; MALHEIRO, João Manoel da Silva. Análise das técnicas argumentativas da teoria da argumentação a partir da aprendizagem baseada em problemas em um curso de férias. **Revista Ensaio**. Edição 10522, v. 21, p. 1-22, 2019.

SOUZA, Gilton Sampaio de; COSTA, Rosa Leite da; SÁ, Diana Maria Cavalcante de; ALVES, Maria Leidiana. As técnicas argumentativas em diferentes esferas da comunicação: proposta de na análise em textos jornalísticos, lítero-musicais, jurídicos e acadêmicos. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016.

SOUZA, Gilton Sampaio de. A argumentação nos discursos: questões conceituais. In: FREITAS, Alessandra Cardozo de; RODRIGUES, Lilian de Oliveira; SAMPAIO, Maria Lúcia

Pessoa (orgs.). **Linguagem, discurso e cultura: múltiplos objetos e abordagens**. Mossoró: Queima-Bucha/Edições UERN, 2008.

ARGUMENTAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER EM ARTIGO DE OPINIÃO

Romana de Fátima Macedo Gomes
Ana Maria de Amorim Viana

Introdução

O tema da reforma da previdência ocupou o centro dos debates, nos últimos anos, fundamentando-se em teses e em argumentos que, certamente, refletem perspectivas e interesses de diferentes agrupamentos sociais. Nesse cenário, os meios de comunicação assumiram papel decisivo, não só na atualização de informações, mas ainda na consolidação das relações de poder entre os diferentes estratos. Este trabalho apresenta, como objeto de estudo, dois artigos de opinião publicados por meio eletrônico da Revista Carta Capital e na Folha de São Paulo, com temática atinente à reforma da previdência. Na análise do posicionamento do orador, enfatizam-se as técnicas argumentativas empregadas para a fundamentação das teses como elementos que revelam o vínculo entre argumentação e discurso.

Delimitou-se, como objetivo geral, identificar as estratégias de argumentação presentes em artigos de opinião divulgados em distintos meios de comunicação, relacionando-as às teses defendidas pelos oradores do texto. Objetivou-se, mais especificamente, analisar como essas técnicas argumentativas e as teses presentes em artigos sobre a reforma da previdência revelam posicionamentos de grupos sociais distintos. Para o alcance de tais propósitos, delinearam-se as seguintes questões de pesquisa: Como se tematizou a proposição da reforma da previdência, em artigos de opinião divulgados por determinados meios de comunicação? Como as técnicas de argumentação e as teses manifestam-se em artigos de opinião sobre a reforma da previdência e revelam posicionamentos acerca de tal questão?

O *corpus* da pesquisa é composto por dois artigos de opinião, intitulados “Reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro é anacrônica”, assinado por Luiz Gonzaga Belluzzo (2019), e “Previdência: Por que reformar? Por que agora?”, assinado por Armínio Fraga, ambos os exemplares com temática alusiva à proposta da reforma da previdência, analisados em consonância com o aporte teórico adotado, o qual advém das pesquisas realizadas pelos autores do *Tratado da argumentação: a nova retórica* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005; PERELMAN, 1999), de estudos ligados à argumentação no discurso (FIORIN, 2015; LIMA, MARQUES, SILVA, 2018; SOUZA, 2016) e da teoria dos gêneros do discurso, na perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, 1995).

A definição do tema deste trabalho se justifica pela necessidade de aliar a teoria à prática, após estudos orientados na disciplina “Discurso e Argumentação”, no Dinter em Letras, ofertado pela Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Campus Pau dos Ferros, em convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Além disso, a presente pesquisa se mostra relevante por seu potencial para possibilitar aos docentes da área de Letras uma nova abordagem de análise de textos, ao evidenciar como os sentidos se constroem argumentativamente, no manejo dos recursos descritos na Teoria da Argumentação.

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa de enfoque qualitativo, que, segundo Minayo (2010, p. 21), é um tipo de pesquisa que explora o âmbito dos “significados, das aspirações, crenças, valores e atitudes”. Como procedimento para coleta de dados, utilizaram-se as pesquisas bibliográfica e documental, que, segundo Gil (2002), revelam-se eficazes para a investigação de ideologias e da diversidade de concepções acerca de uma problemática. Empregou-se, por fim, a análise argumentativa do discurso para estabelecimento de vínculos entre os enunciados analisados e as ideologias.

É válido considerar que o estudo da argumentação não prescinde da reflexão sobre os gêneros, já que é por intermédio destes que os discursos se materializam. Nessa perspectiva, faz-se oportuna a referência à teoria bakhtiniana, segundo a qual a “vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de um certo gênero do discurso” (BAKHTIN, 1995). Em outras palavras, os gêneros do discurso são construtos decorrentes das atividades humanas cotidianas, sendo, por isso, compreendidos como práticas sociais. O *corpus* deste trabalho se constitui de dois artigos de opinião, gênero que integra o domínio discursivo jornalístico, com prevalência da tipologia argumentativa. No gênero artigo de opinião, o orador é um articulista, podendo optar por revelar-se em primeira pessoa ou de maneira impessoal. Por ser de responsabilidade do articulista, há a possibilidade e a liberdade de uma adjetivação sarcástica, por isso se torna comum o uso da ironia em tal gênero textual.

O texto “Reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro é anacrônica” foi publicado como artigo de opinião, na seção Economia, da revista Carta Capital. Esse artigo foi escrito por Luiz Gonzaga Belluzzo, economista e professor, Doutor em Ciências pela UNICAMP, autor de diversos livros, artigos e textos publicados em jornais e revistas na área de economia. Além de outras credenciais, Belluzzo também exerce o cargo de consultor editorial do citado periódico. O artigo “Previdência: Por que reformar? Por que agora?” foi publicado na Folha de São Paulo, jornal de maior circulação em todo o país. Trata-se de um dos artigos que compõem uma

seqüência de textos escritos por Armínio Fraga, economista com doutorado em economia e ex-presidente do Banco Central, com o objetivo de esclarecer dúvidas quanto à proposta da reforma da previdência no Brasil.

Diante dos elementos anteriormente descritos, os quais são inerentes ao artigo de opinião, percebe-se que a análise de tal gênero do discurso se revela profícua para o estudo da Teoria da Argumentação, uma vez presentes nele, de forma mais nítida, categorias como orador, auditório, teses e técnicas argumentativas, além de sua função precípua, concernente à persuasão. No desenvolvimento do presente trabalho, realizou-se o seguinte percurso metodológico: inicialmente, promoveu-se uma revisão bibliográfica da Teoria da Argumentação; em seguida, selecionaram-se os artigos de opinião, tendo, como critério, a eleição de exemplares com posicionamentos distintos sobre o tema; finalmente, analisaram-se os textos, observando teses e técnicas argumentativas adotadas.

Por sua vez, o presente artigo está estruturado da seguinte forma: esta introdução, em que se apresenta a justificativa para a proposta investigativa; fundamentação da pesquisa em parte da teoria da argumentação, sendo o recorte definido pela análise do *corpus* deste trabalho; por fim, as análises de dois artigos de opinião, seguidas das considerações finais sobre os resultados alcançados. Após essas considerações iniciais, é possível proceder à fundamentação teórica, que norteou o percurso analítico do presente estudo.

1 Elementos constitutivos da teoria da argumentação presentes na análise de artigo de opinião

É inegável a relevância da Teoria da Argumentação, tendo em vista que muitos estudos atestam a ubiquidade dessa atividade na linguagem humana. Essa asserção se fundamenta no fato de que, quer selecionando e hierarquizando fatos em um relato, quer coletando e analisando dados em uma exposição, o orador adota perspectivas (pontos de vista), com a intenção de produzir efeitos sobre e/ou persuadir o auditório a que se dirige. Para o alcance de seu intento, o enunciador, de forma consciente ou inconsciente, define teses, defende e subordina valores, além de adotar técnicas argumentativas.

Em busca da adesão do auditório aos seus posicionamentos, o orador formula teses e as fundamenta em argumentos estruturados em técnicas. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), tais técnicas se subdividem em: argumentos quase-lógicos; argumentos baseados na estrutura do real; argumentos que fundamentam a estrutura do real (processo de ligação) e os

argumentos por dissociação das noções (processo de dissociação). Na sequência, apresentam-se, em síntese, técnicas argumentativas, identificadas no *corpus* deste trabalho.

Os argumentos quase lógicos consistem na categorização que é determinada por sua aparência lógica, sem, entretanto, existir a pretensão de um rigor e precisão matemáticos. Os argumentos quase lógicos se subdividem em: contradição e incompatibilidade. Nesses argumentos, não se verifica a ocorrência de contradição, mas de uma incompatibilidade oriunda da asserção de uma proposição, posteriormente negada. Também há situações em que a incompatibilidade resulta do fato de a afirmação de uma regra apresentar-se de forma desarmônica “com as condições ou com as consequências da sua asserção ou aplicação”, sendo, nesse último caso, denominada “incompatibilidade de autofagia” (PERELMAN, 1999, p. 74-77).

Com relação à regra de justiça e à reciprocidade, o primeiro argumento corresponde ao tratamento igualitário concedido a seres de uma mesma categoria essencial. Já o argumento de reciprocidade assimila dois seres, demonstrando que “os termos correlativos devem ser tratados da mesma forma” (PERELMAN, 1999, p. 86).

Os pesos e medidas, as probabilidades se baseiam numa lógica quantitativa, valorizando a maioria, quer expressa de forma numérica, quer manifestada por sintagmas vinculados ao bom senso, atributo da maioria.

Os argumentos baseados na estrutura do real, conforme Perelman (1999), baseiam-se em vínculos existentes entre elementos do real. Segundo Lima, Marques e Silva (2018), esses argumentos respaldam-se em situações do cotidiano, sendo que a maior parte deles compreende as ligações de sucessão, como as relações de causa e efeito, ou as ligações de coexistência, a exemplo da relação entre a pessoa e seus atos. Esses argumentos se subdividem em:

No que tange às relações de sucessão, são argumentos que consistem na identificação das causas e/ou dos efeitos, além de iniciar a análise de um fato por meio da apreciação de suas consequências (argumento pragmático).

Com relação às ligações de coexistência, elas estabelecem interrelações entre realidades de nível desigual, tendo como protótipo o vínculo existente entre uma pessoa e suas manifestações, a exemplo da relação entre uma pessoa e suas ações, os seus juízos ou suas obras, na qual se destaca o argumento de autoridade.

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real correspondem aos argumentos considerados como modos de organização da realidade, abrangendo a argumentação pelo exemplo, pela ilustração e pelo modelo, cuja síntese se apresenta em seguida.

A argumentação pelo exemplo é decorrente da pressuposição de certas regularidades, das quais os exemplos possibilitarão o fornecimento de uma concretização, devendo, entretanto, existir uma reflexão quanto ao alcance da regra e ao grau de generalização. Nesse sentido, Perelman (1999) também pondera que tal mecanismo de argumentação se opõe a considerar o que é mencionado a título de exemplificação, como algo único, atrelado ao contexto, de forma indissolúvel.

A argumentação pela ilustração: o caso particular exerce uma função distinta da argumentação pelo exemplo, quando a regra já está admitida, segundo Perelman (1999). Dessa forma, a ilustração se destina a impressionar a imaginação, enquanto o exemplo apresenta uma realidade incontestável. Além disso, o autor também enfatiza que, em muitas vezes, a ilustração corresponde a uma narrativa fictícia, imaginada pelo orador.

O modelo e o antimodelo, de acordo com Perelman (1999), têm a finalidade de demonstrar que o caso particular pode ser usado como um modelo a ser imitado, assim como o antimodelo existe quando alguém, considerado inferior a outrem, imita o indivíduo tido como superior, e este, não desejando assemelhar-se ao que lhe é distinto, busca delimitar novas formas de distanciamento. Já a técnica argumentativa por dissociação de noções, caracteriza-se por dissociar o real do aparente, entre os elementos qualificados da mesma forma.

Definida a Teoria da Argumentação como aporte teórico do presente trabalho, em especial no que tange às técnicas argumentativas, apresentam-se, em seguida, as análises dos artigos de opinião selecionados.

2 Análise argumentativa de artigos de opinião sobre a proposta da reforma da Previdência

No *corpus* em análise, tem-se, inicialmente, a materialização do discurso de Luiz Gonzaga Belluzzo (2019), em artigo de opinião publicado em 22 de fevereiro de 2019, na revista eletrônica *Carta Capital*, com a temática atinente à proposta da reforma da previdência brasileira, intitulado “Reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro é anacrônica”. Nele, identifica-se o posicionamento do enunciador que, na perspectiva de um especialista em economia, busca evidenciar aspectos que denunciam a ineficácia de projetos políticos alijados das necessidades de cada época. Os trechos abaixo, extraídos do citado *corpus*, revelam posicionamentos do enunciador em relação a tal problemática, sendo analisados com o intuito de identificar as teses e as técnicas argumentativas.

No excerto abaixo, tem-se a apresentação da tese 1, em que o autor questiona a eficácia da proposta da reforma, ao considerá-la como decorrente de ato de (des)ajuste promovido pela ala dos defensores do conservadorismo econômico, ao sugerir a falta de inteligência num setor que demanda elevada competência técnica e ao demonstrar perspectivas pessimistas quanto às esperanças alimentadas por seus paladinos.

Excerto 1:

“Na embolada do (des)ajuste promovido pelos paladinos do conservadorismo econômico, a inteligência brasileira, ou a falta dela, está a se afogar nas esperanças angustiadas da reforma da Previdência”.

No excerto 1, o autor sustenta a tese de que, diante de tantos problemas na área econômica, não procedem as esperanças dos brasileiros na eficácia de uma reforma da Previdência. Ao longo do texto, Belluzzo (2019) reforça esse posicionamento, por meio de distintos argumentos quase lógicos e fundamentadas na estrutura do real. No excerto seguinte, tem-se a tese 2, na qual o autor citado emite sua opinião em reconhecimento ao propósito da reforma em favorecer a equidade, apesar de ela ter promovido a injustiça para com indivíduos menos favorecidos, a exemplo dos idosos e deficientes que não podem se manter e cujas famílias não têm condições financeiras de ampará-los.

Excerto 2:

“Não há como negar os propósitos de maior equidade das reformas propostas, à exceção dos golpes assentados nos miseráveis amparados pelos Benefícios de Prestação Continuada e nos trabalhadores rurais”.

A concessão apresentada no excerto corresponde ao fato de a proposta da reforma da previdência, além de delimitar a renda dos grupos que obteriam os Benefícios da Prestação Continuada, ampliar a idade dos beneficiados para 70 anos e propor o congelamento do benefício, o que, segundo argumentos contrários ao projeto, ocasionaria o crescimento do número de desalentados. No excerto a seguir, observa-se que Belluzzo (2019) amplia a ideia defendida anteriormente, concernente aos aspectos pertinentes do texto da reforma, no que tange ao crescimento da expectativa de vida da população brasileira.

Excerto 3:

“Os argumentos dos reformistas partem de um fenômeno demográfico, o Brasil envelheceu. Uma boa notícia: o IBGE informa que a esperança de vida dos brasileiros e brasileiras alcança 74,4 anos. O envelhecimento juntou-se à queda acentuada da taxa de natalidade, promovida pela rápida urbanização que acompanhou a industrialização eloquente das três primeiras décadas do Pós-Guerra. Se há males que vêm para o bem, há bens que vêm para o mal. No regime de repartição, já foi dito, os que trabalham financiam os que estão aposentados. No galope do tempo, a “nova” dinâmica populacional promete um desequilíbrio perverso entre os que trabalham e contribuem com a Previdência e aqueles que se aposentam e abocanham os benefícios”.

No trecho acima, operam-se argumentos que fundamentam a estrutura do real, pois o enunciador recorre a argumentos indutivos ou analógicos, que são “aqueles em que se generaliza a partir de um caso particular ou aqueles em que se transpõe para outro domínio que é aceito num campo particular” (FIORIN, 2015, p. 185). Dentre tais argumentos, observa-se a utilização do argumento por ilustração, em que a ampliação da expectativa de vida e a redução da natalidade confirmam a ideia geral do envelhecimento da população brasileira. Nesse trecho, também se verifica a utilização de argumentos baseados na estrutura do real, por meio da relação de sucessão, uma vez que se evidenciam vínculos de causa e efeito na questão discutida.

Percebe-se que o emprego das técnicas de argumentação, utilizadas no excerto 3, está a serviço da explicação da primeira tese do texto. O argumento conforma a tese, não para se opor ao posicionamento anunciado anteriormente, tanto no título quanto nas críticas “ato de (des)ajuste”, “falta de inteligência”, mas para recompor o pensamento dos que defendem a reforma. O autor recua para explicar o processo de crescimento populacional para, do mesmo ponto de partida, conduzir o leitor a uma visão contrária, que vai sendo desenvolvida no decorrer do texto. Belluzzo (2019) contrapõe argumentos contrários ao projeto da reforma da previdência, os quais aludem às mudanças em curso no mercado de trabalho, conforme se observa no excerto a seguir.

Excerto 4:

“Os estudos sobre as consequências da globalização produtiva e da rápida introdução das novas tecnologias vislumbram o crescimento dos trabalhadores ditos independentes, em tempo parcial e a título precário, sobretudo nos serviços, e a destruição dos postos de trabalho mais qualificados na indústria. O inchaço do subemprego e da precarização não só achata, como torna incertos os rendimentos dos trabalhadores, além de desobrigar os empregadores de prestar suas contribuições.

Na nova economia ‘compartilhada’, ‘do bico’, ou ‘irregular’, prevalece a incerteza a respeito dos rendimentos e das horas de trabalho. Algumas projeções estimam que, nos próximos cinco anos, mais de 40% da força de trabalho global estará submetida a um emprego precário. Essas transformações nos mercados de trabalho fragilizaram inexoravelmente o regime de repartição. A carteira verde-amarela de Paulo Guedes vai jogar mais água na fervura”.

Nesse excerto, verifica-se a utilização de argumentos baseados na estrutura do real, os quais compreendem argumentos fundamentados em relações consideradas como presentes no mundo objetivo. Dentre os recursos desse tipo, o enunciador recorreu, no trecho em análise, à relação de sucessão, em que um fato foi analisado por meio da apreciação das relações de causas e consequências (PERELMAN, 1999). Com tal técnica, foi possível referendar a tese 1, de que as esperanças da reforma não se justificam, tendo em vista a ausência de uma estrutura instalada na conjuntura socioeconômica do Brasil. Na sequência, apresenta-se recorte com a tese 3, em que Belluzzo explicita sua opinião acerca da (in)eficácia da proposta da reforma da previdência, tendo em vista a atual conformação do mercado de trabalho.

Excerto 5:

“É uma ilusão imaginar que o regime de capitalização, prometido de forma vaga no texto da reforma, possa remediar os riscos embutidos nas transformações em curso nos mercados de trabalho. O economista José Roberto Afonso botou o dedo na ferida: “A reforma é um ajuste de contas com o passado”. Nos debates que se seguiram à apresentação das medidas, não há qualquer menção à imperiosa necessidade de uma reforma tributária, imprescindível para acompanhar as intenções de equidade das alterações na Previdência”.

No excerto 05, observa-se que Belluzzo estabelece a tese 3, ao expressar sua opinião acerca da incompatibilidade entre o regime de capitalização proposto, os riscos inerentes às transformações no mercado de trabalho e a falta de uma reforma tributária. Essa tese é reforçada pela utilização do argumento de autoridade, o qual integra os argumentos fundamentados na estrutura do real e que, consoante Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), destinam-se a influenciar outrem por intermédio do prestígio de determinada pessoa ou de um grupo de pessoas. No artigo em análise, tal técnica respalda o posicionamento do orador, que já expressa seu ponto de vista em consonância com o seu lugar social de especialista no assunto em questão, amparando-a em opiniões de outros reconhecidos profissionais da área.

O artigo de opinião progride com a construção de cinco parágrafos, que corroboram o ponto de vista de Belluzzo (2019), em relação ao que ele considera determinante para a ineficácia da proposta por ele analisada: o anacronismo. Nessa perspectiva, o autor se reporta a

experiências de outros países, evidenciando os vínculos entre projetos políticos e demandas situadas, como no excerto abaixo transcrito.

Excerto 6:

“História antiga. Na década dos 80 do século XIX, Otto von Bismark, o Chanceler de Ferro, sob o acicate da industrialização e as pressões do movimento socialista alemão, criou a Seguridade Social fundada no regime de repartição. Empregados e empregadores passaram a contribuir para o fundo comum destinado a prover defesas contra os infortúnios do mundo do trabalho. O Kaiser anunciou o programa em 1881. O auxílio-doença foi criado em 1883, o seguro contra acidentes do trabalho em 1882, e o sistema de aposentadorias em 1889. Os proventos dos aposentados eram modestos e o período de qualificação muito longo”.

Nos parágrafos mencionados, Belluzzo (2019) recorre aos argumentos que fundamentam a estrutura do real, ou seja, o enunciador, utilizando o argumento pelo exemplo, cita casos de países que realizaram ajustes econômicos compatíveis com as demandas históricas e sociais do seu tempo. Tal estratégia consolida a tese 3, ao demonstrar a ineficácia da proposta da reforma, mediante uma conjuntura com a qual não tem correspondência, contrapondo exemplos de países que consideraram as singularidades de sua estrutura política, econômica e social, antes de promoverem suas transformações.

Belluzzo (2019) ainda analisa a experiência de outros países na questão da seguridade social, considerando que, ao primarem pelas relações de mútua colaboração entre as responsabilidades de empregadores e empregados, possibilitaram o aumento do consumo da classe de menor poder aquisitivo. É o que se observa no excerto seguinte.

Excerto 7:

“O Estado do Bem-Estar estava fundado, sobretudo, na articulação de interesses entre trabalhadores e capitalistas, empenhados na construção de instituições destinadas a reduzir a angústia de quem se propõe a assumir riscos e enfrentar os azares do mercado. Os regimes de Seguridade Social estavam assentados no princípio de solidariedade. Ao reduzir a insegurança das famílias assalariadas, esses regimes tiveram papel importante na expansão do consumo das classes menos favorecidas”.

Nesse trecho, Belluzzo (2019) ainda faz uso de argumentos que fundamentam a estrutura do real. Nesse caso, o enunciador utiliza o argumento do modelo ao apresentar condutas exitosas, concernentes à articulação de interesses entre trabalhadores e capitalistas, como modelos a serem imitados pelos que almejam reformas mais equânimes. Com essa

estratégia argumentativa, o autor fundamenta a tese 3, de que é preciso ponderar a implementação de reformas, buscando harmonizá-las às demandas da sociedade. Por fim, no último parágrafo, Belluzzo (2019) reafirma sua opinião acerca do caráter anacrônico da proposta da reforma da previdência, ao demonstrar que a proposição de alterações descontextualizadas se trata de uma prática já vivenciada anteriormente no Brasil. Observe-se o próximo excerto.

Excerto 8:

“As políticas econômicas tinham o propósito de criar empregos e elevar, em termos reais, os salários e demais remunerações do trabalho. O continuado aumento da renda e do emprego fazia crescer a receita dos governos. Há quem diga que o Brasil, ao promulgar a Constituição de 1988, entrou tardia e timidamente no clube dos países que apostaram na ampliação dos direitos e deveres da cidadania moderna. É um exagero”.

Nesse excerto, Belluzzo (2019) explora outra técnica argumentativa, pois reafirma sua posição de considerar a proposta da reforma anacrônica, ao se referir, por meio da ironia, ao fato de que a Constituição de 1988, denominada cidadã, não assegurou a ampliação de direitos e deveres. Por intermédio dessa técnica, o autor enfatiza seu posicionamento expresso na tese 3, de que as reformas políticas brasileiras se apresentam alijadas do seu tempo, ao ironizar a declaração de que o Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, teria tardiamente apostado na ampliação de direitos e deveres dos cidadãos.

Na sequência da análise do *corpus*, tem-se a materialização do discurso de Armínio Fraga (2018), em artigo de opinião publicado em 11 de novembro de 2018, na Folha de São Paulo. Intitulado “Previdência: Por que reformar? Por que agora?”, foi divulgado em uma sequência de textos escritos por Fraga (economista com doutorado em economia e ex-presidente do Banco Central), com o intuito de explicar a reforma da previdência. Nele, identifica-se o posicionamento do enunciador que, como especialista na área de economia, propõe-se a expor, privilegiando dados numéricos, efeitos do modelo previdenciário vigente no Brasil, numa conjuntura social em processo de transformação. Os trechos abaixo, extraídos do citado *corpus*, manifestam posicionamentos do enunciador em relação a tal questão, sendo analisados com o propósito de identificar teses e técnicas argumentativas. No fragmento a seguir, observa-se a tese 1, por meio da qual Fraga (2018) defende a opinião de que a previdência brasileira se encontra deficitária, inviabilizando o investimento em outras áreas vitais da sociedade.

Excerto 9:

“Hoje, cada brasileiro nasce devendo R\$ 70 mil à Previdência. Já destinamos mais de 50% do orçamento federal para a Previdência, sobrando pouco para educação, saúde e infraestrutura”.

Na sequência do artigo de opinião, Fraga (2018) reporta-se a dados quantitativos, a análises de relações de causa e consequência, os quais referendam sua posição favorável à reforma previdenciária. Ao recorrer a essas estratégias argumentativas, inseridas, respectivamente, nos argumentos quase lógicos, com a referência a dados quantitativos e nos argumentos baseados na estrutura do real, com a análise de causas e efeitos, o autor fundamenta a tese principal por meio do alto poder persuasivo dos princípios matemáticos, aos quais se atribui confiabilidade, e dá alusão a situações do cotidiano, as quais persuadem pelo caráter pragmático. No próximo excerto, observa-se a utilização de técnica argumentativa para análise de relações de causa e efeito.

Excerto 10:

“Esse gasto leva a uma expansão insustentável da dívida e dos juros. Apenas no âmbito federal, o gasto com Previdência aumenta a cada ano R\$ 50 bilhões. Em menos de 10 anos, a Previdência consumirá 80% dos gastos do governo. O Estado brasileiro não pode se reduzir a uma grande folha de pagamento”.

Dentre os argumentos baseados na estrutura do real, no excerto 10, o autor citado recorre aos argumentos de sucessão, pois evidencia as relações de causa e consequência, no que tange à referida dívida produzida pela previdência brasileira. Com esse expediente, Fraga (2018) busca alcançar o convencimento de um auditório universal, já que seleciona argumentos que se baseiam em critérios racionais, lógicos, e não de um auditório particular. Em seguida, o autor do artigo contrapõe o sistema previdenciário em vigor à necessária destinação de investimentos em setores essenciais da sociedade, conforme se verifica no próximo excerto.

Excerto 11:

“Precisamos combater a pobreza, as desigualdades e gerar as condições para que o Brasil cresça e as famílias prosperem. O colapso não está distante”.

Em relação às ideias anteriores, esses dois últimos períodos se estruturam em torno do Argumento quase lógico da incompatibilidade, com a apresentação da desarmonia entre a condição econômica definida pelo atual regime previdenciário e as demandas sociais presentes. O artigo de opinião evolui com a apresentação de elementos inerentes aos efeitos de um sistema previdenciário, considerado inadequado por Fraga (2018), os quais são observáveis em diferentes esferas da sociedade, consoante se percebe nos trechos destacados a seguir.

Excerto 12:

“Nossos pais e avós podem não receber suas aposentadorias, como já mostram diversos estados brasileiros. Nossos filhos seguem encontrando obstáculos em uma economia combatida, penalizada pela falta de oportunidades e emprego. A despesa previdenciária não apenas é alta e cresce rapidamente como a maior parte dela não chega aos mais pobres. Nosso sistema prevê regras mais duras para eles do que para os mais ricos, que se aposentam mais cedo e com valores maiores. É uma vergonhosa injustiça e uma perpetuação de desigualdades”.

Conforme se verifica no excerto 12, o autor prossegue a análise do fato discutido, apontando as consequências da reforma, o que caracteriza o argumento pragmático, que, segundo Perelman (1999), um dos argumentos baseados na estrutura do real. Ao optar por esse recurso, Fraga (2018) não só apresenta argumento de significativo poder persuasivo, por sua pertinência em relação à realidade exterior, mas também possibilita a transição de um campo eminentemente teórico para o prático. Nos parágrafos seguintes, Fraga (2018) aponta a necessária relação de proporcionalidade a ser estabelecida na sociedade, em virtude da alteração da expectativa de vida da população, como se verifica nos trechos que seguem abaixo.

Excerto 13:

“Ao mesmo tempo, a acelerada mudança demográfica impõe desafios enormes. Ela reflete avanços a comemorar, pois os brasileiros estão vivendo cada vez mais. Porém, exige ajustes, pois demanda crescentes recursos com previdência e saúde. A expectativa de sobrevida de quem chega aos 65 anos já excede 17 anos em todos os Estados do Brasil. Quem chega aos 65 anos vive além dos 82. Felizmente, este processo não se encerrou: os idosos continuam a viver cada vez mais. Serão mais e mais brasileiros recebendo aposentadorias. Por isso, o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria é crucial. A pensão por morte também é um grande desafio. Foram cerca de R\$ 115 bilhões com esse benefício em 2017. É mais do que o orçamento inteiro da saúde”.

No excerto 13, Fraga (2018) recorre a um dos argumentos quase lógicos, pois, com a regra de justiça, recomenda a adoção da justa medida na concessão da previdência social, tendo em vista a ampliação da expectativa de vida. Assim, esse autor explora uma técnica fundamentada na ética, ao propor equilíbrio, a justa medida entre o aumento da expectativa de vida e a implementação de ajustes, por meio de crescentes recursos a serem destinados para a previdência e saúde. Em seguida, conforme pode-se observar no excerto que segue, Fraga (2018) explora estratégia de importante poder persuasivo, ao apresentar valores numéricos que fundamentam suas proposições, ainda que suas fontes não tenham sido apresentadas.

Excerto 14:

“A escala da despesa é extraordinária. No ano passado, a aposentadoria por idade urbana consumiu perto de R\$ 60 bilhões, mais de 10 vezes o gasto com transporte rodoviário. A aposentadoria por invalidez teve magnitude semelhante, equivalendo a mais de 6 vezes todo o gasto com defesa. Desde que você começou a ler este texto, a Previdência já gastou R\$ 5 milhões. São mais de R\$ 20 mil por segundo! Isso somente no âmbito do governo federal, que deve fechar 2018 pagando quase R\$ 700 bilhões em benefícios nos mais diferentes regimes”.

Percebe-se que Fraga (2018), no excerto 14, utiliza outro argumento quase lógico. Desta vez, valoriza a lógica quantitativa, expressa de forma numérica. Ao cotejar dados orçamentários da previdência e de outros setores da sociedade, evidencia sua posição favorável quanto à necessidade de promover a reforma previdenciária. O artigo de opinião em análise, publicado na Folha de São Paulo, evolui com a formulação da tese 2, abaixo transcrita.

Excerto 15:

“Saindo do INSS, é urgente rever as regras dos servidores públicos (regimes próprios), que chegam a uma minoria que recebe os maiores benefícios. Só no governo federal, gastamos com as aposentadorias e pensões dos servidores, civis, cerca de R\$ 80 bilhões”.

Na formulação da tese 2, o autor apresenta sua opinião em relação à desigualdade de renda produzida pelos regimes de previdência dos servidores públicos. Em seguida, Fraga (2018) apresenta novas análises de causas e consequências, atinentes às questões do sistema previdenciário brasileiro.

Excerto 16:

“Solucionar a previdência dos servidores é urgente pela emergência dos Estados. Assistimos um a um quebrarem e nos recusamos a investigar de forma imparcial as causas. A crise dos Estados é uma crise de folha de pagamento.

Os estados já gastam mais de R\$ 160 bilhões com aposentadorias e pensões. São esses entes que prestam, na ponta, os serviços mais essenciais, como segurança pública, saúde, educação. Como concentram as categorias com aposentadorias especiais –como policiais e professores – são eles que vão experimentando primeiro a crise previdenciária, cobaias da mazela que em breve atingirá todo o país”.

Nesse excerto, o autor retoma as relações de sucessão, inseridas nos argumentos baseados na estrutura do real, ao analisar as relações de causa e consequência. Com esse procedimento argumentativo, o autor estabelece, entre os acontecimentos relatados, relações de dependência, de causa e efeito, que sejam os gastos com aposentadorias e pensões de servidores e a crise econômica dos Estados, respectivamente. Em seguida, Fraga (2018) alude à necessidade de redução das diferenças existentes na concessão de benefícios a servidores e à população em geral.

Excerto 17:

“O quadro é ainda mais grave porque essas transferências alcançam poucas famílias, e não são as pobres. Os regimes de previdência dos servidores seriam sozinhos responsáveis por não menos do que 7% de toda a desigualdade de renda do país!”.

Nesse excerto, o autor reafirma seu ponto de vista, por meio do argumento quase lógico da reciprocidade, ao sugerir que a população em geral e os servidores recebessem o mesmo tratamento. Tal técnica, aliada à referência a um percentual da desigualdade de renda, coaduna-se com a sua postura favorável à reforma da previdência, no âmbito público. Fraga (2018) prossegue a argumentação, apresentando outros dados quantitativos, a fim de fundamentar as teses apresentadas, conforme se observa no excerto abaixo.

Excerto 18:

“Enquanto nos recusamos a enfrentar o desafio previdenciário, a dívida pública sobe implacavelmente e asfixia a economia. A dívida em relação ao PIB subiu de 60% para 70% entre 2014 e 2016. No início do mandato do próximo presidente, chegará a 80%. Sem reforma, terminará o mandato em 100% ou mais”.

De acordo com o trecho acima transcrito, observa-se que Fraga (2018) utiliza a lógica quantitativa, além do argumento probabilístico. O emprego dessas técnicas confere credibilidade à sua opinião, em virtude da objetividade dos percentuais citados, ainda que não tenham sido vinculados a uma fonte de consulta. O autor citado finaliza o artigo de opinião, recorrendo a mais um argumento quase lógico, consoante se verifica nos parágrafos abaixo transcritos.

Excerto 19:

“Como nossos jovens podem conseguir bons empregos e empreender em um cenário como esse? Como nossas empresas podem competir com um gigante tomador de empréstimos que pode imprimir dinheiro ou obter recursos forçadamente por meio de impostos?
A dívida e seus juros inviabilizam a geração de oportunidades. Subir impostos ou cortar ainda mais os mínguaos investimentos não podem ser a opção. Aceitar um crescimento medíocre que condenará as futuras gerações é trair os laços de solidariedade que devem nortear uma nação”.

O excerto 19 se constitui de perguntas retóricas, fazendo uso de uma linguagem natural e dando possibilidade a diferentes interpretações. Nesse contexto linguístico, Fraga (2018) também faz uso do argumento quase lógico da “incompatibilidade de autofagia”, ao apresentar uma regra desarmônica com as consequências de sua aplicação (PERELMAN, 1999), quando demonstra que a dívida e seus os juros, além de algumas medidas, como elevação de impostos, redução de investimentos, são incompatíveis com a promoção de oportunidades.

No decurso da análise do *corpus* deste trabalho, percebem-se diferentes posicionamentos dos oradores em relação a um assunto vital para a sociedade brasileira no final da segunda década do século XXI. Tais teses divergentes, ancoradas em técnicas argumentativas várias, refletem não apenas as perspectivas distintas de abordagem da temática da reforma previdenciária, mas, sobretudo, revelam ideologias e valores inerentes a variados extratos sociais, o que consolida a compreensão bakhtiniana sobre a linguagem como uma arena de embates e evidencia o diálogo dos oradores convergindo para os interesses de seu auditório.

Considerações finais

Neste trabalho sobre a Teoria da Argumentação aplicada em textos da esfera jornalística, com temática alusiva à proposta para reforma da previdência, observam-se, no gênero artigo de

opinião, o confronto de posicionamentos de grupos antagônicos, constituintes da sociedade brasileira, e as técnicas argumentativas que consolidaram suas teses.

Em resposta às questões centrais da pesquisa, atinentes à tematização de tal projeto em artigo de opinião e ao modo como as teses e técnicas de argumentação manifestam-se nesses artigos sobre a reforma da previdência e revelam posicionamentos acerca de tal questão, conclui-se que a tematização da proposição da reforma da previdência nos artigos em apreço revelou relações de poder exercidas por grupos sociais distintos, definindo o campo da linguagem como uma espécie de arena de embates (BAKHTIN, 1995).

Em relação às técnicas de argumentação selecionadas para a conquista da adesão do auditório, constata-se, no artigo intitulado “Reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro é anacrônica”, assinado por Luiz Gonzaga Belluzzo (2019), a prevalência de argumentos que fundamentam a estrutura do real, já que boa parte da argumentação está estabelecida pelo uso de ilustração, exemplos e apresentação de modelo a ser seguido, no âmbito das reformas políticas e econômicas. Essa última estratégia valida uma das teses formuladas pelo orador, em relação à necessidade de ajustar as reformas às demandas sociais, econômicas e políticas de cada época, ao apresentar experiências de outros países como referência nessa esfera da vida da sociedade.

Por fim, põe-se em relevo o recurso à técnica argumentativa de uso de argumentos baseados na estrutura do real. Tal recorrência a essa estratégia de argumentação pode se justificar em função de ela ser inerente ao mundo objetivo, ao qual a temática da previdência se integra. Dessa forma, as relações de causa e consequência se revelam eficazes na fundamentação das teses formuladas pelo orador.

Quanto às técnicas argumentativas utilizadas no artigo “Previdência: Por que reformar? Por que agora?”, de Arminio Fraga, observa-se a prevalência de argumentos quase lógicos, apresentados por meio de dados quantitativos, probabilísticos, além da incompatibilidade e da reciprocidade. Uma hipótese para justificar a predominância de tais argumentos pode ser devido ao fato de tais estratégias possuírem aparência lógica, apesar de não terem a pretensão de um rigor e precisão matemáticos; portanto, parecerem mais convincentes no âmbito da ciência econômica. Outra técnica determinante para o alcance do efeito de sentido do artigo de Fraga (2018) foram os argumentos de sucessão, uma vez que eles foram usados para demonstrar a causa e a interferência do atual modelo previdenciário na redução de investimentos em setores importantes do país.

Diante do exposto, depreende-se que a teoria da argumentação se constitui um campo vasto a ser estudado, não apenas por profissionais da ciência da linguagem, mas, principalmente, por todos os que almejem tornar-se partícipes dos debates decisivos para a sociedade, quer munindo-se do instrumental linguístico adequado para tal atuação, quer reconhecendo as estratégias também empregadas por seus interlocutores.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHINOV, Valentin N.). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro é anacrônica. *In: Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/reforma-da-previdencia-apresentada-por-bolsonaro-e-anacronica/>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FRAGA, Armínio. Previdência: Por que reformar? Por que agora? *In: Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/previdencia-por-que-reformar-por-que-agora.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIMA, Edmar Peixoto de; MARQUES, Gláucia Maria Bastos; SILVA, Antônia Janyda; Miss Brasil 2017: Teses e técnicas argumentativas sobre a mulher negra em discursos que circulam na revista Donna. *In: Miguilim - Revista Eletrônica do Netli*, v. 7, n. 1, p. 98-113, jan.-abr. 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- PERELMAN, Chaim. **O império retórico**. Retórica e Argumentação. Porto: Editora Asa, 1999.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SOUZA, Gilton Sampaio et al. As técnicas argumentativas em diferentes esferas da comunicação: proposta de análise em textos jornalísticos, lítero-musicais, jurídicos e acadêmicos. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016.

Anexos:

Artigo 1: Reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro é anacrônica

As medidas propostas não levam em conta as profundas mudanças em curso no mercado de trabalho

Luiz Gonzaga Belluzzo

22 de fevereiro de 2019

Na embolada do (des)ajuste promovido pelos paladinos do conservadorismo econômico, a inteligência brasileira, ou a falta dela, está a se afogar nas esperanças angustiadas da reforma da previdência.

Entre tantas propriedades milagrosas da Reforma, a mais proclamada é a volta do crescimento vigoroso amparado nas expectativas favoráveis dos mercados, embevecidos com a coragem e presteza do novo governo. Finalmente, dizem, um governo empenhado em exorcizar definitivamente o demônio do desequilíbrio fiscal.

Os desconfiados que ainda deambulam nos vazios das certezas indagam de seu bom senso se a badalada Reforma tem mesmo as virtudes apregoadas *urbe et orbi*. Não há como negar os propósitos de maior equidade das reformas propostas, à exceção dos golpes assentados nos miseráveis amparados pelos Benefícios de Prestação Continuada e nos trabalhadores rurais.

Os argumentos dos reformistas partem de um fenômeno demográfico, o Brasil envelheceu. Uma boa notícia: o IBGE informa que a esperança de vida dos brasileiros e brasileiras alcança 74,4 anos. O envelhecimento juntou-se à queda acentuada da taxa de natalidade, promovida pela rápida urbanização que acompanhou a industrialização eloquente das três primeiras décadas do Pós-Guerra. Se há males que vêm para o bem, há bens que vêm para o mal. No regime de repartição, já foi dito, os que trabalham financiam os que estão aposentados. No galope do tempo, a “nova” dinâmica populacional promete um desequilíbrio perverso entre os que trabalham e contribuem com a Previdência e aqueles que se aposentam e abocanham os benefícios.

Os estudos sobre as consequências da globalização produtiva e da rápida introdução das novas tecnologias vislumbram o crescimento dos trabalhadores ditos independentes, em tempo parcial e a título precário, sobretudo nos serviços, e a destruição dos postos de trabalho mais qualificados na indústria. O inchaço do subemprego e da precarização não só achata, como torna incertos os rendimentos dos trabalhadores, além de desobrigar os empregadores de prestar suas contribuições.

Na nova economia “compartilhada”, “do bico”, ou “irregular”, prevalece a incerteza a respeito dos rendimentos e das horas de trabalho. Algumas projeções estimam que, nos próximos cinco anos, mais de 40% da força de trabalho global estará submetida a um emprego precário. Essas transformações nos mercados de trabalho fragilizaram inexoravelmente o regime de repartição. A carteira verde-amarela de Paulo Guedes vai jogar mais água na fervura.

É uma ilusão imaginar que o regime de capitalização, prometido de forma vaga no texto da reforma, possa remediar os riscos embutidos nas transformações em curso nos mercados de trabalho. O economista José Roberto Afonso botou o dedo na ferida: “A reforma é um ajuste de contas com o passado”. Nos debates que se seguiram à apresentação das medidas, não há qualquer menção à imperiosa necessidade de uma reforma tributária, imprescindível para acompanhar as intenções de equidade das alterações na Previdência.

História antiga. Na década dos 80 do século XIX, Otto von Bismark, o Chanceler de Ferro, sob o acicate da industrialização e as pressões do movimento socialista alemão, criou a Seguridade Social fundada no regime de repartição. Empregados e empregadores passaram a contribuir para o fundo comum destinado a prover defesas contra os infortúnios do mundo do trabalho. O Kaiser anunciou o programa em 1881. O auxílio-doença foi criado em 1883, o seguro contra acidentes do trabalho em 1882, e o sistema de aposentadorias em 1889. Os proventos dos aposentados eram modestos e o período de qualificação muito longo.

Nos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt entregou o Social Security Act ao povo americano em 1935. Na Inglaterra, na primeira eleição realizada depois de 1945, o trabalhista Clement Attlee derrotou o grande liberal Winston Churchill. Acompanhado por Aneurin Bevan, seu Ministro da Saúde, pai do National Health Service, Attlee desenhou a arquitetura do Estado do Bem-Estar britânico, inspirado no relatório preparado por outro liberal, *Sir William Beveridge*.

Em 1942, na Inglaterra ainda maltratada pela guerra, pelo racionamento e pela debilidade econômica, Sir William Beveridge, em seu lendário *Relatório*, fincou as estacas que iriam sustentar as políticas do Estado do Bem-Estar. O *Relatório Beveridge* recebeu a colaboração das concepções da *Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda* – obra magna do liberal, porém iconoclasta, John Maynard Keynes. Beveridge apontou os “Demônios gigantes da vida moderna” que os governos estavam obrigados a enfrentar: Carência, Doença, Ignorância, Miséria e Inatividade. Em seu *Relatório*, proclamou que a ignorância é uma erva daninha que os ditadores cultivam entre seus seguidores, mas que a democracia não pode tolerar entre seus cidadãos.

Essa forma de financiamento da seguridade social, o regime de repartição, conheceu seu auge e glória na posteridade da Segunda Guerra Mundial, à sombra do Estado do Bem-Estar. O pleno emprego foi colocado como uma meta a ser perseguida pelas políticas econômicas. Muitas constituições europeias consagraram esse princípio. A nova Constituição dizia ser a Itália uma república baseada no direito ao trabalho, assegurado a todos os italianos no artigo 1º. Os Estados Unidos promulgaram uma lei. No Pós-Guerra, o rápido crescimento das economias capitalistas esteve apoiado numa forte participação do Estado, apoiada na elevação da carga tributária abrigada em um sistema tributário progressivo, medidas destinadas a impedir flutuações bruscas do nível de atividades e a garantir a segurança dos mais fracos diante das incertezas inerentes à lógica do mercado.

O Estado do Bem-Estar estava fundado, sobretudo, na articulação de interesses entre trabalhadores e capitalistas, empenhados na construção de instituições destinadas a reduzir a angústia de quem se propõe a assumir riscos e enfrentar os azares do mercado. Os regimes de Seguridade Social estavam assentados no princípio de solidariedade. Ao reduzir a insegurança das famílias assalariadas, esses regimes tiveram papel importante na expansão do consumo das classes menos favorecidas.

As políticas econômicas tinham o propósito de criar empregos e elevar, em termos reais, os salários e demais remunerações do trabalho. O continuado aumento da renda e do emprego fazia crescer a receita dos governos.

Há quem diga que o Brasil, ao promulgar a Constituição de 1988, entrou tardia e timidamente no clube dos países que apostaram na ampliação dos direitos e deveres da cidadania moderna. É um exagero.

Artigo 2: Previdência: Por que reformar? Por que agora?

Armínio Fraga

11 de novembro de 2018.

Hoje, cada brasileiro nasce devendo R\$ 70 mil à Previdência. Já destinamos mais de 50% do orçamento federal para a Previdência, sobrando pouco para educação, saúde e infraestrutura.

Esse gasto leva a uma expansão insustentável da dívida e dos juros. Apenas no âmbito federal, o gasto com Previdência aumenta a cada ano R\$ 50 bilhões.

Em menos de 10 anos, a Previdência consumirá 80% dos gastos do governo. O Estado brasileiro não pode se reduzir a uma grande folha de pagamento.

Precisamos combater a pobreza, as desigualdades e gerar as condições para que o Brasil cresça e as famílias prosperem. O colapso não está distante.

Nossos pais e avós podem não receber suas aposentadorias, como já mostram diversos estados brasileiros. Nossos filhos seguem encontrando obstáculos em uma economia combatida, penalizada pela falta de oportunidades e emprego.

A despesa previdenciária não apenas é alta e cresce rapidamente como a maior parte dela não chega aos mais pobres. Nosso sistema prevê regras mais duras para eles do que para os mais ricos, que se aposentam mais cedo e com valores maiores. É uma vergonhosa injustiça e uma perpetuação de desigualdades.

Ao mesmo tempo, a acelerada mudança demográfica impõe desafios enormes. Ela reflete avanços a comemorar, pois os brasileiros estão vivendo cada vez mais. Porém, exige ajustes, pois demanda crescentes recursos com previdência e saúde.

A expectativa de sobrevida de quem chega aos 65 anos já excede 17 anos em todos os Estados do Brasil. Quem chega aos 65 anos vive além dos 82. Felizmente, este processo não se encerrou: os idosos continuam a viver cada vez mais. Serão mais e mais brasileiros recebendo aposentadorias.

Por isso, o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria é crucial. A pensão por morte também é um grande desafio. Foram cerca de R\$ 115 bilhões com esse benefício em 2017. É mais do que o orçamento inteiro da saúde!

A escala da despesa é extraordinária. No ano passado, a aposentadoria por idade urbana consumiu perto de R\$ 60 bilhões, mais de 10 vezes o gasto com transporte rodoviário. A aposentadoria por invalidez teve magnitude semelhante, equivalendo a mais de 6 vezes todo o gasto com defesa.

Desde que você começou a ler este texto, a Previdência já gastou R\$ 5 milhões. São mais de R\$ 20 mil por segundo! Isso somente no âmbito do governo federal, que deve fechar 2018 pagando quase R\$ 700 bilhões em benefícios nos mais diferentes regimes.

Mesmo benefícios da Previdência mais progressivos do ponto de vista da distribuição de renda, que chegam a famílias mais pobres, devem ser cuidadosamente repactuados. Há um alto e crescente custo de oportunidade em relação a outras políticas públicas. A Previdência Rural custou cerca de R\$ 120 bilhões em 2017, mais que todo o orçamento da União com educação.

Saindo do INSS, é urgente rever as regras dos servidores públicos (regimes próprios), que chegam a uma minoria que recebe os maiores benefícios. Só no governo federal, gastamos com as aposentadorias e pensões dos servidores, civis, cerca de R\$ 80 bilhões.

Solucionar a previdência dos servidores é urgente pela emergência dos Estados. Assistimos um a um quebrarem e nos recusamos a investigar de forma imparcial as causas. A crise dos Estados é uma crise de folha de pagamento.

Os estados já gastam mais de R\$ 160 bilhões com aposentadorias e pensões. São esses entes que prestam, na ponta, os serviços mais essenciais, como segurança pública, saúde, educação. Como concentram as categorias com aposentadorias especiais – como policiais e professores – são eles que vão experimentando primeiro a crise previdenciária, cobaias da mazela que em breve atingirá todo o país.

O quadro é ainda mais grave porque essas transferências alcançam poucas famílias, e não são as pobres. Os regimes de previdência dos servidores seria sozinho responsável por não menos do que 7% de toda a desigualdade de renda do país!

Enquanto nos recusamos a enfrentar o desafio previdenciário, a dívida pública sobe implacavelmente e asfixia a economia. A dívida em relação ao PIB subiu de 60% para 70% entre 2014 e 2016. No início do mandato do próximo presidente, chegará a 80%. Sem reforma, terminará o mandato em 100% ou mais.

Como nossos jovens podem conseguir bons empregos e empreender em um cenário como esse? Como nossas empresas podem competir com um gigante tomador de empréstimos que pode imprimir dinheiro ou obter recursos forçadamente por meio de impostos?

A dívida e seus juros inviabilizam a geração de oportunidades. Subir impostos ou cortar ainda mais os mínguaos investimentos não podem ser a opção. Aceitar um crescimento medíocre que condenará as futuras gerações é trair os laços de solidariedade que devem nortear uma nação.

Foi pensando em todas essas questões que em março deste ano reunimos um grupo fantástico de especialistas e nos propusemos um desafio: oferecer ao país uma proposta de reforma para corrigir essas enormes distorções e estabelecer para os jovens brasileiros uma nova previdência equilibrada, saudável e confiável.

A equipe é composta por Leonardo Rolim, Pedro Nery, Miguel Foguel, Marcelo Pessoa, Sergio Guimarães e Rogério Nagamine. A reforma da Previdência que propomos, além de reduzir a desigualdade e acabar com privilégios, permitirá reduzir o endividamento e garantir crescimento sustentável para o país.

Este é o primeiro artigo de uma série de quatro em que membros da equipe que elaborou nossa proposta de reforma da Previdência explorarão aspectos das medidas que oferecemos à sociedade brasileira.

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

Alex Sandra da Silva Moura

Graduada em Letras pela Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada. Com Especialização em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado Oliveira - UNIVERSO. Mestra Profissional pelo programa PROFLETRAS - UPE campus Garanhuns. Doutoranda em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN-IF-Sertão/PE. Atualmente é professora do Ensino Fundamental e Médio na escola Professor Manoel de Queiroz, onde também exerce a função de Coordenadora Pedagógica. Tem experiência na área de Letras, atuando principalmente no seguinte tema: apoio - didático - docentes - discentes. E-mail: alexmsandra@gmail.com.

Ana Maria de Amorim Viana

Graduada em LETRAS Habilitação Português/Inglês pela Universidade de Pernambuco. Com Especialização em Programação do Ensino de Português pela UPE e Especialização em Informática na Educação pela UFPE. Mestra em Letras pela UFPE. Doutoranda em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN/IF-Sertão-PE. Professora do Instituto Federal Sertão Pernambucano - IF Sertão-PE - Campus Petrolina. E-mail: anamaria_viana@hotmail.com

Ana Maria de Carvalho

Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Especialista em Linguística Aplicada pela UERN. Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Doutoranda em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN/IF-Sertão-PE. É professora concursada da UERN, lecionando na Faculdade de Letras e Artes. Membro do Grupo de Estudo do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - GEDUERN, atuando nas linhas de pesquisa “Memória, discurso e interpretação” e “Estudos dos processos de produção identitária e de modos de subjetivação na contemporaneidade”. E-mail: carvalhoanal@hotmail.com.

Ana Selia Rodrigues Novaes

Graduada em Geografia, com Especialização em Metodologia do Ensino de Geografia. Mestra em Tecnologia Ambiental pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco. Doutoranda em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN/IF-Sertão-PE. Professora do Instituto Federal do Sertão Pernambucano-Campus Zona Rural. Atua como pesquisadora no projeto "Fauna e Flora da Caatinga", do Instituto Federal. E-mail: anaseliarodri@hotmail.com.

Cristiano Dias da Silva

Graduado em Licenciatura em Filosofia e bacharelado em Teologia. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Università Regina Apostolorum de Roma, Itália. Doutorando em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN/IF-Sertão-PE, na linha de pesquisa: Texto literário, crítica e cultura. Professor efetivo do Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Atualmente suas pesquisas filosóficas concentram-se em Filosofia e texto literário; crítica e cultura. Trabalha as implicações filosóficas na literatura pós-moderna tendo como referencial teórico Umberto Eco. Dedicar-se a temas como: Pós-Modernismo, Nominalismo, Semiótica e Intertextualidade. E-mail: cris2008@hotmail.com.

Edmar Peixoto de Lima

Graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas respectivas literaturas. Especialista em Ensino da Língua Inglesa e Ensino da Língua Portuguesa, pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestra em Letras, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Linguística Aplicada, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente é professora adjunto IV, na área de Língua Portuguesa, do Departamento de Línguas Vernáculas (DLV), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), com atuação no Campus Central em Mossoró. É a coordenadora e a idealizadora do projeto de extensão Laboratório de Produção Escrita Acadêmica (LAPEA). É líder do Grupo de Pesquisa em Linguística e Literatura (GPELL) da UERN. Membro dos Grupos de Pesquisas em Produção e Ensino de Texto (GPET), Linguística Textual (PROTEXTO), do Laboratório de Estudos Lexicais - LABLEX e tem experiência acadêmica com publicações em livros e artigos na área de Linguística, Terminologia, Língua Portuguesa e de Linguística Aplicada ao ensino de língua materna e estrangeiras, com ênfase nos estudos sobre as ciências do léxico (Terminologia, Lexicologia, Lexicografia e Terminografia), Linguística de Corpus, Produção e Ensino do Texto e do Discurso, Argumentação, Formação e Prática Docente na área de Letras. E-mail: professoraedmar@gmail.com.

Edilaine Pereira de Sousa

Graduado em Letras pela Universidade de Pernambuco, com Especialização em metodologia e didática do ensino superior. Mestra em Língua Portuguesa e suas literaturas pelo Programa Nacional PROFLETRAS. Doutoranda em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN/IF-Sertão-PE, na linha de pesquisa: Texto literário, crítica e cultura. É professora efetiva do Instituto Federal do Sertão pernambucano, atuando na parte de ensino, pesquisa e extensão com foco em adaptação de obras literárias para o teatro. Desenvolve pesquisas em Literatura e semiótica, estudos inteartes em suportes digitais. Tem predileção por práticas de leitura e escrita com base na AD (Análise do discurso), sobretudo de linha francesa e estudos literários com ênfase no papel da mulher, estigmatização, construção da personagem feminina, sobretudo a partir de estudo de contos contemporâneos. E-mail: edilaine.pereira@ifsertao-pe.edu.br.

Elbiane Leal Novaes de Carvalho Lima

Graduada em Letras pelo Centro Superior de Educação do Vale do São Francisco. Especialista em Psicopedagogia pela UPE e em Língua Portuguesa e Literatura pelo Cesvasf. Mestra em Psicanálise da Educação e Saúde, pela UNIDERC e Mestra Profissional em Letras, PROFLETRAS, pela UPE, campus Garanhuns. Doutoranda em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN/IF-Sertão-PE Atua no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação do Sertão Pernambucano, Campus Floresta, e como docente da rede Estadual de Educação de Pernambuco. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão Educacional. E-mail: elbiane.novaes@ifsertao-pe.edu.br.

Hellen Brasileiro de Oliveira

Graduada em Licenciatura em Letras - Língua Estrangeira (espanhol) pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Educação pela UPE. Doutorando em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN/IF-Sertão-PE. Professora efetiva de Língua Espanhola no Instituto Federal do Sertão Pernambucano. E-mail: hellen.brasileiro@ifsertao-pe.edu.br.

José Juvêncio Neto de Souza

Graduado em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Pau dos Ferros. Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da UERN. Doutorando em Letras

pelo DINTER-PPGL/UERN-IF Sertão/PE. Atualmente é membro do grupo de pesquisa: Lexicologia, Terminologia e Ensino - LETENS.

E-mail: jin_zezyinho@outlook.com.

Joseilda Alves de Oliveira

Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista e em Letras – Português/Inglês pelas Faculdades Integradas de Patos. Com Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária; e em Língua, Linguística e Literatura. Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Campus/Pau dos Ferros. Doutoranda em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN-IF Sertão/PE. Concentra interesse pelos estudos na área de Letras e de Pedagogia, dedicando-se, especialmente, aos estudos que versam sobre: gêneros do discurso, produção textual, ensino de língua materna, dialogismo, metodologias e práticas de sala de aula, avaliação e literatura infanto-juvenil. E-mail: joshitalo@gmail.com.

Kelli Roberta de Souza Soares Luz Gomes

Licenciada em Letras pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco. Especialista em Língua Portuguesa pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco. Mestre em Letras pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras-PROFLETRAS, Universidade de Pernambuco-UPE. Doutoranda em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN-IF Sertão/PE. Professora do Governo do Estado de Pernambuco, das áreas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, atuando nas áreas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Possui experiência docente no Ensino Superior, com as disciplinas Literatura Infantil, Educação Infantil, Língua Portuguesa e Ensino da Língua Portuguesa. Exerce o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais no IF SERTÃO-PE. E-mail: kelli.soares@ifsertao-pe.edu.br.

Maria Aparecida de Sá Martins Menezes

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru - FAFICA. Especialista em Supervisão Educacional pela UNIVERSO e Especialista em PROEJA pelo IF SERTÃO – PE. Mestra em Tecnologia Ambiental pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP e Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Assunção – PY. Doutoranda em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN-IF Sertão/PE. Pedagoga, atuando no IF SERTÃO - PE Campus Floresta - PE. Professora Aposentada do Estado de Pernambuco. Pesquisadora na área de Educação com ênfase em: Prática Pedagógica, Educação Ambiental e Sustentabilidade e Educação de Jovens e Adultos. E-mail: cidasa66@hotmail.com.

Maria Betânia Araújo Rodrigues

Graduada em Letras pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde – AESA. Mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica pela Universidade de Brasília - UnB. Doutoranda em Letras pelo DINTER-PPGL/UERN-IF Sertão/PE. Professora do (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO, Campus Palmas, ministra aula atualmente nos cursos Superiores de Letras e Engenharia Civil. E-mail: betaniamenezes@ifto.edu.br.

Maria Eridan da Silva Santos

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –UERN. Especialista em Educação, na área de formação de professor pela UERN, e em Linguagens e Educação, na área de educação de Jovens e Adultos pela UNP. Mestra em Educação pela UERN. Doutoranda em Letras pelo PPGL/DINTER-UERN/IF-PE. É conferencista, oficinaira, palestrante na área das humanas e educação, artista plástica, cordelista, humorista, escritora

com quatro livros lançados: Poesia: ideia, expressão e conhecimento (2007); Brincadeiras de infância: como esquecer (2014); Dissertação Poética: só pra contrariar (2016); Quantas perguntas? Mil e uma. Quantas respostas? Não sei! (2019). Professora efetiva da UERN/Cameam, da Faculdade de Educação. Pesquisadora e membro do GEPPE, voluntária e coordenadora das ações do programa BALE/UERN. E-mail: eridan.santos@outlook.com.

Maria Marli Melo Neto

Graduada em Letras pela Universidade de Pernambuco – Faculdade de Formação de Professores de Petrolina FFPP. Especialista em Língua Portuguesa pela FFPP. Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Educação. Doutoranda em Letras pelo PPGL/DINTER-UERN/IF-PE. Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão-PE, Campus Salgueiro. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em literatura, análise linguística e redação. Atua também como palestrante da Pastoral Familiar. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educacionais Tecnológicas - GEPET - IF Sertão - PE. E-mail: marli13.melo@gmail.com.

Maria Patrícia Lourenço Barros

Licenciada em Letras/Libras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em Letras pela FACHUSC. Especialista em LIBRAS e no Ensino da Língua Portuguesa, com atuação e experiência na área de Libras. Mestre em Educação pelo programa MPED da UFBA. Professora de LIBRAS e da disciplina de Educação Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Atualmente, coordenadora local do Dinter em Letras em parceria UERN/IF Sertão PE Campus Salgueiro. Vinculada ao grupo de pesquisa GEPET (Certificado pelo CNPQ) com foco de pesquisa na área de Libras e Inclusão. Na área social atua na pastoral dos Surdos da Cidade de Salgueiro como Tradutora/Intérprete de Libras e faz parte da equipe voluntária da APAE de Salgueiro. E-mail: patloucabos@gmail.com.

Michele Rufino da Silva

Graduada em Licenciatura Plena em Letras, habilitação Português/Inglês e respectivas literaturas, pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central – FACHUSC. Pós-Graduada *lato sensu* em Linguística, pela AVM - Faculdade Integrada. Especialista em Docência Superior pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Mestra em Educação pela UFBA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educacionais Tecnológicas - GEPET.

Orlando Silva de Oliveira

Graduado em Ciência da Computação pela FACAPE. Tem Especialização em Administração de Sistemas de Informação pela UFLA. Mestre em Ciência da Computação pelo CIn/UFPE (2014). Doutorando em Letras pelo PPGL/DINTER-UERN/IF-PE. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em softwares, atuando principalmente nos seguintes temas: lógica de programação, linguagens de programação, desenvolvimento de software, engenharia de requisitos, multimídia, software livre e ensino. E-mail: orlando.silva@ifsertao-pe.edu.br.

Paulo Garcez Leães

Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Tem Especialização em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Castelo Branco e Psicopedagogia Clínica pela Portal Faculdades. Mestre em Educação pela Universidade de Pernambuco. Doutorando

em Letras pelo PPGL/DINTER-UERN/IF-PE. Atua como Pedagogo no Instituto Federal Sertão Pernambucano - Campus Salgueiro. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em PROEJA e Educação à distância. E-mail: pauloleaes@hotmail.com.

Pedro Fernando dos Santos

Graduado em Letras pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central-PE. Especialista em História Afro-brasileira e Indígena pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco-PE. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-RN, na linha de pesquisa: Formação humana e desenvolvimento profissional docente. Atualmente é Educador de Apoio na Escola Estadual Professor Manuel Leite (EEPML), professor contratado e Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC) - Salgueiro/PE. Tem experiência na área de História Afro-brasileira e Indígena, Educação e diversidade, e na área de Letras com ênfase em Português e Literatura. Interesse de pesquisa em etnicidades, povos tradicionais e interculturalidade educacional.

Renata Lourdes Linhares Severiano

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, campus Mossoró. Mestra em Letras pela UERN, campus Pau dos Ferros. Doutoranda em Letras pelo PPGL/DINTER-UERN/IF-PE. Membro do Grupo de Pesquisa em Literaturas de Línguas Portuguesas (GPORT). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI). Secretária da banca da comissão julgadora de Heteroidentificação do IFCE-Quixadá. Membro do coletivo feminista As Sertanistas (IFCE - Campus Quixadá). Membro do grupo de pesquisa Geografia Cultural, Geotecnologias e Convivência com o semiárido (IFCE/UFPE). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Pedagogia. Atua como professora substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) na área de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação. E-mail: renata_linhares@hotmail.com.

Roberta Guimarães de Godoy e Vasconcelos

Graduada em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Mestra em Linguística pela UFPE. Doutoranda em Letras pelo PPGL/DINTER-UERN/IF-PE. Professora do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, atuando nos níveis médio, técnico e superior. Atua ainda como coordenadora Institucional do Idiomas sem Fronteiras desde 2014. E-mail: robertagv@gmail.com.

Romana de Fátima Macedo Gomes

Graduada em Letras pela Universidade de Pernambuco. Especialista em Programação do Ensino de Língua Portuguesa, pela Universidade de Pernambuco. Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia. Doutoranda em Letras pelo PPGL/DINTER-UERN/IF-PE. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - Campus Petrolina e da FACAPE - Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina. Tem experiência na área de Letras, com ênfase no ensino de Língua Portuguesa. E-mail: romanamacedo@hotmail.com.

Samuel Alves Monteiro

Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará - UFC - campus Cariri. Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba - PPGCI/UFPB. Doutorando em Letras pelo PPGL/DINTER-UERN/IF-PE. Atualmente é servidor público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educacionais Tecnológicas - GEPET-IF Sertão-PE). Desenvolve

pesquisas nas áreas de Análise do Discurso, Gestão da Informação e Tecnologias Educacionais. E-mail: samuelmonteiro.al@gmail.com.

Sebastião Francisco de Almeida Filho

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Letras, linha Texto Literário, Crítica e Cultura, no PPGL/DINTER-UERN-IF Sertão Pernambucano. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina-PE (IF-SERTÃO/PETROLINA). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética e Estética, atuando principalmente nos seguintes temas: Walter Benjamin, Theodor Adorno, Ensaio, Mito, Razão Instrumental, Expressão e Dialética. E-mail: sebastiao.almeida@ifsertao-pe.edu.br.

Wesley Rodrigues Dutra

Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito, pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Licenciando em Letras/Português pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Tem Especialização em Geopolítica e História pelas Faculdades Integradas de Patos - FIP. Mestre em História e Cultura Histórica pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Doutorando em Letras pelo PPGL/DINTER-UERN/IF-PE. Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado da Paraíba, OAB nº 24.641. Membro Titular da Academia Brasileira de Letras e Artes do Cangaço (ABLAC). Tem experiência na área de Direito e História, com ênfase em História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: Cangaço, Representações Sociais, Imaginário Social, Construção de Identidades, Memória, História do Nordeste, Cultura, Imagem, Narrativa, Ciência Política, Biodireito, Direito e Gênero e História do Direito. E-mail: wesley.dutra@bol.com.br.